

Onde está o dinheiro?

Capa

Ana Lis Empinotti

Criação logotipo

Ana Lis Empinotti

Redação textos holandeses

Guus Peterse

Arte final capa e logotipo

Renato Pinto Lubianca

Gráficos

Francesco Settineri

Traduções Holandês-Português

Marianne Christina Scheffer

Diagramação e Projeto Gráfico

Publicato Design Editorial

Fone: (51) 9965.3269

identidade@terra.com.br

Porto Alegre – RS

Direitos de Publicação

Dacasa Editora

Caixa Postal 5057

90041-970 - Porto Alegre, RS

dacasa@logic.com.br

Fone: (51) 9982.7878

Henk van Arkel
Paulo Peixoto de Albuquerque
Camilo Ramada
Heloisa Primavera

(organizadores)

Onde está o dinheiro?

Dacasa Editora
Porto Alegre, 2002

Onde está o dinheiro?

Onde está o dinheiro?
O gato comeu, o gato comeu
Que ninguém viu?
O gato fugiu, o gato fugiu
O seu paradeiro está no estrangeiro.

Onde está o dinheiro?
Eu vou procurar e hei de encontrar
E com o dinheiro na mão
Eu compro um vagão
Eu compro a nação
Eu compro até seu coração.

Onde está o dinheiro?
O gato comeu, o gato comeu
Que ninguém viu?
O gato fugiu, o gato fugiu
O seu paradeiro está no estrangeiro.

Onde está o dinheiro?
No norte não está
No sul estará?
Tem gente que sabe e não diz
Está tudo por um triz
E aí está o "X"
E não se pode ser feliz.

(José Maria de Abreu - Francisco Mattoso - Paulo Barbosa)

“...nada é mais difícil na sua preparação, mais duvidoso no êxito e mais perigoso nos seus efeitos que estar junto com pessoas que querem promover inovações. Porque essas pessoas terão como oponentes firmes aqueles que se beneficiam da situação anterior e terão frágeis defensores entre os que se beneficiariam da nova situação. Esta fragilidade se explica parcialmente, pelo medo dos adversários que tem a lei ao seu lado e parcialmente pela desconfiança das pessoas que não creem em algo que ainda não foi experimentado na realidade”.

Agradecimento Especial

Jacque, obrigados pelo apoio moral e estratégico desde o princípio.

Sumário

Movimento Monetário Mosaico: Nosso Livro	9
Apresentação	11
1. O que é o dinheiro?	15
1.1 Como surge o dinheiro?	15
1.2 Desenvolvimento pela disponibilidade do dinheiro	17
1.3 Desenvolvimento pelo investimento do excedente	19
1.4 Crédito como motor da economia	21
1.5 Juros	23
2. Para onde vai o dinheiro?	29
2.1 O nascimento do dinheiro	29
2.2 Os juros: uma taxa perpétua	30
2.3 Várias formas de perda de dinheiro em circulação	31
2.4 As conseqüências da escassez do dinheiro: aceleração ou crise	36
2.5 Crédito e garantia	36
2.6 O eixo de sustentação do sistema monetário: o endividamento	39
3. Dinheiro e pobreza	43
3.1 Reconciliando razões de pobreza	45
3.2 Dimensão internacional da pobreza	49
3.3 Crise conjuntural e desertos monetários	52
4. O revés da moeda: diferentes práticas realizadas	57
4.1 Bancos de trigo	59
4.2 Microcrédito	59
4.3 Banco popular: a experiência do Banco Palmas no conjunto Palmeira	61
4.4 Clubes de trocas	64
4.5 Dinheiro respaldado por prefeituras	68
4.6 Dinheiro respaldado por empresas	69
4.7 Liquidações sem dinheiro dentro de uma corporação transnacional	71
4.8 Transações sem dinheiro entre empresas: o BARTER (comercial) e o WIR (solidário)	73
4.9 Hank Monroby: sistema Sys e os Circuitos de Capital Líquido	75

5. Que fazer e como fazer: estratégias e táticas	79
5.1 Estratégia: diferentes níveis	79
5.1.a Primeiro Nível: orientação policêntrica	81
5.1.b Segundo Nível: orientação regiocêntrica	85
5.1.c Terceiro Nível: orientação geocêntrica	86
5.2 Considerações estratégicas e táticas	89
5.2.a Moeda social é mais eficiente	89
5.2.b Nossos próprios valores são a garantia dos créditos bancários.	90
5.2.c Redes de trocas e cadeias produtivas: limites e alternativas	91
5.2.d Concorrência pelo dinheiro ou pelo mercado	97
5.2.e Jiu-jitsu socio-econômico: como aplicar de forma positiva dinâmicas existentes	102
5.2.f Aprender das mudanças de hoje para aproveitar a chance	107
6. O Movimento Monetário Mosaico: uma utopia prática	113
7. Alianças estratégicas e propostas globais	123
7.1 Alianças estruturais	123
7.2 Alianças institucionais	141
7.3 Propostas globais	144
8. Lançar a moeda: os projetos do MoMoMo	149
8.1 Fomento	149
8.2 Redes de trocas inter-empresariais	158
8.3 Cadeia produtiva que internamente usa moeda social	162
8.4 Circuitos de Capital Líquido (CCL)	165
8.5 Administração pública que garanta o dinheiro local	170
8.6 Juros negativos: Silvio Gesell	172
8.7 Aplicação dos métodos	173
9. Escritores e organizações que apoiaram o processo	175
9.1 Autores	175
9.2 Organizações	178
Bibliografia e Cyberografia	185
Literatura:	185
Sites:	189

Movimento Monetário Mosaico: nosso livro

Nos dias 19, 20 e 21 de novembro se reuniram em Porto Alegre diferentes pessoas que há muito vem trabalhando para a criação de um livro em português sobre Moeda Social.

Entre eles, Sergio Kapron, da Sedai, e Jutta Barth, do GTZ, que patrocinaram parte deste encontro. Outra organização que também patrocinou o encontro foi a Solidariedad da Holanda.

Participaram deste trabalho João Joaquim e Sandra Magalhães, do Banco Palmas, de Fortaleza; Heloisa Primavera, da Rede Global de Trocas, Argentina; Ana Barcellos, da Universidade de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis; Luis Oscar, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Compras Coletivas; Henk van Arkel, diretor da Stichting Strohalp, Holanda; Ruth Espinola Soriano, do PACS, Rio de Janeiro; Anibal, do sistema M.I.D.A.\$; Rodrigo Lopes e Alvaro Delatorre, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Camilo Ramada, da Strohalp; Paulo Albuquerque e Francesco Settineri, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Adriane Ferrarini, da Sedai; Euclides André Mance, do IFIL, em Curitiba.

Nestes dias trabalhou-se principalmente a concepção do livro. Desfragmentamos e reconstruímos o material preliminar que estava em nossas mãos e, entre as discussões, chegou-se às seguintes decisões:

Público Alvo: o livro está dirigido para a "formação de formadores". Não pretende ser um trabalho acadêmico, nem uma cartilha. Ele tem sua profundidade, mas ao mesmo tempo foi escrito em linguagem acessível.

Objetivos do livro e do Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo): a curto prazo, é o de gerar (auto)confiança entre aqueles que pretendem construir experiências e projetos pilotos a partir do conhecimento de experiências e dos pressupostos do movimento monetário; a médio prazo, é desmistificar a mecânica dos fluxos monetários, pela criação de outras lógicas monetárias de apropriação dos fluxos de capitais do sistema vigente e verticalizar estas lógicas junto aos movimentos sociais; e, a longo prazo, construir um novo sistema financeiro internacional.

O título do livro: "Onde fica o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Monetário Mosaico" foi decidido num processo de discussão coletiva, cujo resultado final não teve ganhadores ou perdedores, mas sim o valor agregado de estar criando juntos um movimento sólido (Onde fica o dinheiro é um tema da Música Popular Brasileira, interpretada por muitos artistas).

O lançamento do livro: no Fórum Social Mundial.

Nas discussões a estrutura do livro foi profundamente transformada e adaptada. Estas adaptações fizeram o livro mais coerente e mais acessível

Nossa idéia é que você pode ler este livro por partes separadas. Quer ler como fazer novas formas de dinheiro? Vá diretamente ao fim! Quer saber quais são os segredos de nossa estrutura monetária? Comece já. Ou leia como experiências não convencionais já mostraram as diferentes possibilidades do dinheiro no quarto capítulo. Quais estratégias podemos visualizar? Quais acontecimentos mundiais nos favorecem? E, o mais interessante de tudo: como vamos interligar todas nossas experiências de dinheiro numa rede integral onde todos os níveis econômicos podem intercambiar bens e serviços, produzir e consumir, poupar e investir, sem ficar tributários.

Tributários ao que? Tributários ao sistema monetário global, que emite dinheiro contra juros, desta forma endividando cada vez mais a humanidade.

Estes modelos que nos propomos são uma saída da opressão do sistema vigente, e é por isso que merecem nossa energia.

Foram três dias inspiradores e ativantes: muitas coisas estão acontecendo no Movimento Monetário Mosaico. E tem muitos desafios adiante! Imediatamente após o encontro a maioria dos participantes teve que ir rápido embora, por estar preparando iniciativas monetárias em Viamão, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Argentina, e até Holanda.

Depois desses três dias, a equipe trabalhou na versão final dos textos. Todos trabalhamos muito no mês de dezembro, que já é caracterizado por sua grande quantidade de tarefas, compromissos, e 'coisas do último momento'.

Mas nosso propósito sempre foi criar um livro de alta qualidade, num processo saudável. Achemos que realizamos este propósito.

Se você agora lê este livro, nosso livro ganha sua realização: a interligação com o leitor, ou a leitora.

Camilo Ramada

Coordenador do Processo do Livro

APRESENTAÇÃO

"Do nada também sai algo. Mas para isso é preciso estar dentro, simultaneamente, de alguma forma. Não é possível dar a alguém o que já não se tem de antemão. Ao menos como desejo, se não se receberá como um presente o que lhe está sendo entregue. Precisa ser perguntado, mesmo que de um modo vago. Não se pode ter algo como resposta, se não houver uma pergunta antes. Por isso tantas coisas claras permanecem sem ser vistas, como se não existissem". (Ernst Bloch)

O desejo de intervir na realidade é tema que não pode ser tabu nos dias atuais, mas um tema vital e diretamente relacionado ao sentido que um grupo pretende dar a sua ação. Os textos que seguem estão diretamente ligados a essa vontade, política, de intervir na realidade como sujeitos da história. Se o desejo é real, como tal deve ser levado a sério, principalmente quando na base deste desejo está uma ação cuja finalidade legítima é modificar uma realidade social, não de qualquer jeito, não de qualquer forma, mas através da participação cidadã.

Entretanto, o processo de desenvolvimento do sistema capitalista por ser permeado e nutrido pelo cientificismo, pela técnica, pelo racionalismo, pelo individualismo exacerbado, pela competitividade destrutiva, pelo egoísmo ganancioso, pela trucagem manipulativa da comunicação, por um modo que se pretende único e verdadeiro de vivermos (não só as coisas do econômico, mas também da produção da vida) reduz toda a complexidade que compõe o ser humano, a um critério quantitativo: acumulação de moeda, dinheiro. Esta lógica está baseada no processo de tentativa de imposição de uma única ordem e contém necessariamente uma desordem. Podemos começar pela exclusão de milhões de seres humanos das mínimas condições de vida, seja de alimentos, de saúde, de educação, de viver sua própria cultura, do trabalho¹, seja das mais variadas instâncias de poder e decisão, todas hierarquizadas.

¹ Conforme notícia veiculada pelo Jornal Zero Hora de 10/07/2001, a fome alcança 50 milhões de brasileiros. Fonte: Fundação Getulio Vargas. Maiores informações: www.fgv.br

Essa dita desordem tenta ser atenuada através dos apelos mais diversos como a caridade, a filantropia, a doação de horas para ajuda alheia (o chamado solidarismo mecânico já preconizado por Durkheim), campanhas contra a fome, a pobreza, elaboração de políticas públicas baseadas no assistencialismo paternalista estatal (frentes de trabalho provisórias, ajuda de custos a famílias que manterem seus filhos nas escolas, tickets do leite, distribuição de ranchos - cestas básicas - alimentares, etc.).

Para aqueles que estão de acordo com esta lógica fundamentalista, os ditos excluídos são tidos como os perdedores, os vagabundos, os inaptos, os ingenuos, os de estruturas cognitivas abaixo da média aceitável pelas medidas desenvolvidas pelo cientificismo psicologizante, os tidos como burros, medíocres, os que não são brancos ou que se negam a passar por um processo de branqueamento, os que fazem parte de culturas tidas como inferiores, os moradores/as das periferias urbanas (vilas, favelas, etc.), mas para nós que temos por pressuposto da ação social a solidariedade, esta lógica não faz sentido.

Nossa lógica não está fundada apenas na razão instrumental, dicotomizada de um corpo ou de um estado emocional. Nosso compromisso político é o de construir com o outro, respeitando-o em sua diferença, seja cultural ou racial, para juntos construirmos um projeto que contemple a diversidade, o novo, o diferente, sem exclusão. Para tanto, acreditamos que outros modos de pensar a vida, o econômico e o social é possível, desde que se ressignifique as nossas relações a partir de pressupostos éticos muito mais abrangentes que aqueles que pautam liberdade individual e narcisista.

O livro que apresentamos é pretensioso porque seu conteúdo não se contenta apenas em fazer reflexões acadêmicas sobre economia política; não se trata de mais um conjunto de textos prescritivos ou de fórmulas para atenuar os desajustes, desigualdades e atrocidades causados pelo capitalismo, mas sim de uma ressignificação do pacto social na contemporaneidade. Por isso sua formatação é modular, plural resultado de um trabalho coletivo, pautado na ética e na democracia, que são os pontos fundantes da sua organização.

No livro, enfocamos o dinheiro. Mesmo sabendo que o dinheiro não explica tudo, temos a consciência de que ele pode ser um instrumento fundamental e ainda pouco explorado de combate à exclusão econômica e social a que são submetidas imensas parcelas da população mundial.

É quase como olhar o mundo de ponta cabeça! Por isso mesmo, pode ser difícil de acreditar nesta época de pessimismo generalizado. "Reinventar o mercado ou reinventar o capitalismo?" dizem os mais céticos. Já escutamos várias vezes essa opinião. Acreditamos que é hora de discutir com profundidade, por isso aqui estamos, apresentando nossas idéias da maneira mais compreensível que conseguimos fazer. Pedimos que as dúvidas nos

sejam encaminhadas. Responderemos o mais rápido possível, porque para nós esse assunto é absolutamente vital. Queremos mostrar que, longe de ser só uma “ajudinha” para passar momentos mais difíceis, as moedas sociais são um tremendo instrumento de liberação das pessoas e comunidades. Vemos nelas a possibilidade de instrumentar uma transformação radical das relações entre as pessoas e, por isso, é necessário que nada fique sem compreensão.

Nosso objetivo neste livro é instrumentalizar o desenvolvimento de práticas monetárias inovadoras. Tem um caráter pioneiro e, porque não dizer, ousado, na medida em que propõe que é possível as pessoas serem protagonistas de algo essencial para a sua sobrevivência na sociedade, que é o acesso ao dinheiro e, vinculado a isto, em termos de um mosaico mais amplo, ao trabalho e aos bens e serviços essenciais para a vida.

Os temas nele apresentados partem do pressuposto que a participação de todos/as os envolvidos/as em empreendimentos econômicos é possível e que os processos que envolvem a organização e produção do trabalho (seja prestação de serviços ou produção de bens), nos conduzem a pensar que o Movimento Monetário Mosaico é um fator de inovação social necessário para promover a mudança. O Movimento Monetário Mosaico recupera o saber acumulado da sociedade, ressignificando processos sociais econômicos modelados pela alienação e por mecanismos de controle social que anulam a possibilidade de se pensar o mundo sob outra ótica.

Assim, este livro não é somente mais um instrumento metodológico, mas pretende ser instrumento de ação coletiva - por isso, aberto, plural distribuidor de poder. O próprio livro não deixa de ser um mosaico. Mosaico, composto por partes distintas e separados, mas que em seu conjunto formam uma totalidade. Não existe um autor, mas muitas mãos, cabeças e corações que, do seu jeito e com as suas possibilidades, contribuíram com um pedaço porque acreditam que estes sonhos, se sonhados juntos, podem se tornar realidade. É possível que o leitor veja este mosaico refletido a partir das diferentes linguagens ou abordagens. Nossa preocupação não se centrou no rigor da uniformidade, mas em garantir que todos os temas ou pedaços possam convergir para o objetivo maior com um grau de harmonia e inter-relação.

Participar deste livro é um momento privilegiado de escrever com outros companheiros sobre essa alternativa de vida que se reconstrói com a Socioeconomia Solidária. É um prazer fazer chegar a milhares de pessoas a nossa certeza de que uma outra economia é possível e que ela já está viva, navegando em águas do capitalismo, mas dando seu testemunho de um modo mais prazeroso e gostoso de se viver!

A equipe

1. O QUE É O DINHEIRO?

O cenário onde atua o Movimento Monetário Mosaico é o cenário do dinheiro. Estamos ativamente *reinventando o dinheiro* para que ele cumpra suas funções (intercâmbio, investimento, poupança, medida de valor) de uma forma que respalde, sustente e fortifique nossos projetos sociais e culturais.

Antes de ver quais iniciativas já existem, quais são nossas visões estratégicas e nossos propostos práticos, neste capítulo vamos brevemente olhar o dinheiro bancário que predomina hoje. O que vem a ser este dinheiro, como funciona, de onde vem, como circula e onde fica?

Na história humana se utilizaram os mais variados objetos como meios de troca, a exemplo das sementes, colares, peles e conchas, que poderiam ser comparados, por essa função, com o dinheiro que seria anos depois utilizado de maneira formal.

Compreender o que é o dinheiro é imprescindível para que se possa entender os fundamentos básicos do Sistema Monetário vigente e como ele poder ser melhorado, não somente do ponto de vista econômico mas, principalmente, dos reflexos que causa à sociedade como um todo.

É necessário salientar que tanto o dinheiro como o sistema monetário são resultados da criatividade, da capacidade e da necessidade humana, e que não surgiram num simples piscar de olhos. Pode-se entender, portanto, que é possível criar um outro sistema, já que este não é estático, nem tampouco imutável.

1.1 COMO SURGE O DINHEIRO?

Aparte de meios de troca como a sal e as conchas e os metais preciosos, que historicamente serviram como moeda, aqui brevemente mostramos como surgiu o dinheiro abstrato com respaldo mais ou menos concreto, que conhecemos hoje.

Os egípcios, há cinco mil anos, foram os primeiros a terem grandes estoques de grãos. Em suas sociedades, o grão guardado era utilizado como lastro para a circulação de bens e serviços. O proprietário dos grãos tinha que pagar determinados custos de armazenagem. Desta forma, preferia muitas vezes emprestá-los (sem juros) do que deixá-los guardados, transformando o estoque em capital de giro (veja cap. 4.1).

Ao redor do ano zero, em Jerusalém, dava-se um bônus de crédito em base de ouro existente no templo. Estes bônus tinham credibilidade como dinheiro porque os curas e o ouro do Templo garantiam seu valor.

Já na Idade Média, os comerciantes europeus podiam gastar de sua riqueza somente dentro de um determinado reino, o que gerava uma circulação maior e efetiva nos pequenos burgos.

Nesta mesma época os *ourives* (tesoureiros) na Itália descobriram que podiam emprestar muito mais papéis representando um valor em ouro, do que a quantidade que eles tinham realmente nos seus cofres. Eles guardavam o ouro dos comerciantes ricos para evitar que estes fossem saqueados e entregavam um comprovante, que confirmava a existência deste ouro e garantia que na entrega do mesmo receberia o nobre metal de volta. Essa “garantia” de valor era reconhecida e aceita entre os comerciantes, tornando-se um novo meio de intercâmbio, nascendo assim, o dinheiro em bilhete.

Os ourives observaram que não era necessário mudar o ouro de seus cofres a todo momento, porque sempre havia comerciantes que preferiam usar as garantias (bilhetes) e, quanto mais confiança adquiriam estas “garantias”, havia menos necessidade de trocá-las por ouro. Os ourives colocaram à disposição dos comerciantes mais “garantias”, ou seja, deram um maior número de “garantias” do que o valor em ouro que haviam guardado. E como todos não cobravam suas garantias por ouro ao mesmo tempo, não havia problemas em emprestar sempre a mais. Em realidade criaram dinheiro do nada. Com efeito, esta foi uma das primeiras formas de criar dinheiro, tendo por base o crédito, e que até hoje em dia é a base da circulação do dinheiro.

Claro que a confiança na circulação do novo dinheiro era muito importante, quanto a reputação dos ourives e dos Templos que faziam com que as pessoas aceitassem este papel como dinheiro. Os cheques e as transferências nos bancos atuais representam o dinheiro das pessoas, e são aceitos porque as pessoas confiam que o banco vai garanti-lo. Um dos fatores de maior importância é a confiança de que o documento vale como dinheiro.

O dinheiro capitalista de hoje teve momentos de desenvolvimento consciente, como na Conferência de Bretton Woods, em 1944, ou o momento em que o dólar foi desligado do ouro, em 1971. As bases do sistema monetário atual são: *dinheiro emitido a base de créditos*,

com *lastro parcial* (como os vales emitidos pelos “ourives” na Itália) e *taxado com juros* pelos bancos emissores. Finalmente uma essência do dinheiro de hoje: é emitido por bancos privados que mantêm o poder de emití-lo, sob o controle de uma pequena oligarquia.

Mais adiante será descrito como é emitido o dinheiro, como entra em circulação, e quais são os efeitos destes créditos e seus juros para a economia.

Aqui, o que importa é saber que o dinheiro, como é conhecido hoje, foi criado num processo histórico e que a estrutura que resultou desse processo não é única nem inevitável. Muitas outras formas de dinheiro existiram, existem e existirão.

No capítulo 4 serão citados muitos exemplos de diferentes formas de dinheiro, pois foram e ainda são inúmeras as formas que o homem, através de sua criatividade, refaz para dinamizar as trocas e assim suprir suas necessidades. Todos os exemplos citados têm, em si, uma base teórica que pode ser essencial para as alterações propostas ao sistema monetário atual. Resgata-se a idéia de que a crise pela qual passa a economia mundial não está na existência do dinheiro, mas sim na base teórica do sistema monetário que rege as relações econômicas e políticas, e traz reflexos gigantescos ao social.

1.2 DESENVOLVIMENTO PELA DISPONIBILIDADE DO DINHEIRO

Nos tempos remotos, quase todas as pessoas produziam tudo o que precisavam para sua sobrevivência: roupas, casas, alimentação e outros bens. Ao passar do tempo, as pessoas começaram a trocar produtos e serviços entre si, podendo se especializar nas tarefas que mais tinham conhecimento. Com a intensificação das trocas, surgiu a moeda, que facilitava as operações. Esta criação humana, *o dinheiro*, resultou numa das estruturas mais dinâmicas e efetivas da humanidade.

Com dinheiro as pessoas puderam comprar produtos que não poderiam produzir por si mesmas, liberando-as para fazerem outras coisas; assim, puderam especializar-se naquilo que melhor sabiam fazer. Hoje seria cada vez mais difícil uma pessoa fazer tudo o que necessita para sobreviver.

Tomemos o seguinte caso: se um trabalhador - um lavrador que produz hortaliças, por exemplo - precisa comprar um peixe, ele pode comprá-lo com dinheiro, que atua como instrumento de troca. Tendo esse meio de troca, o lavrador pode continuar o seu trabalho, enquanto um outro trabalhador - o pescador - pesca para ele. Havendo um meio, um instrumento, de troca não há necessidade que cada um desenvolva todas ações para dar conta das suas necessidades; as pessoas podem dedicar-se a uma tarefa, especializando-se naquilo que fazem e com isso serem mais produtivas.

Numa sociedade complexa como a nossa, o desenvolvimento não teria sido possível se não houvesse um instrumento de troca que, além de fixar um preço às mercadorias e serviços, permite que as pessoas guardem seu dinheiro para utilizá-lo em outro momento. Sem o dinheiro, sem a moeda, seria muito mais difícil para as pessoas trocarem produtos e serviços.

É isso o que compreendemos como desenvolvimento: a possibilidade de se especializar para produzir produtos mais complexos, e de intercambiar estes produtos como um meio de trocas.

Pode-se perceber que o dinheiro pode dinamizar o intercâmbio de produtos e serviços dentro de uma sociedade. No exemplo acima eram apenas dois bens, peixes e hortaliças, que também poderiam ser trocados diretamente entre si, sem a utilização de dinheiro. Mas ampliando este exemplo, incluindo um lenhador e um ferreiro, além do pescador e do lavrador, cada um deles com seus produtos que os outros três desejam, as atividades de trocas se tornariam bem mais complexas. Ampliando ainda mais o último exemplo e trazendo-o para a realidade dos dias de hoje, em que se necessita de uma gama ainda maior de produtos e serviços, seria impossível a realização de trocas sem um instrumento apropriado, como o dinheiro.

A disponibilidade de moeda como instrumento de trocas estimula o desenvolvimento de uma comunidade, de uma região ou de um país. Quanto mais dinheiro circula, quanto mais este dinheiro pode facilitar intercâmbios, quanto mais cada um de nós pode se especializar numa atividade. Quanto mais nos especializamos em nossas atividades, quanto maior o nível de nossos produtos, já que não todos somos bons pescadores, lavradores, ou ferreiros. Nosso desenvolvimento econômico, porém, está diretamente ligado à disponibilidade de um meio de intercâmbio, que nas épocas modernas é o dinheiro. Por isso são necessários mecanismos de criação deste meio ou, em termos econômicos, de *emissão de dinheiro*.

Na Europa, a partir da Idade Média, estes meios foram disponibilizados, por exemplo, pelos ourives italianos, ou, mais adiante, pelo Banco da Inglaterra, que aumentaram a quantidade disponível de circulante e, portanto, o desenvolvimento e o bem estar naquele continente nas referidas épocas. Hoje, são os bancos que emitem dinheiro, como será demonstrado no capítulo 2.

É bem verdade que existiram outras fontes que disponibilizaram dinheiro extra, o que fez acelerar o desenvolvimento europeu (por exemplo, o ouro e a prata “conquistados” nas colônias européias, nos séculos XVI e XVII), que serviram como dinheiro para organizar as relações econômicas. É importante ressaltar que não foi só o valor direto do ouro que fez a Europa enriquecer. Muito mais importante que o ouro, foi a criação de disponibilidade de um circulante (dinheiro). Isto fez com que os europeus pudessem intercambiar, se especializar e dinamizar suas produções, ensejando à sociedade européia um desenvolvimento de forma integral.

Num sistema monetário onde o dinheiro se acumula nos centros financeiros e não circula nas comunidades, estas perdem a possibilidade de criar as especializações e os intercâmbios necessários para se desenvolver e faz com que suas capacidades sejam desperdiçadas.

É isto exatamente o que faz o sistema monetário capitalista: acumula o dinheiro, deixando as comunidades sem o meio necessário para se desenvolver.

1.3 DESENVOLVIMENTO PELO INVESTIMENTO DO EXCEDENTE

A prosperidade e o bem estar material de um grupo (ou sociedade) emergem em grande parte em função dos investimentos em atividades que aumentam a produção. Dito de outro modo, a prosperidade é resultado, na maioria das vezes, das inversões ou dos investimentos que as pessoas fazem para aumentar a produção a partir de determinadas condições.

Quando o mar lançou Robinson Crusoe numa ilha isolada, ele soube sobreviver tecendo uma rede de pesca e fazendo uma lança. Ao fazer isso, ele não só melhorou sua situação para obter algo para comer, mas melhorou estruturalmente suas condições de sobrevivência. Mas para tecer a rede e construir a lança foi necessário gastar um tempo nestes instrumentos. Durante o tempo em que tecia a rede e construía a lança, ele não pôde caçar, muito menos coletar o que comer; então, para fazer isto, ele foi obrigado a optar entre duas situações: abastecer-se previamente para não passar fome, enquanto trabalhava na rede e lança, ou começar a produzir ambas e passar fome até poder usá-las para garantir seu alimento.

Dito deste modo estas ações podem parecer estranhas e raras mas, mesmo sem perceber, o cotidiano é repleto de atitudes semelhantes, em que se reserva parte do que se dispõe no presente para poder desfrutar no futuro, ou que se baixam as condições de hoje, para melhorá-las estruturalmente amanhã. Estas ações de melhorar estruturalmente nossas capacidades pela aplicação do excedente, os livros de economia chamam de *investimento*.

Os investimentos não são outra coisa que um mecanismo de juntar o excedente da produção para poder aplicá-lo de forma produtiva. Na história humana existiram muitas formas nas quais o excedente da produção foi acumulado e investido, a maioria delas compulsórias.

No século XV a rainha católica Isabel de Espanha expulsou os árabes da Península Ibérica. Para financiar esta guerra, confiscou as posses dos judeus, conseguindo assim aumentar o fluxo de dinheiro para seus cofres. O resultado foi a formação de um capital necessário para ser utilizado na guerra contra os mouros e, quando a guerra acabou, havia ainda um volume tão grande de capital que poderia ser utilizado para outros investimentos. E assim o fez, patrocinando a investida de Cristóvão Colombo em busca de novos caminhos para

as Índias, que terminou por descobrir novas terras e buscar riquezas na América. Assim o fazendo, investiu uma parte do excedente econômico num projeto de exploração, de negócios e de roubos; uma viagem que propiciou uma riqueza incalculável para si e para o seu império.

O mecanismo de investir o excedente aponta para uma situação que historicamente se repete. Tradicionalmente numa sociedade existe um grupo, uma elite, que atribui a si mesma os resultados ou os lucros produzidos por todos. Nesta acumulação centralizada de dinheiro muitos são os trabalhadores e poucos, pouquíssimos na verdade, os que desfrutam dos resultados financeiros da produção fruto do trabalho. É interessante ver que, dependendo de como esta abundância é utilizada, pode promover o desenvolvimento duma sociedade ou não. Se a elite usa o excedente para festas e consumo, a sociedade pode se torna decadente. Mas, se o excedente é investido de forma dinâmica, a sociedade pode se desenvolver. O que é essencial saber é que para que haja o desenvolvimento de uma comunidade são necessários mecanismos para apartar o excedente e aplicá-lo de forma produtiva. O fato de que, historicamente, na maioria das vezes isto foi realizado de forma exploratória e forçada, não quer dizer que não seja possível realizá-lo com métodos mais dinâmicos, democráticos e igualitários.

O excedente não é resultado de ações mágicas. Como ele aparece e é utilizado precisa ser entendido, porque ele indica para um mecanismo que tanto pode ser de renovação, quanto de deterioração e estagnação.

Nos velhos tempos, os excedentes eram acumulados com a utilização da força e compulsoriamente. Hoje, o capitalismo tem formas bem mais dinâmicas para fazer o mesmo: a riqueza proporcionada pelo excedente automaticamente está sendo usada por poderes anônimos do mercado. Os juros e os lucros fazem com que o excedente (surplus) da produção chegue, não mais aos nobres, mas aos investidores, capitalistas, comerciantes, aos bancos. Como funciona isto?

É preciso ter presente que no momento em que as pessoas ganham dinheiro, ele nem sempre fica com elas, pois existem vários instrumentos ou meios através dos quais este dinheiro flui para os setores mais poderosos e mais fortes da sociedade. Estes mecanismos são os bancos, onde a maioria das pessoas guarda seu dinheiro.

No sistema capitalista os investidores tem a disponibilidade de todos os excedentes pelos créditos bancários, que são baseados no dinheiro disponível nas contas bancárias. Eles não precisam forçar você ou eu para disponibilizar nossas poupanças, como a Rainha Isabel fez com os judeus. Eles só precisam convencer os bancos de que o investimento gerará lucros. Isto faz que o capitalismo seja bem mais dinâmico que outras formas de se apropriar do excedente. No capitalismo, só quem investe pode se apropriar do excedente. Isto faz com que o excedente seja sempre investido produtivamente.

Desta forma a disponibilidade do dinheiro excedente para os investidores dinamiza toda a produção e resulta no desenvolvimento da sociedade.

Esta atribuição direta do excedente através do sistema monetário faz que o capitalismo seja o “sistema mais dinâmico e renovador na história”, como foi determinado por seu maior crítico, Karl Marx.

1.4 CRÉDITO COMO MOTOR DA ECONOMIA

O crédito, como conceito, é um tipo de transação comercial em que um gasto, seja em investimento ou consumo, é facilitado de imediato, enquanto o pagamento acontece depois de um determinado tempo. Os fatores mais relevantes dessa transação são a confiança e o tempo a decorrer entre a aquisição e a liquidação da dívida.

A maioria das empresas, umas mais e outras menos, dependem de empréstimos para financiar seus investimentos. Sendo assim, o crédito é como um motor na economia, facilitando investimentos e desenvolvimento. Mas, não se deve pensar o crédito somente relacionado com as empresas; os próprios consumidores também utilizam sistemas de crédito para comprarem produtos que não podem pagar de uma só vez. O governo, para realizar atividades de investimentos nas cidades, estados e país também faz uso de financiamentos de crédito. Vê-se, então, que no sistema monetário, o crédito desempenha um papel central, como um coração, bombeando fluxos de capital de um lado para o outro.

Na maioria das vezes o crédito é emprestado criando novo dinheiro. É a forma do modelo capitalista de emitir dinheiro: outorgando créditos. O dinheiro novo surge no momento em que é concedido crédito. Neste capítulo vamos nos aprofundar em alguns aspectos deste crédito.

É de suma importância ressaltar que a criação dos créditos, além de gerar novas oportunidades de investimento, também resulta num poço de dívidas. Quem está emprestando o dinheiro, por certo, deseja uma remuneração sobre o montante, que se conhece como juros. Esses juros serão discutidos no próximo parágrafo.

O crédito pode ser gerado num determinado local e o dinheiro pode ser aplicado em outro. Assim, muitas pessoas na Europa conseguem empréstimos a juros de 6% ao ano e os aplicam na Bolsa de Valores nos Estados Unidos da América (EUA) que, até há pouco, proporcionava rendimentos de 15 a 20% ao ano. A localidade da inversão, em geral, é eleita por razões especulativas. Isto significa que não são determinantes os valores intrínsecos para a acessibilidade do capital, mas principalmente o aumento do rendimento esperado.

Graças à globalização e à liberalização dos mercados de capital, o dinheiro pode ser transportado pelo mundo na velocidade do tempo de da luz, e ser aplicado onde são obtidos os maiores rendimentos, mais atrativos. Isto implica que o dinheiro disponível para respaldar créditos também pode procurar os maiores lucros no mercado mundial. Assim, o pequeno agricultor da Índia está, na verdade, concorrendo na aquisição de capital com empresas multinacionais.

É muito importante ressaltar que o valor de crédito está baseado no valor de mercado ao invés do valor inerente. Assim, surge uma situação na qual o crédito se concentra em regiões com elevado valor de mercado. Nessas regiões as empresas de médio porte também conseguem dinheiro com facilidade. O outro lado da moeda é que a falta de crédito também se concentra; nas regiões onde isso acontece, mesmo pessoas com boas idéias e empresas de excelente capacidade têm grandes dificuldades em conseguir capital. Mesmo que consigam crédito, elas iniciam suas atividades no mercado local onde há pouca oferta de dinheiro e, portanto, é difícil obter algum retorno. Assim, a falta de crédito cria uma realidade própria: a impossibilidade de fazer florescer uma atividade.

Tomemos por exemplo uma pequena empresa de computadores do Vale do Silício (*Silicon Valley*) e uma no Chile. Ambas têm boa posição no mercado, têm clientes, a administração da empresa é eficiente e apresentam bom gerenciamento do dinheiro, mas as duas necessitam de novo capital e, portanto, emitem ações. O investidor europeu precisa decidir. A pequena empresa nos EUA está representada no NASDAQ. Nesta Bolsa de Valores, até pouco, subiam os valores das ações com dezenas de porcentos por ano. Nem tanto pelos valores das empresas, mas pelo valor do mercado no total, e pela grande demanda de ações. A empresa no Vale do Silício, portanto, conseguirá empréstimos mais facilmente do que sua concorrente chilena.

Além disso, os juros cobrados sobre empréstimos nas regiões pobres são muitas vezes superiores aos cobrados em regiões desenvolvidas, tornando quase impossível qualquer nova atividade econômica. Esta espiral de miséria é alimentada por custos bancários mais elevados, por causa de riscos maiores; com isso, geram inflação maior e menor atividade econômica, etc.

Na mesma espiral de impossibilidade de investimentos semelhantes estão também os bairros empobrecidos dos países mais ricos. Num determinado momento, a ausência de crédito se tornou a causa da impossibilidade do bem-estar, enquanto que, segundo os banqueiros, ela é uma consequência.

Às vezes o governo ou uma agência de fomento ao desenvolvimento ou um investidor privado optam por investir, de uma vez, muito dinheiro em determinado bairro. A região portuária de Londres é um exemplo: tratava-se de um bairro decadente que foi restaurado num grande projeto e que hoje é um dos pontos mais prestigiosos da cidade. O interessante é que surge

então um impulso contrário: a expectativa de um valor futuro gera valor de crédito e esta se cumpre *per se* - como há um fluxo de dinheiro para o bairro e ele recebe benfeitorias, aumenta o valor esperado do bairro como um todo e as casas decadentes passam a ter maior valor imediato. Só esta valorização é mais que suficiente para dar retorno aos investimentos da agência de fomento.

Como visto, o crédito traz força e dinâmica à economia. Nosso modelo monetário está baseado nestes créditos para emitir moeda e criar a quantidade necessária de dinheiro. Mas ao mesmo tempo, já que nosso sistema monetário está nas mãos duma pequena oligarquia, este crédito implica numa dependência cada vez maior, deixando o mundo inteiro dependente do sistema financeiro. O mecanismo que realiza esta dependência é o sistema de juros.

1.5 JUROS

“Sem ser radical, nem exagerar, eu lhe digo: a terceira guerra mundial já começou. É uma guerra silenciosa, mas porém não menos sinistra. Esta guerra está destruindo Brasil, o continente latino-americano, e praticamente todo o Terceiro Mundo. Não morrem soldados, mas infantes, ao invés de milhões de feridos, tem milhões de desempregados. Ao invés de pontes, são destruídas fábricas, escolas, hospitais e economias inteiras. É uma guerra do Oeste rico, contra o continente Latino-Americano e o Terceiro Mundo.

O motivo desta guerra é a dívida externa, e o arma mais importante são os juros, um arma mais mortífera que a bomba atômica, e mais destrutiva que o raio laser.”

Luís Inácio “Lula” da Silva.

A essência crítica ao sistema monetário vigente é que ele funciona à base de juros. Nos outros itens poderá ser visto exatamente o que são os efeitos da base de nosso dinheiro. Aqui só será examinado superficialmente o que são os juros.

Juros para nós são uma das evidências da vida. Se uma pessoa pedir um empréstimo ao banco, pagará juros; se fizer poupança, receberá juros. Mas isto não é uma situação equilibrada: o que ela receberá será bem menor do que pagará. No Brasil o exemplo é bem claro: alguém que depositou 100 reais na poupança num banco, no dia 1º de julho de 1994 (data de lançamento do real), tem hoje 374 reais e 34 centavos. Já se esse mesmo alguém sacou 100 reais no cheque especial, na mesma data, tem hoje uma dívida de 139 mil, 259 reais e 10 centavos, no mesmo banco. Ou seja: com 100 reais do cheque especial você fica devendo nove carros populares, e com o da poupança, consegue comprar apenas quatro pneus.

No passado os juros nem sempre eram aceitos. Tanto a Bíblia como o Alcorão, e muitos outros livros sagrados, chamavam de usura e consideravam pecado inaceitável por parte daqueles que se aproveitavam para auferir ganhos sobre empréstimos concedidos. Nossa conceito ético e moral quase sempre aponta no mesmo: quem pediria a seu vizinho que lhe retornasse duas xícaras de açúcar, quando lhe tivesse pedido emprestada apenas uma?

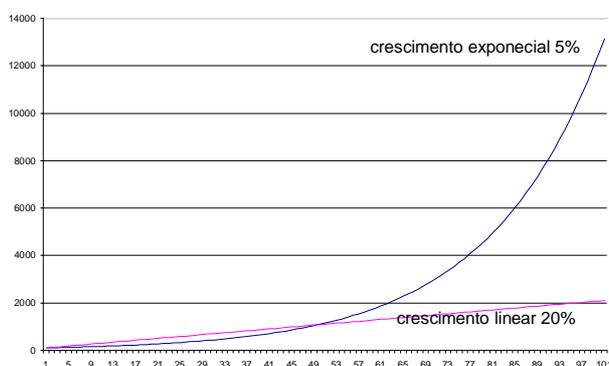
Hoje os juros são a essência do sistema monetário e os banqueiros que fixam as taxas são membros respeitados de nossa comunidade. E mais: muitos economistas e analistas financeiros não acham possível um sistema monetário funcionar sem eles. Os juros são definidos como “o custo do dinheiro”. Isto é uma forma de legitimá-los, mas é um argumento falso. Se os juros somente representassem o custo dos bancos para manterem suas administrações e os seguros que eles precisam para os créditos que eventualmente não retornam, esses juros não seriam cumulativos. Seriam gastos exatamente em pagar os salários dos empregados dos bancos e pagar os custos dos créditos perdidos. Os juros não são tanto o “custo” do dinheiro, mas muito mais o “preço” do dinheiro: um preço artificialmente alto, pela apropriação nas mãos duma pequena oligarquia do poder de sua emissão.

Os juros são taxados de forma *exponencial*, resultando de uma percentagem *cumulativa* não só sobre o crédito inicial, mas também são cobrados juros *sobre juros*. Quem conhece um pouquinho de matemática sabe o que implica um crescimento exponencial. É um crescimento que aumenta sua velocidade continuamente.

Um crescimento desta forma é tão explosivo, que, depois de um tempo de aceleração, ele ganha velocidades tão extremas, que já os recursos humanos para controlar seus efeitos se tornam ineficientes.

Isto leva a que os efeitos dos juros em nossas vidas acelerem suas influências! Há cem anos os efeitos totais dos juros não necessariamente eram tão visíveis, mas hoje os pagamentos de juros estão escravizando populações e nações, levando à exploração contínua de recursos naturais e humanos.

Crescimento exponencial e crescimento linear



Por seu caráter exponencial, os juros nos obrigam a pensar no curto prazo, estimulando a degradação ambiental. Só imagine: os retornos que podem dar processos naturais não são exponenciais, eles são *lineares*, estáveis. Imaginemos os peixes nos oceanos se reproduzindo uns 7% (constantes) por ano, e os juros a uma taxa de 5% (cumulativa). Isto explicará por que é financeiramente bem mais vantajoso pescar *todos* os peixes no mar hoje, vendê-los e guardar este dinheiro num banco contra juros, que deixá-los nadar tranquilos e a cada ano recolher uma parte. Como é isso?

No primeiro ano o monte de dinheiro cresce uns 5%. Isto é um pouco menos do que a capacidade natural dos peixes em se reproduzir. No segundo ano cresce de novo os mesmos 5%, mais os 5% sobre os 5%, um total de 5,25%. No terceiro ano, um pouquinho mais que 5,5%. Até aqui parecem os peixes ser mais produtivos que os juros. Mas o que acontece com um crescimento exponencial? No oitavo ano, a renda dos juros cumulativos são de 7% do montante inicial. Aos 15 anos, a renda é de uns 10%; aos 20 anos, 12,6%, e isto vai crescendo cada vez mais rápido! Aos 50 anos, já são mais de 50% anuais os retornos dos juros! Muito mais do que nenhuma espécie de peixes pode se reproduzir. É exatamente isto o que acontece quando governos decidem saquear as riquezas naturais de seus países para amortizar suas dívidas externas: a renda *constante e eterna* que estas riquezas dão, não pode competir com os juros que são taxados sobre as dívidas.

Mas é uma eleição totalmente ridícula e cínica: todos sabemos que se destruirmos todos nossos recursos, o dinheiro que virou a representá-lo não terá mais nenhum valor! O economista Kenneth Boulding se expressou claramente: “Quem acredita num crescimento exponencial contínuo, em um planeta finito, é ou um louco, ou um economista”.

Os juros e a acumulação de riquezas

É necessário saber que nós não só pagamos juros para nossos créditos, mas os pagamos cada vez que compramos pão, que tomamos café, ou quando pagamos o aluguel da casa. Cada investimento que implica num crédito resulta no pagamento de juros. Cada padaria que compra uma nova máquina, cada produtor de café que obtém um crédito para comprar sementes, cada casa comprada com um crédito, todos pagam juros. Esses juros sempre são embutidos nos preços cobrados do consumidor e é por isso que em cada compra que fazemos pagamos juros. Hoje os preços pagos pelo consumidor podem ter de 25 até 70% de juros, acumulados na sua trajetória pela cadeia produtiva!

O que percebemos é que os juros são um mecanismo muito eficiente para a acumulação de riquezas, por aqueles que detém o poder financeiro. Na população humana, só 10 por cento recebem na sua vida mais ou menos a mesma quantidade de juros que eles pagam; 80 por cento pagam muito mais juros do que recebem e uma elite, 10 por cento da humanidade, recebem bem mais lucro por parte dos juros do que eles pagam.

Normalmente os mais vulneráveis, gente e países pobres, são os que precisam de capital para promover o desenvolvimento. Como não tem capital, pedem emprestado. Na prática, surge desta maneira um déficit estrutural de dinheiro num círculo vicioso. Isto implica em um déficit sistemático para sociedades, países e comunidades, no qual o novo dinheiro é criado e gera novos pagamentos dos juros da dívida. O uso do dinheiro como meio de intercâmbio se esvazia, porque é continuamente retirado do circuito produtivo.

Os juros são um método bem efetivo de *acumular sem trabalhar*. Isto não só é uma realidade para indivíduos que se aposentam e vivem dos juros que eles recebem pelo seu capital, mas num nível bem mais elevado, para comunidades e estados. O fato de os países pobres estarem condenados eternamente a pagarem juros intermináveis sobre dívidas velhas, obriga-os a competirem no mercado mundial para obterem os dólares necessários para pagar estes juros. Desta forma os juros são um método excelente dos países ricos de ficar com os excedentes dos países pobres.

Mas os juros não criam só riqueza. Eles são a causa da pobreza para grandes partes da população mundial. Ao mesmo tempo em que os países ricos se enriquecem ainda mais, os países pobres ficam sem o circulante necessário para as comunidades se autogestionarem. Aqui, os altos níveis de desemprego significam um desperdício enorme de possibilidades e recursos humanos. Isto tem que ficar claro: não só a pobreza direta da perda de recursos humanos e naturais, mas uma pobreza mais estrutural, causada pela ausência de meio de intercâmbio e de um desenvolvimento autônomo, são causadas pelos juros.

Os juros e a inovação

Uma ironia histórica é que esta forma de tributo obrigou a países como o Brasil a se desenvolver rapidamente. Isto resultou numa indústria moderna e competente. Mas como o objetivo desta modernização nunca foi o de beneficiar a população, ao mesmo tempo de ter uma produção moderna, existem condições humanas e sociais medievais.

Não devemos esquecer que os juros têm efeitos desastrosos também nos países ricos. A Holanda apresenta os juros como o segundo posto no orçamento, pagando mais de juros do que aplica em educação ou saúde. A economia nos centros capitalistas, que necessita gerar os juros cumulativos sobre seus investimentos, está continuamente se acelerando para criar estes lucros.

A conseqüência inevitável de uma economia onde os investimentos são taxados com juros é que as taxas de juros crescem exponencialmente e a produção tenha que seguir crescendo para poder pagar estas taxas. Desta forma, essa economia é submetida a uma força predadora, na qual a lógica será sempre produzir mais para criar mais consumo, mais exploração da natureza, mais exploração do meio ambiente e, conseqüentemente, dos seres humanos.

Nos enredamos num círculo incontrolável de novos produtos, novos meios de produção, mais produtos, mais meios de produção, destruição e substituição de produtos e meios de produção acelerada, de altos rendimentos e mais concentração de renda e uma acumulação contínua do capital e poder nas mãos de um pequeno grupo.

O paradoxal é que nas regiões ricas o ritmo da vida está mais e mais acelerado e, ao mesmo tempo, é menor a qualidade de vida em função da necessidade de manter-se no ritmo do crescimento do dinheiro.

Não se pode negar a importância e as consequências para a vida diária da criação de dinheiro taxada com juros. Vivemos em um sistema econômico no qual sempre há um déficit estrutural de dinheiro, e a maioria das nações está condenada a produzir excedente para pagamento destes juros.

É por isso que procuramos desenvolver uma economia sem juros, onde o dinheiro circule por razões de produção e de comércio, e não por razões financeiras.

2. PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

No primeiro capítulo, o dinheiro e alguns de seus aspetos foram descritos. Já foram introduzidos termos como *emissão, créditos, juros, acumulação*. Neste capítulo nosso propósito é de esclarecer exatamente como e onde o dinheiro capitalista nasce, como ele circula e quais são suas dinâmicas.

2.1 O NASCIMENTO DO DINHEIRO

A circulação do dinheiro começa quando o dinheiro é emitido. Existem muitas formas de emitir dinheiro. Uma forma, a mais clássica, é quando um governo, ou outro órgão, imprime moedas e bilhetes e os gasta pagando por produtos ou serviços da sociedade.

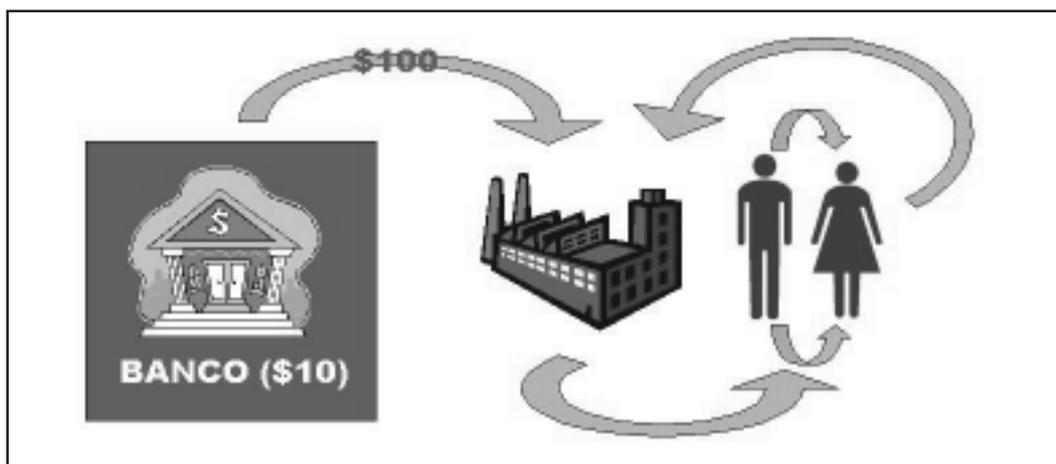
Esta forma de emissão de dinheiro foi importante, mas no mundo capitalista, só 3% do dinheiro em circulação são moedas e bilhetes, ao passo que 97% é dinheiro virtual, em contas correntes, cartões de crédito, etc. De onde vem todo este dinheiro?

Para responder essa pergunta, precisamos voltar aos ourives (tesoureiros) italianos, que emitiam garantias de ouro sem ter todo esse metal nos seus cofres. Já que muitas pessoas prefeririam as garantias ao ouro mesmo, por sua comodidade de uso, muito ouro nunca era recolhido. Os “ourives” podiam emitir até dez vezes mais garantias do ouro que eles guardavam, auferindo grandes lucros pelos juros que eles taxavam.

Este sistema pode parecer fraudulento mas, ao mesmo tempo, facilitou o desenvolvimento acelerado da Europa, pela disponibilidade de dinheiro para facilitar transações (ver item 1.3). Hoje, o sistema bancário capitalista está baseado exatamente nesta dinâmica, que tem o nome de *respaldo parcial*. Cada livro de economia básica explica como os bancos necessitam ter um respaldo pelos créditos que eles emitem de mais ou menos dez por cento. Cada país, em sua lei bancária, define a percentagem exata; é mais ou menos o mesmo nas diferentes partes do mundo.

Tendo um certo respaldo em suas reservas, os bancos comerciais privados têm o direito, por lei, de emitir dez vezes mais dinheiro, novo dinheiro, nascido da nada! Não é, porém, a poupança de outro que você está emprestando. A maioria do crédito que é anotado na sua conta bancária, e que você paga incluindo os juros, é dinheiro novo que previamente não existia e está respaldado pelas jurisprudências nacionais. Os 97% mencionados da quantidade total de dinheiro é, então, crédito bancário.

Os bancos emitem dinheiro para circular na economia produtiva e as comunidades. Eles criam este dinheiro (100) na base de um respaldo parcial (10).



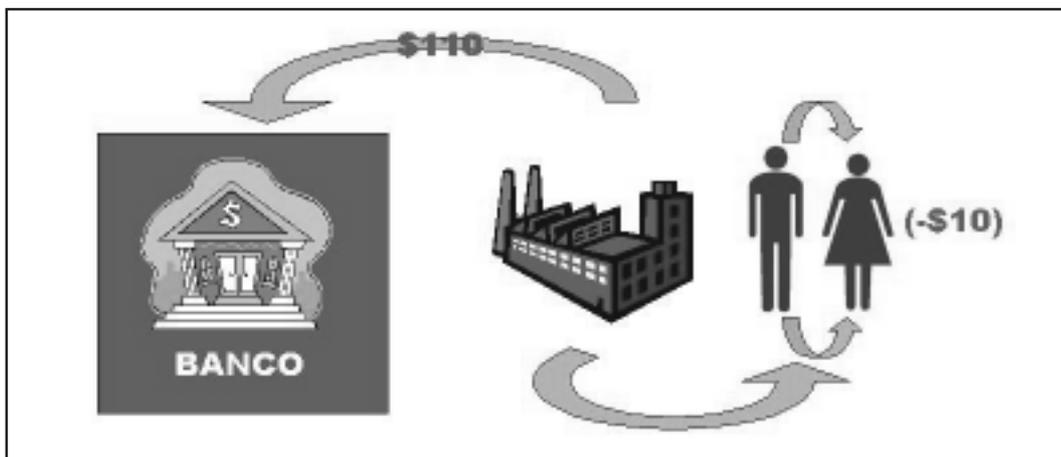
2.2 OS JUROS: UMA TAXA PERPÉTUA

O crédito que cria novo dinheiro é taxado com juros. Se pensarmos bem, isto é paradoxal: eu te empresto uma coisa que ainda nem existe, mas te taxo um juro cumulativo!

Fora outros aspetos, por exemplo, morais (ver item 1.5), vamos analisar aqui o efeito dos juros para o próprio sistema monetário. Já que concluímos que 97% do dinheiro circulando hoje são créditos bancários, podemos deixar os demais 3% de lado neste momento, e fazer como que todo dinheiro fosse crédito.

Então, visualizamos o dinheiro entrar na circulação taxado com juros. Se um montante de 100 reais (dólares, pesos ou marcos) entra em circulação, taxado com 10% de juros, depois de um ano deverão sair de circulação 110 reais: o pagamento do crédito mais os juros. Mas o que acontece? O próprio crédito cria uma falta de dinheiro em circulação na ordem de 10 reais. De onde vêm os 10 reais? Neste sistema, onde a única forma de criar dinheiro é o crédito, os 10 reais terão que ser criados com um novo crédito. Mas...este crédito também terá seus juros!

As taxas dos juros criam uma falta de dinheiro nas sociedades.



Quanto mais créditos os bancos emprestam, tanto mais falta de dinheiro eles criam. Desta forma cada vez mais e mais créditos são necessários, criando um endividamento que cresce continuamente. É isso exatamente o que está acontecendo hoje no mundo: um endividamento contínuo das pessoas, governos e empresas, não só no mundo pobre, mas também no mundo rico.

No Movimento Monetário Mosaico isto deve estar completamente claro: os bancos, que supostamente têm a função de facilitar o dinheiro para a economia, na realidade estão criando continuamente a falta de dinheiro na mesma.

2.3 VÁRIAS FORMAS DE PERDA DE DINHEIRO EM CIRCULAÇÃO

Como foi descrito, o sistema monetário baseado em créditos taxados com juros cria seu próprio déficit de dinheiro. Desta forma o circuito produtivo perde dinheiro diretamente ao circuito financeiro. Isto deixa as comunidades sem o meio de trocas, indispensável para seu desenvolvimento (ver cap. 1).

No sistema monetário vigente existem mais formas nas quais as comunidades perdem o dinheiro circulante.

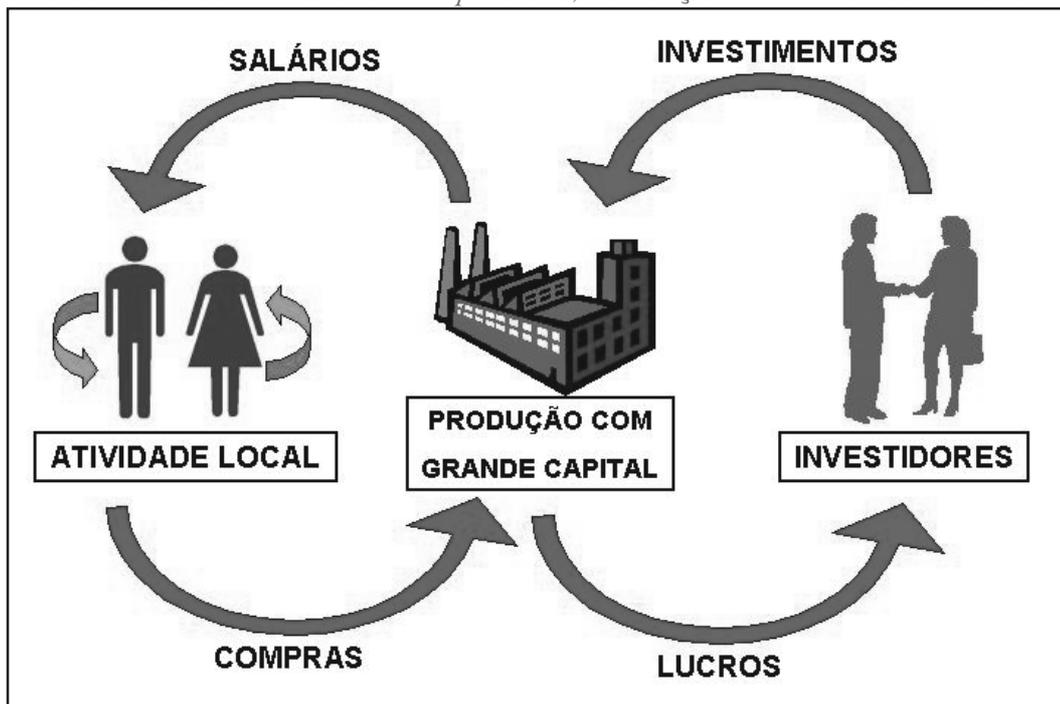
Drenagem do circuito produtivo pelo circuito financeiro.

Quando nós falamos em dinheiro, devemos distinguir dois circuitos monetários separados. O primeiro, trata da produção e do consumo, o segundo, distante da produção, trata do mundo financeiro especulativo que negocia em ações, em reivindicações e em débitos de títulos.

O dinheiro tem uma finalidade diferente nos dois circuitos. O produtivo necessita-o como meio de troca para anotar comércios, enquanto o especulativo usa-o para anotar as transações também, mas aqui o próprio dinheiro é a mercadoria mais importante.

Os dois circuitos não são separados inteiramente: o dinheiro flui entre ambos os circuitos, causando um vazamento de liquidez no circuito produtivo. Desta forma, o dinheiro se encontra abundantemente no circuito financeiro mas é escasso no circuito produtivo. O circuito financeiro drena o dinheiro do circuito produtivo de diversas maneiras. A razão principal para esta divisão é a diferença nos retornos.

Se os lucros e os investimentos estiverem equilibrados, a circulação do dinheiro seria continuada.

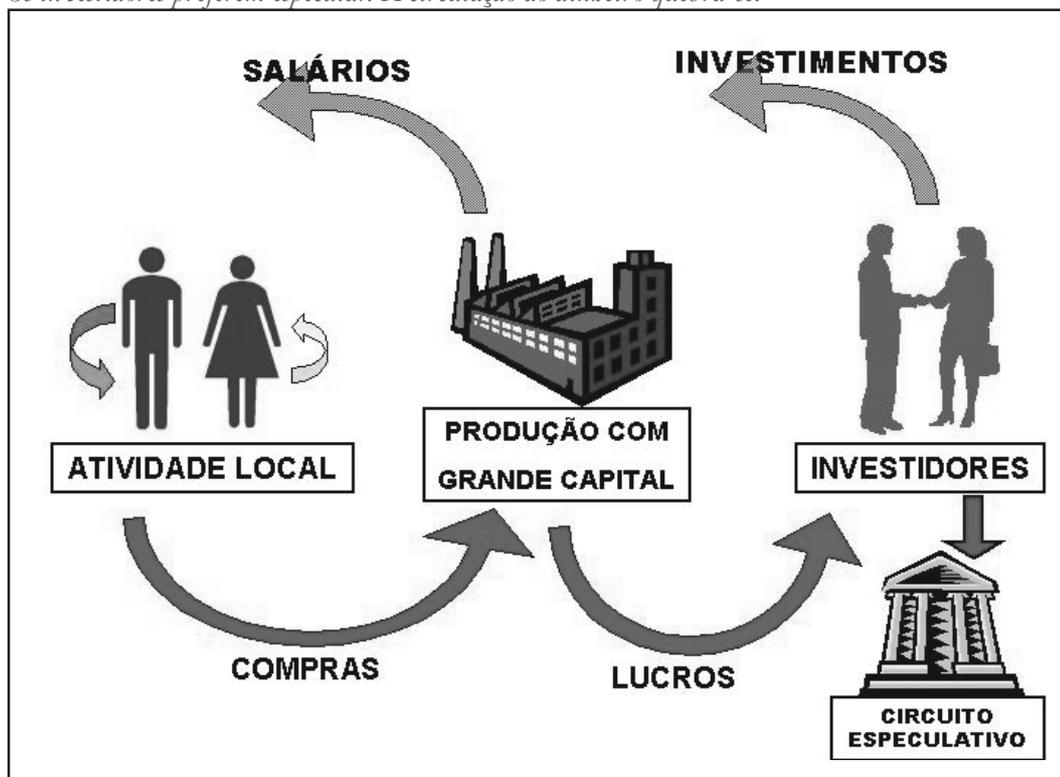


Porém, os baixos percentuais de remuneração de um investimento na produção, seja em uma loja ordinária ou fábrica, não podem ser comparados à ascensão explosiva dos retornos no circuito financeiro. A diferença é tão grande que gera dois mundos totalmente diferentes.

Imaginemos um capitalista que tem dinheiro para investir e compra ações de uma fábrica. A fábrica, a cada ano, terá que pagar uma parte de seus lucros como dividendos ao investidor. Se ele investir estes valores novamente no circuito produtivo, não acontecerá nenhuma drenagem. Mas se o capitalista preferir investir nos circuitos especulativos, aí esse dinheiro não mais estará disponível para o circuito produtivo.

Isto gerará uma drenagem do dinheiro do circuito produtivo ao circuito especulativo. Esta drenagem sempre terminará prejudicando a comunidade local, já que os produtores compensam a drenagem pagando salários menores.

Os investidores preferem especular. A circulação do dinheiro quebra-se.



Nós fomos ensinados que as bolsas são um mecanismo de subministrar dinheiro dos investidores às companhias. Quando uma companhia precisa de dinheiro, ela emite ações, que vende aos investidores. Desta forma ela obtém o dinheiro necessário para seus investimentos. Isto acontece, sem dúvida. As companhias recuperam dinheiro do circuito financeiro através dos estoques novos, mas cada vez menos. Quando uma companhia emite ações, ela tem que pagar anualmente uma parte de seus lucros aos investidores.

Pesquisas do economista Doug Henwood nos Estados Unidos demonstram que entre 1901 e 1996, as bolsas forneceram somente 4% do capital de funcionamento de companhias não-financeiras. Ao mesmo tempo, entre 1980 e 1996, um líquido de 11% do capital foi retirado pelas bolsas das companhias. Isto foi feito com as retomadas e as restituições dos estoques por companhias e pelos pagamentos anuais dos lucros aos investidores.

A maioria das transações nas bolsas de valores não implica em novas emissões de ações; são apenas de compra e venda de ações existentes, por parte de especuladores que acham que o valor das ações vai crescer ou descer. Todas estas transações não trazem dinheiro nenhum aos produtores, mas ao mesmo tempo existem tantas ganâncias no circuito especulativo que esses negócios atraem dinheiro não só de especuladores, mas também

cada vez mais a poupança das populações. Um exemplo disto é o fluxo do dinheiro das poupanças para a aposentadoria. Seus prêmios encontram uma saída para os circuitos financeiros. Já que muita gente está investindo em fundos de pensão, neste momento, as quantidades envolvidas são enormes.

Esses fluxos de dinheiro geram seus próprios lucros: já que cada vez mais dinheiro esta disponível para comprar mais ou menos a mesma quantidade de ações, os preços destas crescem aceleradamente. Assim, a tentação de levar seu dinheiro ao circuito especulativo é cada vez maior. Isto causa um acelerada submissão do mundo produtivo ao financeiro, com conseqüências importantes e riscos consideráveis. Quanto mais elevada a remuneração do capital proposta pelo circuito financeiro, mais forte sua atração, e mais forte a pressão sobre o setor produtivo para expandir.

Destas diferentes formas, o circuito financeiro suga uma quantidade contínua do circuito produtivo. Isto pode ser percebido facilmente, se compararmos as quantidades enormes de dinheiro circulando nas bolsas, com as dificuldades que têm os produtores de obter um crédito para investir produtivamente.

Drenagem do circulante local pela produção global

Como vimos no primeiro capítulo, a comunidade precisa de um meio abstrato para realizar trocas e inversões, para poder se desenvolver. A sucção do dinheiro pelo circuito financeiro representa uma das causas da falta de circulante local, porque os produtores pagam menos salários e isto causará uma falta de circulante nas comunidades.

Mas existe uma outra perda do dinheiro das comunidades à produção global, onde os indivíduos são muito mais responsáveis: é a perda de poder aquisitivo que acontece quando são comprados produtos produzidos fora de nossa comunidade.

Já faz algumas décadas que super e agora hyper e mega-mercados estão se instalando na América do Sul. O capital estrangeiro investe aqui, prometendo empregos e acesso a produtos baratos. Exemplos são as cadeias Carrefour e BIG. Mas o que acontece quando as comunidades compram nessas empresas? - Já que o dinheiro dos investimentos vem de fora, os lucros também irão para fora. O resultado é uma perda de dinheiro de nossa comunidade para o mercado mundial. E mesmo se o Carrefour ou o BIG fossem nacionais, a compra de produtos de cadeias produtivas de capital intensivo sugaria o dinheiro em circulação na comunidade onde se instalaram e o levariam para a economia globalizada.

Para o consumidor individual, uma compra num BIG pode parecer vantajosa, já que os preços podem ser mais baixos que na loja do bairro. Mas, o dinheiro da compra retorna ao mercado mundial, e quem sabe quando voltará. Desta forma, a chance do indivíduo ganhar este dinheiro diminui.

Drenagem do dinheiro por causa dos juros

Já foram discutidos os juros como causa da drenagem contínua do dinheiro das comunidades ao sistema financeiro. Cada vez que um produtor obtém um crédito para investir, cada vez que um cidadão obtém um crédito hipotecário para comprar uma casa, cada vez que um consumidor usa um cartão de crédito, o fluxo de juros cresce.

Assim podemos visualizar as diferentes formas de drenagens do dinheiro, deixando as comunidades sem os meios necessários para se autogestionar.

As diferentes causas de perda de dinheiro da circulação local/produção.



1. A perda causada pelos pagamentos de juros para o dinheiro emitido à base de créditos.
2. A perda de dinheiro do circuito produtivo aos investidores.
3. O dinheiro dos investidores que não é investido produtivamente mas é levado ao circuito especulativo
4. A perda de dinheiro das comunidades à produção global.

2.4 AS CONSEQÜÊNCIAS DA ESCASSEZ DO DINHEIRO: ACELERAÇÃO OU CRISE

A perda de dinheiro do circuito produtivo ao circuito financeiro tem grandes conseqüências. O que acontece quando falta o dinheiro em relação à quantidade de atividade econômica?

Acontece, paradoxalmente, uma aceleração enorme da economia. Por quê? Porque quando falta dinheiro, e a única forma de entrar novo dinheiro é um crédito, e cada agente na economia vai tentar evitar solicitar esse crédito. Isto resulta numa acelerada atividade, para competir pelo escasso dinheiro em circulação. Pense nisto quando passar na rua pelos camelôs, com seus milhares de produtos, ou quando você ver que sua maionese ou seu xampu tem “inovado” sua composição pela terceira vez em um ano. Muitas destas atividades são estimuladas, aceleradas, pela falta de dinheiro em circulação.

Você acha que no centro do capitalismo, na Europa ou nos bairros ricos aqui no Brasil, aonde todas as riquezas do mundo fluem, as pessoas estão tranquilas, desfrutando a vida e olhando o resto do mundo trabalhar? Desculpe, mas você está equivocado/a! Mesmo ali a aceleração da produção é tão intensa que as pessoas trabalham 60 horas por semana, com 2 ou 3 semanas de férias por ano!

O que aconteceria se a economia não se acelerasse desta forma? As taxas dos juros seguiriam crescendo, empobrecendo as pessoas e empresas, e causando uma crise. Isto é exatamente o que aconteceu em grande parte da América Latina.

Uma economia baseada em juros tem só duas opções: crescimento ou crise.

2.5 CRÉDITO E GARANTIA

Segundo o dicionário, crédito “significa prova de confiança dada a alguém, a quem não se tem motivo para desconfiar; segurança na verdade de alguma coisa” (Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro)

Neste item queremos brevemente explorar os temas da confiança e do respaldo quanto ao tema dos créditos.

Crédito e confiança

É a incerteza em relação ao outro ou a desconfiança sobre a capacidade que este outro tem em honrar seus compromissos que afeta seriamente a confiança das pessoas que investem no setor produtivo, provocando comportamentos de precaução e retração que bloqueiam novos investimentos.

A existência de arquipélagos de desenvolvimento e de desertos monetários apenas demonstram que a confiança junto com o crédito são os elementos necessários que respaldam a atividade econômica.

Dito de outro modo, confiança é o processo pelo qual as pessoas estabelecem comportamentos intencionais de oposição ao individualismo e as atitudes egoístas com o propósito explícito de estabelecer formas de cooperação, e o crédito traduz contrapartidas recíprocas para superar situações de carência e/ou desvantajosas decorrentes da aplicação radical das leis do mercado que lesam a dignidade da pessoa humana.

A falta de um respaldo sócio-econômico concorre para a falta de crédito e, conseqüentemente, na falta de dinheiro para as pessoas, grupos ou comunidades.

E, quando as pessoas ficam sem instrumento para mudar, investir no processo produtivo, o crédito deixa de ser um instrumento capaz de promover o desenvolvimento para ser um instrumento de controle social, cujo caráter predador se evidencia no seu fluxo: deixar o creditado (quem recebe) num “eterno presente”¹ de carência porque o dinheiro flui através das amortizações do empréstimo para o credor (quem empresta).

Os juros cobrados nas regiões pobres são muitas vezes superiores aos cobrados em regiões desenvolvidas, tornando quase impossível qualquer nova atividade econômica.

Esta espiral de miséria é alimentada por custos bancários mais elevados cujos riscos são maiores também em função da fragilidade econômica.

E assim nos enredamos no “eterno presente”, pois o crédito com juros elevados gera inflação que, por sua vez, concorre para uma menor atividade econômica e, portanto, maior risco, etc.

Nesse sentido, faz-se necessário nos darmos conta da falácia do crédito. Primeiro, porque o valor de crédito está baseado no *valor de mercado* ao invés do *valor inerente* que decorre do processo produtivo. É por isso que o crédito se concentra em regiões com elevado valor de mercado, na qual grupos, pessoas ou empresas conseguem dinheiro com facilidade; enquanto falta crédito para pessoas, grupos ou empresas com boas idéias e com excelente capacidade técnico produtiva, impossibilitando de fazer florescer uma atividade.

Segundo, porque a falta de crédito cria uma realidade negativa própria, isto é, uma espiral-de-impossibilidades na qual os investimentos, por não se diferenciarem, promovem

¹ Hobsbawn, E. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

atividades pouco especializadas ou complementares, de modo que mobilizam um mercado local cuja característica maior está no pouco dinheiro para consumir localmente e, portanto, de difícil ampliação do processo produtivo e do bem-estar local.

Estes dois elementos permitem entender que o respaldo do crédito *não está nas garantias mas, ao contrário, na promoção generalizada do crédito.*

Crédito então, é baseado em garantia ou valores de produção na economia. Por isso é que só se confia em dinheiro que pode adquirir bens e serviços. Por isso só é concedido crédito ou para atividades produtivas, ou para alguém capaz de honrar seus compromissos. Em outras palavras, que tenha condições de *garantir que o dinheiro de outros tenha rendimento em função da expectativa de lucro.* Ter rendimentos ou possibilitar uma expectativa de lucro passa a ser uma garantia.

É preciso ter presente que são nossas próprias capacidades de trabalho e bens, portanto, a garantia do crédito, mesmo porque um banco pode criar dinheiro do nada, mas necessita de nossos valores (bens) para dar cobertura a este dinheiro.

Aqui se visualiza um elemento chave no crédito que na maior parte das vezes é escamoteado pelo sistema financeiro: nossa própria capacidade produtiva (o trabalho) é a “garantia” dos créditos a serem recebidos.

Nossos próprios valores são a garantia dos créditos

Crédito é baseado em valores de produção na economia. Nós só confiamos em dinheiro que pode adquirir bens e serviços. Por isso só é concedido crédito ou para atividades produtivas, ou para alguém com um ingresso, rendimento, uma garantia ou uma expectativa de lucro. Só quem tem a possibilidade de ter lucro obtém um crédito para uma inversão, só quem tem uma casa obtém uma hipoteca e só quem tem um ingresso fixo obtém um cartão de crédito. Portanto, nossas próprias possibilidades, bens e capacidades são a garantia do crédito.

O banco cria dinheiro do nada (ver item 2.1), mas necessita de nossos valores para dar cobertura a este dinheiro. Mas nós pagamos juros ao banco! Este é um conhecimento estratégico importante: os bancos são tão dependentes da economia real (para dar cobertura aos créditos) quanto a economia real é dependente do sistema financeiro (para a concessão dos créditos). Este ponto de vista pode ser utilizado, na Economia Solidária, para utilizar os próprios valores como garantia para a própria moeda.

Isto é exatamente o que já acontece na prática da Moeda Social: se alguém quer participar de um Clube de Troca, ele/a deve demonstrar previamente que tem capacidade de ganhar

suas unidades internas. Assim, a própria produtividade é uma “garantia” dos *créditos* a serem recebidos. Nas redes de transações entre empresas, como a WIR, há necessidade de garantias adicionais. Numa rede de empresas, uma empresa se obriga, mediante contrato, a aceitar tantas unidades internas quantas a própria empresa gasta. Nestas dinâmicas são possíveis e necessários uma série de refinamentos conceituais (ver itens 8.2, 8.3 e 8.4), mas o princípio é sempre o mesmo: ao invés de pedir a um banco para capitalizar nossos valores e de pagar juros sobre o mesmo, a Economia Solidária nos ensina a basear nosso próprio meio de troca em nossos próprios valores. Assim, ela se libera da dependência do sistema financeiro e economiza, simultaneamente, o pagamento de juros. É isto que faz com que a Economia Solidária possa trabalhar de modo tão mais econômico e que, somente com base nisso, ela já possa concorrer com o capitalismo!

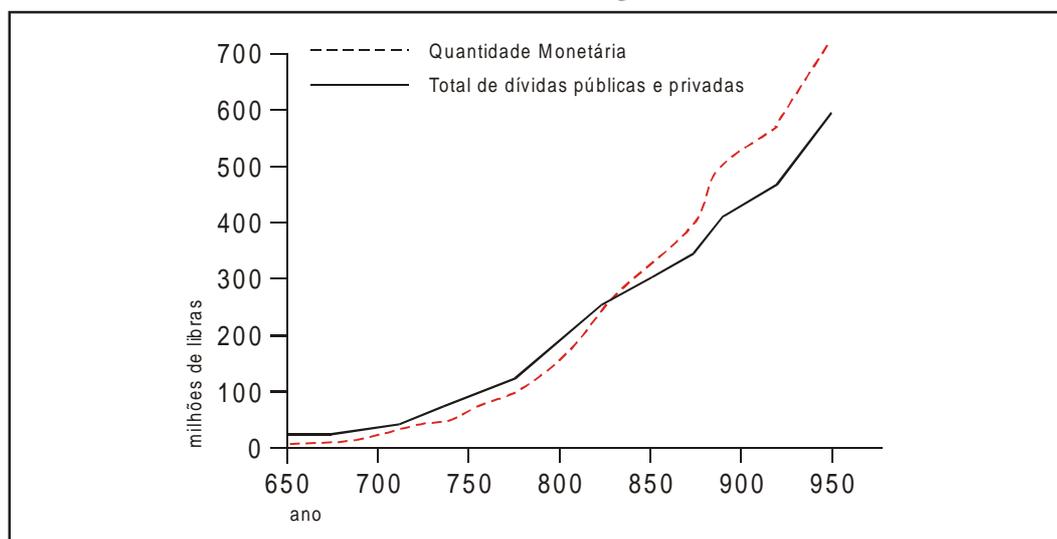
Agora, uma coisa importante para se levar em conta é: se nós usarmos nossos próprios valores como lastro para nossas próprias moedas, o que é exatamente esse lastro? Nos Clubes de Trocas, o lastro é garantido pelas relações sociais. Na rede WIR, o lastro já é mais jurídico. No item 8.1 será apresentado o sistema FOMENTO, onde o lastro da moeda social é moeda nacional. Somente se lograrmos criar lastros comparáveis, as diferentes moedas poderão circular nos diferentes sistemas. Esse é um sonho do Movimento Monetário Mosaico: ter diferentes moedas sociais que circulem não só no seu próprio sistema, mas que possam ser aceitas, sem risco algum, noutros modelos também.

2.6 O EIXO DE SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO: O ENDIVIDAMENTO

Como o sistema econômico atual está baseado na *criação de dinheiro com base em crédito* o modo mais importante pelo qual a quantidade de dinheiro cresce é a concessão de novos créditos. Mas isto também implica dizer que quanto maior a quantidade de dinheiro, tanto maior a disponibilidade de crédito e, portanto, maior o volume total de dívidas.

Olhando por este ângulo vivemos num sistema de endividamento, tentando empurrar as dívidas para longe de nós, ou seja, para os agentes mais fracos. Um sistema que gira sobre o crédito, gira sobre endividamento. Quando observamos o enorme crescimento na quantidade de dinheiro dos últimos anos, só podemos concluir que ocorreu um enorme endividamento. O economista inglês Michael Rowbotham pesquisou este assunto.

Crescimento simultâneo de M4 e do endividamento na Inglaterra (Michael Rowbotham).



Este gráfico demonstra como o crescimento do montante de dinheiro foi acompanhado de um crescimento *igual* do endividamento (de pessoas, empresas e governo). A parte do dinheiro que não é baseada em dívidas, as moedas e os bilhetes, hoje não significa mais de 3% do montante de dinheiro total.

Observamos que o M4 (termo técnico dos economistas para a *quantidade total de dinheiro*) na Inglaterra cresceu explosivamente no período pós-guerra.

Deste M4 somente 3% circulam na forma de moedas e notas. Este é o único dinheiro que entra em circulação na forma de *gastos* e não de *empréstimos*. O resto da quantidade de dinheiro, todos os créditos em contas bancárias, cartões de crédito, cheques, hipotecas, contas correntes estão baseados em crédito. Isto está bastante claro no gráfico: o endividamento total na Inglaterra aumentou exatamente na mesma proporção que o total da quantidade de dinheiro.

Nos primeiros itens vimos que a razão pela qual as dívidas e a quantidade de dinheiro crescem tão exponencialmente é o fato de que são cobrados juros sobre todos estes créditos que entram em circulação.

Um latino-americano, asiático ou africano sabe que, até hoje, seu país paga prestações por dívidas contraídas anos atrás. Mas na Europa isto também acontece. O pagamento de juros é, para o governo dos Países Baixos, o segundo maior item do orçamento, pagamento que consome muito mais dinheiro do que ensino ou saúde pública. Portanto, os países pobres não devem aos países ricos mas *todos os países devem ao sistema financeiro*. E isto não se aplica somente aos governos mas também aos indivíduos. Nos EUA o nível

de endividamento pessoal (hipotecas, cartões de crédito, etc.) cresceu tanto na última década que Alan Greenspan, diretor do Banco Central, manifestou sua preocupação com o fato repetidas vezes: na primeira crise que surgir, o castelo de cartas poderá desmoronar e as pessoas não terão condições de pagar os juros e as prestações assumidas. Isto poderá ter reflexos na economia internacional. Também a classe média na América Latina está entrando de olhos abertos nesta armadilha, atraída pelos brilhantes Shopping Centers e padrões de consumo maravilhosos; as pessoas estão se afundando, cada vez mais, em dívidas. Enquanto há crescimento está tudo bem. Mas mesmo um pequeno choque pode, nesta situação, ter enormes conseqüências.

Analisando isto tudo verificamos que o sistema monetário nos coloca diante de uma opção injusta: ser pobre ou ter dívidas (ou ser tão esperto que consegue repassar o problema para outros).

Se queremos capitalizar nossas capacidades, a única forma que temos é de nos endividar com os bancos, pagando juros. Para um indivíduo isto pode funcionar: ele pode ser esperto e gerar seu investimento, mais os juros. Mas para a comunidade, na sua totalidade, isto é uma perda de dinheiro (ver item 2.3).

Capitalizar nossas capacidades para nos desenvolver.

O renomado economista peruano Hernando de Soto foi convidado, nos últimos anos, a expor em todo mundo sua nova visão de como a pobreza pode ser resolvida. De Soto tem uma teoria bastante radical de como realizar desenvolvimento.

“É só legalizar todos os bens informais nos países pobres. Como quase noventa por cento das casas não existem oficialmente, também não é possível obter uma hipoteca sobre as mesmas. Legalizando-as cria-se no mundo pobre um potencial econômico de 9.300 bilhões de dólares. Isto é mais do que vinte vezes o total do auxílio ao desenvolvimento desde a Segunda Guerra. Para os bancos surge então um gigantesco mercado de financiamento”.

Assim falou ele durante sua visita aos Países Baixos.

É claro que De Soto está ciente de que uma parcela significativa dos problemas dos países pobres é provocado pela falta de dinheiro. De Soto claramente percebe que a fonte do dinheiro são os créditos, e que a base dos créditos são os lastros. Se os países pobres legalizassem a “economia informal”, se criaria uma grande fonte de lastros.

Novos lastros, para novo dinheiro, para novos investimentos, para fins comerciais e para o consumo. Pode ser que De Soto tenha razão. Que espaço seria gerado se o mundo

pobre pode obter dinheiro capitalizando (hipotecando) seus bens? Um espaço enorme: 9.3000 bilhões de dólares, puramente para circular! Simultaneamente os juros exigirão seu tributo e, aí, de forma acelerada. A economia não poderia se dar ao luxo de proporcionar bem-estar, mas deveria crescer para honrar os encargos dos juros, conceder novos empréstimos, ter confiança para assumir novas dívidas. Muitas das pessoas que contratarem uma hipoteca serão obrigadas a contratar novos empréstimos para pagar os juros. A capitalização de nossos bens no sistema monetário atual significa que nos sujeitamos ao pagamento de tributos ao capital financeiro. Se dermos ouvidos a De Soto e realmente injetarmos 9.300 bilhões de dólares na economia pobre, os bancos receberão, só no primeiro ano, a um juro de 10% ao ano, 930 bilhões. Este dinheiro terá de ser pago. Assim, estaremos a caminho de um novo desastre!

Mesmo assim, o que De Soto diz é muito importante: a rejeição de bens de capital como garantia do capital faz com que a economia informal esteja em grande desvantagem na obtenção de dinheiro e, portanto, é reprimida em sua dinâmica.

Além disso, é possível fazer uso do potencial apontado por De Soto e, ao mesmo tempo, evitar a armadilha dos juros. Para isto é necessário unir-se às evoluções e transformações mais modernas do mundo do dinheiro. Uma empresa que compra outra empresa com suas próprias ações também evita os custos dos juros.

Redes avançadas de compensação mútua podem, da mesma forma que uma empresa paga com ações, *fazer com que seus próprios bens de capital formem a base das possibilidades de trocas mútuas*. E assim não há necessidade de pagar juros. Nesse modalidade, onde nós mesmos criamos nosso espaço de crédito, tem-se, ao final, uma base mais estável do que o sistema monetário normal.

Não é possível capitalizar nossas capacidades sem nos endividarmos e ficarmos escravos dos juros? No Movimento Monetário Mosaico, é deste tipo de sistemas avançados de compensação mútua que esperamos muito se quisermos, no futuro, nos livrar dos tributos ao centro financeiro capitalista. No capítulo 8 poderá ser visto como em *Circuitos de Capital Líquido* a Economia Solidária poderá capitalizar suas próprias capacidades dentro de uma rede independente do sistema financeiro. Isto gerará a mesma capacidade de desenvolvimento que foi descrita por Hernando De Soto, mas sem a drenagem do dinheiro pelo pagamento de juros!

3. DINHEIRO E POBREZA

Existem países ricos, existem países pobres. Países que prosperam e outros que se estancam. Como é que isto acontece?

Que forças concorrem para que um país seja rico e outro pobre?

Será que isto ocorre por força do destino?

A natureza ou o tipo de meio ambiente influi?

A existência ou não de matérias-primas variadas pode ser determinante?

Ou quem sabe, a natureza psíquica de um povo?

Brasil é um país pobre? Um país desenvolvido?

Como classificá-lo?

Pensando bem, o Brasil é um país rico. Vejamos porquê.

O Brasil possui uma das maiores biodiversidades do planeta (Amazônia, Cerrado, Pantanal), um nível de complexidade econômica, social e cultural que lhe permite competir com os países mais desenvolvidos do mundo. Muitos brasileiros vivem em condições totalmente modernas, com tecnologias e padrões de vida iguais aos de moradores de Nova York, Amsterdam ou Tóquio.

No entanto, por que um país que produz 90% da sua energia elétrica está em crise e necessita do racionamento, por que a subabitação e as favelas crescem cada vez mais nos grandes e médios centros urbanos?

Se temos a possibilidade e o acesso a um imensa variedade de produtos naturais, porque ainda a vida se constrói tão duramente?

Por que uma país tão rico está tão pobre economicamente?

Aparentemente há outros aspectos mais importantes e que possuem um papel muito mais importante e não conseguimos distinguir.

Nos parece que se há algo a fazer para eliminar a pobreza, seja ela no Brasil ou no mundo, temos que identificar e compreender como se gera a prosperidade

Existe algumas condições para que a prosperidade se efetive? Nos parece que sim.

Em todo caso, duas condições econômicas são importantes.

Primeiro: deve existir suficiente meios de produção ou então, estes devem ser construídos ou serem adquiridos. Segundo: a organização da sociedade tem que ser efetiva, isto é, deve haver uma boa colaboração entre os segmentos ou partes que participam do processo produtivo, e uma especialização da produção deve ser possível para que seus produtos e serviços cheguem ao consumidor.

Estes questionamentos têm nos mostrado que a pobreza é complexa, possui várias dimensões. Há um senso comum de que as pessoas são pobres porque não se esforçam o suficiente e que a pobreza é algo irreversível e aceitável, faz parte da natureza.

O que a realidade nos mostra é que as oportunidades não são as mesmas para as pessoas. O crescimento econômico e tecnológico não se “derramou” sobre toda a população, como se esperava; ao contrário, concentrou-se e tem gerado índices alarmantes de aumento da desigualdade social e da pobreza.

Criou-se um círculo perverso de pobreza: dificuldades de nutrição inicial; desestruturação familiar, muitas vezes caracterizada por situações de alcoolismo, uso de drogas, violência doméstica e abuso sexual, falta de acesso e permanência na escola e em atividades culturais e artísticas; expulsão do mercado de trabalho. Estas carências vão configurando uma idéia mais ampla, que é a da *exclusão social*, que se auto-reproduz. Torna-se cada vez mais difícil sair do círculo e as distâncias sociais vão aumentando.

Com isto, queremos desmistificar um outro senso comum, de que a pobreza é produto de carências exclusivamente materiais, que equivale tão somente à diferença de acesso monetário. Estão inseridas em todo um contexto de desvalorização das culturas e saberes locais, matando a identidade do povo e impondo valores consumistas e individualistas, a ruptura de processos coletivos e do sentimento de pertencer a grupos sociais e à comunidade. Sem raízes e sem referências significativas, o povo vira massa de manobra para as grandes peripécias econômicas. Construir caminhos para resgatar o seu protagonismo é o nosso objetivo maior.

Por isto, sem perder de vista todas estas dimensões que envolvem a pobreza, a proposta deste livro nos leva a enfocá-la em sua dimensão monetária a partir de quatro situações ou explicações:

1. Pobreza pela falta de dinheiro;
2. Pobreza pela incapacidade para poupar ou investir;
3. Pobreza pela juros que levam à perda do valor do dinheiro;
4. Pobreza pela perda do poder aquisitivo.

3.1 RECONCEITUANDO RAZÕES DE POBREZA

Populações e países bem organizados economicamente tem a possibilidade de se especializar e otimizar sua produtividade e produção. O inverso também é verdadeiro. Pobreza pode ser uma conseqüência da falta de especialização gerada pela falta de organização econômica. Especialização e organização dependem muito da presença de suficiente dinheiro disponível na comunidade.

É obvio que existe uma falha sistemática no sistema monetário, porque uma quantidade significativa de dinheiro está faltando nos lugares onde há mais necessidade de se organizar. Além disso, o problema da dívida externa dos países pobres vem intensificando este drama, pois sabe-se que o hemisfério sul envia mais dinheiro por ano para os países do norte por pagamento de amortizações e juros de suas dívidas, do que recebe deles como apoio. Estes pagamentos implicam em defasagem monetária e a diminuição das possibilidades de intercâmbio, especialização e organização local.

Mas por que o dinheiro flui para outros lugares e foge dos lugares onde é mais necessitado?

As explicações são múltiplas e complexas. Aqui nos interessam as que são diretamente ligadas ao sistema monetário. A seguir descrevemos quatro aspectos que de certo modo caracterizam a pobreza e organizam o cenário que vivemos:

Pobreza como resultado da perda do poder aquisitivo

Um bom exemplo de como um sistema monetário que funciona mal pode criar pobreza é a Europa dos anos 30. A Grande Crise de 1929, que começou com a quebra da bolsa de Nova York, prejudicou todos os setores econômicos. A pobreza nasceu inesperadamente da noite para o dia. Existia muita capacidade mas ela estava ociosa. Fábricas vazias, pessoas desempregadas. As pessoas e seus governos não tinham conhecimento econômico para colocar a capacidade disponível em bom uso. E quem não tinha recursos a receber, logo não tinha para gastar.

John Maynard Keynes, um famoso pensador econômico da época, apontava que a perda de poder aquisitivo significava a perda de possibilidades de trocar bens na comunidade. Quando a comunidade não troca, suas capacidades econômicas não são otimizadas. A proposta do Keynes para os governos empobrecidos: gastar! Gastar mais dinheiro, para que a sociedade tenha ingresso, e assim criar uma circulação de bens e serviços. O dinheiro gasto pelo governo seria resgatado adiante, quando ele retornaria como pagamento de impostos.

A crise na Europa felizmente durou menos de 10 anos, fazendo com que as pessoas pudessem recuperar e utilizar capacidades produtivas antigas. Ainda tinham no seu consciente coletivo a lembrança de uma economia dinâmica.

Mas imaginemos o que teria acontecido se esta depressão tivesse durado varias gerações? Seguramente teriam acontecido dois fatos: primeiro, como efeito direto, falta de dinheiro em circulação, e por conseqüência, desorganização econômica. Segundo e por conseqüência, falta de conhecimento industrial e individual no sentido de saber usar maquinas para produzir ou das pessoas saberem se organizar para trabalhar juntos. Numa crise prolongada, as perdas não são só econômicas, mas também a destruição, ou nao-desenvolvimento, das estruturas sociais e de certos aspetos da consciência humana. Esta é a atual situação da maioria das pessoas que vivem nos países subdesenvolvidos no hemisfério Sul.

A falta de dinheiro para intermediar trocas não cria apenas uma falta de consumo, mas muito mais: uma falta de interação e, assim, de desenvolvimento.

Os juros e a pobreza

Toda produção regional perde todo dia dinheiro com o sistema financeiro. Não só em áreas pobres, mas em todo mundo. Isto é o resultado da criação de dinheiro a base de juros. (ver cap. 2) Todo dinheiro gerado no mundo já nasce tendo que pagar juros como tributo por ser aceito - por estar em circulação. Todo dinheiro novo emitido em países pobres paga tributos para seus centros financeiros nacionais os quais pagam estes tributos para o mundo dos dólares e yens, que são o respaldo desta emissão.

Países do terceiro mundo têm tentado compensar estas perdas pedindo empréstimos para países ricos. Este é um dos fatos históricos que tem feito as dívidas deste países crescerem com velocidade enorme: deixando os países submissos às mais diversas pressões de políticas de ajuste estrutural.

O que o Terceiro Mundo paga por sua dívida externa pública é aproximadamente um quarto do orçamento militar dos Estados Unidos; 9% das despesas militares mundiais; 8% das despesas publicitárias anuais no mundo; metade da fortuna das 4 pessoas mais ricas do planeta. Em 1980 a dívida externa de todos os países do Terceiro Mundo era de 603 bilhões

de dólares. Depois de 16 anos de neoliberalismo e reinado do capital internacional financeiro, essa dívida externa dos países pobres aumentou para 2 trilhões e 100 bilhões (em 1996). No entanto, o investimento estrangeiro nesses mesmos países passou de 108 bilhões de dólares em 1980 para apenas 238 bilhões em 1996. O pagamento da dívida pública externa do Terceiro Mundo representa uma despesa de aproximadamente 200 a 250 bilhões de dólares.

No Brasil, a remessa média de 50 bilhões de dólares anuais para o exterior, na forma de pagamento de juros, amortização e lucros das empresas transnacionais, representa 6% de tudo o que se produz no Brasil (PIB Nacional).

Os países pobres do Sul pagam mais dinheiro aos países do Norte do que recebem, receberam ou receberão. Durante anos e anos milhões de dólares fluíram dos países pobres para os países ricos. Bancos evitam áreas pobres o que resulta em uma menor criação de novo dinheiro (créditos) tornando mais difícil compensar a saída do fluxo de dinheiro. Esta permanente perda de dinheiro faz com que a crise econômica-financeira em áreas pobres seja tão persistente.

A taxa de juros diminui a capacidade de compra de um grupo, uma comunidade ou um país, concorrendo para que sua capacidade de investir seja menor fazendo com que o dinheiro necessário para crescer e atender suas necessidade desapareça.

Uma outra maneira de se perder dinheiro de uma comunidade para o mundo externo resulta de que as pessoas com maior disponibilidade de dinheiro numa comunidade carente poupam tais recursos, investindo em centros financeiros nacionais ou internacionais. Argentina, por exemplo, tem quase tantos recursos de cidadãos investidos ou poupados no exterior, que o monte total da dívida externa nacional. Se todos estes recursos fossem investidos na própria economia, o resultado total seria um enorme crescimento da economia e, portanto, um bom retorno aos investimentos. Mas, para o poupador individual, investir suas poupanças na fraca economia nacional é um risco muito grande.

Quando o dinheiro desaparece antes que se possa facilitar transações, baixa o nível de especialização de uma sociedade e diminuem as possibilidades de cooperação entre os agentes econômicos, principalmente porque o dinheiro não realiza sua função organizacional na estrutura socioeconômica.

Assim sendo, é preciso ter presente este caráter ambíguo do dinheiro: por um lado ele organiza a produção, mas seu caráter acumulador ao mesmo tempo causa desorganização.

Em uma sociedade que está acostumada ao dinheiro, como é a nossa, já não é possível desenvolver antigas formas de organizações de produção que não necessitem do dinheiro.

É por isso que para promover um desenvolvimento equilibrado é necessário ter um sistema monetário que promova e fomente a cooperação localmente, cumprindo sua função de troca sem tirar o dinamismo para fora da comunidade, região ou país.

O intuito deste livro, e do Movimento Monetário Mosaico, é demonstrar a possibilidade de construir trocas internas para limitar a perda da região com os meios de trocas globais. Quanto mais o poder aquisitivo local e a produção local forem interligados, quanto mais uma região ou comunidade poderá se desenvolver baseando-se nas suas próprias capacidades.

Pobreza causada pela incapacidade para investir

Muitas pessoas pensam que a disponibilidade de dinheiro para investir é resultado da poupança de outros. De fato, as práticas dos bancos mostram que este não é exatamente o caso. Os bancos emprestam mais do que recebem das pessoas poupadoras. Isto ocorre porque os bancos tem a capacidade de criar dinheiro (ver capítulo 2). A capacidade de emitir dinheiro, em forma de créditos cria o espaço para a sociedade de fazer investimentos. Mas sempre a base da emissão de dinheiro são os fundos do banco. Se o dinheiro local sai da circulação para outras regiões, e também as poupanças são guardadas no exterior, os bancos locais terão poucos fundos com quais criar créditos. Eis outro fato dramático de saída de dinheiro da comunidade: atrapalha a possibilidade de criação de dinheiro para investir. Neste caso, a comunidade não tem organização econômica nem capacidade de investimento. Assim a pobreza de hoje impede diretamente o investimento em desenvolvimento, e na criação de valores amanhã. É o caso de uma crise permanente.

Pobreza por esgotamento de poder aquisitivo

Muitas compras que ao indivíduo aparecem como vantajosas, por seu preço baixo, em realidade para a comunidade são uma desvantagem: se o dinheiro gasto no produto sai da circulação local, não somente o lucro direto da venda sai fora da comunidade, mas também a capacidade desse dinheiro de circular, facilitar transações, e gerar atividade econômica localmente.

Dito de outro modo, as poucas transações que são feitas nos bairros pobres se fazem com produtos que são produzidos fora; os aluguéis, sejam de casas ou terras, vão beneficiar proprietários que não vivem na região e que, ao receberem estes pagamentos, usam e gastam este capital em cidades fora de sua região.

Nos preços dum produto, o consumidor não pode encontrar a informação do chance que ele tem que o poder aquisitivo que ele gasta, voltasse a ele.

A consequência mais imediata é que a maioria do dinheiro gerado localmente (tanto faz ser um bairro, uma comunidade, uma região, um país) desaparece rapidamente, por isso sempre

há falta de dinheiro para organizar o comércio ou a cooperação entre os agentes econômicos destes locais.

Se o dinheiro gerado em um dado lugar é gasto em outro, a tendência é que desapareçam os produtores locais, que a cadeia produtiva se desarticule e não haja capacidade de poupar ou interesse em investir em um lugar de tão pouca organização produtiva.

Desta forma o esgoto do poder aquisitivo tem conseqüências muito mais estruturais que só a perda imediata do lucro do negócio.

O que fazer?

Estas causas monetárias da pobreza, podem ser entendidas como *erros sistêmicos do dinheiro capitalista*. Nas nossas propostas temos que levá-las em conta para criar novas dinâmicas com qualidades diferentes.

Um de nossos desafios é criar moedas que providenciem a possibilidade para os pobres se desenvolver, já que o sistema atual faz que os pobres não só sejam excluídos das riquezas, mas também das possibilidades em gerar rendas para si mesmo.

Um outro desafio é criar moedas que não saiam da circulação local tão facilmente, mas que circulem localmente gerando possibilidades de especialização e intercâmbio.

Moedas Sociais, baseadas nas próprias capacidades das comunidades e das empresas locais, são uma resposta exatamente a estes problemas. Elas incluem todas as capacidades, também as dos pobres, e criam para todos a capacidade de se desenvolver. Ao mesmo tempo, elas são baseadas na comunidade e circulam, no primeiro instante, localmente.

A capacidade de nossas comunidades e de nossas empresas de capitalizar nossos próprios valores, e de criar moedas baseadas em nossas próprias capacidades produtivas, não só geram benefícios imediatos, mas, muito mais importante, geram a oportunidade de sair das causas estruturais da pobreza que foram discutidas neste capítulo!

3.2 DIMENSÃO INTERNACIONAL DA POBREZA

A pobreza não é um fato exclusivo da sociedade contemporânea, por certo existe desde os mais remotos tempos. Na história humana são dois movimentos contraditórios que caminham juntos: enriquecimento e empobrecimento. O sistema monetário baseado em juros é hoje um dos mecanismos catalisadores mais fortes destes dois movimentos.

O fato é que, nos tempos atuais, a riqueza mundial aumenta em escalas cada vez mais velozes. A população mundial também cresce, porém a pobreza é cada vez maior. Esta última é resultado de uma distribuição de renda desigual e extremamente concentrada, consequência direta do sistema monetário vigente que acelera esta distância entre pobres e ricos. Não precisamos buscar livros complexos de economia para verificar que a pobreza tem se elevado a níveis absurdos: a prova está em cada esquina dos grandes centros, e também nos campos. A pobreza não é “privilégio” dos países em desenvolvimento, atingindo números nunca imaginados também nos países centrais do capitalismo.

Observando-se de forma global, percebe-se que as relações mundiais se dão de forma desigual. Os países que já ocupam posições centrais são extensivos em seu desenvolvimento e tem condições propícias de aumentar sua primazia. Para que estes países ocupem estas posições destacadas, entre vários outros fatores, muitos investimentos foram realizados em seu desenvolvimento econômico, tecnológico, etc. Os juros destes investimentos em geral são custos pagos pelos consumidores dos produtos. Muitas vezes, o que ocorre é que estes consumidores são os países pobres que necessitam das tecnologias para tentarem ampliar e aprimorar seu processo produtivo atrasado.

Nesse sentido, as políticas financeiras e monetárias, que tem por propósito o desenvolvimento através dos empréstimos bancários, provocam diversos movimentos, entre estes o fato de ocorrer um tipo de dinamização econômica que, mesmo acelerando e aumentando a produção, provoca um processo de acumulação e concentração da riqueza em determinados segmento da sociedade.

Por outro lado, o crescente endividamento de pessoas, comunidades ou países acaba por formar, por vezes, os chamados “desertos monetários”. Estes são espaços sociais em que não há dinheiro suficiente em circulação para que as populações possam se organizar e desenvolver, muito menos para que se possam promover investimentos. Muitas vezes não há nem o suficiente para que as pessoas consigam suprir suas necessidades básicas. Isto ocorre pelo fato das atividades econômicas se encontrarem em níveis ínfimos; os agentes econômicos perderam seu dinamismo porque tiveram sua vitalidade absorvida pelo pagamento dos serviços de suas dívidas: os juros, gerando uma crise quase estrutural.

Para obter crédito e para pagar seus débitos, os países pobres tiveram que apelar a instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Este fundo concede créditos, mas impõe as condições e determina os critérios do que deva ser o desenvolvimento econômico. Entre outras coisas, isto significa a diminuição de influências governamentais, privatização de serviços estatais e a abertura demasiada das fronteiras - baseado na afirmação de que participar no mercado privado mundial é a melhor maneira de fomentar a economia local moderna e possibilitar ao competidor a entrada neste mercado, mesmo que na maioria das vezes ele não esteja apto a suportar a competição predadora do mercado global.

Os programas estruturais de ajuste obtêm do FMI esta doutrina de abertura total ao mercado mundial. E mais, a estrutura econômica nacional é quebrada, através da subordinação ao mercado mundial. Durante os últimos vinte anos, quase toda prática internacional de desenvolvimento econômico foi baseada neste conceito. De fato, isto significa que os povos abdicaram de manter o poder aquisitivo dentro do país e o jogaram, para atrair o poder aquisitivo com as vendas no mercado mundial ou em manter liquidações de estoques de recursos humanos e naturais, para conseguir que investidores estrangeiros interessados tomem a iniciativa.

As conseqüências deste ajuste estrutural são amplas e complexas. Primeiramente observa-se que o países em desenvolvimento são sempre a festa subjacente: os países ricos são muito extensivos em seu desenvolvimento e podem aumentar seu primazia facilmente. No mercado mundial, eles vendem produtos muito mais avançados tecnologicamente que os países mais pobres. No preço da maioria dos produtos que os países em desenvolvimento compram, todos os tipos de custos do investimento é incluído, de modo que os países pobres também estejam pagando. Desta maneira, os países em desenvolvimento estão fazendo uma considerável contribuição financeira ao desenvolvimento tecnológico do norte rico.

Uma segunda conseqüência do ajuste estrutural é que o sentido total no mercado mundial destruiu estruturas locais. A fim poder operar no sistema econômico global, os valores e os modelos tendem a deixar de lado os investimentos sociais como saúde e educação, já que o mercado mundial não pesa este tipo de investimento ao analisar o produto nacional. Desta maneira, muita miséria humana acontece e o potencial econômico pode estar sendo mesmo destruído.

Em terceiro, surge o fato que os países que foram incluídos nos programas do ajuste são praticamente obrigados a focalizar sua economia inteira na exportação: esta produção direcionada somente ao mercado mundial destrói a própria economia local. A terra agrícola que é usada para produtos de exportação não pode ser usada para alimentar sua própria população ou produtos agrícolas novos, que poderiam ser a base da sua própria industrialização. O desenvolvimento econômico local incorpora também a produção industrial à exportação.

A base dos programas do FMI são os investimentos externos diretos em outros países, que investem nos mais diversos setores produtivos nacionais e remetem os lucros destes investimentos diretamente ao seu país de origem. Quase nenhuma industrialização é realizada pela substituição de importações, mas sim pela exportação direta. Sobre determinadas circunstâncias se pode pensar que funciona, mas em muitos casos os lucros que fluem ao investidor excederão a entrada da exportação, de modo que o dinheiro esteja se esgotando na circulação local. Nesse caso, esta estratégia contribuirá, em particular, à ascensão dos países ricos, sem obter melhora para os países em desenvolvimento. Este tipo de investimentos quase nunca traz benefícios à circulação interna de dinheiro.

Um dos maiores problemas dos ajustes estruturais é o fato que a entrada da exportação ao mercado mundial acontece aumentando a escala da produção. Para produzir para o mercado mundial, as grande estruturas produtivas detém o poder de mercado. Assim não são vinte varejistas pequenos, mas apenas um, grande. Uma consequência disto é que a entrada total deste comércio vai para os bolsos de uma pequena parte da população deste país. Este elite não compartilha destes lucros com o resto da população. E pior: não os gastam em seu próprio país.

Finalmente, uma coisa amarga: esta estratégia de produção para o mercado mundial, por definição, não pode funcionar. Se dependesse do FMI, *todos* os países seguiriam esta estratégia. Isto significa que os países pobres devem competir entre si para o ingresso de suas exportações no mercado mundial.

O resultado “líquido” é o fato que o que um ganha a mais, o outro ganha a menos, o que sobra para um, falta para o outro. *Algum* país pode se beneficiar disto mas, por definição, nunca *todos* os países. Desta forma, a pobreza global não pode ser resolvida. Um determinado país pode deter o domínio da produção de determinado produto dentro do mercado global, mas isto não quer dizer que esteja resolvendo seus desajustes sociais e tenha domínio em outros setores produtivos.

A ideologia dos *ajustes estruturais* já fracassou. Depois de décadas desta política poucos países estão melhores que antes. Dos próprios FMI e Banco Mundial saem vozes críticas.

Agora o desafio é encontrar formas de desenvolvimento baseadas nas próprias capacidades e necessidades, antes de olhar para o mercado mundial. Moedas baseadas nas mesmas capacidades locais são um instrumento chave para isto.

3.3 CRISE CONJUNTURAL E DESERTOS MONETÁRIOS

Se olharmos bem, as crises conjunturais, que se encontram em toda história do capitalismo, tem muito a ver com a pobreza estrutural das periferias econômicas. Neste item, comparamos estas crises com o que chamamos de *desertos monetários*.

Aspectos absurdos das crises

Mesmo tendo capacidade para produzir determinado produto, muitas pessoas são expostas a condições de ínfima miséria. Isto é paradoxal, o quanto estas mesmas pessoas estão desempregadas, sem fazer o mínimo possível para melhorar suas condições. Por que as pessoas nos lugares mais carentes não se unem para trabalharem juntas, trocando serviços e produtos, mesmo que sejam poucos? Será que a falta de um meio abstrato para intermediar intercâmbios, especialização e desenvolvimento nutre a falta de perspectiva?

Qualquer comunidade complexa precisa de um meio de troca, como um meio de comunicação que tenda a unir as transações desejadas pelas pessoas. Se não existir este meio, não haverá trabalho e as pessoas tenderão a empobrecer cada vez mais, apesar de cada uma ter capacidade de produzir e existir demanda para suas capacidades.

Um exemplo de um grupo de pessoas desempregadas que *podiam* trabalhar e *queriam* trabalhar é a crise europeia dos anos 1930.

Nesta crise encontravam-se fábricas fechadas com maquinaria ociosa e matérias-primas se deteriorando; casas desabitadas porque os habitantes não tinham como pagar os aluguéis.

Porque tudo fica parado, quando todos os meios de produção estão à disposição? Por que não há o instrumento de viabilize as trocas: o dinheiro.

Na crise, o dinheiro se desvaloriza. Como consequência, as pessoas não trabalham juntas e não usam os meios de produção disponíveis: a comunidade não tem como se organizar e cooperar. As possibilidades não são aproveitadas pela falta de dinheiro.

Durante a crise dos anos 30 se (re)descobriu o impacto da ausência do dinheiro nos processos econômicos e suas implicações com a pobreza e miséria.

Uma recessão no circuito monetário, como consequência, gera crise; mas seus reflexos vão além do âmbito econômico: podem ser verificados verdadeiros absurdos quanto aos danos sociais gerados por tal recessão. Alan Watts, na crise dos anos 30, já apontava para estes elementos quando dizia:

“Os mesmos materiais, as mesmas fábricas, as mesmas fazendas, a mesma gente e as mesmas capacidades produtiva dos anos anteriores estavam disponíveis. Havia muito alimento, bens e matérias-primas. E, havia trabalho. Mas a economia estava paralisada, porque não havia dinheiro. E isto é tão absurdo como parar de construir casas, por falta de centímetros”.

Desertos monetários

Os mesmos elementos absurdos, de não utilizar as possibilidades reais de desenvolvimento, por uma falta no sistema monetário, que são típicas das crises conjunturais, podem ser percebidos em regiões pobres, onde o capital e o dinheiro desaparecem, tanto da produção quanto do consumo e da circulação local. Quando o dinheiro sai da circulação local, pelas diferentes razões nomeadas no item 2.3, a comunidade local fica sem as possibilidades de trocar e se desenvolver.

Se a comunidade não ter internamente as trocas necessárias para gerar um fluxo de bens e serviços, também não é interessante começar uma empresa aí. Isto faz com que o dinheiro

que um membro da comunidade tem para investir saia da circulação local. Ao mesmo tempo, o fato de não ter localmente as possibilidades de gerar renda, faz que não seja fácil para um empreendedor ou consumidor local obter um crédito em um banco. O que acontece é que as diferentes razões de drenagem de dinheiro se fortificam mutuamente, criando o que nós chamamos de um *deserto monetário*. Aqui, o dinheiro foi embora, e as possibilidades de obter novo dinheiro são muito mais fracas que nas áreas onde ele circula em abundância. Como um deserto natural, não só tem menos chuva, como a falta de árvores também não atrai nuvens, fortificando a aridez.

Estes desertos monetários existem em todas as periferias do sistema capitalista. Não só nos países pobres, onde grandes partes da população estão desempregadas, sem poder se organizar e trabalhar para melhorar as condições de suas comunidades, mas também nos bairros marginais dos países ricos, onde não é possível para uma pessoa obter um crédito do banco, não por não ter ingresso, mas por seu código de endereçamento postal (CEP), que o identifica como morador de um bairro de baixa renda, o que o torna um risco para o banco.

Se existe a disponibilidade de matéria-prima e capacidade de trabalho, então a pobreza apenas é a parte visível de uma lógica econômica em curto-circuito. A questão não se dá somente pela simples falta de dinheiro, mas também, pela forma como este dinheiro existente está concentrado dentro da sociedade e a forma como ele é utilizado sem levar em conta as potencialidades internas.

Mas como sair de um deserto monetário? Como trazer à comunidade o meio necessário para criar uma circulação local, para desencadear a economia local, baseada nas capacidades existentes? Para trabalhar juntos para melhorar nossas condições? Para criar uma base na qual podemos investir e desde a qual podemos nos relacionar com outras comunidades? Para sair desta crise perpétua?

Para este é preciso repensar o sistema monetário e a função que ele exerce. Usar uma outra lógica, uma lógica que não esgote as formas de organização econômica locais pela apropriação dos excedentes locais e, também, promova a distribuição do poder aquisitivo a partir de um maior intercâmbio no interior das comunidades, regiões e países.

Para que isto aconteça, alguns requisitos são necessários. É necessário criar moedas que não sejam atrelada às moedas globais, como o dólar ou o yen (diretamente, como na Argentina, ou indiretamente, como no Brasil), mas que sejam baseadas nas capacidades existentes locais; um sistema monetário que não se organiza no crédito especulativo, mas onde a lógica financeira é diretamente ligada às lógicas produtivas; que se eliminem os juros embutidos no circuito produtivo pela criação de moedas com juros negativos; que

haja possibilidade de negociar (regiões com regiões, comunidades com comunidades) sem a interferência do sistema monetário internacional, uma verdadeira liberdade de comércio justo; que se receba incentivo a produzir, mesmo que esta produção não seja direcionada somente para o mercado global, mas justamente às necessidades locais; que haja a possibilidade de se criar uma moeda, a fim de que este instrumento continue circulando localmente e promova a reorganização das comunidades.

Caso contrário, continuaremos a viver e a tentar sobreviver nos desertos monetários atuais, escolhendo alternativas de prosperidade que se fundam no endividamento crescente, nos desequilíbrios financeiro e comercial, e na fuga permanente dos capitais necessários para promover o desenvolvimento. Neste ponto reside a importância estratégica do poder aquisitivo e de compreender a crise, já que ela nos aponta para a importância de certos aspectos que nem sempre nos damos conta.

O Movimento Monetário Mosaico tem como objetivo criar justamente esses mecanismos.

4. O revés da moeda: diferentes práticas realizadas

Muitas vezes achamos que o dinheiro tem uma forma fixa: é o que é. Mas nem agora, nem nunca, o dinheiro que predomina hoje (*dinheiro bancário legalizado pelos estados nacionais*) foi a única forma de dinheiro. No passado, em outras culturas, muitas outras formas de dinheiro existiram, com cada uma suas próprias características.

Existiram moedas respaldadas por governadores, por empresas, por mosteiros e até por bordéis. Existiram moedas respaldadas por ouro, mas também por trigo. Existiram moedas emitidas por poderes políticos, mas também por poderes religiosos, ou até por indivíduos. Neste desenvolvimento do dinheiro existiram diferentes momentos em que uma sociedade decidiu re-conceitualizar o dinheiro para mudar seus efeitos econômicos, sociais e culturais.

Hoje, o dinheiro está mudando rapidamente (ver item 5.2.f). No centro do capitalismo grandes mudanças estão acontecendo. Sistemas de *contabilidade de transações e empresas especializadas em transações multi-recíprocas* realizam e administram cada vez mais transações fora do circuito monetário. Multinacionais, que são em si mesmas grandes economias, internamente não usam dinheiro. Também os programas de lealdade do consumidor transformam-se cada vez mais em formas de dinheiro, respaldados pelas próprias empresas.

No comércio de matéria prima, os sistemas de informação estão substituindo o dinheiro em escala crescente. Mesmo entre países, às vezes transações são efetuadas e acertadas sem que aconteça o pagamento de fato. Nas bolsas já se torna normal a permuta de títulos de dívidas, promessas e ações judiciais sobre promessas. Portanto, uma parte considerável do comércio mundial não é apenas facilitado através de dinheiro.

Pela falta mundial de dinheiro, causada por os juros e a acumulação nos centros financeiros (ver cap. 2) muitos órgãos procuram outras formas de pagamento, como no Brasil os vales-refeição e os vales-transporte, na Argentina as “cestas alimentação”, etc.

Ao mesmo tempo, em todo o mundo, movimentos sociais estão criando novas formas de dinheiro, geradas e respaldadas pelas comunidades. Estas experiências estão fortemente alterando o paradigma do dinheiro e questionando suas bases praticas e teóricas.

Moedas Sociais existem hoje na Tailândia, o *Bia Kud Chum*; no Canadá; na Europa, como na Holanda; na Nova Zelândia, os sistemas LETS; na Argentina, a *Red Global del Trueque*; no México, o *Tianguis Tlaloc*; nos Estados Unidos, os *Time Dollar*; no Senegal; na África do Sul; na Venezuela; Uruguai, e em muitos países mais.

Quando e como começou essa aventura nos anos mais recentes? No Canadá, em Vancouver, graças ao projeto LETS (VAMOS! e não Local Exchange and Trading Systems, como dizem em geral), com o qual Michael Linton batizou suas primeiras iniciativas lá pelo ano 1982, quando percebeu que faltava “circulante” em sua região, e que isso impedia a circulação de mercadoria e deprimia o mercado. Criou um sistema muito engenhoso que logo depois se multiplicou, no Canada e nos Estados Unidos e, pouco tempo depois, na Austrália e Nova Zelândia; mais tarde viria a Europa, começando pela Grã Bretanha - na França mudou de nome, tornando-se SELs (Sistemas de Trocas Locais), também aludindo ao grão de SAL como unidade de medida; cada lugar batizou com um nome significativo sua unidade e assim temos hoje no mundo inteiro muitos sistemas inspirados nessa idéia primitiva. O sistema geral era o que denominamos de *crédito mútuo*: as operações se registram em “contas correntes”. Não se emitem bilhetes, mas cada participante tem sua conta, com seu saldo. Os respectivos saldos estão sempre visíveis no momento das operações. Os grupos são relativamente pequenos e não aparecem maiores inconvenientes. Mas também não aparecem crescimentos significativos, como os que necessitaríamos na América Latina, dado o tamanho da crise.

Ainda nos Estados Unidos, Paul Glover, um membro dos LETS primitivos, decidiu inovar o sistema e imprimiu NOTAS: nascem as “horas” de Ithaca, no estado de New York, tendo como objetivo impedir que o dinheiro saísse da região e fomentasse a produção local. Recebeu o nome de “horas” para evitar a confusão com o dinheiro formal: o valor dos produtos é referenciado em tempo de trabalho e não em valor monetário. Em poucos anos o modelo de papel-moeda local foi difundido para mais de 700 cidades, cada uma com suas características próprias.

A ninguém ocorreu a idéia de reproduzir um novo Banco Central, mas sim devolver às pequenas comunidades uma forma de emancipar-se e concentrar a riqueza produzida nelas.

As moedas sociais são uma fonte de inspiração mas, não podemos esquecer as grandes inovações desenvolvidas pelos agentes capitalistas. Aí também existem conhecimentos e visões profundas que devemos aprender, para nos apropriarmos destes saberes.

É por isso que neste capítulo serão brevemente introduzidas algumas experiências, algumas da Economia Solidária, outras da economia capitalista, algumas históricas, outras contemporâneas que nos ensinam *como mudar o dinheiro e criar novas formas dele*.

4.1 BANCOS DE TRIGO

Um primeiro exemplo histórico é o dos bancos de trigo no Egito. Quando arqueólogos alemães decifraram os velhos hieróglifos, descobriram que a maioria eram documentos administrativos. Nestes documentos descrevia-se um sistema bancário bem diferente do nosso.

No Delta do Nilo e nas terras ao redor os retornos da agricultura eram instáveis: anos com grandes excedentes eram seguidos por anos de baixa colheita. Nos anos de abundância a colheita não era totalmente vendida ao exterior, sendo grande parte estocada em “celeiros” estatais, onde o trigo era depositado e guardado para ser consumido em outros tempos.

Ao depositar lá seu trigo, o agricultor tinha acreditado este montante na sua conta de trigo. Aí constava a quantidade de trigo depositado. Esta quantidade podia aumentar ou diminuir, dependendo de depósitos ou saques. Era até possível realizar a transferência de trigo de uma conta a outra, e isto acontecia repetidamente. Pagamento de uma obra ou compra de terra por transferência de trigo, estas eram as transações descritas nos rolos de papiro.

Este sistema tem grandes similaridades com o sistema bancário moderno, mas tem também uma grande diferença: para armazenar o trigo, o proprietário tinha que pagar uma cota mensal para compensar os altos custos do armazenamento (o trigo tinha que ser protegido dos ratos, da umidade, e dos ladrões). Quanto maior o crédito em sua conta, mais o proprietário pagava. Em termos monetários, isto é um sistema de *juros invertidos*.

O resultado desta lógica monetária foram transferências aceleradas (é melhor comprar um bem ou consumir um serviço que armazenar) e a impossibilidade de acumular riquezas improdutivamente.

4.2 MICROCRÉDITO

O microcrédito é outro instrumento tático que permite resolver problemas emergenciais de famílias em situação de risco provocada por uma sociedade dividida entre enclaves de modernidade e de uma maioria que não tem lugar, garantindo o acesso a remédios, gás de cozinha, gêneros alimentícios e outras necessidades básicas, além de também elevar a auto-estima e a confiança da comunidade em resolver seus problemas. É através das economias populares geradas a partir do consumo solidário dos próprios moradores que

consegue-se o desenvolvimento econômico da comunidade. Quando o pequeno artesão que produz sapatos, vende sua mercadoria, está conseguindo recursos financeiros para poder comprar no empório os doces que foram produzidos por Maria, e esta as confecções da costureira que, por sua vez, corta o cabelo na barbearia do Paulo que, por sua vez paga o aluguel ... e assim por diante.

BancoSol - Bolívia

O Banco Solidário da Bolívia é uma das bem mais sucedidas experiências mundiais em microfinanças solidárias. O BancoSol iniciou suas atividades em 1986 com um projeto piloto para vendedores urbanos. Mas logo se tornou um banco privado comercial, especializado no atendimento a pequenos empreendimentos informais e formais, rurais e urbanos, sendo um dos principais bancos daquele país.

A figura principal dentro do BancoSol é o agente de crédito. É ele que visita os clientes e avalia os projetos a serem alavancados pelos pequenos empréstimos. Após o desembolso é feito um acompanhamento com outras visitas visando detectar e prevenir atrasos no pagamento. A carteira de inadimplência por agente é baixíssima, não ultrapassando os 5%. Os clientes são em sua maioria mulheres. A média de financiamento é de R\$ 1.250 (US\$ 500), com juros de mercado, e o prazo de pagamento varia de 2 a 12 meses. A garantia mais usada é o aval solidário (grupos de 3 a 4 empreendedores que se *autogarantem*). Os valores dos empréstimos vão aumentando conforme a constatação de que os clientes têm sido pontuais e que os grupos solidários têm sido sólidos.

Banco Grameen - Bangladesh

O Banco Grameen em Bangladesh é a mais conhecida experiência de microcrédito do mundo. Ela provou que populações carentes são boas tomadoras de empréstimos. Fundado em 1978, o Grameen Bank atingiu seu êxito num dos países mais pobres do mundo, com renda per capita em torno de R\$ 1250 (US\$500), onde a maioria da população local é rural e ocupada na agricultura familiar de subsistência.

Após 20 anos, o Banco fornece crédito para a população mais carente das áreas rurais, sem requisitar quaisquer tipos de garantias alienáveis. Neste sentido, o crédito serve para catalisar o desenvolvimento de condições socioeconômicas para os necessitados que não tem acesso ao sistema financeiro formal. Tem-se que 2.357.153 pessoas em Bangladesh são membros do Banco Grameen, das quais 95% são mulheres. A taxa de inadimplência é baixíssima, chegando a 1% apenas. O modelo deste empreendimento está sendo replicado em dezenas de países em todo mundo.

Fonte: <http://www.grameen.org>

4.3 BANCO POPULAR: A EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS NO CONJUNTO PALMEIRA

João Joaquim e Sandra Magalhães/Equipe de coordenação do Palmas



O Conjunto Palmeira é um bairro situado na zona sul da cidade de Fortaleza-CE, nordeste do Brasil. Possui trinta mil habitantes, caracterizados pela pobreza econômica. 80% da população tem renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$ 130).

Em 1973 chegaram os primeiros habitantes, vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. Os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água, energia elétrica ou outro serviço público. A partir de 1981, com a criação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira-ASMOCONP deu-se início ao processo de organização das famílias.

Através de mobilizações populares e de parcerias a Associação de Moradores foi aos poucos construindo o bairro. Em 1988 conseguiu a implantação das redes de água encanada e energia elétrica; em 1990 construiu através de mutirão, 1700 metros de canal de drenagem e, dois anos após, organizou os moradores por quadras e implantou a rede de esgotamento sanitário. Apesar dos avanços nos aspectos urbanísticos, a população continuava pobre e começava a vender suas casa para habitar em outras favelas.

Para enfrentar o problema da pobreza local, no dia 20 de janeiro de 1998, a ASMOCONP criou o PALMA\$ (o Banco Popular do Conjunto Palmeira), totalmente administrado e gerenciado pelos líderes comunitários do bairro, instalado em uma pequena sala localizada na sede da Associação. A filosofia central do banco está voltada para uma rede de solidariedade de produção e consumo local. O Banco Popular possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar dos produtores e comerciantes do bairro. O Palmas é um banco popular que estabeleceu na própria comunidade um circuito monetário de produção e consumo, que a longo prazo se auto-financiará, dando sustentação aos seus empreendimentos. Este sistema oxigena a rede de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtos da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico. A estratégia objetiva criar um círculo econômico local virtuoso.

Para financiar o consumo o Banco criou um cartão de crédito popular: o *PalmaCard*. Esse cartão, utilizado apenas no Conjunto Palmeira, estimula as famílias a comprarem em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagar ao Banco Popular após trinta dias, em uma data

estabelecida pela própria família. O Valor do crédito é de 20 reais, podendo chegar até 100 reais. No caso de compras acima de 100 reais, tipo um guarda roupa, uma mesa com cadeiras, ou outro produto de médio porte fabricado localmente, a família pode receber uma autorização do banco e parcelar a compra em até três prestações.

No dia estipulado pelo banco os comerciantes levam suas faturas até o Palmas e recebem do banco tudo que venderam para o PalmaCard. Como taxa de administração, o banco desconta 3% de todas as vendas realizadas.

Os produtores/comerciantes beneficiados pelo sistema se encontram em assembléia mensais para avaliarem o funcionamento do cartão, apresentar sugestões e contribuírem com sua participação e trabalho voluntário para as ações sociais da associação, como limpeza e preservação de praças, acompanhamento às escolas e postos de saúde, entre outros.

O cartão de crédito do bairro, além de resolver os problemas emergenciais de cada família, garantindo o acesso a remédios, gás de cozinha, gêneros alimentícios e outras necessidades básicas, também eleva a auto-estima e a confiança da comunidade em resolver seus problemas. É através das economias populares geradas a partir do consumo solidário dos próprios moradores que consegue-se o desenvolvimento econômico da comunidade. Quando o João, pequeno artesão que produz sapatos, vende sua mercadoria, está conseguindo recursos financeiros para poder comprar os doce da Maria, e esta as confecções da costureira, que por sua vez corta o cabelo na barbearia do Paulo... e assim por diante.

A consciência de que ao consumir produtos e serviços do bairro estamos ajudando a distribuir a renda, gerando riquezas e melhorando a qualidade de vida na comunidade, permitiu ao Banco Popular criar vários instrumentos de comércio solidário. Os mais visíveis são as feiras dos produtores do Banco Palmas, que acontecem semanalmente em frente a sede da Associação de Moradores, e uma loja solidária que funciona na própria sede do Banco, expondo e vendendo os produtos fabricados no bairro. Para este círculo poder existir e funcionar adequadamente é necessário que na comunidade sejam produzidas as mercadorias mais necessárias à população consumidora. Neste sentido, o Palmas apoia a criação de empresas comunitárias que vão se multiplicando através de seus excedentes. Já foi criada a empresa de confecção (*Palmafashion*), a empresa de artesanato (*Palmart*) a empresa de materiais de limpeza (*Palmalimpe*) e um laboratório de Agricultura Urbana, que ensina as famílias a plantar hortaliças, plantas medicinais e peixes em cativeiro nos quintais de suas residências, para posterior comercialização. No futuro as cadeias produtivas poderão ser remontadas, de maneira que cada empresa produza os insumos a serem consumidos pela outra. Essa lógica compreende a concepção de que é possível tornar o bairro auto-sustentável, a partir da uma rede de colaboração

econômica entre seus moradores, sem perder de vista a relação local-global, exigente de uma solidariedade universal com todos as comunidade pobres do mundo.

O Sistema financeiro integrado e sustentável implantado pelo Palmas, concebe ainda uma Escola de Socioeconomia Solidária que capacita os pequenos empreendimentos locais e trabalha junto aos moradores na sensibilização de uma cultura solidária e em um clube de trocas com moeda social. O Banco Palmas criou os *Palmares e os Palmeirins* como moeda local que facilita as trocas durante as sessões do clube. Todos os produtos e serviços que não são vendidos nas feiras e loja solidária do banco são levadas quinzenalmente para o clube de trocas, onde são comercializados. Atualmente o funcionamento do clube se dá através da troca dos produtos por Palmares logo no início do Clube. O Banco compra com Palmares os produtos/serviços de cada membro do Clube e expõe as mercadorias em uma grande barraca. Quando todos já adquiriram seus Palmares começa-se a rodada de trocas, que na verdade consiste na aquisição dos produtos através da moeda Social.

Quando a necessidade de um morador é satisfeita pela moeda social, significa que ele consumiu produtos feitos localmente, ajudando a rede local a aumentar suas empresas e a variedade de produtos oferecidos, fazendo com que os moradores dependam cada vez menos do mercado capitalista. O círculo virtuoso da economia local encontra nos Palmares um grande aliado, uma vez que a moeda ajuda - pela troca - a realização de vários fluxos econômicos internos, potencializando a produção e o consumo local.

Como ter acesso ao Cartão de Crédito, a moeda social e outros produtos do banco

O Palma\$ trabalha com uma política de crédito pautada no controle social. Quando um morador chega ao banco para solicitar um serviço é informado das regras de funcionamento da rede de solidariedade. Não se pede nenhum documento ou garantia.

Um analista de crédito visita a família do solicitante e conversa com os vizinhos. É o depoimento da vizinhança quem vai servir de aval para o futuro cliente. O Banco Palma\$ não cobra fiador, não faz consultas ao SPC, SERASA ou CADIM. A maioria dos moradores do Conjunto Palmeira estão com seus nomes fichados em um desses sistemas.

A partir do momento que o cliente é aceito no banco ele passa a ser acompanhado por toda a rede de solidariedade. Esse controle social fiscaliza as ações do banco e dos seus empreendedores, ajudando, inclusive a inadimplência do Palma\$ ficar sempre na casa de 1 a 3%.

Ainda como um frágil semente, o Palma\$ tem se preocupado em manter sua filosofia na perspectiva de se constituir como uma prática de socioeconomia que resgata o valor da confiança, da amorosidade e da paixão pela vida.

4.4 CLUBES DE TROCAS

Desde épocas remotas o homem se dedicou ao comércio para sobreviver; a primeira forma de comércio conhecida foram as trocas. Também os índios americanos gerenciavam seu comércio a partir das trocas. Tanto foi assim que com a chegada dos conquistadores, estes trocaram espelhos e outras quinquilharias por ouro, prata e outros metais preciosos.

Os indígenas tinham um outro tipo de sociedade, nela a solidariedade e o cooperativismo era a moeda corrente. Partimos do pressuposto que os indivíduos são inteligentes e que é esta faculdade que permite aos indivíduos adaptar-se às circunstâncias tal como elas se apresentam.

Desde 1995 na Argentina estão funcionando os *Clubes de Trocas*. No dia 1º de Maio de 1995, em Bernal, localidade 30 km ao sul de Buenos Aires, um grupo de ecologistas preocupado com a recessão que começava a bater nas portas da classe média e média baixa, decidiu inaugurar uma experiência que poucos anos mais tarde mudaria a vida de muitas pessoas no país e na região: 23 pessoas reuniram-se numa garagem e começaram a trocar seus produtos entre si, anotando os movimentos num cartão pessoal e num caderno central, que registrava todas as operações. O entusiasmo foi crescente, como o número de pessoas. Em pouco tempo apareceram os primeiros curiosos, oferecendo seus serviços e o número de participantes, fazendo com que a garagem ficasse pequena. Uma sócia do flamante “Clube de Trocas” resolveu então “alugar” sua casa para as reuniões e o grupo decidiu que essa operação seria realizada dentro do próprio sistema. E assim que começou a crescer o embrião de uma estrutura que, em poucos meses, replicou o mesmo processo em três outros locais. Um golpe de mídia, durante a primeira greve geral feita ao governo federal, levou a experiência a um programa televisivo de alta audiência e a curiosidade se apoderou lentamente de vários estados do país. Nessa época já começavam a ser usados “vales” ou bônus de troca, que o grupo denominou crédito, entendendo que o principal no sistema era a CONFIANÇA no outro. E a reciprocidade nas operações. Como o grupo fundador assessorava a formação de novos clubes, o sistema era idêntico em todos; assim, quando membros de um grupo começaram a fazer transações com membros de outros, nasceu a Rede de Trocas Solidárias. Quando perceberam o potencial anti-globalização da experiência, acrescentaram Global a sua denominação. Pouco a pouco, governos locais começaram a interessar-se e apoiar a experiência, vendo-a como muro de contenção social e forma de organizar a produção artesanal antes de passar ao mercado formal, para enormes setores de desempregados e subempregados excluídos do sistema formal. Em dezembro de 2000, o Ministério de Economia declarou o sistema de interesse nacional, vários governos estaduais e municípios fizeram o mesmo em suas esferas e o sistema chegou a mais de um milhão e meio de pessoas em menos de sete anos de crescimento! Sem nenhuma inversão do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional!

Trata-se de um negócio de cidadania: construção de cidadania social e política a partir da cidadania econômica: o oposto do que sempre nos ensinaram... Por isso dizemos: o mundo de ponta cabeça!

A partir de 1998, Uruguai, Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Honduras, El Salvador, México e Canadá conhecem o sistema e se apropriam dele em diferentes medidas. Nasce a Rede Latino-americana de Sócio-economia Solidária (REDLASES), que quer empurrar o sistema para o lado das economias solidárias e populares.

Os números são eloqüentes: em menos de sete anos, mais de dois milhões de pessoas envolvidas em 11 países, fabricando seu próprio dinheiro!

Como funciona?

Um grupo de indivíduos se reúne para realizar intercâmbios sócio-econômicos multi-recíprocos. Para facilitar estes intercâmbios um meio é introduzido. O nome deste meio pode ser qualquer um: na Argentina, o nome mais usado é crédito; na Bolívia, fala-se dos talentos; em Florianópolis, dos *ecosoles*.

Este meio é impresso pelo próprio grupo, e somente tem valor ao ser aceito pelos integrantes do grupo. O ato de conceder o meio de intercâmbio aos integrantes do grupo é visualizado como um “auto-crédito” do clube ao mesmo, para realizar seus intercâmbios internamente.

Cada membro do grupo recebe uma quantidade de créditos: na Argentina, normalmente 50 créditos (= 50 pesos argentinos = 50 dólares) por integrante. O integrante se compromete a devolver este crédito ao sair do clube.

Integrantes de outros clubes podem decidir aceitar os vales do clube, ou não. Isto depende da confiança na produção e organização do clube.

Pessoas não associadas a um clube podem trocar os créditos, aceitando-os como pagamento para bens ou serviços. Mas eles não podem adquirir o 'auto-crédito' sem se associar.

Hoje os grupos de trocas reúnem mais de 500.000 pessoas em todo o país, indicando a existência de aproximadamente uns 500 grupos de troca.

Se calcula que estão movimentando, por ano, aproximadamente uns 600 a 800 milhões de pesos nas suas trocas e na sua participação no comércio.

Milhões destes *créditos* circulam, emitidos por clubes individuais, ou associações de clubes. Um clube é um grupo de pessoas que se unem de acordo a suas necessidades e trocam entre eles bens e serviços. O estilo de cada grupo não apresenta um padrão rígido: cada grupo aplica os mecanismos que acharem necessários.

Estes clubes de troca formam um dos movimentos sociais mais energéticos deste momento: implicam muitas pessoas, sem ter uma base geral claramente definida, sem ter fundos ou subsídios, e sem ter uma organização centralizada. Mais que um movimento, é uma dinâmica, viva e flexível.

Nos clubes se trocam bens, serviços e se pode encontrar de tudo, desde comestíveis até ferramentas, plantas, roupas, quadros. Uma senhora comentava que pode festejar o aniversário da sua filha de quinze anos graças aos “créditos” e aos grupos de trocas, “o único que tive que pagar com dinheiro foi o local da festa”.

Ela vende doces em um dos grupos e assim conseguiu juntar suficientes créditos para contratar, por esse mesmo método, todo o necessário para o aniversário; comida, bebida, vestido da filha, tudo. Estes grupos como dissemos, estão crescendo a passos de gigante; contam com o reconhecimento do Estado Nacional, através de um convênio firmado com a Secretaria da Pequena e Média Empresa do Ministério de Economia.

Em janeiro de 2001, o governador da província de Buenos Aires, Carlos Ruckauf, assinou um decreto (n.º 3862) que autoriza aos departamentos provinciais a aceitar a troca como instrumento de pagamento das dívidas dos cidadãos.

Já em algumas outras províncias, principalmente do sul, há algum tempo que se utiliza esta metodologia.

Por exemplo, a municipalidade de Neuquén, liquidou a dívida de um padeiro em troca de pão; a municipalidade, deste modo, abasteceu as cantinas escolares e o trabalhador (padeiro) regularizou sua situação fiscal e não perdeu seu trabalho; outro exemplo semelhante é o de um mecânico, na mesma situação, que frente a necessidade de fechar sua oficina, optou por oferecer seus serviços modo de saldar sua dívida com a municipalidade - manutenção dos veículos da prefeitura. Um caso mais recente é o da Municipalidade de El Bosón, onde também se aceita a troca de bens e serviços para aqueles que, de maneira comprovada, não possuem recursos necessários para pagar os impostos municipais.

Não estamos falando de uma sociedade ideal, mas sim de uma sociedade diferente porque solidária, que usa o crédito, a moeda social nos grupos e ao fazê-lo permite que todos sejam iguais, todos são “prosumidores”, palavra que resume a idéia que todos somos ao mesmo tempo produtores e consumidores. Cada pessoa que participa de um grupo deve produzir um bem ou prestar um serviço, para assim obter os créditos e deste modo se converter em consumidor.

É preciso destacar que esta moeda social não permite a acumulação, já que tem um tempo de duração, chamado pelos *prosumidores* de “oxidação”. Essa oxidação se baseia nas idéias dos juros invertidos e faz com que o dinheiro, quando acumulado, diminua.

Talvez, a princípio, a idéia das trocas seja percebida de forma preconceituosa, mas a necessidade das pessoas tem cara de herege; se vendendo doces alguém pode conseguir um pintor para sua casa assim como as tintas, coisa que de outra forma não poderia conseguir por falta do dinheiro, a troca aparece como uma boa opção. E, quando as pessoas entram neste circuito, se dão conta que nas mínimas coisas existe a possibilidade de resgatar sua dignidade, atender melhor as necessidades da sua família. Não devemos esquecer: toda economia está baseada em trocas. Muitas pessoas acham que os clubes de trocas voltam ao escambo. Isto não é verdade! O que fazemos nos clubes de trocas, é melhorar a dinâmica da economia. Não estamos voltando a nada, estamos caminhando ao futuro!

Dentro das redes de troca, as pessoas se dão conta que podem conseguir muito mais coisas do que simplesmente pintar a sua casa. Os exemplos na Argentina são 1.500.000 histórias de cada um dos *prosumidores* que integram a Rede Global de Trocas na Argentina.

Uma história específica, é a da Gina, de Buenos Aires. Ela conta: “Nestes tempos, a Argentina está sacudida pela crise econômica, tem 80% de recessão. As feiras de Trueque (nome espanhol para Trocas) às que recorro são divulgadas em jornal e televisão. Nelas se encontram centenas de novas pessoas cada dia. Observo como as pessoas saem do Trueque com as bolsas cheias e as caras alegres. Nas avenidas, os negócios estão vazios porque não tem pesos nem para o pão. Mas no Trueque tudo é diferente, por cada um dos que aí vão, várias famílias se alimentam, se vestem e limpam suas casas com o que conseguem lá, recuperam a sua dignidade e saem da miséria. Aqui tem gente que pouco a pouco se está organizando em grupos de trabalho, volta a semear e a criar frangos, ensina ofícios para autogestionar trabalho, para sair do desemprego (que está nos níveis mais altos de toda história), tudo a través do Trueque. Cada dia vejo com meus próprios olhos mais e mais gente que sonha e constrói uma realidade diferente, um pouco mais justa e um pouco mais humana”.

O grande desafio que hoje temos é aprender novamente a nos ver e a considerar que todos temos um valor intrínseco - algo incomensurável - que deve ser apreciado em todos e em todas, independente do nível: indivíduo, família, grupo, comunidade, nação - que pode aportar ao outro condições para sua sobrevivência, bem estar e progresso social a partir dos princípios de reciprocidade e solidariedade.

A inspiração que emana dos clubes de troca é apropriada tão facilmente que acreditamos tender a reproduzir alguma forma de comportamento natural dos grupos humanos! Reinventar o mercado é um exercício tão fácil que os grupos se formam depois de uma simples oficina de três ou quatro horas! Claro que depois aparecem os problemas. Mas também as formas de resolvê-los.

Fontes: www.redlases.org.ar, www.trueque.org.ar

4.5 DINHEIRO RESPALDADO POR PREFEITURAS

Sempre em tempos de crise existem governadores que decidem emitir seu próprio dinheiro, para sobreviver os problemas nacionais. As *brisoletas* no Rio Grande do Sul, eram uma moeda respaldada pelo governo local. Hoje, na Argentina, existe o exemplo dos *patacones*.

Na crise dos anos 20 na Alemanha e Áustria, muitas prefeituras respaldaram um circulante local. O ex-presidente do Banco Central Brasileiro, Gustavo Franco, estudou para seu doutorado umas 40 delas, e usou este conhecimento no desenho do Real.

Uma prefeitura, porém, se destacou entre todas as outras, por usar um desenho bem diferente: ela emitiu uma moeda local com *juros invertidos*. O nome desta prefeitura é difícil de pronunciar em português: Wörgl.

A experiência de Wörgl

Durante a crise dos anos 30, o município austríaco de Wörgl deu início a um programa de emergência, depositando 30.000 *schilling* (moeda austríaca) nacionais numa conta bancária e imprimindo em seu lugar 30.000 “Wörgl-schilling”. Esta moeda, impressa localmente, foi gasta em obras públicas. A prefeitura garantia os Wörgl-schilling aceitando ela mesma, em todos os pagamentos, os Wörgl-schilling. Eles também podiam ser trocados pelo schilling nacional no banco, para o que era cobrado uma taxa percentual. Isto era um desincentivo que estimulava a moeda local a se manter em circulação. Esta moeda não era facilmente aceita fora do município, fato que estimulava sua circulação localmente.

O Wörgl-schilling perdia seu valor após uma semana, exceto se seu proprietário colasse, no seu verso, um selo, que podia ser adquirido por 1% do valor nominal. Isto representava, portanto, um imposto sobre a posse do dinheiro. Como ninguém queria pagar o imposto, as pessoas preferiam gastar os schillingen. Isto fazia o dinheiro circular rapidamente, o que incentivou a economia local e fez as atividades comerciais reviverem. Cada vez que a prefeitura recebia Wörgl-schillingen como pagamento de impostos locais, eles eram novamente postos em circulação por meio da realização de obras públicas e pagamento com Wörgl-schilling. O resultado: redução do desemprego, realização de obras públicas e rápido crescimento no bem-estar. Tudo isto no meio de uma crise nacional.

O sistema foi tão exitoso, que na região se falava do “milagre de Wörgl”, e outras prefeituras imitavam o modelo. Infelizmente, o banco central austríaco proibiu esta experiência.

Hoje, levando em conta as diferentes jurisprudências nacionais, autoridades públicas podem aprender deste sistema e usar seus gastos para fortalecer a dinâmica local.

Experiências parecidas

Algo parecido ao exemplo de Wörgl ocorreu no Brasil há pouco menos de dez anos, quando durante a primeira etapa da implantação do Real, em 1994, o Prefeito de Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, dada a situação de excepcional participação da cidadania nos assuntos públicos, resolveu retirar de circulação o dinheiro formal e aplicá-lo no mercado financeiro, colocando em seu lugar uma moeda local - *o Campino Real* - que os habitantes aceitaram como moeda.

Quando o Fantástico mostrou a experiência, e o Governo Federal percebeu o “perigo” da situação, veio a represália e a ameaça de intervenção: um carro forte iria rapidamente retirar de circulação as “moedas” rebeldes. O prefeito esclareceu que a população o esperava “armada” (sem informar que era armada de *argumentos* e não de *metralhadoras*...). Uma negociação de nove meses permitiu construir o final da utopia local. Mas na cabeça das pessoas ficou a lembrança e hoje os Campinos Reais são “cotados” na bolsa de valores local. Nós ganhamos um de presente, com numeração relativamente alta! Agora, os primeiros valem ouro! Prova do poder local, do poder do povo? Melhor dito: do poder dos acordos entre governo local e cidadãos...

Também no Rio Grande do Sul em 1958, as cautelas de compra chamadas *Orecopa*, as *brizolletas* em algum momento, e também as *glenetas* do Prefeito de Santana do Livramento mostram que o Sul de Brasil esteve sempre atento, com vontade de sair na frente, e sem medo de experimentar com a moeda...

4.6 DINHEIRO RESPALDADO POR EMPRESAS

Na história não foram só bancos que garantiam dinheiro. Até a Idade Média, moedas eram cunhadas por *senhores* (nobres), pelas igrejas e mosteiros e até por bordéis. Nesta linha, existem muitos exemplos de dinheiro emitido por *empresas*, tanto em registros históricos quanto nos dias de hoje.

Empresas podem respaldar o dinheiro por elas emitido com sua capacidade produtiva. Isto ocorre, por exemplo, quando a empresa utiliza suas ações como dinheiro na compra de outra empresa. Já no século dezessete a Companhia das Índias Ocidentais (Sociedade Anônima que explorava o que hoje é a Indonésia) na Holanda emitiu ações que, de tão demandadas, circulavam como se fossem dinheiro.

Neste parágrafo vamos examinar exemplos de empresas que, conscientemente colocaram um tipo de dinheiro em circulação.

Schwanenkirchen

Em 1930 alguém comprou uma mina de carvão em Schwanenkirchen (Alemanha), que havia sido fechada devido à crise. Ele ressuscitou a produção, pagando os valores devidos aos empregados com vales chamados *Wära*. Um *Wära* podia ser trocado por uma determinada quantidade de quilos de carvão. Uma vez que todos precisavam de carvão e que devido à crise, havia grave escassez de *marcos* (moeda nacional alemã), a maioria dos estabelecimentos comerciais estava disposta a aceitar as *Wäras* como pagamento dos mineiros. Para os comerciantes isto representava uma clientela adicional. Ao mesmo tempo eles poderiam usar suas *Wäras* para comprar carvão, ou gastar as mesmas com outros empreendedores que também as aceitavam.

Os proprietários de *Wäras* precisavam colocar mensalmente, mediante um pequeno pagamento, um carimbo no bilhete. Isto estimulava o comércio, pois quem recebia as *Wäras* queria livrar-se delas rapidamente, comprando algo. Em 1931 a *Wära* já havia se espalhado por toda Alemanha. Contava com a participação de mais de duas mil empresas. O Banco Central da Alemanha viu isto como uma grave ameaça e, em novembro, proibiu a experiência.

Deli-dollars e Slagharen

Em 1989, Frank Tortorillo precisava de dinheiro para modernizar seu restaurante de entrega no balcão em Great Barrington, Massachusetts, EUA. Porém, nenhum banco estava disposto a emprestar-lhe os 4500 dólares necessários. Como solução, Tortorillo emitiu seu próprio dinheiro: os Deli Dólares, os que vendia a seus clientes. Por nove dólares ele vendia notas de dez dólares que poderiam ser gastos em seu restaurante modernizado. Desta maneira ele conseguiu reunir os 4500 dólares. Neste meio tempo, os Deli Dólares, que só poderiam ser gastos após a modernização, passavam de mão-em-mão e surgiam em vários pontos da cidade.

Quando abriu seu novo restaurante podia facilmente servir 10 dólares de comida a quem apresentava uma das suas notas.

Parecido é o exemplo do parque de diversão Slagharen, na Holanda, que foi construído com o dinheiro da venda de entradas antecipadas.

Em ambos casos o respaldo da produção (futura) fez aceitável um meio, que depois circulou na população como dinheiro.

Pontos a poupar

A acumulação de pontos de fidelidade como milhas de viagem se parece cada vez mais com dinheiro. Eles são conhecidos junto aos consumidores no mundo todo e, pelo fato de serem conhecidos e devido à capacidade de produção dos conglomerados que os emitem, são aceitos por empresas como pagamento.

Neste momento, centenas de milhões de consumidores acumulam pontos de diferentes nomes, com diferentes lojas ou empresas. Estes pontos que podem ser utilizados, cada vez mais, como dinheiro. Na Holanda, se você receber *Freebies* do posto de gasolina da rede BP (*British Petroleum*), pode gastá-los como se fossem *euros* na loja *Kijkshop*.

O que aprendemos com estes exemplos é que uma empresa pode usar sua própria capacidade de produção como respaldo de dinheiro. Isto é um ponto de vista importante! Se uma empresa toma crédito junto a um banco, o banco faz exatamente o mesmo: ela utiliza a capacidade da empresa como garantia para colocar mais dinheiro em circulação. Nos exemplos citados anteriormente as empresas retomaram este poder dos bancos.

O que é válido para uma empresa é válido também para uma rede de empresas. Portanto, no capítulo sobre *Circuitos de Capital Líquido* vamos ver como redes de empresas podem transformar, internamente, seu próprio capital em base para um sistema monetário próprio.

4.7 LIQUIDAÇÕES SEM DINHEIRO DENTRO DE UMA CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL

Corporações Transnacionais (Multinacionais) são atualmente economias enormes. Dez mil ou mesmo cem mil pessoas trabalham em talheres, escritórios e fabricas diferentes em diferentes aspectos do processo de produção. As maiores multinacionais possuem um produto interno maior do que uma pequena nação!

Nestas corporações não circula internamente dinheiro. A montadora Daimler-Benz, onde são montados motores, não paga em dinheiro as peças que são fornecidas por uma fábrica, em outro país, da mesma Daimler-Benz. A transação é pura e simplesmente apontada na contabilidade: tantas peças fornecidas pela seção A à seção B.

Embora uma fábrica como esta não tenha que pagar as suas peças e não receba pagamento quando entrega os motores, isto não a impede determinar efetivamente se a produção apresenta lucro ou prejuízo. Para tal, é simplesmente comparado o valor das entradas com o valor das saídas.

Uma multinacional é, por assim dizer, uma enorme economia sem dinheiro. Mesmo assim, uma multinacional tem de fato muito a ver com dinheiro, com muito dinheiro. Do lado dos consumidores entra uma enormidade de dinheiro. Também sai uma enormidade de dinheiro, ou seja para tudo que deve ser pago para fora da multinacional: matéria-prima, energia, salários, etc.

A diferença entre uma e outra produz um superávit enorme do qual, entre outros, são pagos os acionistas.

O fato de que internamente não circula dinheiro numa multinacional, produz grandes vantagens para ela. Se para todas as transações internas fosse preciso dinheiro, uma grande quantidade dele não estaria disponível para nenhum outro fim. Por exemplo, para investimentos, precisaria obter-se um empréstimo bancário. Isso levaria ao pagamento de juros que deveriam ser repassados aos preços. Se tudo dependesse de empréstimo, para administrar as trocas internas, seria enorme a sua influência nos preços.

Uma outra vantagem obtida, é de *economizar tempo*. O dinheiro que entra numa multinacional pela venda de produtos está imediatamente disponível para toda a empresa. Não precisa passar por toda a cadeia até chegar às matérias-primas. A empresa usa internamente simplesmente a contabilidade e o dinheiro dos consumidores, pode ser imediatamente aplicado para comprar matérias-primas ou para fazer investimentos.

Um produtor que trabalha no final de uma cadeia de empresas *independentes*, deve esperar até que o dinheiro circule por toda ela antes de que ele possa aplicá-lo por exemplo a investimentos. Se ele quiser inovar, ele deverá contratar com o banco um empréstimo, porque primeiro terá que vender seu novo produto antes de que tenha o dinheiro. Uma multinacional pode usar para isso o dinheiro dos consumidores. Também aqui há a vantagem dos juros: o produtor independente deve pagar juros sobre seu crédito, o que faz seus preços mais altos.

Estas vantagens das transações não-monetárias, e especialmente o aspecto dos juros delas, fazem com que as multinacionais possam oferecer aos consumidores seus produtos a preços muito melhores e, por isso, defender-se muito melhor no mercado.

Se em relação à compensação de valores, uma cadeia de *empresas independentes* se organizar igual como uma multinacional, chega-se às *mesmas vantagens*. As vantagens da economia em dinheiro pelo intercâmbio de produtos, e a vantagem de poder aplicar o dinheiro do consumidor diretamente em toda a cadeia produtiva, podem ser reproduzidos! (ver cap.8)

A isso se adiciona que todo o dinheiro que hoje flui através da cadeia, pode ser aplicado a investimento dessa cadeia. Desta maneira, empresas independentes podem fortalecer-se grandemente e simultaneamente oferecer seus produtos a preços mais baixos.

Mais adiante neste capítulo, você poderá ler como empresas independentes comerciam internamente sem dinheiro. No capítulo 8 veremos diferentes métodos com os quais cadeias de empresas independentes podem melhorar mais ainda estas técnicas e também fazer uso do dinheiro dos consumidores. Desta forma surgem métodos poderosos com os quais a Economia Solidária pode obter sua vantagem.

4.8 TRANSAÇÕES SEM DINHEIRO ENTRE EMPRESAS: O BARTER (comercial) E O WIR (solidário)

Cada vez mais empresas comercializam entre si, sem envolver dinheiro. Nos EUA, uma parcela importante do comércio entre empresas de tamanho médio é concretizado via sistemas de *Barter*: redes comerciais dentro das quais as empresas compensam seu comércio via um sistema de compensação próprio.

Outras empresas comerciais facilitam as transações de grandes empresas, para que estas sejam recíprocas. Para isso, catam ativamente as necessidades de empresas. Elas passam uma porcentagem da transação como despesas às empresas respectivas. Como a maioria destas *empresas de transações* somente trabalham com operações de grande escala (por exemplo acima de US\$ 100.000), o lucro é enorme.

Redes de trocas entre empresas capitalistas existem também no Brasil. O sistema transnacional de trocas da Argent Atwood com penetração em 29 países, criou sua própria moeda, o APC - Asset Purchase Credits. Cada APC vale 1 dólar. Entre os 300 clientes que participam desse sistema de troca, 100 deles estão incluídos entre as 500 maiores empresas do mundo, listadas pela revista norte-americana Fortune. Participam no Brasil desse sistema de trocas empresas como a Nestlé, Ford, Scania e Philip Morris. A Argent Atwood constitui-se em uma empresa transnacional que implantou e administra essa rede de trocas mediadas por uma moeda própria. Outra empresa semelhante é a Tradaq que opera com transações consideradas pequenas, segundo a matéria, a partir de R\$ 5 mil. A moeda criada por essa empresa para facilitar a troca multirecíproca entre os participantes se chama “único”. Explica a matéria que “assim como no sistema da Atwood, as empresas vão acumulando crédito e débito numa moeda, denominada único, cuja função é contabilizar o saldo das trocas.”

Rede de trocas entre empresas solidárias: o sistema WIR

Um outro exemplo de trocas sem dinheiro entre empresas, mas agora um exemplo que une empresas da Economia Solidária, é a WIR Suíça, uma rede surgida na crise dos anos 30. Da WIR participam aproximadamente 60.000 empresas suíças que, dentro dela, liquidam transações sem que circule dinheiro. Anualmente passa pela WIR um valor de mais de um bilhão de dólares. Cada membro tem uma conta em unidades WIR.

Graças ao fato de que uma grande quantidade de empresas participa, quase tudo pode ser comprado na WIR e o sistema permite vantagens sérias aos participantes. Na Internet pode ser visto o que é oferecido. Se você quer construir uma fábrica, mandar fazer impressos, ou precisa de um exame médico do seu pessoal: não pode ser inventado nada tão esquisito que uma das empresas associadas não o tenha à venda em unidades WIR.

Os preços são idênticos aos em Francos Suíços, a única diferença para a administração da empresa é como se ela usasse “um outro talão bancário”.

Pouco tempo atrás foi criado paralelamente à rede WIR, um banco WIR, de maneira que agora ainda mais transações financeiras podem ter lugar dentro da própria rede.

Na Holanda tenta erguer-se uma iniciativa comparável, com o nome Amstelnet. Consiste em empresas agregadas que comerciam entre si sem dinheiro. Entretanto, apresenta uma desvantagem grande: se não participam muitas empresas, o sistema não é eficiente.

A WIR precisou de dezenas de anos para chegar ao seu atual tamanho. Nos tempos em que havia menos participantes da rede, nem sempre foi tão atrativa. Apesar do crédito em unidades WIR ter sido bem barato, nem sempre podia-se gastar o saldo-WIR tão facilmente.

Pareceria que as redes que usam este sistema recém se tornam atrativas quando chegam a ser grandes e quando pode-se comprar lá “de tudo” (e preferencialmente no seu fornecedor favorito).

Quando este não for o caso, uma rede converte-se demasiadamente numa “ligação obrigada”, a que um empreendedor somente quer associar-se quando não tiver outras alternativas ou quando em seguida apareçam grandes vantagens. Por isso, e neste caso, tamanho é documento!

Aí surge a pergunta: Como chegar com suficiente rapidez ao tamanho com o qual as vantagens superam as desvantagens? Ou devemos procurar outras opções, melhorando o sistema das transações não-monetárias entre empresas?

Conclusão

A economia capitalista, assim como a solidária, descobre o comércio sem dinheiro. Atualmente é provável que 20 % do comércio mundial tenha lugar fora do sistema monetário.

Para o Movimento Monetário Mosaico é importante analisar estes métodos e onde seja possível, aplicá-los para empresas da Economia Solidária. No capítulo 8 você verá como estes métodos até podem ser melhorados e ampliados para que, por exemplo, também dinheiro do consumidor possa passar por eles. Isso permitirá que as redes não precisem ter enormes amplitudes para já poder funcionar efetivamente.

Desta forma criamos estruturas monetárias muito mais dinâmicas que permitirão que a Economia Solidária possa concorrer com o capitalismo.

4.9 HANK MONROBEY: O SISTEMA SYS E OS CIRCUITOS DE CAPITAL LÍQUIDO

Em 1962 o holandês Hank Monroby escreveu o livro *“Integração vertical total”*. Neste livro ele descreveu como pequenas empresas independentes poderiam fortalecer sua posição no mercado em relação aos grandes conglomerados. A idéia central de seu arrazoado era que eles passariam a trabalhar em redes de fornecedores e compradores, empregando estrategicamente seus recursos e seus meios de produção, de maneira a proporcionar os maiores benefícios para a rede como um todo, mas ao mesmo tempo recompensando o membro individual por sua contribuição. Nesta rede havia troca de informação e a opção por uma abordagem conjunta do consumidor.

Esta proposta atraiu a atenção das autoridades russas que, no período de Kruchov, estavam em busca de renovação. Os soviéticos traduziram o livro para o russo porque oferecia uma combinação entre o modelo de colaboração e planejamento central soviético e proporcionava, ao mesmo tempo, espaço para o desenvolvimento independente de qualidades empreendedoras. Os russos já haviam concluído que as grandes multinacionais no ocidente estavam, gradativamente, abandonando o conceito da *competição em mercados* e adotando, cada vez mais, o *planejamento central* da utilização de recursos e meios de produção.

Mas, enquanto na prática do planejamento os dois sistemas talvez fossem complementares, a proposta de Monroby era muito mais atraente do ponto de vista puramente comercial, pois combinava o melhor da economia planejada e da economia de mercado de uma maneira totalmente diferente. Fazia uso das vantagens de multinacionais ao mesmo tempo em que se colocava perpendicularmente às mesmas. Proporcionava uma abertura para incluir o funcionamento das leis de mercado e o empreendimento individual na economia planejada comunista.

Dez anos mais tarde, Monroby trabalhava em Luxemburgo junto a um banco, onde cuidava da implantação da automatização e desenvolvia os precursores dos cartões de banco inteligente. Durante este trabalho, Monroby descobriu uma dimensão totalmente nova para seu modelo de trabalho em rede. Ele viu com seus próprios olhos a vantagem que os bancos tiravam de sua posição de aranha na teia da rede econômica. Com base nesta experiência, Monroby acrescentou a compensação interna à concepção de colaboração de empresas. Utilizando efetivamente as vantagens de circulação interna de dinheiro, as redes não deveriam mais tributos à ditadura bancária.

Graças ao amplo conhecimento adquirido na área de economia de redes Monroby foi contratado como consultor por um grupo de membros preocupados da redes de empresas

solidárias da suíça WIR (que, traduzido, significa “NÓS”). Naquela época a rede vinha sofrendo com inflação *interna*: as unidades WIR que circulavam na rede tinham, segundo o regulamento, o mesmo valor do franco suíço, mas na prática valiam muito menos.

Após um exame intensivo da situação Monrobey chegou à conclusão que a inflação era provocada pelo fato da oportunidade de gastar as unidades WIR ser muito restrita e, portanto, elas ficavam acumuladas. A rede WIR tinha, naquela época, uma abrangência restrita e não era de se surpreender que certas empresas acumulassem um elevado saldo positivo. Naquela época não havia fornecedores para atender suas necessidades dentro da rede.

A conseqüência era que eles tentavam vender “ilegalmente” suas unidades WIR por francos nacionais. A diretoria da WIR combatia esta troca de WIR por francos com base no regulamento, mas isto não resolvia a causa do problema.

Monrobey desenvolveu a solução para este problema: envolva os consumidores na rede e venda a eles os produtos da rede cobrando francos suíços. Os membros vendedores receberiam o valor dos produtos em unidades WIR. O dinheiro recebido poderia ser utilizado pelos membros com saldos elevados que não conseguiam gastar. Os francos obtidos dos consumidores poderiam ser utilizados para comprar para eles os produtos que não eram produzidos dentro da rede. Desta maneira ninguém ficava com saldo positivo e as unidades WIR voltariam a ter o mesmo valor do franco suíço.

Para a diretoria daquela época, infelizmente, esta solução não era aceitável pois os membros que vendiam diretamente aos consumidores não se dispunham a trocar parte dos francos recebidos por unidades WIR. É lógico, pois estes membros sabiam perfeitamente que as unidades WIR valiam menos. Surgiu então um impasse que fez com que a situação negativa permanecesse.

Em razão disso alguns membros decidiram formar, junto com Monrobey, uma nova rede: Sistema Sys.

Nesta versão do WIR melhorada os consumidores também eram bem-vindos enquanto membros. É claro que este novo sistema começou com muito menos membros do que a WIR. Na Suíça da época também não havia um movimento solidário no qual a Sys poderia se apoiar.

Os consumidores precisavam ser atraídos com a oferta de descontos. A intenção era reunir o dinheiro necessário para cobrir os descontos fazendo com que, a cada venda realizada dentro da rede, a empresa vendedora pagasse uma pequena porcentagem a título de taxa de despesas de transação.

Logo se verificou que a ampliação do sistema era lenta demais para tornar-se rentável a curto prazo. Com poucos membros, o dinheiro arrecadado dos consumidores precisava ser gasto dentro de poucos níveis para efetuar compras fora da rede e a renda das taxas cobradas era muito pequena para oferecer descontos atraentes aos consumidores. Assim, esta experiência promissora teve que ser interrompida.

Circuito de Capital Líquido

Nos anos seguintes, Monrobey desenvolveu uma abordagem que permitia uma ampliação muito mais rápida, de modo que seria necessário menos tempo para tornar uma nova rede solidária atraente.

Em 1982 Monrobey iniciou esta abordagem totalmente nova nos Países Baixos. A opção pelos Países Baixos se deveu ao fato de que as despesas administrativas podiam ser mantidas baixas utilizando o mais recente desenvolvimento na área da comunicação: a televisão interativa.

Os Países Baixos são um país com elevada densidade demográfica onde, naquele momento, mais da metade da população tinha uma assinatura de TV a cabo. Por isso o país foi um dos poucos lugares do mundo onde a televisão interativa se desenvolveu. Monrobey viu nisto uma oportunidade única para ampliar rapidamente a rede e, ao mesmo tempo, restringir ao mínimo as despesas administrativas e de comunicação.

Assim teve início nos Países Baixos, em 1982, o primeiro Circuito de Capital Líquido (CCL - *liquid capital circuit*) do mundo. Com uma relação de colaboração entre empresas independentes comparável ao do Sys, passou a concorrer com grandes multinacionais. Tudo parecia funcionar bem: a compensação funcionava, a rede se ampliava em tempo recorde.

Mas este sucesso também despertou forças contrárias. Um *lobby* de grandes empresas levou a questionamentos no parlamento dos Países Baixos. A empresa de televisão (estatal) podia ser utilizada para tal finalidade? O governo decidiu que estava havendo “concorrência desleal” e proibiu que a empresa de televisão continuasse a alugar suas facilidades interativas à rede. Assim desapareceu a possibilidade do baixo custo de realização da administração das transações dentro da rede e a CCL teve que ser encerrada.

Novamente Monrobey perdeu muito dinheiro e energia. Ele decidiu continuar, construindo seu sonho numa escala muito menor e obteve o dinheiro necessário auxiliando empresas independentes que, apesar de ser saudáveis economicamente, financeiramente ameaçavam tornar-se vítimas do sistema bancário. Hank Monrobey não trabalhava da mesma forma que a maioria dos saneadores (demitindo empregados), mas atacando o problema na sua origem: no mundo financeiro. Aplicando as técnicas de trabalho em

rede e formando redes com fornecedores e compradores, Monrobey liberava dinheiro dos circuitos econômicos transformando as dívidas pelas quais as empresas pagavam juros em créditos a juro zero. Assim que a carga de juros, que se tornara impagável, era eliminada, 95% das empresas conseguiram quitar seus débitos e continuar suas atividades de forma economicamente saudável.

Quando a Internet proporcionou novas possibilidades baratas de comunicação que não podiam ser facilmente proibidas pelas autoridades, Hank começou a sentir novamente um comichão. Ele decidiu se empenhar, mais uma vez, no seu ideal de constituição de redes econômicas de base. Você lerá mais sobre a nova concepção da CCL, baseada na Internet, no capítulo sobre os modelos que interligam, no MoMoMo, as diferentes iniciativas de Economia Solidária.

5. Que fazer e como fazer: estratégias e táticas

O Movimento Monetário Mosaico trabalha com uma realidade específica que precisa levar em consideração os acontecimentos na economia global, nas sociedades, na tecnologia e, principalmente, o dinheiro capitalista. Estes são elementos que formam o marco no qual nossas ações podem ou não ter sua relevância. Neste capítulo apresentamos algumas idéias sobre como desenvolver e estabelecer ações táticas sinalizando o significado de algumas combinações possíveis e os seus diferentes níveis.

5.1 Estratégia: diferentes níveis.

Paulo Peixoto de Albuquerque

“Os processos contemporâneos de globalização da economia, da informação, da política, da cultura, assim como os avanços tecnológicos e a transformação produtiva, vêm produzindo uma sociedade complexa e facetada. Uma sociedade global que, de um lado, mantém seus cidadãos fortemente interconectados e, por outro lado, extremamente vulnerabilizados em seus vínculos relacionais de inclusão e pertencimento. Já não são apenas as mercadorias que podem ser descartadas, mas também segmentos da população que se tornam “sobrantes”¹.

Vivemos um “período incerto de transição para uma inevitável reestruturação das relações de produção: seria preciso mudar certos hábitos antes de encontrar uma configuração estável. Mutação completa de nossa rela o com o mundo: tratar-se-ia, então de inventar uma maneira diferente de habitar esse mundo” (Castells, 1999, p.497) Estamos, sem d vida, diante de uma bifurca o: aceitar uma ascendente inteiramente submetida às novas exigências da economia ou construir uma figura de sociedade diferente” (Castells, 1999, p.35).

¹ Maria do Carmo Brant de Carvalho. Reemergência das solidariedades microterritoriais na formata o da política social contemporânea. Comunica o oral, Unisinos, 1999

Para tanto, precisamos empreender ações que derivam de experiências concretas, sejam estas a partir da nossa própria realidade ou não. Este é o passo que pretendemos dar: passar da abstração da realidade para um projeto ação que construa a realidade. Principalmente porque os teóricos do social estão céticos quanto a possibilidade de um projeto de inovação social como pode ser o Movimento Monetário Mosaico.

“...podem existir serviços que tentam mobilizar recursos monetários e recursos não-monetários, articular a esfera pública e a esfera privada, os investimentos pessoais com regulações gerais. Mas são pouco visíveis socialmente e não ultrapassam o estágio da experimentação preocupação de promover uma “Economia Solidária”, isto é, de ligar a questão do dinheiro e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre pessoas. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política” (Castells, 1999 p.574-575).

Entretanto, é preciso combinar estratégias de ação para viabilizar a economia e não apenas fundear em uma política de crédito. É preciso suporte tecnológico que desenvolva mecanismos de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual.

Se estratégia é condução de um conjunto de ações para uma dada situação que comporta incertezas, então é preciso ter presente que este conjunto de ações leva em conta diversos roteiros possíveis e escolhe aquele que parece mais adequado conforme a situação. Estratégias se elaboram em função de finalidades e princípios; às vezes é preferível adotar um roteiro que minimize os riscos; outras, que maximize as oportunidades. As estratégias modificam-se no processo das ações em função das experiências que acumulamos, de forma a ampliar nossa capacidade de responder à adversidade.

Nesse sentido, estratégia quer dizer planejar o futuro, é processo, movimento, intercâmbios. É o conjunto de ações que pensamos para construir um dado futuro. Objetiva-se em uma série de ações (táticas) que, mesmo estando sujeitas ao jogo das inter-relações sociais, obedecem à vontade dos atores sociais; são ações que devem ao constituir-se, combinar-se, porque operam em vários planos e, ao mesmo tempo, nos remete a pensar constantemente as prioridades.

Entendemos que este é o momento para empreender ações inovadoras, de fazer experiências em grande escala com a assim chamada moeda social, porque se antes a pobreza se apresentava como um fenômeno homogêneo, hoje aparece como um fenômeno heterogêneo, multi-dimensional, que atinge cada vez mais a população, não só dos grandes centros urbanos, mas também das zonas rurais; populações aprisionadas numa espiral de carência, de desertos monetários.

É importante destacar que esta espiral negativa sinaliza novos processos de apartação social e de discriminação de jovens e idosos que são lançados no isolamento social em função do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do enfraquecimento da sociedade salarial.

Assim sendo, pensar estratégias de ação implica num exercício de contextualização, de visualização de relações sociais e do modo como elas engendram demandas e apontam para possibilidades e limites de novos arranjos sociais, tal como aqueles propostos pelo movimento monetário mosaico.

A tipologia que segue é um exercício de sistematização que possibilita ao leitor situar as nuances de cada estratégia, bem como as diferentes táticas que as compõem.

5.1.a PRIMEIRO NÍVEL: ORIENTAÇÃO² POLICÊNTRICA

Construir novos espaços econômicos dentro da economia capitalista eliminando a competição por dinheiro, mas aceitando a competição proposta pelo mercado através de outros espaços econômicos solidários

Para conseguirmos um desenvolvimento próprio precisamos criar novas formas de colaboração e/ou cooperação, tornar-nos independentes do sistema monetário capitalista e conquistar territórios desse sistema monetário. Isto nos tirará do dilema de desemprego ou endividamento.

Para tanto é necessário criar instrumentos que dêem às comunidades, grupos e/ou empresas a possibilidade de construir um futuro. Aqui, é preciso colocar uma questão crítica: que está no bojo de um dos principais instrumentos do sistema monetário tradicional - o crédito que está atrelado a uma taxa de juros (remuneração do capital).

Estes dois instrumentos - crédito e juros - concorrem para que nas comunidades periféricas e mais empobrecidas a demanda aquisitiva local, que já é limitada, seja esterilizada, porque as capacidades empresariais vão se dirigir, direta ou indiretamente, ao mercado não-local que se beneficia da energia empreendedora de uma estrutura sócio-econômica local (ver item 3.3).

² A tipologia que a seguir apresentamos deriva da releitura de WJ Keegan em *Global marketing Management*; permite compreender e enquadrar as diferentes estratégias e suas orientações. Salientamos que aqui elas estão colocadas de forma esquemática, o que não impede apreender o seu significado. Na orientação policêntrica o grupo percebe que sua realidade é única e singular e que há possibilidade de ações em diferentes níveis, sempre tendo presente a lógica do mercado. Na orientação geocêntrica, por sua vez, as ações tem como cenário uma perspectiva ampla, na qual o grupo e/ou comunidade percebe semelhanças e diferenças do espaço produtivo e desenvolve ações cujo propósito é fazer alianças e trocas fora do ambiente delimitado pelas fronteiras físicas; na orientação regiocêntrica o grupo ou comunidade tem presente que as ações estão circunscritas às fronteiras físicas e estão voltadas para enfatizar as vantagens competitivas complementares existentes na região e/ou comunidade.

As possibilidades para novos empreendimentos locais está diretamente relacionada a quantidade de dinheiro presente. Caso este não exista, o poder aquisitivo local tende a ser deslocado para outros lugares que não sejam o povoado, o bairro.

Quando as compras são realizadas fora da comunidade este dinheiro desaparece da circulação local e não pode facilitar trocas locais, não fortalecendo as trocas produtivas do mercado local.

Se a economia produtiva respaldar suas próprias moedas com sua própria produção (ver cap. 8) não se precisa mais competir pelo dinheiro. Sempre existe, numa economia que não seja centralmente planejada, a competição pelos mercados, mas esta competição pode então ser fundada nas estruturas sociais e culturais locais.

A crescente falta de capital para promover a produção fragiliza e desarranja, desorganiza os espaços produtivos locais bloqueando perspectivas de futuro na medida em que desmancha vínculos relacionais de apoio e pertencimento. Se o dinheiro para investir não é escasso, a comunidade pode ter diferentes métodos de decidir onde investir, sem os empreendedores tendo que competir pelo capital escasso.

É isso o que o Movimento Monetário Mosaico procura: encontrar formas para os empreendedores se comunicarem, como nas redes econômicas. Desta forma realizamos uma síntese entre o *mercado livre e a economia centralmente planejada*.

Táticas:

A lógica do jiu-jitsu

Chegou a hora da Economia Solidária não só reagir mas também definir seus próprios objetivos e implementar uma economia em rede na qual as vantagens da colaboração sejam mais atraentes para os participantes do que aquelas de estar só num mundo que concorre pelo escasso dinheiro virtual.

A diferença desta tática está no fato da defesa não estar mais baseada exclusivamente na reação.

Ao invés de considerar a economia e o sistema monetário como competência exclusiva do Estado ou dos Bancos, é preciso ter presente que fragmentação, particularismo, crise da política e do Estado, por mais paradoxal que possa parecer, pode ser sinônimo de reorganização, de re-significação do social.

A metáfora que apresentamos a seguir dá uma idéia do que pode ser este reenergizar a solidariedade vicinal e comunitária. Esta nova lógica do fazer social deve ser entendida como a energia de um rio que desce a montanha.

Podemos nos opor ao rio e a energia que ele traz consigo, podemos até construir diques em torno do rio, represas, etc., ou podemos usar esta energia em nosso próprio benefício. Canalizando a água, direcionando-a para onde ela nos será útil, fazendo-a descer a montanha pela rota que nós escolhemos. Desta forma, a água pode ajudar-nos a formar vales e a mover montanhas.

Assim como estão em curso processos sociais que tendem a alterar as relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil; assim também outras lógicas sociais são possíveis para pensar sistemas de produção e de consumo. Se por um lado volatilizam políticas sociais e econômicas, por outro a possibilidade de “formas alternativas” não se constituem mais em experiências pontuais, mas realidades que podem ser interconectadas.

Ao mesmo tempo, temos que identificar quais são as forças dinamizadoras do capitalismo e ver se elas ser aplicadas em nossos projetos solidários.

Subsídio

Apoio de meios solidários pode ser um instrumento para alavancar os processos produtivos bloqueados existentes na comunidade.

Ao contrário das políticas tradicionais, o subsídio não pode ser entendido como instrumento distributivo compensatório de crédito, mas como fator capaz de ordenar processos econômicos, organizar vínculos sócio- econômicos e construir sínteses a partir de interesses fracionados.

Se o sistema monetário provoca um déficit na economia produtiva, obrigando-a a pagar tributos à economia financeira, o subsídio inverte a lógica do sistema monetário tradicional criando nossos próprios créditos que a própria comunidade garante com o seu trabalho, que hoje é preenchido com dinheiro “novo” que entra em circulação através das hipotecas, crédito ao consumo e, principalmente, através de novas dívidas.

Não é intenção que este subsídio ou apoio seja uma constante: a intenção é que a nova realidade produtiva consiga, no futuro, “caminhar com suas próprias pernas”.

Na verdade, o objetivo maior é passar da atividade subsidiada para independente. Assim o fazendo, daremos mais um passo na organização de sistemas monetários diferenciados que permitam conquistar territórios do dinheiro capitalista.

Intercâmbio Produtivo

Na base de um outro fazer social na qual o desenvolvimento não esteja fundado no risco social da ausência do dinheiro e do trabalho para todos, há que se reconhecer outros elementos para assegurar a integração de processos econômicos mais recíprocos e solidários.

O intercâmbio produtivo é necessário porque permite que agentes econômicos realizem tarefas complexas ou ordenamentos sócio-econômicos complexos.

É através deste comportamento intencional que os diferentes participantes especialistas naquilo que fazem podem garantir de forma mais eficiente a sua sustentabilidade ampliando suas possibilidades de não exclusão social ou de isolamento. Esta especialização, por um lado, só é possível se há um instrumento que facilite os intercâmbios e torne possível o desenvolvimento.

No intercâmbio produtivo as empresas podem se dar conta que o montante de encargos decorrentes de juros para conseguir capital a ser investido na produção pode ser eliminado se não reduzido, a partir da criação de um sistema de compensação independente do dinheiro bancário. Um sistema monetário paralelo ou alternativo consegue alcançar uma economia de custos e pode dinamizar muito suas atividades econômicas. Portanto, vamos aprender com os métodos que já estão sendo desenvolvidos por empresas capitalistas e utilizá-los a maior parte da compensação de seu comércio fora do sistema monetário.

Consumidor local

Se, por um lado, a fonte mais provável do “dinheiro” futuro são os grandes conglomerados, de outro existe um poder que está nas mãos dos consumidores.

Podemos aprender das mudanças atuais e descobrir quais oportunidades elas nos proporcionam na qualidade de consumidores e de empresa diferenciadas da lógica predadora do mercado. A possibilidade de construir um mundo no qual a pobreza poderá ser eliminada em grande parte, deriva da compreensão que quanto maior for o número de pessoas e os comportamentos de cooperação e/ou colaboração, maior será a possibilidade de fazer com que nossos sonhos mais ousados sejam compartilhados.

Se nós, enquanto consumidores e empreendedores independentes realizarmos a maior quantidade possível de transações dentro de um sistema de compensação interno, poderemos ter as mesmas vantagens que os grandes conglomerados da economia capitalista globalizada hoje tem.

Sabe-se que “é no consumo que a produção se completa, e que este tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral (...) e que a exclusão social se dá em função das pessoas não estarem ligadas a um circuito de trocas produtivas” (Mance, 1999).

Por entender que o sujeito social não é produto de forças externas a ele, mas que é capaz de produzir e reproduzir práticas sociais passíveis de transformação e mediação cremos que, como a cooperação entre as empresas, o consumo solidário através de moeda social

agrega instrumentos através dos quais o consumidor pode usar um poder que até então não se permitiu, e que contém em si uma enorme possibilidade de transformação.

Concretamente, estamos propondo uma relação de colaboração em diferentes níveis que vai do internacional ao local, unindo redes de grupos de consumidores a redes de comércio locais no qual *o consumidor tem papel fundamental nas decisões produtivas*.

5.1.b SEGUNDO NÍVEL: ORIENTAÇÃO REGIOCÊNTRICA

Criar um círculo econômico local virtuoso a partir do aumento das relações de colaboração para acumular poder na comunidade

O aumento de conexões e de relações de colaboração econômica em áreas extremamente vulnerabilizadas é outro elemento chave no Movimento Monetário Mosaico porque esta nova dinâmica nas relações de colaboração oferece espaço aos mais pobres para trocas mútuas. E, o acesso ilimitado a trocas mútuas é um dos pilares para uma estrutura social e qualidade e volume de produção.

Esta transformação torna-se especialmente rica em oportunidades, não só para grupos de pessoas, mas também para empresas independentes que, ao se darem conta do montante dos encargos decorrentes de juros, possam compreender que atuar fora do sistema monetário pode ser extremamente compensatório.

Táticas:

Aumentar o meio circulante

Se o símbolo abstrato (dinheiro) não circula por esta ou aquela razão, ocorre estagnação não só no intercâmbio mas também na especialização dos atores econômicos e no desenvolvimento de projetos e de novos espaços econômicos. Este é o paradoxo que se manifesta como marca mais dramática do capitalismo financeiro: é o mercado financeiro que aponta o que deve ou não ser útil, válido.

Na verdade, o paradoxo do sistema financeiro se manifesta por um entendimento equivocado do papel do dinheiro, que o Movimento Monetário Mosaico precisa explicitar.

Se o sistema financeiro cresce graças à economia produtiva, então a economia produtiva paga tributos ao sistema financeiro. Ainda que o sistema financeiro só possa existir graças aos valores reais da economia produtiva nos quais ela retira os créditos que ela fornece.

A marca dramática da realidade de muitos grupos e/ou comunidades deriva de um meio circulante escasso que, por estar fundamentado no crédito, promove o endividamento compulsório. Quando o crédito não é concebido e concedido para tornar possível uma nova atividade, mas para remunerar o capital, as opções para aqueles que estão circunscritos aos desertos monetários são o endividamento ou desemprego, porque diante da inexistência de mecanismos de proteção social só são concedidos capitais se as garantias daquele crédito forem consideradas suficientemente sólidas.

No Movimento Monetário Mosaico, nossa estratégia é de criar novas formas de circulante que facilite as transações e os investimentos locais, sem as comunidades se endividarem junto ao sistema financeiro.

5.1.c TERCEIRO NÍVEL: ORIENTAÇÃO GEOCÊNTRICA

Promover a inovação social através de redes solidárias que articulem propósitos ideais com pragmatismo da ação

Devemos estar cientes de que todas ações individuais e conjunturais podem finalizar em atitudes paternalistas se não tivermos consciência de que é necessário uma transformação estrutural do sistema que produz a mundialização de um sistema monetário que se sustenta no endividamento e no sacrifício do presente.

É evidente que não pretendemos apresentar uma estratégia acabada ou um modelo sócio-econômico definido, mesmo porque entendemos ser este um processo coletivo, plural e histórico de longo prazo e não linear.

Não obstante, podemos insinuar algumas táticas que, sem pretender cair no idealismo, buscam ser minimamente pragmáticas.

Táticas:

Socialização do saber

As novas pedagogias e a inovação tecnológica não podem permanecer privadas de grupos ou de instituições educacionais, mesmo porque a cultura é um patrimônio da humanidade e como tal deve ser socializada, estendendo seu benefício a todos. Para isso, a propriedade intelectual, a lei de patentes e registros não pode ser aceita como mais um instrumento de exclusão e isolamento social.

Para tanto se faz necessário a construção coletiva de um instrumento hábil, eficiente e transparente que deve avaliar e certificar com amplo valor social os conhecimentos e habilidade dos indivíduos, independentemente da forma como tenham sido adquiridos, porque os exames acadêmicos tradicionais com freqüência discriminam minorias étnicas, mulheres e outros grupos vulneráveis do mercado de trabalho e do convívio social.

A importância de uma proposta de socialização do saber se justifica pela incapacidade das instituições públicas e privadas de acompanharem as modificações do “*mundo da vida*”.

Isto supõe “*modelar os domínios do conhecimento como “espaços conceituais” onde os alunos podem construir seus próprios mapas e conduzir explorações, considerando os conteúdos como ponto de partida e não como ponto de chegada no processo de construção do conhecimento*”³.

Produzir para atender necessidades reais

Produzir partindo da vontade em atender necessidades reais significa atender ao interesse “individual” dos participantes, de uma comunidade ou bairro de modo que coincida com a promoção da pessoa na perspectiva da sua autonomia.

A dinâmica do dinheiro promovida através da moeda social ou de um sistema monetário paralelo só tem sentido se promover a cooperação, o trabalho em conjunto e impedir a acumulação. Uma espécie de *mão invisível*, num contexto solidário. Este contexto garante também o espaço para investimento em projetos comunitários e cria um sistema de poder em que este vem automaticamente da base e vai para a base. A força do trabalho em conjunto surge essencialmente da base, no nível do consumidor; onde cada vez mais surgem escolhas e opções, a fim de que a rede somente seja ativada pela base.

Dois requisitos são de grande importância para que as atividades isoladas possam ser inseridas dentro de um conjunto geral de atividades, a saber: as atividades têm que partir do concreto, as pretensões ideológicas não devem nos confundir e confundir o nosso desejo com a realidade.

“A lógica predadora da natureza, humanamente alienante, antropológicamente absurda e socialmente injusta resulta de um modelo de produção que não leva em conta as limitações naturais do planeta ou o direito das pessoas a um mesmo nível de consumo. O benefício da produção deve ser estendido na perspectiva de um benefício socialmente distribuído e não individualmente acumulável⁴.”

³ Thornburg, Apud Passarelli, Brasilina. Hipermídia e a educação: algumas considerações e experiências. Contexto & Educação, Ijuí (RS), n 34, v. 8, out/dez. 1993. p.66.

⁴ Tradução direta do texto "implicaciones políticas de una deuda inmoral", de Castor Mari Martín Bartolomé Ruiz, Dr. em Filosofia, Professor pesquisador do PPG- Filosofia, Unisinos.

Fóruns, Conselhos, etc.

Diante do desmanche das identidades nacionais e dos espaços regionais promovido pelo processo de globalização que ocorre a múltiplas velocidades, percebe-se que, paradoxalmente, se reforçam solidariedades locais, experiências de ajuda mútua que atribuem mais força política às municipalidades e remetem a pensar os governos centrais em outras esferas de mediação e de decisão.

Nesse sentido, os fóruns são espaços de vocalização e de privatização dos espaços públicos por um outro tipo de cidadania; por uma cidadania emancipada, que reforça antes o poder local que o central.

Este novo desenho político permite incluir e re-introduzir experiências sócio-econômicas periféricas de moeda social, grupos de trocas, grupos de consumo, redes de empresas que não se enquadram nos modelos da economia tradicional.

Pragmatismo: respaldo de nossos modelos

O objetivo final do Movimento Mosaico Monetário está na formação de uma ampla rede onde as experiências isoladas e acumuladas permitirão, pela reflexão, a articulação de projetos econômicos (em diversos níveis) cuja dinâmica interna não seja a acumulação e onde a Economia Solidária universal seja possível.

Uma vez que esta é a escala onde as estruturas sociais se constroem, é de vital importância que ações mobilizadoras de pessoas, grupos ou comunidades ao serem empreendidas não percam seu caráter de externalidade ou de visibilidade. O caráter pragmático da ação tem um grande poder de organização e possibilita uma troca mais direta entre as diversas percepções e visões de mundo.

A história nos ensina como o poder do dinheiro pode ser controlado, como é possível existir tipos de moeda sem que haja a concentração de poder. Os governos municipais e regionais podem tomar a iniciativa e introduzir estes tipos de moeda nos programas comunitários e programas de emprego. Exemplos históricos demonstram pragmaticamente que o sucesso destes programas dão um enorme impulso à discussão sobre dinheiro.

Mas temos que ser absolutamente claros: cada iniciativa que começamos precisa se auto-sustentar. Nossos motivos morais e ideológicos não podem fazer-nos esquecer que trabalhamos com temas econômicos, e que na economia e no dinheiro os valores são objetivos. Uma moeda sem respaldo não é aceita e não pode sustentar uma economia, por mais que suas intenções sejam solidárias e éticas. Um sistema que é dependente de subsídios, não tem que ser proposto como uma solução sustentável.

Claro, o MoMoMo, como totalidade, pode sustentar e dinamizar as diferentes experiências, mas cada experiência precisa ser viável por sua própria lógica interna. Isto é sumamente importante, já que no começo de um movimento, cada experiência falida tem implicações para a totalidade do movimento.

5.2 Considerações estratégicas e táticas

Dentro do marco conceptual e prático que foi apresentado acima, existem vários temas que devemos tomar em conta. Aqui, apresentamos algumas destas considerações estratégicas e táticas.

5.2.a MOEDA SOCIAL É MAIS EFICIENTE

Camilo Ramada

Por muitas razões a moeda social trabalha de forma mais eficiente que a moeda capitalista. Isto faz com que se a Economia Solidária usar moeda social, ela possa competir no próprio mercado capitalista.

Uma das razões que torna a moeda social eficiente, é sua criação à base das capacidades locais. Os juros são um método de extração do excedente muito forte e até dinamizante, mas a longo prazo a economia taxada com juros está ficando paralisada. Como foi descrito, grandes partes do mundo, e todas as suas capacidades, estão ficando fora do sistema monetário, em *desertos monetários*, porque os juros e a especulação têm sugado o dinheiro para fora da circulação das comunidades. Desta forma, muitas capacidades humanas e produtivas estão ficando ociosas, não tendo a possibilidade de se organizar, desenvolver e abastecer as necessidades da comunidade.

A moeda social faz exatamente isto: cria possibilidades para as comunidades se autogestionarem. Os Clubes de Troca na Argentina, onde mais de meio milhão de indivíduos trocam e produzem dinamicamente no meio duma crise nacional, demonstram a força das comunidades frente à impotência nacional.

Outra razão para a moeda social ser eficiente é que ela não é taxada com juros. Uma cadeia produtiva onde cada inversão, cada crédito, cada dinheiro que estiver disponível são taxados com juros, é uma cadeia produtiva artificialmente cara. Nos capítulos 1 e 2 nós vimos como os preços aos consumidores contêm percentagens de juros acumulados na cadeia produtiva de 25 até 70%. A única forma para a Economia Solidária se liberar

dos juros encontrando formas de fazer sua circulação interna e seus investimentos com moedas baseadas nos seus próprios valores. Como descrito no capítulo 2, os bancos fazem exatamente isto quando outorgam um crédito: usam nossas próprias capacidades produtivas para respaldar nossos créditos. O Movimento Monetário Mosaico cria formas para a Economia Solidária realizar isto, independente dos bancos dos juros. Se a Economia Solidária se liberar dos juros, ela seguramente obterá como prêmio preços para o consumidor bem menores dos que a economia capitalista produz, criando, para si mesma, uma enorme vantagem no mercado.

Em uma economia sem juros, um crédito só precisa gerar o montante inicial para ser viável. Isto implica em que muito mais empreendimentos poderão ser iniciados e gerarão resultado. Esta é outra vantagem da moeda social em relação ao mercado capitalista, onde um empreendimento não só tem que cobrir seus custos e gerar renda mas, além, gerar lucros para pagar os custos do crédito, que podem ser de até 70% por ano.

5.2.b NOSSOS PRÓPRIOS VALORES SÃO A GARANTIA DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS.

Camilo Ramada

Crédito é baseado em valores de produção na economia. Nós só confiamos em dinheiro que pode adquirir bens e serviços. Por isso só é concedido crédito ou para atividades produtivas, ou para alguém com um salário, rendimentos, uma garantia ou uma expectativa de lucro. Só quem tem a possibilidade de ter lucro obtém um crédito para investimentos, só quem tem uma casa obtém uma hipoteca e só quem tem um salário fixo obtém um cartão de crédito. Nossas próprias possibilidades, bens e capacidades são, portanto, a garantia do crédito.

O banco cria dinheiro do nada (ver cap. 2), mas necessita de nossos valores para dar cobertura a este dinheiro. Mas nós pagamos juros ao banco! Isto é um conhecimento estratégico importante: os bancos são tão dependentes da economia real (para dar cobertura aos créditos), quanto a economia real é dependente do sistema financeiro (para a concessão dos créditos). Este ponto de vista pode ser utilizado, na Economia Solidária, para utilizar os próprios valores como garantia para a própria moeda.

Isto é exatamente o que acontece na prática: se alguém quer participar de um Clube de Troca, ele/a deve demonstrar, previamente, que tem capacidade de ganhar suas unidades internas. Assim, a própria produtividade é uma “garantia” dos *créditos* a serem recebidos.

Nas redes de transações entre empresas, como a WIR, há necessidade de garantias adicionais. Numa rede de empresas, uma empresa se obriga, mediante contrato, a aceitar tantas unidades internas quantas a própria empresa gasta. Nestas dinâmicas são possíveis e necessárias uma série de refinamentos conceituais (ver capítulo 8), mas o princípio é sempre o mesmo: ao invés de pedir a um banco para capitalizar nossos valores e pagar juros sobre os mesmos, a Economia Solidária nos ensina a basear nosso próprio meio de troca em nossos próprios valores. Assim, ela se libera da dependência do sistema financeiro e economiza, simultaneamente, o pagamento de juros. É isto que faz com que a Economia Solidária possa trabalhar de modo tão mais econômico: somente com base nisso, ela já pode concorrer com o capitalismo!

Agora, uma coisa importante para se levar em conta é: se nós usamos nossos próprios valores como lastro para nossas próprias moedas, o que é exatamente esse lastro? No Clubes de Trocas o lastro é garantido pelas relações sociais. Na rede WIR o lastro já é mais jurídico. No item 8.1, será apresentado o sistema FOMENTO, onde o lastro da moeda social é a moeda nacional. Somente se logarmos criar lastros comparáveis, as diferentes moedas poderão circular nos diferentes sistemas. Esse é um sonho do Movimento Monetário Mosaico: ter diferentes moedas sociais que circulem não só no seu próprio sistema, mas que possam ser aceitas, sem risco nenhum, noutros modelos também.

5.2.c REDES DE TROCAS E CADEIAS PRODUTIVAS - LIMITES E ALTERNATIVAS

Euclides André Mance

Introdução

Apresentamos neste item uma síntese da exposição realizada em detalhes em outra parte⁵. As críticas e sugestões que apontamos aqui referem-se especificamente às *redes de trocas e não às redes de Economia Solidária* em geral, uma vez que há muitas outras formas de redes de Economia Solidária que não se organizam sob a forma de redes de trocas. Inicialmente apontamos sumariamente algumas debilidades estratégicas peculiares a essa prática, tomando por referência básica a Rede Global de Trocas; em seguida, também sumariamente, apontamos algumas alternativas que visam - respeitando-se os princípios advogados nestas redes - sanar as debilidades percebidas. Por fim, explicitamos como a remontagem solidária das cadeias produtivas, corrigindo fluxos de valores, viabiliza a expansão sustentável de uma economia pós-capitalista.

⁵ Cf. "Algumas Considerações Sobre Redes de Trocas" em Euclides André MANCE. *Redes de Colaboração Solidária - Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação*. Curitiba, 2001 - no prelo.

Alguns Limites e Debilidades das Redes de Trocas

As redes de trocas são uma forma eficiente para gerar renda complementar para seus participantes e, em alguns casos, permite às pessoas sobreviverem com as atividades econômicas que nelas realizam. Contudo, as trocas simples - mesmo que multirecíprocas - mediadas por qualquer moeda, social ou não, não produzem valor.

A produção do valor é realizada pelo trabalho, que gera produtos e serviços que se concluem no consumo. Na sociedade capitalista, os fluxos de valor realimentam o processo de concentração da riqueza produzida pelo trabalho nas mãos daqueles que detém o capital. Caso as redes não corrijam os fluxos de valor inerentes ao seu processo produtivo, elas acabam sendo subsumidas no movimento de acumulação capitalista.

A inviabilidade de cambiar a moeda social pela moeda oficial do país, conforme normatização da rede de trocas, implica em que todos os *prosumidores* necessitem de alguma atividade externa às redes de trocas ou de outra fonte de renda como forma de obter tais moedas para atender suas necessidades não cobertas por estas redes.

A impossibilidade de solidariamente acumular-se excedentes nas redes de troca inviabiliza um processo de reinvestimento, coletivamente gerenciado, que permita completar solidariamente as cadeias produtivas, evitando a acumulação capitalista dos valores nelas gerados quando da aquisição de insumos, maquinarias, equipamentos, etc.

No processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não sociais como única condição de obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes. Embora aparentemente não se permita cambiar as moedas sociais e não-sociais, no fluxo real de produção e circulação de valor, a integração ocorre com parcelas de valores produzidos na rede de trocas sendo acumulados fora dela em outros segmentos das cadeias produtivas não cobertos por ela mesma.

A introdução de moedas sociais que reimplantam trocas simples, visando reinserir empreendimentos no mercado formal, não é condição suficiente para enfrentar o problema da exclusão social e do submetimento dos trabalhadores a relações de produção injustas, sendo necessária uma estratégia que aponte para a conversão de todo o modo de produção e consumo para uma Economia Solidária⁶.

A análise dos fluxos de valor mostra não apenas que no processo de produção as redes de trocas operam com dois tipos de moedas, a social e a oficial, embora nas trocas circule apenas a moeda social, como também que é possível reproduzir-se, com a moeda social,

⁶ Sobre isso veja-se Euclides André MANCE. *A Revolução das Redes - A colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*. Petrópolis: Vozes, 1999

práticas injustas similares às existentes no mercado capitalista⁷. O fato de a moeda social circular - em tese - somente dentro das redes de trocas cria a ilusão de que a riqueza nelas produzida se mantém dentro delas, quando de fato a maior parte desta riqueza, nelas produzida, continua sendo acumulada por empresários capitalistas, o que se percebe claramente ao fazer-se um diagnóstico do conjunto das cadeias produtivas, nas quais essas redes estão inseridas como momentos parciais e sob o qual essas mesmas redes não têm autonomia, e de como ocorre a concentração de capital nos diversos segmentos dessas cadeias produtivas sob o controle do capital.

Enfim, não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas - seja de que tipos forem - que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo.

Cabe avançar na colaboração solidária entre distintas redes, possibilitando tanto a superação de debilidades peculiares às diversas práticas de Economia Solidária quanto o compartilhamento de características e procedimentos que nelas contribuíram a bons resultados.

Possibilidades de Superação das Limitações Apontadas

Pretendemos aqui apontar algumas alternativas que permitam às redes de trocas corrigir seus fluxos reais de valor, organizando empreendimentos produtivos que paulatinamente reconstruam, sob práticas de Economia Solidária, as cadeias produtivas dos bens e serviços que elas produzem e consomem. Esta alternativa permitirá: a) a poupança de excedentes que possam ser reinvestidos coletivamente, mesmo com os prosumidores gastando o que recebem pelos produtos e serviços seus que nelas comercializam; b) a aquisição de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de produção, geralmente não disponibilizados nessas redes de trocas - que poderão ser feitos com os créditos dos prosumidores, preservando-se o princípio de que os créditos não devem ser cambiados em moedas oficiais.

O modo de alcançar esses objetivos é a rede de trocas organizar uma *Bolsa de Negócios*, como uma das ferramentas de seu funcionamento, cujo papel é facilitar transações de compra e venda a prazo entre participantes da rede valendo-se de moeda social.

⁷ Veja-se José Luis CORAGGIO. Las Redes de Trueque como Institución de la Economía Popular. Mimeo, outubro de 1998, p. 10, onde se lê que a troca no interior da rede também pode ser injusta, pois: "...pode haver intercâmbio desigual (como quando alguém aproveita a extrema necessidade de outro para forçá-lo a aceitar proporções não equitativas de intercâmbio, ou ainda por falta de informação adequada a respeito do valor dos bens e serviços intercambiados) ou ser veículo de relações de exploração de classe, gênero ou geracional (nas relações de produção dos produtos intercambiados), de valores considerados negativos (droga, prostituição, etc.)". Recentemente a estratégia de trocas mediadas por moedas não oficiais - mas que também não podem ser consideradas sociais - deu origem a redes capitalistas entre empresas de grande porte, listadas entre as maiores do mundo. Duas grandes organizações que atuam desse modo, gerenciando redes de trocas entre multinacionais, são a Argent Atwood e a Tradaq. Veja-se: Adriana WILNER, "O Escambo Voltou", Carta Capital, Ano VIII, n. 159, 03 out 2001, p. 50. Pelo menos 100 entre as 500 maiores empresas do mundo participam de alguma rede de troca multirecíproca.

Suponhamos que uma participante da rede de trocas necessite comprar uma máquina de carpinteria especial para terminações. Deverá fazê-lo no mercado, pois aquele meio de produção não está à venda na rede de trocas. Suponhamos que ela não tenha dinheiro necessário para pagá-la à vista. Terá, então de fazer um crediário por um ano, que elevará bastante o preço final da máquina em razão da taxa de juros cobrada no mercado.

Entretanto se aquela rede implantar uma *Bolsa de Negócios*, haveria uma outra alternativa. Ela apresentaria na *Bolsa* a sua demanda pela máquina, o valor total à vista, as condições e o número de parcelas em que fará o pagamento; por exemplo, 10 parcelas. Outros membros do clube, que dispõem de alguma poupança em dinheiro que permita adquirir a máquina à vista no mercado, poderão então fechar um negócio com essa pessoa, estabelecendo um certo volume de produtos ou serviços - preferencialmente oferecidos no clube - como forma de recebimento das 10 parcelas. Na prática as coisas funcionariam da seguinte forma. Uma pessoa compra a máquina no mercado à vista. Oferece-a no clube de trocas para a pessoa com quem já havia fechado o negócio a ser pago em dez parcelas. Durante 10 meses o comprador paga mensalmente as parcelas com os produtos que havia se comprometido a oferecer (seja produtos elaborados por ele mesmo ou por terceiros, sejam do clube ou de fora dele). Vendedor e comprador poderão negociar um valor pela máquina que seja satisfatório a ambos. Por exemplo. Se a máquina fosse comprada no mercado em prestações, o preço final subiria em 30%. Se o poupador deixasse seu dinheiro em uma caderneta bancária, teria 5% em rendimentos. Poderão estabelecer então que a máquina será vendida a prazo no clube de trocas 20% mais barato do que o seria no mercado à prazo e 10% mais caro do que o seria à vista. Assim, o comprador da máquina economiza 20% e o poupador que financiou a operação recebe 5% a mais do que receberia se deixasse o seu dinheiro no banco, alimentando a ciranda financeira. Um negócio vantajoso para ambos e para a rede, que permite incorporar novos meios de produção ao clube de trocas. A rigor, para manter-se o princípio de que não se negocia moeda a juros no interior da rede de trocas, o poupador poderia receber apenas a correção monetária referente à inflação do período, sem nenhum tipo de ganho por ter financiado essa operação.

Suponhamos que na *Bolsa de Negócios* um conjunto de produtores se reúna para comprar insumos em conjunto. Ao totalizar um grande volume conseguem comprar no mercado aqueles insumos com uma significativa margem de economia. Com isso menos valor, que havia sido gerado no interior da rede, dela escapará. Imaginemos que, em seguida, uma parte deles proponha na *Bolsa* a realização de um negócio visando montar um empreendimento que produza aquele insumo. Os poupadores interessados em investir nesse empreendimento poderão negociar do mesmo modo já indicado anteriormente. Nesse caso, o prazo de recebimento poderia ser dilatado, por exemplo, para 24 meses. Igualmente, as parcelas seriam pagas com produtos oferecidos no clube - nesse caso, entre outros, o próprio insumo a ser produzido no empreendimento instalado.

Empreendimentos desse tipo podem ser organizados visando não apenas produzir insumos e outros materiais de manutenção demandados no processo produtivo ou bens de consumo final, como também meios de produção demandados no interior do conjunto das redes solidárias, ampliando o seu grau de autopoiese.

No caso dos poupadores, essas operações - quando lhes geram algum excedente - podem ser consideradas como uma espécie de *aplicação pré-fixada* com resgate parcelado, recebida em produtos e serviços. Ou ainda como uma espécie de operação em *mercado futuro*, uma vez que estão antecipadamente comprando produtos que serão produzidos e recebidos futuramente. Essas operações, que são vantajosas a todos, permitem às redes de trocas remontar progressivamente as cadeias produtivas, corrigindo os fluxos de valor que deságüem na acumulação de empresas capitalistas. Por sua vez, os excedentes gerados nos empreendimentos podem ser integralmente investidos na *Bolsa de Negócios* visando financiar a montagem de outros empreendimentos, incorporação de novos meios de produção à rede, aquisição conjunta de insumos, etc.

Na medida em que as redes de trocas passassem a operar desse modo e volumes muito maiores de riqueza fossem comercializados em seu interior, ainda restaria o problema de que o único modo aparente de adquirir bens externos a elas seria com moedas oficiais e que, portanto, seria necessário também incrementar as vendas externas às redes como forma de obter tais moedas que possam ser poupadas e financiar a sua expansão.

Contudo, tendo em vista que empresas capitalistas também começam a operar em redes de trocas com moedas próprias, nada impediria que esses empreendimentos solidários participassem taticamente dessas outras redes capitalistas permutando seus produtos e serviços por equipamentos, insumos e meios de produção nelas oferecidos, até que as próprias redes de trocas solidárias tenham a capacidade de produzi-los. O problema não está em permutar com empresas capitalistas, mas nos termos degradados de intercâmbio que desfavoreçam os empreendimentos solidários - pois do ponto de vista da circulação do capital não há diferença entre comprar à vista com dinheiro no mercado, ou permutar com mercadorias em uma rede capitalista. Em ambos casos a questão é o valor que se oferta em relação ao valor do que se recebe e o prazo de conclusão da operação - que acaba imobilizado o valor econômico temporariamente nela aplicado - face a outros processos de sua possível valorização nesse período.

Seja como for, no contexto atual, a maioria das empresas solidárias que integrem redes de trocas não conseguiria sobreviver vendendo toda sua produção em troca de moedas sociais. Em sua estrutura de custos há uma série de itens que somente podem ser cobertos com moedas oficiais. Assim, ou os participantes das redes de trocas aceitariam comprar uma parte da produção das empresas solidárias em moedas oficiais para viabilizar o seu giro produtivo ou essas redes teriam de vender seus produtos nos mercados buscando tal volume de moedas. Novamente aqui,

entretanto, o expediente da bolsa de negócios poderia funcionar. Um conjunto de poupadores que tenha moeda oficial poderia assumir o pagamento mensal das contas da empresa em troca do recebimento de produtos variados ofertados nas redes, com alguma vantagem ou não.

Como se vê, todos esses mecanismos permitem resolver algumas das debilidades apontadas das redes de trocas que se valem de moeda social. A prática de outras redes, que usam somente moedas oficiais em seus processos de comercialização, chega a esses resultados com percursos menos complicados. Seja como for, com essas interfaces torna-se possível conectar redes que usam moedas sociais com redes que não as usam (uma vez que empresas solidárias que não usam moedas sociais podem operar nessas bolsas de negócios das redes de trocas) e avançar de maneira estratégica em reinvestimentos coletivos que permitem remontar as cadeias produtivas e corrigir fluxos de valor, visando realimentar o próprio processo de produção e consumo no interior das redes solidárias.

Remontando Cadeias Produtivas e Corrigindo Fluxos de Valores

Quando os excedentes obtidos pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços nas redes é nelas reinvestido para gerar-se mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, criam-se novos postos de trabalho e aumenta-se a oferta solidária de produtos e serviços em seu interior. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui volume e o número de itens que as redes ainda compram no mercado capitalista, evitando com isso que a riqueza nelas produzida realmente a acumulação capitalista ao girar a produção do capital pela aquisição produtos e serviços capitalistas no mercado.

Na prática, quando os consumidores realizam o consumo solidário, consumindo os produtos de uma empresa solidária que não explora os trabalhadores e protege o meio ambiente, essa empresa vende toda a sua produção e gera um excedente, que na lógica capitalista seria lucro. Esse excedente, entretanto, na lógica da solidariedade é reinvestido na construção de novas empresas, gerando novos postos de trabalho, diversificando a produção e melhorando o padrão de consumo de todos os que participam da rede.

Por isso, em uma rede solidária que opera sob essa lógica - paradigma da abundância -, quanto mais se reparte a riqueza, mais a riqueza dos participantes aumenta. Como vimos, o que gera a riqueza é o trabalho. Com o trabalho são feitos bens e serviços para atender as necessidades e desejos das pessoas. Após a comercialização desses bens, obtém-se um valor excedente. Ora, quanto mais se reparte essa riqueza gerada pelo trabalho, tanto mais as pessoas podem comprar os produtos e serviços das redes. E quanto mais elas compram, mais oportunidades de trabalho elas geram para outras pessoas que ainda estão desempregadas. Assim, quanto mais se distribui a riqueza nas redes, mais os seus produtos

são consumidos, mais oportunidades de trabalho que gera riqueza são criadas e um número maior de pessoas passa a integrar as redes como produtores e consumidores. Trata-se de um círculo virtuoso que integra consumo e produção sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Uma das melhores maneiras de distribuir essa riqueza é criar novos empreendimentos solidários e remunerar mais trabalhadores, produzindo uma diversidade maior de produtos à disposição do bem viver de todos.

Assim, conforme a rede vai crescendo ela vai integrando um número cada vez maior de produtores e vai remontando de maneira progressiva e solidária as partes das cadeias produtivas sobre as quais ela ainda não tem autonomia. Por exemplo. Se um grupo produz macarrão, ele precisa comprar ovos e farinha. Pode ocorrer que na rede não haja produtores desses bens e que esse grupo tenha que comprar esses insumos no mercado capitalista. Entretanto, assim que for possível montar uma nova cooperativa ou microempresa, será dada preferência a montar-se uma granja ou moinho para produzir-se os ovos ou a farinha de trigo que são usados para fazer o macarrão. Depois organiza-se a produção de milho para fazer ração e alimentar as galinhas. E assim sucessivamente, progressiva e tendencialmente, vão sendo completadas as cadeias produtivas. Desse modo, o lucro que os capitalistas acumulavam nas diversas etapas das cadeias produtivas, agora passa a financiar o surgimento de outras cooperativas ou microempresas em favor do bem viver de todos e não apenas do enriquecimento de alguns. Com isso, progressivamente, estas redes vão substituindo as relações de produção, comercialização e consumo de tipo capitalista e vão criando melhores condições para o exercício das liberdades públicas e privadas de todos.

Que ninguém, entretanto, se confunda com a simplicidade dos exemplos didaticamente escolhidos neste texto. As redes de Economia Solidária integram empresas que faturam anualmente milhões de dólares e que cobrem inúmeros setores das cadeias produtivas. A construção de interfaces que permitam conectar as diversas práticas de Economia Solidária em redes de colaboração avança rapidamente. O incremento dos fluxos de informação, valores, produtos e serviços entre elas, acompanhada de uma difusão massiva do consumo solidário - condição fundamental para o sucesso da Economia Solidária - possui um potencial de engendrar um forte movimento sinérgico de transformação estrutural da economia global que, considerado também em suas dimensões políticas e culturais, podemos corretamente denominar como revolução das redes.

5.2.d CONCORRÊNCIA PELO DINHEIRO OU PELO MERCADO

Henk van Arkel

Redes socioeconômicas formam uma síntese entre o mercado livre e uma economia centralmente planejada. A dinâmica interna das redes solidárias faz com que elas sejam economicamente competitivas com o capitalismo.

Mercado e planejamento

A economia capitalista coloca os interesses individuais dos poderosos no centro. Tanto ideologicamente quanto na prática, é muito normal que a vantagem existente seja aproveitada em detrimento de outros. *A sobrevivência do mais forte é confundida*, freqüentemente, com a otimização dos resultados.

A mão invisível é reverenciada como método de organização, mas ao mesmo tempo os jogadores econômicos mais fortes não têm pudores em excluir do jogo o mercado. A forma mais crua disso é o monopólio bancário da criação de dinheiro em torno do qual cresceu uma verdadeira estrutura de Estado. Um outro exemplo é a liberalização dos mercados exigida dos países mais pobres, enquanto os países mais ricos fazem “dumping” de seus produtos subsidiados no mercado. E até o papel do governo de prover ensino, infra-estrutura e defesa militar é, na verdade, um exemplo disso. Afinal, numa análise detalhada, uma boa parte destas ações beneficiam empresas que não pagaram por elas.

Ambos, o planejamento e o mercado, têm vantagens. O *mercado* é uma estrutura econômica dinâmica. Porém, um mercado absoluto é catastrófico. Embora isto não seja dito abertamente, o capitalismo também reconhece as vantagens do *planejamento* numa economia.

- ▶ *O mecanismo de mercado de demanda e oferta* oferece uma dinâmica eficiente para alocar produtos e fazer opções no processo produtivo a curto prazo;
- ▶ *Planejamento*, ao contrário, é uma excelente forma de calcular os processos a longo prazo e de escapar de muitos dos “dilemas de prisioneiros” que formam a base da ineficiência da economia de mercado capitalista. Planejamento se coloca acima do interesse individual imediato.

Corporações muito grandes, cartéis e empresas com um monopólio são, na verdade, uma mistura de economia de mercado e economia planejada. Em termos de complexidade, seu planejamento interno não é menor do que os planos quinquenais nos países comunistas.

Este tipo de empresas têm um relacionamento muito paradoxal com os consumidores: por um lado, tentam manipular o consumidor e forçá-lo a se enquadrar no seu planejamento e, por outro, seus departamentos estão bastante conscientes da importância de cair nas boas graças do consumidor.

Gerenciamento de estoques por meio de código de barras e perfis de clientes com base em cartões de “cliente especial” dirigem cada vez mais a produção e a logística. Nos caixas são colhidas muitas informações, que tornam-se prontamente disponíveis no coração da organização. Assim, numa mega-empresa como o BIG ou CARREFOUR, o planejamento se apoia cada vez mais nos consumidores e suas preferências.

Há muito tempo, empresas independentes se organizam para obter oportunidades semelhantes. As mais antigas são as redes horizontais, em especial aquelas que têm como objetivo a aquisição de mercadorias a preços mais baixos.

Uma tendência muito mais recente dos jogadores independentes no mercado são as redes verticais. Assim, também para eles torna-se possível a troca de informações e um planejamento mais complexo. Ao par disso, as vantagens da independência são preservadas e surge uma combinação efetiva de responsabilidade própria, iniciativa e dinâmica de mercado.

A Economia de Redes como síntese entre mercado e planejamento central

Os participantes da Economia Solidária buscam alternativas para o mercado capitalista, porque a perseguição obrigatória do *lucro pela concorrência* levou à exploração das pessoas e do ambiente, e porque a acumulação de bem-estar nas mãos de poucos é ineficiente. Muitas das desvantagens ficam por conta da comunidade em geral e dos grupos mais pobres, em particular.

Mas também sabemos que a *economia planejada* era, muitas vezes, ineficiente. Os processos de produção ficavam distantes das necessidades dos consumidores e o acúmulo de poder político necessário para executar tal economia planejada, revelou-se um mecanismo de exploração.

A Economia Solidária tem determinadas características específicas que a colocam em posição de realizar uma ótima combinação entre planejamento e mercado. Na Economia Solidária é essencial que a comunidade local tenha um papel maior. Por meio disso, o indivíduo, o consumidor, é envolvido mais de perto com a formação da realidade econômica. Colaboração em redes locais de consumidores e produtores formam a síntese entre a liberdade de escolha e a colaboração e planejamento inteligentes, entre os objetivos dos produtores e as necessidades dos consumidores. A economia de redes parece resolver alguns dos erros sistemáticos do sistema capitalista dominante e oferece aos indivíduos e à comunidade uma chance de ganhar honestamente seu pão de cada dia e desenvolver bem-estar.

Na Economia Solidária, uma rede é, na verdade, um pacto entre os participantes livres, às vezes indivíduos, às vezes cooperativas, empresas e consumidores. Sua colaboração não é imposta pela propriedade mas é consequência de sua livre escolha. Dentro da economia de redes cada participante é independente e autônomo. Estamos falando, portanto, de empresas e consumidores independentes, organizações e indivíduos que tomam decisões independentes acerca de seus objetivos, seus métodos e seus recursos, com todas as vantagens disso. Ao mesmo tempo, há um nível de comunicação e sintonia mútuos, que torna a rede mais eficiente do que um mercado com concorrência plena.

Com uma boa compreensão do sistema monetário e adotando-se conceitos que as multinacionais aplicam com sucesso, é possível organizar as redes de tal forma, que a

concorrência pelo meio de troca (dinheiro) não é necessária e a capacidade de investimento é aplicada de forma ótima. Sistemas de compensação internos entre os membros independentes oferecem as mesmas vantagens de financiamento que uma multinacional tem internamente. Só que a Economia Solidária pode alcançar isso sem necessidade de reunir todos os participantes em uma única estrutura de propriedade.

Assim, a Economia Solidária pode ter uma enorme aceleração em seu crescimento (fluxo). Esta prática é descrita em outra parte deste livro.

Novos desenvolvimentos, novas bases:

Evitar concorrência desnecessária e planejar a combinação de produção mais favorável

Qual é a aparência da tal moderna rede de consumidores-produtores solidários? Onde ocorre a colaboração e onde ficam a concorrência e o funcionamento de mercado?

De início, os participantes da economia de redes se dão conta de que dependem uns dos outros. Para tornar a produção eficiente, a informação deve ser compartilhada. Se muitos membros da rede se direcionarem para o mesmo segmento de mercado, ocorrerá produção a custos marginais ou até abaixo destes. Isto é desvantajoso para todos, inclusive para os membros-consumidores, pois nesta situação uma parte da energia produtiva comunitária está sendo aplicada de forma ineficiente. Não há vantagem para ninguém se há muitos taxistas numa cidade. Eles próprios e seu capital ficam ociosos. Para os consumidores, isto pode parecer vantajoso: ter sempre um táxi disponível a um preço mínimo! Mas desta maneira desperdiça-se muita energia e isto traz prejuízos para toda comunidade. Nós estamos tão acostumados ao desemprego sempre presente no capitalismo, que mal percebemos o que isto significa na verdade: desperdício de possibilidades.

Uma concorrência *muito* grande faz com que ninguém tenha rendimentos suficientes para garantir um padrão de vida razoável. Ao mesmo tempo retira-se mão-de-obra valiosa do mercado. Uma rede de Economia Solidária tem condições de resolver este problema. Se, dentro da rede, há possibilidade de oferecer outro tipo de trabalho a uma parte dos membros, a energia gasta na concorrência pode ser aplicada na obtenção de uma maior produção total e assim proporcionar mais bem-estar dentro da rede. Por isso, são incluídos nas redes mecanismos pelos quais os membros podem decidir, em conjunto, quais as pessoas mais indicadas para aprofundar uma especialização ou se especializar em outra área, uma que seja mais apropriada para ele/ela e, ao mesmo tempo, proporcione à rede, como um todo, uma perspectiva de produção adicional. Graças às técnicas atuais, é fácil realizar os cálculos necessários para tal. Assim, Euclides Mance desenvolveu um software que pode calcular, a qualquer momento, a eficiência de diferentes partes da rede. Com

isto pode-se tomar a decisão mais favorável no que diz respeito à produção e divisão. Um exemplo disso é o método do leilão, no qual as próprias empresas decidem qual está em melhores condições para mudar de ramo.

Esta possibilidade de planejamento conjunto torna-se realmente eficiente se a rede tem condições de financiar novas empresas: assim que as informações demonstrem que há necessidade de mais padeiros, é necessário dispor de recursos para financiar estes padeiros.

Para tanto, uma parte da vantagem gerada deve ser recuperada para poder adquirir os meios ou para realizar os necessários investimentos, em condições e capacidade, que ajudarão, neste exemplo, o ex-motorista de táxi a iniciar uma nova atividade. Se isto for conseguido, surge um resultado final que é mais favorável para todos os membros da rede e, portanto, também para o consumidor.

As redes da Economia Solidária podem aprender muito com a circulação de informação dentro das grandes corporações. Assim, os *cartões de cliente especial das empresas* alimentam as grandes corporações com informações estratégicas: com base nos dados de vendas e de estoque nos pontos de venda, realiza-se o planejamento do estoque e da produção. Também são tabulados os dados relativos às preferências, com base nos quais são desenvolvidos novos produtos, é dedicada mais atenção à propaganda ou à embalagem, e forma de manuseio e uso são modificadas (adequadas). Uma grande corporação realiza, com seus computadores, uma economia planejada, em miniatura.

Para poder concorrer, as empresas independentes devem poder dispor de possibilidades comparáveis. Elas podem se reunir em redes e direcionar o planejamento e integrar informações acerca dos desejos dos consumidores.

Compensação interna na Rede

A economia das redes pode aprender sua mais importante lição da moeda social: a compensação do comércio mútuo em unidades próprias dentro de uma estrutura própria.

É vital para a sobrevivência da rede, que o poder aquisitivo existente permaneça o maior tempo possível circulando dentro da rede. Este é transferido de um para outro. Se para estas compensações internas/mútuas não houver mais necessidade de dinheiro, os custos dos juros na cadeia tornam-se menores. Finalmente, a rede estará em condições até de realizar a maior parte dos novos investimentos dentro da rede. Isto significa que os custos do capital não serão mais onerados com juros. E, sem juros sobre os meios de produção, os produtos que circulam na cadeia tornam-se cada vez mais baratos. Com isso a cadeia tem uma resposta efetiva em mãos para a vantagem semelhante que agora é monopolizada pelas grandes corporações.

Estes métodos de compensação interna para redes dentro da Economia Solidária já estão sendo desenvolvidos e aplicados neste momento. Parece-se um pouco com a moeda social, só que são mais complexas do que as formas mais conhecidas das mesmas. Leia mais sobre o assunto no capítulo 8.

Resumo:

Na Economia das redes a colaboração é a fonte do bem-estar e a concorrência pelo dinheiro é eliminada. Só há concorrência por um segmento de mercado, e a rede como um todo apóia a especialização de seus participantes naquilo em que são melhores. A rede, em geral, tem mais vantagens nessa especialização do que na concorrência.

Se a economia das redes também aplicar o sistema de compensação interno, além de ter uma vantagem na eficiência, terá uma vantagem de juros sobre o “mercado livre” capitalista.

5.2.e JIU-JITSU SOCIO-ECONÔMICO: COMO APLICAR DE FORMA POSITIVA DINÂMICAS EXISTENTES

Henk van Arkel

Até agora o dinheiro solidário funciona, principalmente, complementando o sistema monetário dominante. O sistema monetário capitalista funciona tão mal, que metade da humanidade é freada no desenvolvimento de suas possibilidades. Às margens da modernidade surgem “desertos de dinheiro”. Nas zonas de transição, o dinheiro local e o microcrédito preenchem as lacunas.

Ao mesmo tempo, o sistema monetário está explodindo e estamos às vésperas de uma batalha mundial pela atividade mais lucrativa que há na terra: a criação de dinheiro, na qual, a partir de nada mais do que papéis, são criados valores que em seguida são emprestados a juros.

Com este pano de fundo, o movimento do dinheiro solidário cresce em direção à sua maturidade e à próxima fase, o *Jiu-Jitsu*.

Jiu-Jitsu é um esporte de luta japonês. Neste esporte a energia agressiva do atacante é transformada na arma mais importante do atacado para atingir seus próprios objetivos. A arte do Jiu-Jitsu é, ao invés de demonizar o oponente, manobrá-lo com esperteza e utilizar a sua energia em prol de seu próprio objetivo. Traduzido para nosso tema: utilizar a energia do sistema monetário em favor dos objetivos próprios do novo dinheiro solidário.

E, concretamente, quais são os objetivos próprios? Para aprender a enumerá-los precisamos percorrer um caminho. Nós estamos tão acostumados a viver numa sociedade que foi e é criada pelo dinheiro centralizador, que nossa forma de raciocínio está totalmente afinada com ele. Por isso, freqüentemente, os objetivos são, na verdade, objetivos defensivos *emprestados*:

- ▶ unir-se ao mercado mundial;
- ▶ poder usufruir, também, das conquistas materiais.

Devemos estar conscientes de que, devido à criação centralizada de dinheiro, ocorreu uma concentração no desenvolvimento. No momento em que este desenvolvimento existe, existe uma vantagem, e as demais evoluções ajustam-se a ela. Veja, por exemplo, o dinheiro de poupança que flui do meio rural para a cidade e outras regiões ricas, porque é lá que os investimentos rendem mais. A consequência disso é que, no meio rural, surge escassez de dinheiro, gerando estagnação no desenvolvimento. Dinheiro solidário ancorado na colaboração em rede cria uma outra situação e, portanto, desenvolverá outras possibilidades e necessidades.

Ao final prevejo um desenvolvimento no qual a essência não é consumir ou concorrer, mas especializar-se naquilo em que se é melhor. A satisfação proporcionada pelo desenvolvimento da própria capacidade poderia ser para o indivíduo a coisa mais importante em sua vida. O Jiu-Jitsu, que é aplicado pela Economia Solidária é, então, dirigido para esta realização e utiliza, para tanto, a energia do sistema monetário agressivo.

Chegou a hora da Economia Solidária não só *reagir* mas também *definir seus próprios objetivos* e implementar uma economia de redes, nas quais as vantagens da colaboração sejam mais atraentes para os participantes do que aquelas de estar só num mundo que concorre pelo escasso dinheiro virtual. Não só os objetivos próprios passam a ser o foco central mas, além disso, a defesa não está mais baseada exclusivamente na reação.

Tomemos como exemplo a energia de um rio que desce a montanha. Podemos nos opor a ela. Construir diques em torno do rio, represas, etc. Mas também podemos usar esta energia em nosso próprio benefício. Canalizamos a água para onde ela nos será útil e a fazemos descer a montanha pela rota que nós escolhemos. Assim, a água pode ajudar-nos a formar vales e a mover montanhas.

Qual é a aparência deste Jiu-jjitsu na prática?

Neste momento, somos ameaçados pela escassez de dinheiro. A concorrência não ocorre só pelo mercado consumidor mas também pelo financiamento. As empresas sentem-se obrigadas a se colocarem como oponentes.

Na economia das redes as empresas colaboram. Nela as empresas se dão conta de que o valor de cada novo dinheiro de empréstimo taxado com juros pelo banco, está baseado na capacidade de produção que as próprias empresas realizam. Assim, você paga por seu próprio desempenho. Dinheiro solidário oferece às pessoas a oportunidade de utilizar essa energia em benefício delas mesmas. E o Jiu-Jitsu se completa quando as redes da Economia Solidária liberarem o dinheiro administrativo atualmente utilizado para transações entre elas e passarem a utilizá-lo para o desenvolvimento da própria rede.

Lição 1

A longo prazo são as leis que regem a estrutura subjacente que darão forma à sociedade no futuro.

Com a sociedade ocorre o mesmo que com uma paisagem e um país. A situação atual do país é resultado de inúmeras atividades, investimentos, decisões, deliberações, decisões políticas, entre outros. Mas a situação geográfica, relevo, características de solo e clima tiveram grande influência em cada uma dessas decisões, deliberações políticas, etc. Não podemos executar nada que as condições físicas preexistentes não permitam.

O mesmo ocorre na sociedade. A sociedade é um jogo de poder complexo, com vários mecanismos, padrões, causas e conseqüências. Desejos e esperanças e possibilidades e impossibilidades das pessoas de várias naturezas e empresas, institutos e governos, tudo isso desempenha um papel. Acrescente a isso todas as possíveis interações, relações não-compreendidas, mecanismos de reação e outros, e temos a imagem de uma sociedade sem direção. Uma sociedade na qual praticamente nenhuma das medidas tomadas pelo governo para reverter, seja qual for a situação, terá o efeito desejado, e onde nós também não conseguimos produzir nenhuma mudança direcionada.

Mas esta imagem é real? Os padrões de individualização e globalização da economia ocorrem por acaso? Ou eles são decorrentes de condições subjacentes?

A sociedade pode ser um jogo de poder complexo, mas algumas condições subjacentes determinam os limites dentro dos quais ela pode se desenvolver, condições circunstanciais que estimulam determinadas mudanças e dificultam outras. Estas condições circunstanciais muitas vezes estão tão entrelaçadas com as mudanças, que são facilmente ignoradas e esquecidas nas discussões. Mas elas determinam em elevado grau quais mudanças são possíveis e quais não.

Imagine agora que é possível modificar *uma* das condições subjacentes. Isto pode ter enormes conseqüências. Vislumram-se novos desenvolvimentos. Talvez nós possamos

criar novas condições circunstanciais para a sociedade que tornem possíveis as mudanças que agora são consideradas utópicas e impossíveis.

Lição 2

Nós não optamos por impedir, mas sim por mudar as dinâmicas. Veja o exemplo da água que desce com o rio: melhor do que tentar contê-la com uma enorme represa, é construir uma pequena represa mais próxima à nascente e mudar seu curso.

É isto que Strohalm faz ao concentrar-se no sistema monetário. Nós tentamos mudar o curso da dinâmica do sistema monetário. Para isso nos reunimos e repassamos conhecimento internacional. Por isso introduzimos *LETS*⁸ nos Países Baixos, colaboramos com outros na constituição de bancos sem juros e temos projetos-piloto de colaboração entre agricultores e consumidores. Entre outros.

Utopia e pragmatismo

A essência do Jiu-Jitsu é que você mantém sua identidade. O movimento de dinheiro solidário pode, a partir do amor pelos próprios objetivos e confiança na própria força, criar uma pequena realidade própria, a partir da qual podemos dar o próximo passo.

Strohalm trabalha na realização de um sonho: que as pessoas possam investir seus próprios valores a favor de seu próprio desenvolvimento. Muitos ainda não conseguem ver que isto é realmente possível. Por isso precisamos quebrar nossos dogmas e paradigmas.

Voltando ao exemplo da montanha e o rio: é muito mais viável dar forma ao mundo de maneira dinâmica e pró-ativa do que proteger um pedaço restrito do mesmo contra as mudanças.

Ao mesmo tempo trabalhamos de forma pragmática. Isto quer dizer: todos os passos intermediários que damos devem ser viáveis do ponto de vista material. Um movimento monetário social que só funciona se as pessoas precisam fazer grandes sacrifícios pessoais, não está baseado em colaboração e sim nesses sacrifícios.

O objetivo básico é escolher nossos alvos de modo bastante estrutural em um processo no qual também mostramos nossos ideais. Em seguida, analisamos de modo bastante pragmático, comercial e criativo o que podemos fazer.

A base de um desenvolvimento saudável é a possibilidade (e não a obrigação!) de especialização e a colaboração e intercâmbio com outros especialistas. Em sua análise de desenvolvimento,

⁸ LETS - Local Exchange and Trading Systems = Sistemas Locais de Troca e Comércio

Strohalm parte de duas concepções: especialização e intercâmbio. Para realizar tarefas complexas ou ordenamentos socioeconômicos complexos, é necessário de os diferentes participantes se especializem em tarefas que, desta maneira, podem ser realizados de forma mais eficiente. Mas esta especialização só é possível se há um intercâmbio entre as diferentes iniciativas. Para dar forma a este intercâmbio, fazemos uso, em sociedades complexas, de um símbolo abstrato: dinheiro. Este dinheiro é o “lubrificante” que facilita nossos intercâmbios e, *portanto*, em nossa especialização é o que torna possível o desenvolvimento.

No entanto, parece que esta lógica funciona, atualmente, também de forma contrária: se o símbolo abstrato (dinheiro) não circula por esta ou aquela razão, ocorre estagnação não só no intercâmbio mas também na especialização e no desenvolvimento. Na verdade isto é estranho: o dinheiro só deveria ser necessário para facilitar nosso desenvolvimento. Afinal, o essencial para o desenvolvimento é a quantidade de matéria-prima, capital, capacidade de organização e trabalho disponíveis, que não se altera com a exclusão do dinheiro como meio de auxílio organizacional.

Daremos um passo importante se conseguirmos criar sistemas que permitam conquistar territórios do dinheiro capitalista.

Da conquista de territórios

Como funciona isso, conquistar territórios do sistema monetário? Isto é feito “tirando do jogo” o sistema monetário justamente nos locais onde ele se fortalece. Vimos que o sistema monetário provoca um déficit na economia produtiva tornando-a obrigada a pagar tributos à economia financeira. Desta maneira, na economia produtiva, sempre há necessidade de dinheiro novo. O dinheiro que havia em circulação para transações mútuas já saiu de circulação e foi usado no pagamento de créditos anteriores. O déficit assim gerado é preenchido com dinheiro “novo” que entra em circulação para investimentos, hipotecas e crédito ao consumo. Assim surge, constantemente, novas dívidas.

É exatamente neste nível, das constantes novas dívidas, que queremos “tirar do jogo” o sistema monetário. Fazemos isto criando nossos próprios créditos, que nós mesmos garantimos com nossos próprios valores, os mesmos valores que até agora temos gasto à toa com os bancos.

Método

Há vários métodos para compensar nossas transações mútuas fora do sistema monetário. Em primeiro lugar existem, ao nível pessoal, tipos de dinheiro que não são garantidos e que circulam, em quantidades relativamente pequenas, entre indivíduos. Estes tipos de dinheiro tornam possível um comércio que, de outra forma, não existiria.

Assim que entram em cena empresas, governo, organizações, etc., o uso de meios de troca sem garantia torna-se perigoso e precisamos dar um passo adiante. Empresas podem realizar trocas mútuas com base no valor de suas produção. É isto que ocorre nos círculos de Barter. A desvantagem destes círculos de Barter é que as necessidades das empresas, em geral, são muito específicas. É uma coincidência muito grande quando estas necessidades estão representadas dentro de um círculo. Por isso, o círculo de Barter só funciona quando há intensa intermediação ou quando um círculo é tão grande que é possível conseguir dentro dele quase qualquer coisa.

A maior força pode ser esperada de sistemas que partem do dinheiro que agora circula entre nós, e que usam este dinheiro para apoiar a Economia Solidária. Para fazer isso, tiramos este dinheiro do circuito e substituímos o mesmo por uma moeda solidária. Em seguida usamos esse dinheiro para fazer com que a Economia Solidária ganhe território do mercado capitalista.

É isto o que entendemos como uma estratégia de Jiu-Jitsu, e é esta estratégia que nós achamos um caminho saudável à vitória de nossos propósitos.

5.2.f APREENDER DAS MUDANÇAS DE HOJE PARA APROVEITAR A CHANCE.

Henk van Arkel & Camilo Ramada

Se queremos utilizar as dinâmicas existentes para realizar nossas utopias, praticando um Jiu-Jitsu sócio-econômico, é interessante saber algumas das dinâmicas que especialmente são favoráveis para o Movimento Monetário Mosaico.

A essência do dinheiro está mudando no mundo todo

Muda a essência do dinheiro mundialmente. Hoje em dia surgem muitas novas formas de dinheiro. Várias delas são de forma solidária, mas grandes mudanças também acontecem no centro do capitalismo, como foi anunciado pelo vice-presidente do banco central inglês, Mervin King.

São tempos históricos: o movimento solidário pode apoderar-se desta dinâmica histórica e das técnicas que são desenvolvidas hoje.

Um breve resumo histórico da evolução do dinheiro e dos sistemas monetários mostra que não estamos 'amarrados' ao sistema atual. Além disso, transformações recentes do sistema monetário oferecem pontos de apoio para realizar uma mudança.

Muitos livros que descrevem a história do dinheiro, sugerem que há uma seqüência evolutiva fixa: primeiro não havia dinheiro e as trocas eram primitivas. Em seguida, começou-se a usar conchas como meio de troca. Mais tarde foram substituídas por moedas de ouro e então surgiu o dinheiro moderno.

Esta descrição simplificada e linear não é coerente com a realidade. O mundo teve uma grande variedade de sistemas monetários. Os antigos sumérios e egípcios conheciam contas correntes em bancos de cereais, onde o trigo era lastro para transações monetárias. Era um sistema de compensação de aparência bastante moderna, porém com uma dinâmica bem diferente da nossa. Há menos de cem anos cada banco nos Estados Unidos da América emitia suas próprias cédulas e o valor das cédulas de um banco podiam variar em relação ao valor de outros.

Recentemente, também houve várias mudanças. Desde que o presidente Nixon eliminou, em 1971, o vínculo entre dinheiro e ouro, o dinheiro passou a ficar cada vez mais distante de seu valor real e, neste capítulo, você verá que, atualmente, estamos às vésperas do desaparecimento do papel de garantia e emissão de dinheiro dos bancos.

O segredo de qualquer sistema monetário bem sucedido é fazer circular poder de compra suficiente e suficientes meios de troca para seu próprio desenvolvimento regional. O grande incremento no bem estar nos Países Baixos no século dezessete tornou-se possível, entre outros, pela emissão das primeiras ações do mundo. Estas eram ações da União da Companhia das Índias Ocidentais. Como todos, claramente, lhes atribuíam valor, estas ações podiam ser utilizadas como meio de pagamento. Na prática, isto provocou um grande aumento na quantidade de dinheiro nos Países Baixos. Isto também contribuiu para que o século dezessete se tornasse, para os Países Baixos, o Século de Ouro.

A grande aceleração por que passa a economia hoje em dia exige muito dinheiro para organizar o comércio entre as partes. E, também agora, as ações, que possuem valor como se fossem dinheiro, desempenham um importante papel. Atualmente é comum que uma empresa, ao adquirir outra empresa, pague esta compra com suas próprias ações. Assim há mais variações de dinheiro que, propositadamente ou não, levam a um aumento na quantidade de meios de troca. No Brasil, as empresas que estão com pouco dinheiro em caixa pagam com cheques pré-datados, de maneira que sejam compensados futuramente. Como aqueles que recebem estes cheques não querem aguardar o dia do vencimento, eles utilizam estes cheques para pagar outros. Desta forma se criou um novo meio de troca.

A decisão de Nixon, em 1971, de eliminar a garantia de que cada dólar podia ser trocado por uma determinada quantidade de ouro teve grande influência sobre a quantidade de dinheiro (digital). A consequência desta decisão foi uma grande aceleração no crescimento da quantidade

de dinheiro. Como o valor de um crédito em dólares tornou-se incerto, por desvincular-se da garantia em ouro, os bancos europeus passaram a disponibilizar suas reservas em dólar, desenfreadamente, para empréstimos em *eurodólares*. Com isto houve um aumento explosivo na quantidade de dólares em circulação.

Graças, inclusive, à tecnologia de informação, a circulação de dinheiro pôde expandir-se, na última década do século vinte, a proporções desconhecidas. Com a introdução do cartão de crédito e as inovações hipotecárias surgiu um círculo de crédito especulativo de grandes proporções. Neste surgiram, em torno do dinheiro e bens empresariais, uma grande variedade de títulos que podem ser comercializados. Valores que são criados em mercados futuros e bolsas de valores, são utilizados para transações cada vez mais volumosas. E assim elas diminuem cada vez mais o papel do ouro no cofre dos bancos centrais.

É claro que os banqueiros centrais também observaram estas mudanças. No verão de 1999 observamos, pela primeira vez, uma reação. Mervin King, o segundo homem no comando do Banco da Inglaterra, fez uma palestra para uma platéia seleta de diretores de bancos centrais e outros gurus monetários influentes. Nesta ocasião, ele anunciou *o fim do sistema monetário tal qual o conhecemos hoje*. Ele postulou que os Bancos Centrais não continuarão sendo a base financeira do sistema monetário. No máximo, ofereceriam a unidade de cálculo. Esta unidade de cálculo seria utilizada para expressar o valor dos bens e serviços, enquanto novos sistemas de compensação seriam utilizados para realizar as transações de fato.

Por isso, segundo King, a função de troca do dinheiro será cada vez menos utilizada. O dinheiro garantido por Estados e bancos terá que concorrer, cada vez mais, com outras formas de compensação e garantias de valores. Assim, o mundo tornar-se-á, novamente, uma economia de troca, profetizou King: “Futuramente, nada impedirá que dois indivíduos realizem uma transação por meio duma transferência de valores de uma conta virtual para outra. O comprador pode pagar com qualquer meio, desde que, para tal, haja um preço de mercado.” Portanto, *calcula-se* em dólares ou euros mas: “assim que os acordos estiverem claros e os computadores tiverem potência suficiente, uma instituição privatizada poderá assumir o controle do trânsito do dinheiro que hoje é feito pelo Banco Central”, afirma King. “Sem esta função, o Banco Central deixa de existir na sua forma atual, e o dinheiro também”.

As moedas nacionais são cada vez mais apenas um instrumento de cálculo; são os mercados que determinam o valor. Do dinheiro hoje em circulação somente 3% são moedas e bilhetes emitidas por governos. O resto são formas virtuais de valores aceitos como dinheiro. Graças aos cabos de fibra de vidro e aos computadores, os valores de mercado deslocam-se na velocidade da luz sobre a terra. No que diz respeito ao dinheiro, limitações de tempo ou espaço fazem parte do passado!

Em meio a estas transformações, os governos já perderam, há muito tempo, o controle sobre as moedas nacionais. O dinheiro público em si é, cada vez mais, um dos alvos da especulação. As especulações monetárias que levaram às crises financeiras, entre outros, na Ásia, México e mais recentemente Turquia, são conseqüências disso. O surgimento de moedas num contexto maior, como o *euro* e a dolarização da América Latina, são respostas a estas transformações. Isto mostra que, para muitos governos, a emissão de um meio de troca tornou-se muito difícil ou ineficiente.

A crise como chance

O mundo do dinheiro está, hoje, num processo de transformação tão intenso que tudo é possível. Principalmente agora que o dinheiro digital substituiu uma parte importante do dinheiro visível (material). Na prática, estas transformações levam, no momento, principalmente, ao caos e a efeitos desastrosos para milhões de pessoas. Dinheiro digital, porém, também oferece oportunidades. O ponto de equilíbrio das forças se desloca e, utilizando as transformações, podemos realizar melhorias estruturais.

Agora que, possivelmente, a tecnologia moderna de informação irá substituir o sistema monetário vigente e que novos sistemas monetários surgirão, podemos fazer uso dessas novas oportunidades para criar sistemas monetários sociais e sustentáveis.

É claro que a fonte mais provável do “dinheiro” futuro são os grandes conglomerados. Eles são conhecidos pelos consumidores do mundo inteiro e o dinheiro que eles garantem recebe maior confiança e credibilidade, pois são mais conhecidos e têm maior capacidade de produção. Desde já, centenas de milhões de consumidores acumulam “pontos” em sistemas de lealdade do consumidor. Estes pontos são cada vez mais usados como dinheiro. Na Holanda, por exemplo, quem acumula *Freebies* quando compra gasolina nos pontos da *British Petroleum*, pode utilizá-los na loja *Kijkshop* como se fossem euros. Desta forma, estas duas empresas estão criando seu próprio dinheiro!

Se estas mudanças continuarem, o faturamento dos juros desloca-se dos bancos para as grandes empresas. Não temos a ilusão de que as pessoas pobres terão melhor acesso aos meios de troca ou dinheiro para investimentos. Portanto, esta mudança não representa uma melhoria.

Mas se pararmos de olhar para a pobreza como se fosse insolúvel, então podemos construir as novas formas de dinheiro que dariam oportunidades verdadeiras para os pobres.

Podemos aprender das mudanças atuais e descobrir quais oportunidades nos proporcionam, na qualidade de consumidores e de empresa independente. Achamos que, então, teremos uma oportunidade única de construir um mundo no qual a pobreza poderá ser eliminada em grande parte, onde o crescimento pessoal esteja acessível a um maior número de pessoas e a colaboração

será mais importante do que a concorrência. Pode ser que haja mais possibilidades do que esperávamos em nossos sonhos mais ousados!

Pois, enquanto o sistema monetário sofre intensas transformações, em nível popular o homem está *desmistificando a magia do dinheiro*: a Economia Solidária ensina, cada vez mais, como aplicar os segredos dos sistemas monetários em benefício próprio e como realizar seu comércio em sistemas próprios, independentes do dinheiro dos bancos. Estas transformações já levaram centenas de milhares de participantes aos Clubes de Troca e, neste momento, vários métodos estão sendo examinados para elevar a função de troca e investimento do Dinheiro Social acima do nível dos *prosumidores* e aplicá-lo em sistemas de comércio complexos nos quais, tanto produtores quanto consumidores, têm seu espaço.

O que o Movimento Monetário Mosaico tem que realizar é que as mudanças de hoje se desenvolvem no centro do mundo capitalista novas técnicas monetárias. Este conhecimento devemos utilizar para melhorar nossas próprias propostas e criar moedas sociais tão avançadas, tão potentes e tão independentes dos poderes dos bancos como os grandes poderes produtivos já estão fazendo.

Se nós, enquanto consumidores e empreendedores independentes, fizermos como as grandes empresa - o menor uso possível de dinheiro para administrar nossas atividades econômicas -, podemos transformar a crise atual no sistema financeiro numa oportunidade para os movimentos populares. Se realizarmos a maior quantidade possível de transações dentro de um sistema de compensação interno, podemos ter as mesmas vantagens que os grandes conglomerados. O que queremos realizar é uma colaboração internacional que una redes de comércio locais. Nesta colaboração internacional os participantes dos países ricos têm interesse em intercâmbio com regiões mais pobres pois, quanto maior a (relação de) colaboração, tanto menos dinheiro (a juros e, portanto, caro) será necessário. Dinheiro digital que somente é utilizado para administrar transações mútuas custa muito pouco. Assim esta (relação de) colaboração oferece espaço aos mais pobres para trocas mútuas. *O acesso ilimitado a trocas mútuas é um dos pilares para uma estrutura social e qualidade e volume de produção.*

Esta transformação torna-se especialmente rica em oportunidades se as empresas independentes se derem conta do montante dos encargos decorrentes de juros com o qual arcam e como podem reduzi-los realizando - da mesma forma que as maiores empresas - a maior parte da compensação de seu comércio fora do sistema monetário.

Cada circuito econômico, cada rede que tornar seu sistema de compensação independente do dinheiro bancário, consegue grande economia de custos e pode dinamizar muito suas atividades econômicas. Portanto, vamos aprender com os métodos que já estão sendo desenvolvidos por empresas capitalistas e utilizá-los para tornar a Economia Solidária independente do pagamento de juros aos centros financeiros!

6. O Movimento Monetário Mosaico: uma utopia prática

A Economia Popular e Solidária existe hoje de experiências relativamente isoladas. O *Movimento Monetário Mosaico* une os participantes do movimento de dinheiro solidário formando um forte poder na estrutura básica da Economia Solidária. Uma rede constituída de clubes de troca, compras coletivas, redes de empresas e campanhas por produtos éticos (ecológicos, locais ou solidários).

A colaboração dentro do MoMoMo cria redes de intercâmbio onde as diferentes experiências se complementam e todos se beneficiam mutuamente das atividades. Cada um realiza seu próprio trabalho mas, na união, tornam-se mais fortes. O MoMoMo oferece à Economia Solidária possibilidades sob medida para intercambiar, investir e comercializar. Para fazer circular as demandas e as compras dentro da própria rede solidária.

E isto é extremamente necessário, pois a realidade do dia-a-dia é que há uma evasão constante de energia e dinheiro das comunidades locais para as regiões mais ricas. Muitos locais não são considerados interessantes pelos bancos para o fornecimento de novos créditos, para completar com novas dívidas a energia, para fazer circular meio de troca novo tornando possível uma base econômica para transações. E então não há dinheiro para investimentos, nem para compras.

Se precisa de consciência política para sair desta armadilha sem fim e focalizar conscientemente no envolvimento de pessoas excluídas na própria comunidade e assim ampliar a base para um bem-estar duradouro. Para evitar que a energia continue a se perder, temos que fazer com que as diferentes iniciativas da Economia Popular e Solidária se complementem. O MoMoMo dispõe de algumas novas abordagens que preencherão as lacunas. No capítulo 8 serão discutidos, entre outros:

- ▶ Projetos de FOMENTO que, alimentados com recursos dos municípios, ONG's e Circuitos de Capital Líquido, investem na educação, estrutura social, etc.

Simultaneamente eles estimulam a iniciativa empreendedora e criam suporte para sistemas de troca locais. Em alguns casos é interessante até seguir o exemplo do município austríaco Wörgl e dinamizar as despesas municipais criando a base do estímulo das atividades de trocas (intercâmbio) e de economia locais;

- ▶ os vales de compra para produtos de redes de produção solidárias, como as do MST, proporcionam espaço para financiamento do processo de produção e agro-industrialização e, ao mesmo tempo, realizam uma oferta cada vez mais vantajosa para seus consumidores;
- ▶ Os Circuitos de Capital Líquido (CCLs) interligam consumidores locais com redes de empresas e, ao mesmo tempo, proporcionam uma abertura para o comércio solidário internacional. O caráter de “juro zero” inerente torna estas redes bastante apropriadas para financiar os investimentos na Economia Solidária. Além disso, os CCL's geram descontos atraentes para os consumidores, proporcionando ao MoMoMo um forte instrumento, competidor no mercado, para fortalecer a estrutura local e dinamizar as relações entre os participantes.

Histórico

O surgimento do MoMoMo combina com nosso tempo. Na era do computador, a economia de redes tem futuro. Nesta época os bancos, grandes conglomerados de empresas, redes de empresas e sistemas de comércio disputam o mercado mais lucrativo do mundo: o da criação de dinheiro. MoMoMo é uma iniciativa de base que tem como objetivo evitar que uma fonte de esgotamento, estagnação e exploração seja substituída por outra. Participando das mudanças de forma inteligente, a Economia Solidária procura, justamente, usar estas novas transformações a seu favor.

Ao lado de bancos, conglomerados internacionais e redes de comércio, a Economia Solidária ainda é uma exceção marginal: em termos de produto representa muito pouco. Mas isto não altera seu potencial. Pois a Economia Solidária tem grandes vantagens em relação aos outros modelos de produção. Ela não tem problemas como a ineficiência da economia capitalista, que leva à exclusão da capacidade de um bilhão de pessoas. Na Economia Solidária os recursos para investimentos podem ser aplicados de forma mais econômica pois a motivação não é somente financeira. E a Economia Solidária desconhece fluxos de dinheiro especulativo des-estruturadores. Enquanto na economia capitalista, via de regra, se enterra a saúde das comunidades sociais, na Economia Solidária pessoas saudáveis, em relações sociais saudáveis, formam a base de uma economia florescente.

O MoMoMo cria as condições para uma economia florescente com base na *colaboração* e nas *vantagens do trabalho em rede*, com atenção à pequena escala e os interesses de todos: ricos ou pobres. Dentro do MoMoMo, o fluxo de dinheiro para níveis mais altos é contraposto pelo

fluxo de dinheiro que fortalece as comunidades locais. MoMoMo oferece às comunidades pobres uma esperança de trabalho e renda e ajuda a formar a estrutura social essencial para o desenvolvimento. É isto interessa também aos níveis mais altos na produção, que se aproveitam do crescente desenvolvimento pelo aumento do poder aquisitivo que as comunidades reconquistam.

O Movimento Mosaico tem mais uma vantagem para enfrentar a concorrência com grandes conglomerados e o sistema monetária fragmentador: como o dinheiro não representa um instrumento de poder, ele é capaz de livrar o segmento solidário da economia dos juros. Com isso a Economia Solidária passa a exercer um poder de atração cada vez maior sobre os diferentes grupos sociais. Um deles é a classe média que até agora, geralmente, funcionava como porta-bandeira do sistema monetário vigente que, no fim das contas, lhes custa mais do que lhes oferece.

O caráter de “juro zero” faz com que a maior eficiência e a menor agressão (ao meio-ambiente, às relações sociais, à saúde humana) sejam características inerentes ao movimento solidário.

O MoMoMo é baseado em redes, o que significa colaboração. Em alguns pontos essenciais o Movimento possibilita o planejamento e ponderação conjuntos, enquanto ao mesmo tempo há um espaço saudável para a iniciativa individual.

As atividades estão sempre baseadas no interesse direto dos envolvidos, sem que isto leve a uma luta cega pelos próprios interesses às custas do terceiros. A rede do MoMoMo reúne e concilia, de modo inteligente, interesses próprios e colaboração.

O que une o MoMoMo

O MoMoMo é uma mosaico de diferentes iniciativas e experiências. Elas têm um vínculo duplo:

- ▶ todas sabem que o sistema monetário dominante não funciona para elas, por ter tantos erros intrínsecos;
- ▶ eles valorizam a identidade de cada um dos participantes, mas organizam suas iniciativas de tal forma que encaixam com outras iniciativas, de forma que um fortalece o outro. O Movimento Monetário Mosaico, como um todo, cria uma alternativa bem fundamentada.

No MoMoMo a responsabilidade por uma atividade permanece com aqueles que tomaram a iniciativa. Ninguém pode se esconder atrás do MoMoMo.

O MoMoMo disponibiliza oportunidades de intercâmbio internacional para comunidades locais. Acesso recíproco aos bens, às idéias e aos costumes proporciona um grande enriquecimento em nossa vida. Mas um contato com outros a partir de uma base própria, fundamentada nas próprias capacidades e necessidades. Desta forma realizamos a *globalização da solidariedade*, contrapondo-nos à globalização da acumulação de poder que ocorre agora.

O MoMoMo é uma resposta à globalização neo-liberal, mas não é voltado contra a colaboração e o intercâmbio internacionais. O MoMoMo trabalha na construção de uma alternativa de se relacionar diferentes comunidades, regiões e países que não abre espaço para a concentração de poder internacional, ou para transferir a vantagem de poder obtida em um local para outra parte do planeta às custas das pessoas daqueles locais. Em oposição à idéia neo-liberal de *abertura total* o MoMoMo parte do princípio do interesse de comunidades saudáveis e independentes se relacionar como e quando eles quiserem, tal como foi utilizado como ponto de partida por Keynes na sua proposta de *Bancor* na conferencia de *Bretton Woods* (ver item 7.3).

A relação de colaboração do MoMoMo caracteriza-se pela impossibilidade de transferir o poder de um local para outro e está baseado na *colaboração* com base na *reciprocidade*. O MoMoMo é um movimento no qual regiões e setores trabalham em conjunto de forma recíproca. Cada um opera com base em sua própria capacidade. Existe, portanto, uma ampliação para uma escala maior, um intercâmbio entre diferentes regiões e setores, mas sempre a partir das próprias possibilidades e necessidades e sempre baseado na reciprocidade.

O MoMoMo é uma rede de transações recíprocas entre comunidades que internamente também criam uma estrutura recíproca.

Dentro do MoMoMo, o dinheiro não é mais um “pé-de-cabra” que permite concentração de poder ilimitado. Nem da ampliação da miséria das pessoas mais pobres automaticamente vinculada a isso. O MoMoMo oferece uma alternativa à constante escassez de meios de troca e de investimento que o dinheiro atual gera nas regiões pobres. Ele dá uma resposta à penetração crescente do dinheiro global e inverte este movimento, dando à pequena escala o chance de ganhar cada vez mais influência sobre os níveis mais altos. Assim, o MoMoMo acaba com o *processo ativo de empobrecimento* do dinheiro atual e oferece a perspectiva de que grandes grupos de pessoas possam escapar da pobreza permanente.

O MoMoMo não é uma linha-mestra, à qual as iniciativas isoladas devem se unir. Ele surge justamente da colaboração de várias iniciativas independentes que se fortalecem pelo Movimento. A colaboração ocorre porque oferece vantagens aos participantes. Estes interesses comuns preenchem as lacunas que hoje existem na Economia Solidária, fechando cada vez mais as cadeias produtivas independentemente do capitalismo.

Como pode se dar continuidade à construção e futuro ao MoMoMo

Muitas das iniciativas que compõem o MoMoMo são bem sucedidas. Os sucessos do micro-crédito demonstram o grande potencial existente e desperdiçado logo abaixo da superfície da economia “formal”.

A Rede Global de Trocas transformou-se rapidamente num amplo movimento no qual centenas de milhares de pessoas recebem as oportunidades que o dinheiro capitalista não lhes proporciona. Mais de 400.000 pessoas adquiriram, em 2001, rendas de até 3.000 créditos por mês graças às redes. O potencial econômico das comunidades trabalhar para elas mesmas, é enorme.

O movimento ainda pode crescer muito. Para isso é necessário atender a três condições:

- ▶ A confiança na utilidade do dinheiro da Rede Global das Trocas não pode se perder (veja quadro);
- ▶ Deve se dar início a processos nos quais empresas locais tenham oportunidade de adquirir matérias primas e realizar investimentos. Para isto elas precisam de acesso ao dinheiro “oficial”;
- ▶ A utilidade do circulante próprio deve tornar-se tão amplo que, mesmo quando a conjuntura capitalista melhora e ofereça novas oportunidades dentro do sistema capitalista, as redes continuam a crescer vigorosamente.

Para fazer com que os diferentes participantes da rede do MoMoMo possam trabalhar juntos, cada participante deve adequar sua estrutura de compensação e contabilidade e uniformizá-la em alguns aspectos, de forma a assegurar que o valor das unidades que circulam seja realista. Para isso, o controle sobre o valor da unidade de contabilidade é importante.

Já em 1998, Strohalm discutiu com a *Rede Global de Trocas* (RGT) maneiras para manter o valor desta Moeda Social em determinado nível.

- ▶ Aumentando automaticamente a demanda por dinheiro. Com dinheiro capitalista isto é feito, principalmente, colocando dinheiro em circulação a juros gerando assim, automaticamente, uma demanda adicional de dinheiro nos anos seguintes para pagamentos destes juros;
- ▶ Criando mecanismos de tirar dinheiro da circulação. Isto pode ser feito por meio de juros negativos e utilizando o dinheiro arrecadado com esta taxa para reduzir o volume de dinheiro quando isto seja necessário.

Dentro do RGT há pessoas que já perceberam isto e que implementaram uma conversão anual, na qual uma parte do dinheiro pode ser retirado da circulação. Em outros locais não há possibilidade de reduzir facilmente o volume de dinheiro e pode ocorrer inflação, fazendo com que se perca a confiança do público nas possibilidades desta Moeda Social.

É essencial que a emissão, feita por meio de um processo transparente e do qual se pode prestar contas, tenha um limite por pessoa e que as unidades em circulação sejam concedidas a título de empréstimo.

Objetivo

O MoMoMo tem por objetivo dar início à formação de uma rede de colaboração entre indivíduos e empresas. Uma colaboração, com preservação da identidade, que leve ao fortalecimento da Economia Solidária e seja baseado em vantagens para cada um dos participantes. Devido a estas vantagens a Economia Solidária atrai cidadãos e empresas. Colaboração oferece vantagens no mercado, e desta forma a economia solidária não é só uma escolha moral, mas ao mesmo tempo uma escolha econômica.

Tecnicamente funciona assim: o MoMoMo trabalha com redes de troca estáveis e à prova de inflação que atraem o poder aquisitivo do público e o fazem circular ao máximo nas comunidades locais e, em seguida, nas redes regionais e nacionais. Assim estas redes contribuem na construção da estrutura local e regional. No momento em que a demanda do poder aquisitivo atinge níveis mais altos da cadeia produtiva estas também são envolvidas na Economia Solidária. Desta forma a Economia Solidária cada vez mais amplia sua base, e cada vez mais incorpora a cadeia produtiva em todos seus níveis. Desta forma elimina-se o máximo de juros possível.

Esta interligação de iniciativas independentes numa rede integradora proporciona vantagens mútuas. Como permite atingir também escalas mais complexas, o conjunto oferece uma alternativa cada vez mais vantajosa quando comparada com o mercado mundial, dominado pelas grandes empresas.

No MoMoMo os consumidores solidarizam-se com as empresas visando expressamente seu próprio benefício: a rede torna as opções estratégicas de longo prazo vantajosas e preocupa-se com sua comunidade.

Através do MoMoMo a união das forças econômicas da Economia Solidária penetra atinge níveis cada vez mais complexos. Desta maneira surge, ao fim, um moderno nível mundial de Economia Solidária e a Economia Solidária deixa de ser um fenômeno marginal.

O Mosaico: a união de muitas peças separadas

O nível básico do Movimento Monetário Mosaico é formado por redes de troca. Estas podem se formar espontaneamente ou, desde seu início, em combinação com projetos de FOMENTO. A Rede Global de Trocas (RGT) recebe, graças ao MoMoMo, mais estabilidade e acesso a dinheiro para investir na produção local. Para a maioria das pessoas a RGT será o primeiro contato com o MoMoMo.

Efeitos importantes são:

- ▶ maior bem-estar que é gerado pelas trocas mútuas;
- ▶ fortalecimento da estrutura social;
- ▶ desenvolvimento dentro da comunidade dos talentos e experiências empreendedores;
- ▶ crescimento da consciência do papel do dinheiro e das possibilidades do dinheiro social, o envolvimento de pessoas no movimento do dinheiro solidário.

Principalmente naquelas comunidades locais onde os dirigentes municipais participam e apoiam os modelos de FOMENTO ou até, como em Wörgl, fortalecem o circulação da Moeda Social localmente com suas próprias despesas, desenvolve-se uma comunidade local forte que pode contribuir muito na construção do MoMoMo como um todo e ao mesmo tempo beneficiar-se dele.

Onde a evasão constante do dinheiro da comunidade é inevitável, é importante introduzir uma série de mecanismos que se contrapõem a isso. Na visão geral do dinheiro solidário estes seriam:

- ▶ um meio de troca local que não pode se distanciar muito da comunidade;
- ▶ realizar as despesas da prefeitura via fluxos que seguem o modelo de FOMENTO ou Wörgl e, assim, estabelecem um balance entre o dinheiro local e o dinheiro (inter)nacional;
- ▶ métodos que evitem que o dinheiro do consumo deixe a Economia Solidária através das empresas;
- ▶ e também: fazer com que uma parte da vantagem desenvolvida pela cadeia seja redirecionada para objetivos coletivos locais. Em especial aquela fração gerada pelo poder aquisitivo que entra na cadeia diretamente via produtores e gastos do poder público local.

Simultaneamente estes créditos são retirados de circulação através dos micro-créditos do Fomento. Se houver ameaça de falta de meios de troca, são utilizados para o pagamento de projetos que fortalecem a estrutura social local. Isto porque os créditos de Fomento podem ser utilizados localmente na aquisição de meios de produção.

Além disso uma renovação regular do dinheiro por meio de imposto de conversão pode otimizar o volume de dinheiro em circulação e, se necessário, controlar uma eventual ameaça de inflação. Empréstimos para fins produtivos são possíveis se houver necessidade de colocar dinheiro adicional em circulação.

As redes de *troca* e de *compras coletivas* formam a base para uma economia de dinheiro solidária mais ampla. Esta base é aproveitada, dentro do MoMoMo, para reunir o poder aquisitivo do consumidor. Compras coletivas utilizam esta união, em primeira instância, para obter melhores condições de negociação, mas na fase seguinte aproveitam o “gancho” das redes de troca de empresas que estão crescendo na Economia Solidária.

Em certas situações surgem também iniciativas para poupança locais, ou melhor, para investimentos na produção local. Um exemplo:

Uma fábrica de sapatos tem que fechar porque não tem mais dinheiro suficiente para comprar as matérias-primas. Mas, se as pessoas que desejam comprar sapatos do produtor local pagassem, antecipadamente, um terço (1/3) em dinheiro oficial (necessário para comprar a matéria prima) a produção seria financiada. Como a manufatura e os lucros podem ser pagos com moeda local, surge para estes *investidores* (os próprios consumidores que pagaram o terço adiantado), em seguida, a possibilidade de obter os sapatos pelos dois terços (2/3) do preço restantes, que podem ser pagos com moeda local. Este exemplo na realidade aconteceu, na Argentina.

A comunidade local não é só a pedra angular do MoMoMo. Ela também se beneficia do movimento porque se oferecem, em nível local, oportunidades de investimento.

Pequenas lojas nas comunidades necessitam de clientes e de uma oportunidade para manter os preços baixos. Num MoMoMo completamente desenvolvido, os Circuitos de Capital Líquido podem auxiliar estas pequenas lojas a proporcionar descontos a seus clientes que podem chegar até 20%.

Estas pequenas lojas fortalecem o MoMoMo, por terem contato intenso com seus clientes, serem de fácil acesso, etc.

O MoMoMo oferece aos consumidores que desejam produtos saudáveis a preços acessíveis um instrumento que pode direcionar a produção de modo que os produtos desejados cheguem a eles a um preço que podem pagar. Estes consumidores conscientes são muito importantes para o MoMoMo, porque estão dispostos a investir seu poder de compra no MoMoMo nos estádios iniciais, impulsionando a continuidade do desenvolvimento.

As redes de empresas aproveitam a brecha: elas também retêm o poder de compra o máximo de tempo possível para estimular as atividades da empresa e realizar produção suficiente e de qualidade dentro do MoMoMo.

Conclusão: o Mosaico é bem mais que a soma de todas suas peças

A economia solidária cada vez mais se une e se encontra em redes que incorporam cada vez mais níveis da cadeia produtiva.

O método de intercambiar bens e serviços em nossos tempos é o dinheiro. É por isso, que o Movimento Monetário Mosaico tem as melhores possibilidades de fazer da Economia Popular e Solidária uma realidade coerente, que implique todos os níveis da produção e que seja uma alternativa real e inclusiva ao capitalismo neo-liberal.

Para realizar isto o MoMoMo cria uma circulação local dinâmica, e cria ligações entre produtores e consumidores. Diferentes métodos, que serão discutidos mais profundamente no capítulo 8, criam a oportunidade de interligar as diferentes experiências da moeda social.

Exatamente como um mosaico, o MoMoMo mostra um panorama, que nenhum das peças separadas pode mostrar, mantendo a identidade independente de cada delas.

7. Alianças estratégicas e propostas globais

No desenvolvimento do Movimento Monetário Mosaico estamos encontrando iniciativas que não trabalham diretamente com o tema da moeda, mas que possuem uma infraestrutura que os capacitam a ser uma importante contribuição ao desenvolvimento do movimento.

Se pensamos na construção de alternativas econômicas, também é preciso pensar em como e com quem fazer *alianças estratégicas*. Por tratar-se da implantação de um novo paradigma, estamos seguros de que esse desenvolvimento vai demandar tempo para ser construído. Certamente os atores sociais dispostos a entrar nesse jogo estão perto de nos. Aqui daremos alguns exemplos que consideramos ilustrativos. São exemplos de experiências que já estão acontecendo com resultados promissores.

Podemos ver diferentes formas de alianças estratégicas: as alianças institucionais, ou seja, outros movimentos que podem sustentar o MoMoMo, sua força organizativa, seus contatos na sociedade, etc. Depois existem as alianças estruturais, que são estruturas econômicas que podem aplicar diferentes formas de moeda na sua prática.

Ao final do capítulo serão introduzidas algumas *propostas globais*, como a taxa Tobin e o Bancor, que tem outra estratégia que o MoMoMo, mas que igualmente implicam um forte desafio para o paradigma monetário existente.

7.1 ALIANÇAS ESTRUTURAIS

COMPRAS COLETIVAS

Quando o poder aquisitivo de diferentes consumidores é unido, não apenas eles, mas também os produtores de seus produtos beneficiam-se. A união do poder aquisitivo de diferentes consumidores é uma espada de duplo fio: fortifica aos consumidores por

melhorar sua posição de negociação em respeito aos produtores, obtendo melhores preços e melhor qualidade por seu poder aquisitivo, e ao mesmo tempo melhora a posição do produtor, oferecendo para ele uma maior e contínua venda de seus produtos.

Um exemplo interessante da combinação de uma rede de consumidores (mais de duzentos mil) e um grande número de empresas é a cooperativa de compras japonesa *Saikatsbu*. Aqui, as empresas que participam ou são propriedade da cooperativa ou estão vinculadas à mesma por contrato. A organização é composta por redes de consumidores locais que desejam alimentos saudáveis e justos.

Aqui introduziremos a experiência de uma organização porto-alegrense, com uma trajetória exemplar na articulação de uma idéia estratégica e sua implementação.

O Projeto Cooperativa Mista de Consumo, Produção e Trabalho Compras Coletivas Ltda.

Esta cooperativa de compras tem sua viabilidade econômica calcada na forma de aquisição dos alimentos, diretamente de produtores e/ou indústrias e principalmente no percentual aplicado que por ser uma cooperativa sem previsão de distribuição de sobras, ou seja, sem fins lucrativos, agrega somente os percentuais relativos aos custos administrativos, impostos e retribuição aos associados trabalhadores envolvidos.

As comunidades de associados que se beneficiam com esta iniciativa são em sua maioria de baixa renda, moradores da periferia da cidade em áreas distantes dos grandes centros de abastecimento, portanto o fato de entregarmos os ranchos nas proximidades de suas moradias gera diretamente uma economia de transporte, além da comodidade e principalmente da interação com o empreendimento pois, como cooperativado, pode opinar sobre os alimentos, tanto sobre a qualidade como pela variedade dos produtos disponibilizados.

Estamos instalados em um galpão cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e contamos com um caminhão conquistado pela comunidade no Orçamento Participativo municipal, fruto de nossa organização popular.

Quando nossos associados passam a economizar cerca de 20% por mês em sua alimentação, significa que a cada 5 meses tem-se um rancho gratuito. Ou ainda, uma família com renda de até dois salários mínimos que gasta, em média, 60% de sua renda com alimentação. Se o custo desta alimentação for reduzido em 20%, isto corresponderá a um incremento real de renda na ordem de 12%, ou seja, 2,88 salários mínimos/ano.

O leitor deve ter em mente que esta experiência não é somente interessante aos indivíduos: se podemos unir os insumos de diferentes empresas, realizamos a mesma dinâmica, em

outro nível. É por isso que propomos criar *centrais de compras coletivas de insumos para empresas solidárias*.

Na América Latina existem muitas cooperativas de habitação que tem como objetivo a construção de residências a preços acessíveis para seus associados (mutirões).

Muitas vezes parte da construção é feita pelos próprios moradores do bairro. Da mesma forma que para outros produtos de consumo, também aqui se une o poder aquisitivo de vários indivíduos para conseguir melhores condições e maiores possibilidades neste tipo de empreitada. Agora: e se unirmos o poder aquisitivo ao nível das diferentes cooperativas de habitação? Isto resultaria numa organização que poderia oferecer aos produtores uma grande vantagem por representar tantos “consumidores” e, aos indivíduos integrantes das cooperativas de habitação, uma forte posição para obter bons preços e boa qualidade dos produtores.

O mesmo se pode fazer para as cooperativas: criar uma central de compras, onde os insumos são coletivamente comprados, unindo a capacidade de compras de diferentes cooperativas.

Estas formas de *compras coletivas de insumos para indústrias*, podem formar uma boa base para realizar uma *cadeia produtiva que internamente usa moeda social* (ver cap. 8).

As compras coletivas, sejam de consumidores ou de empresas, são um parceiro estratégico para o Movimento Monetário Mosaico, já que eles reúnem poder aquisitivo que pode ser o respaldo de uma moeda social.

REDES DE EMPRESAS COM OBJETIVOS ÉTICOS

No todo mundo estão se criando redes de empresas com outros fins, que não o lucro. Redes de empresas com objetivos morais e humanísticos. Com objetivos de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social. Estas empresas têm maiores ou menores ligações econômicas, mas compartilham uma ideologia.

Na Europa, o *Social Venture Network* é uma rede grande que representa muitas empresas. Elas são muito diversas e encontram-se dispersas por toda Europa.

No Brasil, a CIVES tem uma posição parecida.

Estas redes de empresas podem ser uma boa base para circuitos de transações não-monetárias. O exemplo do WIR na Suíça (ver cap. 2) demonstra a viabilidade destes circuitos. Agora: estes circuitos são difíceis de construir, porque as empresas possuem

necessidades muito específicas e não sempre podem-se fechar cadeias produtivas dentro da rede. Para isso, se necessita inovar o modelo do WIR, estruturando uma rede que internamente não empregue dinheiro, mas onde entra e sai dinheiro de fora e para fora. Para dinamizar totalmente uma destas redes é necessário incorporar o consumidor em seu interior: o dinheiro do consumidor pode ser tirado da circulação interna e representado por diferentes formas de contabilidade (ver cap. 8).

ORGANIZAÇÕES QUE REPRESENTAM COOPERATIVAS

No Brasil o mundo do cooperativismo é diverso e dinâmico. O cooperativismo tem uma larga trajetória, e está encontrando um bom espaço na Economia Solidária. Diferentes organizações - como Anteag, Ocergs e Fetralho - representam diversas cooperativas com distintas trajetórias.

Uma moeda social pode estimular estas cooperativas a entrarem e contribuírem ao desenvolvimento na Economia Solidária com sua capacidade produtiva. Mais o menos como no exemplo das redes empresariais, podem se criar métodos de contabilizar transações sem dinheiro, liberando as cooperativas das exigências da moeda capitalista.

A questão de como criar uma rede de cooperativas é discutida no próximo artigo.

AÇÃO INTERCOOPERATIVA EM REDE COOPERATIVADA:

Limites e possibilidades

Paulo Peixoto de Albuquerque

“Para nós, a palavra não é nociva à ação, o que o é, é não nos informarmos através da palavra antes de nos lançarmos na ação”.
Tucidides, Guerras do Peloponeso, livro II, discursos de Péricles aos Atenienses, cap. 15

Apresentação

Nossa intenção neste texto é identificar os limites e as possibilidades de uma proposta de intercooperação concreta, cuja formatação em rede de cooperativas aparece *como* prática social inovadora. Pensar Redes Cooperativas como alternativa diferenciada e, principalmente, como um instrumento modelador da ação coletiva é fundamental quando se tem presente o cenário do Movimento Mosaico Monetário, principalmente porque este movimento pode permitir *o alinhamento de cadeias produtivas que promova a recuperação de determinados setores ou espaços econômicos.*

A planificação ou planejamento de ações intercooperativas, na forma de redes, tem uma retensão que se evidencia nos adjetivos normalmente usados quando se pretende caracterizar este tipo de ação: global, integral, integrada, diversidade, extensividade e intensidade.

Entretanto, é preciso ter presente que este *desejo de mudança* não significa apenas um exercício lógico-técnico, visível no planejamento ou na racionalidade instrumental que define objetivos e metas, mas em uma ação coletiva, cuja *intencionalidade* se concretiza num exercício político que propõe novas práticas sociais de redistribuição de poder entre diferentes atores sociais.

Se não produz uma ação efetiva e modificadora da realidade, a atividade torna-se ou uma investigação (pesquisa), somente uma concepção, cujo produto é informação técnica que tem por propósito de maximizar a racionalidade; ou, é ação improvisada, emotiva, rotineira, sem objetivos definidos de transformação qualitativa da realidade, por ser puro exercício de administração “mais ou menos” eficiente.

Entendemos que discutir formas de planejar a ação coletiva tem um duplo sentido: o primeiro, de potencializar e maximizar a racionalidade dos atores sociais envolvidos; e, segundo, articular dois tipos de saberes: o conhecimento técnico-científico com os saberes locais, com os saberes instalados na comunidade.

Fato que não é muito comum ou fácil, porque freqüentemente os planos, programas e projetos não se transformam em ações - por serem apenas instrumentos de uma racionalidade instrumental.

As razões para isto são várias: uma delas é o inadequado desenho das estratégias de implementação, seja por estarem desvinculadas da realidade, seja por não estarem suficientemente integradas (geralmente caracterizam-se por ser um conjunto desarticulado de ações setoriais), seja pela relativização ou desconhecimento pelos decisores do cenário político.

1. A metodologia

Quando se analisam metodologias de ação e organização política, como esta proposta de redes cooperativa, a tendência no meio acadêmico é de considerar os pressupostos técnicos (know-how) como um produto técnico no qual a agregação e seleção de determinados tipos de conhecimentos *apenas* confirmam uma série de procedimentos de uma cultura técnica ou científica universalmente aceita. É evidente que, entre a aplicação do conhecimento técnico e o modelamento da praxis, em uma situação concreta e particular, existem situações que derivam do modo como o sujeito social - individual ou coletivo - efetua e se apropria da referida tecnologia ou conhecimento técnico. Mas, por outro lado, é preciso ter presente que, ao utilizar seus conhecimentos, o sujeito concreto o faz a partir de um “ponto de vista” (disciplinar) e não os aporta na sua totalidade em “estado de arte”.

Assim como um ator social - uma cooperativa, um sindicato ou um governo, por exemplo - tem embutida na sua ação uma dada percepção cultural e ideológica da área em que atua, os indivíduos trazem uma visão particular que é marcada pela informação seletiva que receberam e está impregnada na sua memória. São os “filtros” psicológicos e emotivos que resultam de uma “história” pessoal na qual a acumulação de conhecimentos permite que este indivíduo organize suas experiências, sua própria história, seus valores e os motivos da sua ação.

Nesse sentido, todo - plano de ação intercooperativa e de organização em redes - resultará do modo como o grupo percebe os problemas apresentados pelo cenário sócio/político/econômico da sua realidade.

Dito de outro modo, a articulação das propostas técnicas no campo da racionalização da praxis se converte em um exercício lógico de articulação de diferentes níveis de saberes que, ao serem explicitados por um ator concreto - o representante da cooperativa - individual em situações concretas, possibilitará o alcance de finalidades definidas em conjunto, como por exemplo: “alinhamento de unidades produtivas do setor cooperativo”.

Assim sendo, a planificação de uma proposta intercooperativa e em rede pretende introduzir o máximo de racionalidade possível na modelagem das ações políticas e econômicas a partir da perseguição de objetivos definidos *a priori* como sendo prioritários e urgentes.

O processo de organização da rede cooperativa percorre algumas etapas constitutivas que precisam ser descritas para melhor compreensão de seus limites e das suas possibilidades.

1.1 etapas da metodologia

Quatro são as etapas que caracterizam a seqüência lógica constituinte da metodologia de organização da rede intercooperativa utilizada nesta experiência. Vamos detalhar aquelas correspondentes utilizadas para integração e mobilização do trabalho grupal¹.

O processo de organização da rede de cooperativas para a ação intercooperativa se desencadeou a partir da reflexão, identificação e conceituação (prévia) das seguintes elementos:

1. Visão de futuro: alinhamento das percepções dos atores sociais participantes e formulação de uma visão compartilhada de futuro para os próximos 3 anos, que incorporasse os valores e anseios de todos;

¹ é importante destacar que não enfatiza-se, aqui, o relato comportamento grupal, mas os pressupostos técnicos do processo.

2. Obstáculos: identificação das barreiras a serem superadas para o alcance da visão de futuro projetada pelo grupo;
3. Diretrizes Estratégicas: definição das linhas de ação que deverão ser desenvolvidas para promover a realização da visão de futuro e superar o conjunto de obstáculos identificados;
4. Plano de Ação: seleção e planejamento das linhas de ação prioritárias a serem deflagradas nos próximos 03 anos com definição de prazos e responsáveis.

Percebe-se que estes quatro itens na verdade indicam alguns procedimentos operacionais (não conclusivos) necessários para que os atores sociais tenham condições de:

- ▶ Ao conhecer a realidade objeto melhor caracterizassem os problemas;
- ▶ Elaborar do modelo síntese da realidade;
- ▶ Conceber ações e estratégias para assegurar a efetividade da ação coletiva proposta.

É importante destacar que a base metodológica desta proposta de organização da rede está subsidiada pela articulação de alguns pressupostos teóricos - *o método das aproximações sucessivas*², *ecologia perceptiva (Piaget) e humana (Vigotsky)* -, ou seja, um processo tentativo de estabelecer com grupo de participantes e a partir da sua história uma linguagem comum, visto que o fato de atuarem no mesmo setor produtivo não implica na existência de códigos e/ou uma linguagem comum.

A seguir apresentamos comentando as etapas do processo de construção da ação intercooperativa.

ETAPAS 1 E 2: VISÃO DE FUTURO E OBSTÁCULOS

As primeiras etapas do trabalho (Visão de futuro e Obstáculos) possibilitam uma avaliação geral e um progressivo detalhamento no conhecimento dos objetivos e da razão de ser da ação coletiva. Normalmente esta etapa possibilita identificar as idéias, as expectativas dos atores sociais que participaram do trabalho cuja intenção é trabalhar em conjunto estabelecendo as bases de uma ação coletiva.

A visão de futuro, ao ser compartilhada, permite atingir elevados níveis de legitimidade de representação do sistema, de relacionamento com associados e com o Estado, fortalecendo a intercooperação.

² MERTON, Robert. *Sociologia Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

Atenção:

Evitar que a análise das expectativas - como da visão de futuro - esteja pautada por mensagens que tem forte apelo emocional ou emulatório, tão comum nos planejamentos tradicionais.

A etapa seguinte segue os procedimentos tradicionais de identificação de obstáculos e/ou problemas enfrentados pelo grupo. Os obstáculos precisam ser classificados. Normalmente usa-se, para facilitar a qualificação dos obstáculos, as dimensões econômico/financeiras e sócio-gestionária.

A dimensão econômico-financeira pode ser desdobrada nos seguintes indicadores:

Obstáculos - Dimensão Econômico/Financeira

Mercado	Financiamento	Endividamento	Credibilidade do sistema	Liderança
Conflito entre os princípios cooperativo e a realização	Não conhece as regras do jogo das autoridades monetárias	Dificuldade de interação e planejamento	Credibilidade do sistema	Não tem uma opção de líder para um projeto político
Descolamento da Produção	Descapitalização	Custo do dinheiro	Discurso desvinculado da Prática	Lideranças desgastadas
Concorrência externa	Custo do dinheiro	Nível de endividamento alto	Desconfiança e não comprometimento	Pouca representatividade política

Da mesma forma a dimensão sócio-gestionária pode ser desdobrada nos seguintes indicadores:

Obstáculos - Dimensão Sócio/Gestionária

Imagem	Tecnologia de Gestão	Associados	Informação/Pesquisa	Legislação
Crise (imagem)	Despreparo e gestão inadequada	Baixo nível de consciência dos associados	Sistema de comunicação inadequado	Legislação tributária
Não Interooperação	Falta modelo apropriado de gestão	Distanciamento entre direção e associados	Sistema de informação deficiente	Desarticulação política
Conflito entre cooperativas	Produto descapitalizado	Distanciamento do produtor e da cooperativa	Falta de informação	Alto subsídio externo

Estes quadros com seus indicadores buscam “reconstruir preliminarmente a realidade” através da mobilização dos saberes do grupo.

A compressão da realidade objetivada pelos “obstáculos” apresentados permite identificar, também, o modo como o grupo entende e classifica as restrições que se apresentam para uma ação coletiva que busca organizar a intercooperação.

Esta reconstrução do real se faz necessária e é importante, porque permitirá ao grupo identificar quais são aqueles elementos mais significativos para o segmento produtivo e/ou comunidade. É importante ressaltar neste tipo de proposta metodológica que o processo de discussão em grupo necessariamente tende a introduzir construções ideológicas que devem ser discutidas e analisadas, caso contrário dificilmente poder-se-á compatibilizar interesses para um agir coletivo.

Diz-se que estas construções são pouco eficientes para definir metas específicas para ações a curto e médio prazo na área de gestão, mas o que interessa neste momento é identificar o “viés” reducionista e quais são os aspectos significativos ao grupo de trabalho. De fato, se por um lado, ao explicitar as “preocupações do grupo” a metodologia pode conduzir a uma grande diversidade de problemas de distintos níveis de importância, por outro lado, a natureza e hierarquia dada aos diferentes obstáculos remeterá o grupo a se deparar com a questão chave no trabalho de modelagem da ação coletiva: quem define as ações que são mais importantes e/ou prioritárias para o setor e quem deverá criar/ assumir a direção da mudança desejada

Outra consideração de caráter metodológico diz respeito à pergunta desencadeadora desta etapa de trabalho. Percebe-se que perguntas - amplas e gerais - são pertinentes porque buscam descobrir as intenções subjacentes até então não explicitadas nas falas dos participantes. Muito mais do que evidenciar para o grupo os pressupostos das situações bloqueadoras, a idéia é que o grupo comece a conhecer os elementos que compõem a sua linguagem como grupo.

Para chegar a uma concepção da totalidade, obviamente se requer e é preciso *tempo*. mais do que algum conhecimento prévio das partes componentes e de como elas se combinam. Por mais que o conhecimento prévio das partes seja importante ao planejamento de realidades complexas, é preciso ter presente que a complexidade do real não se deixa apreender apenas porque o sujeito está direcionado ao “fazer”.

ETAPA 3 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O objetivo desta etapa é de identificar as características principais, as potencialidades, as restrições e as tendências de uma dada realidade, isto é, uma vez explicitado os problemas mais determinantes e conhecidos seus elementos constitutivos, é o momento de selecionar

e ordenar aqueles processos e/ ou atividades que no entender do grupo podem dar conta dos propósitos de ação intercooperativa.

Esta etapa busca nivelar o conhecimento dos participantes e estabelecer um patamar mínimo de conhecimento sobre a realidade a fim de evitar ações fragmentadas, isoladas e de pouca credibilidade na comunidade.

As “Diretrizes Estratégicas” apontam e devem ser entendidas como o modo de compreender a realidade do grupo de líderes de uma dada comunidade e/ou bairro e como eles pretendem “agir” neste setor.

Uma vez estabelecido o horizonte e realizado o diagnóstico, chega-se ao momento do prognóstico. Identificados os problemas presentes e potenciais, o grupo necessita formular e precisar as diretrizes que evitem a dispersão do esforço analítico. A seguir, a título de exemplo apresentamos alguns elementos que permitem a visualização deste “*que fazer*” coletivo.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Projetos de sobrevivência e estratégicos

Dimensão	Tipo	Objetivos
Política	Estratégia/ Logística/Insumos Aliança/Negócios em Comum Parcerias na Comercialização Programa de Intercâmbio Ações Integradas Regionalmente	Realizar negócios e operações em conjunto Organização da cadeia produtiva Escala, redução de custos, competitividade Realizar negócios e operações em conjunto Fortalecer a identidade e os negócios intercooperativos e troca de experiências
Técnico gestonária	Banco de Dados Pesquisa e Capacitação das cooperativas Organização do Sistema Unificação do Sistema	Maior produtividade, redução de custos Fomentar a inovação econômica no sistema das cooperativas
Instrumental - Administrativo	Profissionalização da Gestão Tecnologia de Gestão	Planejamento, acompanhamento e avaliação

Observações a respeito do quadro acima:

1. A primeira diz despeito as suas “especificidades”, isto é, os problemas e/ou dificuldades detectados que se definem não só o que é grave, mas também o que é urgente;

2. O exame comparativo de ações e objetivos apontam para soluções que estas estão se propondo concretizar.
3. As ações mesmo tendo um maior peso na dimensão política tem sua argumentação centrada nos fatores econômicos;
4. Importante destacar que outros atores sociais pertencentes a comunidade precisam ser acionados.

As propostas de organização em rede - como as que caracterizam a intercooperação - remetem para objetivos integrais e se referem ao desenvolvimento no seu sentido mais amplo e não apenas aos elementos de natureza econômica e/ou corporativa.

Nesse sentido, o exercício grupal de estabelecimento das *diretrizes* permite reduzir a defasagem existente nos planejamentos “ex-ante”, isto é, entre o esperado e aceitável (desejado) e o não aceitável (problemático) da realidade, por outro coletivamente construído.

ETAPA 4: PLANO DE AÇÃO

O objetivo desta etapa é “desenhar” as ações necessárias para alcançar um novo estado de relações entre as organizações cooperativa que, no regime de relações e trocas atuais, pautam-se pela fragmentação e isolamento. O significativo do “desenho” a ser buscado não está no detalhamento operacional, mas no fato dele objetivar *soluções ótimas* para a supressão ou substituição de relações existente entre as cooperativas do segmento.

O quadro que segue tenta dar uma idéia do modo como o plano de ação pode se objetivar em projetos de ação

Projetos	Objetivos
Alianças Estratégicas	Realizar negócios em conjunto, visando a organização da cadeia produtiva e a redução de custos para aumentar competitividade
Organização do Sistema	Implementar um modelo de gestão colegiada com estratégias comuns e definições claras de comportamento
Profissionalização	Profissionalizar a gestão das cooperativas e capacitar os associados
Recuperação de Resultados	Viabilizar o sistema cooperativo através do equacionamento do endividamento e saneamento financeiro
Legislação	Assegurar uma legislação que diferencie o sistema cooperativo de forma a recuperar sua competitividade

1. Considerações gerais sobre a metodologia (Limites e possibilidades)

Como em toda atividade de concepção (desenho), percebe-se que a reflexão dos grupos pode enfatizar as restrições que são impostas pela realidade, perdendo com isso a possibilidade de inovar. Os elementos da inovação (imaginação e criatividade) escapam do âmbito da racionalidade e nem sempre se enquadram em exercício lógicos e normatizadores como o proposto ao grupo.

Percebe-se que nos projetos as ações propostas não conseguem apontar para os elementos críticos (que sejam realmente críticos), porque:

- a) os participantes efetuam uma triagem analítica que reduz o problema da intercooperação ficando as ações mais limitadas aquelas mais conhecidas do grupo;
- b) o plano de ação evidencia o erro técnico habitual deste tipo de exercício de ação coletiva, isto é, supor que na implementação das ações se dará uma integração entre os diversos agentes e a conseqüente realização de ações simultâneas e convergentes na direção proposta pelos planejadores.

1.1 Limites da proposta de ação intercooperativa em rede

1. Conhecer os atores, isto é, os agentes que participam no processo de construção da ação coletiva e, em especial, aqueles que de alguma forma serão afetados pelas modificações que se pensa introduzir, não basta;
2. Sistematizar a percepção do atores envolvidos no processo no qual se quer promover é apenas uma etapa preliminar que precisa ser validada, mas este processo de validação não se faz apenas com a presença de um ator social. Devem ser arrolados preferencialmente todos os "atores", individuais e coletivos, formais e informais, públicos e privados, de dentro da área ou de fora dela, que intervém ou que possam interferir nos processos de cooperação que se deseja implementar;
3. Mapear a situação do atores internos favoráveis a uma ação intercooperativa nas diferentes organizações passa a ser fundamental para determinar a real capacidade de ação do grupo para alcançar os objetivos. Entretanto, o mapeamento de situações nem sempre explicita as relações existentes- formais e informais - entre os diversos atores, além de ser de difícil operacionalização;
4. Reconhecer e demarcar os limites da competência dos atores sociais, o modo e a área de atuação dos agentes é fundamental para a implementação das estratégias de ação, mas implica no identificar e trabalhar as resistências ao novo, o que é muito difícil num curto espaço de tempo de encontros ou reuniões. Os comportamentos de rivalidade e competição estão há muito internalizados nas práticas sociais e reforçados pela lógica da competitividade econômica;

5. Organizar ações intercooperativas em rede implica em ações cujos efeitos ao nível das comunidades nem sempre são possíveis de serem antecipados, porque as comunidades que estão em diferentes patamares tecnológicos e econômicos. Estes efeitos são distintos a cada nível. Da mesma forma um problema considerado muito grave ao nível de uma localidade pode não ser considerado muito significativo ao nível de sua região.

1.2 Possibilidades da proposta de ação intercooperativa em rede

A metodologia tem possibilidades na medida em que promove uma praxis coletiva que inclui:

1. uma forma grupal e interativa de realização e resolução das tarefas expostas;
2. a inclusão desde o início, na equipe, de representação dos órgãos de gestão, direta ou indiretamente envolvidos na execução das ações programadas;
3. cuidado na formação de grupos heterogêneos com saberes e capacidades interdisciplinares;
4. a intervenção co-participativa de outros atores entre os quais podemos colocar os “tomadores de decisão” e os formadores de opinião das comunidades envolvidas e também a população alvo das ações.

Neste sentido “ação planejada” e “planejamento” passam a ter outro significado, não se caracterizando apenas como um *exercício lógico de definição e escolha das ações que a partir de uma perspectiva política antecipam resultados esperados*, mas como processo modeladores de realidades particularidades intervêm atores concretos, a reconstrução da realidade.

A metodologia enfatiza os aspectos processuais e de mudança, concorrendo para que os participantes percebam a sua realidade como sistemas permanentemente abertos em um porvir histórico; a ênfase dada aos processos permite incorporar os aspectos dinâmicos de diferentes tempos - o tempo sociológico, o tempo econômico, o tempo das relações, etc.

Conclusão

Na América Latina, em especial nos setores de organização cooperativa, existe um grande interesse em tudo que diga respeito a alocação de recursos em programas que operacionalizem propostas de intercooperação, visto que as condições de vida da população na área de influência geo-política dos países do Mercosul, em consequência da crise dos anos 90, se precarizaram e, conseqüentemente, se acelerou o processo de exclusão social. Desse modo, passa a ser fundamental buscar compreender e reforçar ações que possam reduzir a consolidação desta “sociedade de risco”.

Nesse sentido, a análise de metodologias de intervenção social (modelação da realidade) pode ajudar a multiplicar os resultados de eficiência e efetividade.

Partimos do pressuposto que não é possível que uma proposta de política social - organização da intercooperação - seja efetiva e que utilize eficientemente os recursos existentes, se não se dispõe de uma análise objetiva dos instrumentos que buscam operacionalizá-la. Não bastam os relatos processuais ou as descrições quantitativas de metodologias de ação.

É necessário, também, possuir outras informações que permitam interpretar estes instrumentos de ação coletiva. Assim, o diagnóstico das metodologia de organização da ação coletiva devem ser feito levando em conta que os processos de elaboração de decisões sociais exigem qualificar os instrumentos e o ferramental técnico.

Dito de outro modo, muitas vezes as propostas de organização da ação coletiva utiliza (e abusa) da noção de participação no seu sentido adjetivo, argumentando que a operacionalização do planejamento, em si, já é um exercício de participação e democracia.

Este é o aspecto paradoxal do planejamento da ação coletiva, porque de um lado isto é verdade. Aplicar modelos de ação coletiva pode ser uma exercício de democracia mas, por outro lado, também poder ser um ritual que oculta os mecanismos que permitem a tomada de decisão de diferentes atores sociais.

Na verdade, o conflito emerge porque as soluções são pautadas por perspectivas técnicas que desconsideram e não reconhecem a existência de a) um espaço público de decisão que não se restrinja ao político partidário ou governamental, b) de uma metodologia que permita aos participantes expressarem seus diferentes saberes e dela se apropriarem.

Nos parece que o problema está em definir com precisão os espaços de decisão, porque o alcance de resultados econômicos e sociais depende não só de uma dimensão técnica, mas sobretudo de um exercício de poder que não reduza a participação em um exercício de declaratório de fins e metas de um projeto.

Nessa perspectiva o projeto de organização de redes cooperativas é apenas instrumento, meio que pode ser considerado quando se pensa o Movimento Monetário Mosaico e deve ser entendido como processo de condução e integração de realidades, de estatuto diferentes e, portanto, processo essencial de transformação do real e de transformação da identidade dos atores sociais que dele participam.

E, nesse sentido passa ser uma prática social inovadora. No capítulo 8 serão descritas metodologias que estas redes de cooperativas poderão usar para contabilizar as transações entre elas.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Histórico do Movimento

A história do Movimento Sem Terra não possui uma data específica de início. Por ser um movimento social, que reúne milhares de trabalhadores rurais, seu surgimento teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978.

A partir desta data, aconteceram em vários estados muitas lutas de agricultores sem-terra que se reuniam, discutiam seus problemas e se organizaram para, de forma coletiva, conquistarem uma área de terra. Assim, multiplicaram inúmeras ocupações de terra, em diferentes regiões do Brasil. Todas ações localizadas, sem que houvesse uma articulação entre as ocupações. A partir de 1981, passaram a acontecer encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas, desembocando em um encontro da região sul, em Medianeira (Paraná), com vários representantes que impulsionaram um encontro nacional em Goiânia, no mesmo ano, com a participação de 16 Estados (esses encontros eram promovidos pela Pastoral da Terra) e, finalmente, como resultado dessa articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Paraná), o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra.

Esse encontro nacional representou a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela Reforma Agrária. Aí nasceu o Movimento Sem Terra, como uma articulação dos diferentes movimentos que estavam acontecendo localmente. E foi então batizado como Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terra, hoje organizado em 23 estados do país.

Fruto da luta organizada pelo MST, foram conquistados, até o momento, terra para 350 mil família já assentadas e 80 mil famílias estão organizadas nos acampamentos. No campo da educação, 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças (de 1ª a 4ª séries), articulação com cerca de 3.500 professores e desenvolvimento de uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a UNESCO e mais de 50 Universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização de aproximadamente 25 mil jovens e adultos nos assentamentos.

Objetivos do Movimento Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem se caracterizado por um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Em seus princípios persegue três grandes objetivos, pelos quais luta: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa.

O objetivo de lutar por terra, como uma forma de sobrevivência econômica, como uma oportunidade de trabalho, como uma garantia de melhorar as condições de vida para sua família, tem um caráter de luta corporativa, sindical.

A luta pela reforma agrária, entendida como uma ação do Estado que altera a estrutura fundiária do país, para o MST, trás no seu bojo um conjunto de benefícios que interessam a toda a sociedade, aos trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. A oportunidade de acesso a terra possibilita equacionar os grandes problemas sociais da sociedade brasileira (desemprego, falta de moradia e saneamento, analfabetismo, a fome...). Entre estes destaca-se: geração de trabalho para uma média de três pessoas por família, alimentação de qualidade para a família, habitação, escola, saneamento e energia elétrica. Por outro lado, as famílias dinamizam as economias locais pela inserção no mercado, seja na compra de bens de produção necessários para a família e para organizar a produção, como na venda de seus produtos. Logo, a luta pela reforma agrária, nesta perspectiva, assume um caráter popular.

O caráter político do Movimento Sem Terra advém da compreensão de que só será possível implantar uma reforma agrária ampla, que realmente faça mudanças na estrutura da propriedade da terra e na forma como está organizada a produção na agricultura, que no caso brasileiro as políticas públicas tem dado prioridade para a monocultura empresarial para exportação, com mudanças no atual poder político. Uma reforma agrária depende essencialmente de vontade e da força política do governo. E, seguramente, somente será realizada por um governo claramente identificado com interesses das camadas populares, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos. Desta forma, lutar por reforma agrária no Brasil é também lutar por mudanças sociais e políticas no país.

Objetivos gerais

- ▶ Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- ▶ A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- ▶ Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- ▶ Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- ▶ Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- ▶ Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

A estrutura organizativa do MST está baseada em instâncias de poder político e uma estrutura de setores que são responsáveis, na sua área específica, de executar as ações definidas pelas instâncias.

O setor de produção, cooperação e meio ambiente tem a responsabilidade de pensar, discutir, propor e implementar políticas relacionadas com a produção, cooperação e meio ambiente para o conjunto dos assentamentos, seja a nível regional, estadual e nacional. Fruto do trabalho realizado até o momento, estão envolvidas na organização do Setor, até o momento: a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB; 9 cooperativas centrais ao nível de Estado; 49 cooperativas de produção agropecuária (CPA), que envolvem 2.299 famílias associadas; 34 cooperativas de prestação de serviços, com 11.174 sócios diretos; e 2 cooperativas de crédito, com 6.113 associados.

São 96 pequenas e médias agro-indústrias, que processam frutas, hortaliças, sementes, leite e derivados de grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos econômicos geram emprego, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.

Em relação à estratégia de atuação, uma das principais prioridades do Setor, é desenvolver processos de produção, baseados na cooperação, na intercooperação, na solidariedade e no respeito à natureza, que possibilite integrar as famílias assentadas às cadeias produtivas como um todo. Em assentamentos onde as experiências de transformação da produção primária já foram implantados, esta é uma realidade presente.

No Rio Grande do Sul, desenvolvemos uma unidade de produção de sementes de hortaliças agroecológica, que deu origem às sementes BIONATUR, onde os agricultores assentados dominam todo o processo. A cooperativa do local (a COOPERAL - município de Hulha Negra) controla a produção, o beneficiamento e a comercialização das sementes. Também, no Assentamento Fazenda Anonni, município de Pontão/RS, a COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata) em conjunto com a cooperativa de prestação de serviços do local, e seus associados, a COANO (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi), organizam toda a cadeia do suínos. Controlam a produção, industrialização e comercialização dos derivados da produção de suínos. Exemplos como estes acontecem em Santa Catarina, com uma Cooperativa de industrialização dos derivados do leite; em outros Estados, as experiências com outros produtos também são desenvolvidas na mesma perspectiva.

O MST e o MoMoMo.

Hoje o MST está discutindo internamente como incorporar as propostas do Movimento Monetário Mosaico. Este processo será manejado com toda a prudência necessária. As perguntas são: como desenhar uma moeda interna para o movimento de forma que seja coerente com nossos objetivos? Como incorporar este processo em nossa estrutura? Quais responsabilidades assumimos, e como vamos executar tal projeto?

Para o Movimento Monetário Mosaico, o MST é um parceiro interessante, pelo fato de executar grandes partes de cadeias produtivas, principalmente da agro-indústria. O aparato produtivo do MST pode bem respaldar um circulante.

ALIANÇAS ENTRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E EMPRESAS LOCAIS

Na Província de Mendoza (Argentina), a Fundação El Prosumidor lançou um programa de inclusão do setor empresarial local, um acordo prévio sobre preços e condições de respaldo dos bônus de intercâmbio, denominados ECOVALES. Trata-se de uma experiência inovadora que já recebeu um prêmio nacional e se diferencia dos clubes de troca primitivos que hoje estão atravessados por vários modelos de emissão e distribuição dos bônus, nem sempre de função geradora de equidade social ou de contabilidade clara.

Existem, na atualidade, desvios importantes dos mecanismos iniciais de socialização e geração de igualdade distributiva. Apesar de que se tratou de implementar uma “franquia social”, ela resultou simplesmente num mecanismo de aproveitamento da rede preexistente, com concentração de poder em um grupo muito pequeno de impulsores e na liquidação dos mecanismos de transparência e equidade (difíceis, mas possíveis).

REDES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

As redes de troca com moeda social e as redes de planificação participativa e gestão associada começaram a desenvolver experiências iniciais em municípios comprometidos com a plataforma da Agenda 21, onde se trata de aproveitar a expansão do mercado permitida pelo uso da moeda social com o capital social acumulado pelas experiências de gestão associada entre a sociedade civil e os governos locais. Um dos exemplos que podemos citar como promissor é o do Grupo Sol Nascente na localidade de Bajo Flores, Buenos Aires, onde a experiência vem crescendo exponencialmente; e das Redes SurCo, na localidade de Lomas de Zamora, província de Buenos Aires. As dificuldades se dão no terreno da instabilidade política que assola o país, mas os atores tem compreensão do alcance e da lentidão do crescimento de acumulação política.

Fonte: Informações atualizadas podem ser encontradas no site www.redlases.org.ar

ALIANÇAS ENTRE DIFERENTES SETORES DE GOVERNO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Alem de outros países, como o Uruguai e Chile, a Argentina, em seu longo estado de recessão econômica, vem sendo um exemplo da possibilidade de associação entre diferentes setores de governo e organizações da sociedade ou mesmo dos cidadãos isolados (o que não é ideal, mas não deixa de ser um avanço). Assim, numerosos municípios começaram a permitir o pagamento de impostos com “troca direta” com os contribuintes, por seus produtos ou serviços, como é o caso bem documentado do Município de Plottier, província de Neuquen (ref. no site <http://visitweb.com/trueque>), entre muitos outros. O governo da Província de Santa Fé acaba de autorizar os municípios a aceitar os vales/tickets dos clubes de troca locais como forma de pagamento de impostos, e o próprio governo federal, através de sua Secretaria da Pequena e Média Empresa, vem promovendo sistemas de promoção das redes de troca solidária.

7.2 ALIANÇAS INSTITUCIONAIS

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO ECONÔMICA: PAE

O programa consiste numa série de habilidades centrais (*ser empreendedor, ser solidário e ser socialmente responsável*) definidas por cada comunidade envolvida, partindo do que cada grupo *já possui*, considerado como seu patrimônio de maior valor e avançar no sentido de construir o modelo de Sócio-Economia Solidária que lhe é peculiar, viável agora; mas também no seu desafio, sua utopia, sua construção de visão para o médio prazo. Ele é possível graças a uma estrutura flexível, capaz de se adaptar às diferentes circunstâncias locais. As linhas básicas consistem em desenvolver os seguintes objetivos:

1. Tomar o processo produtivo em sua globalidade, não só referente ao mundo do trabalho e do dinheiro como é visto desde o sentido comum;
2. Ver o indivíduo integralmente, não só como membro da sociedade, mas em sua inserção grupal, institucional, familiar e em sua dimensão individual;
3. Incluir os aspectos da solidariedade não só na produção, como também na comercialização e no consumo: trabalhar na direção da produção cooperativa, comercialização justa e do consumo ético;
4. Tomar a construção da moeda social como forma de emancipação da relação capital/trabalho e da feminização da economia como parte do novo paradigma econômico.

5. Promover alianças com todos os setores/atores sociais abertos ao intercâmbio, com respeito as diferenças.

Fontes: Para desenvolver suas atividades, o Programa conta com uma serie de instrumentos didáticos que podem ser consultados no site www.redlases.org.ar. Bibliografia especializada encontra-se no final do livro, nos artigos de H. Primavera.

AÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS E APOIO AOS CIDADÃOS - ATTAC

O ATTAC é um movimento internacional de cidadãos e entidades com o intuito de se articularem em ações concretas contra a ditadura do capital, visando retomar as decisões sobre os nossos destinos. O movimento surgiu a partir em 1997, na França, ao denunciar a globalização do capital financeiro, a qual submetia os povos a um estado de insegurança generalizada. Colocava-se que o poder dos Estados nacionais e, conseqüentemente, o das sociedades que elegem seus governos, estava se esvaziando. O Estado nacional estava sendo substituído por um “Estado supranacional”, na verdade um composto onde se encontram o FMI, o Banco Mundial, a OMC (Organização Mundial de Comércio) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

Inicialmente o movimento organizou-se na proposta do economista americano James Tobin (Prêmio Nobel de Economia de 1972), de taxar as transações financeiras internacionais. Daí o seu nome: ATTAC. Em 03/06/98 o movimento lançou o seguinte lema: “Trata-se de nos reapropriarmos, juntos, do futuro de nosso mundo”.

A situação mundial desde 1997 tem piorado, fato que vem a fortalecer ainda mais os objetivos do movimento contra a globalização do capital financeiro internacional. Na mesma medida, o ATTAC tem assumindo o caráter de “movimento internacional para o controle democrático dos mercados financeiros e de suas instituições”.

Uma das grandes vitórias internacionais do ATTAC foi em dezembro de 1998 quando se denunciou o AMI (Acordo Multilateral de Investimentos), uma espécie de Declaração Internacional dos Direitos do Dinheiro, uma vez que proibiria os países signatários de adotar iniciativas em favor dos direitos dos trabalhadores, de salvaguarda do meio-ambiente, de defesa dos consumidores ou de proteção das empresas nacionais, sempre que tais iniciativas se chocassem contra os interesses dos investidores internacionais. Uma grande mobilização internacional a partir do ATTAC francês, que incluiu cartas, mensagens eletrônicas, investidas na grande imprensa e manifestações, conseguiu que, tendo a França, através do governo Jospin, se retirado das negociações que estavam se dando no âmbito da OCDE, elas fossem abandonadas.

Contudo, infelizmente a mesma proposta foi recolocada no âmbito da OMC sob o nome de “Rodada do Milênio”, assim como em discussões fragmentadas na maioria dos congressos do mundo. Os ATTACs de vários países, como muitas outras organizações da América do Norte, da América Latina e da Ásia, confluíram para Seattle com a finalidade de propor uma moratória nas medidas de liberalização comercial e um balanço dos resultados obtidos. Juntando-se esta poderosa ação das massas com o descontentamento dos ditos países do Hemisfério Sul, mais prejudicados pela globalização financeira, o resultado foi que a “Rodada do Milênio” da OMC de 2000 não foi aberta.

Fonte: www.attac.org

ALIANÇAS ENTRE O ESTADO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PARA PROJETOS INOVADORES

A experiência das Redes PPGA (Redes de Planejamento Participativo e Gestão Associada) que está se desenvolvendo em várias localidades argentinas, é ilustrativa de como existem ações onde o governo e a população se articulam para desenvolver ações conjuntas e construir (ou reconstruir quando ela se perdeu) a confiança necessária para estabelecer novas regras de jogo democrático. Fazem-se, por exemplo, projetos de gestão compartilhada dos espaços públicos, como é o caso do Parque Avellaneda, na zona oeste da cidade de Buenos Aires, a Rede GAO (Gestão Associada do Oeste) e a Rede SurCO (rede do sul do cone urbano) que vem funcionando há vários anos e começa a ampliar significativamente o número de vizinhos e funcionários que se interessam no processo.

Fonte: ver bibliografia de H. Poggiese.

ALIANÇAS ENTRE O ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O MANEJO DOS FUNDOS PÚBLICOS

Não há dúvida de que o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO é a experiência mais radical de associação entre um aparelho de administração e seus contribuintes. Nesse sentido, Porto Alegre converteu-se numa referência mundial de governo, não só de participação popular, mas de democracia direta, que as vezes até assusta os outros países que querem iniciar-se nessa atividade... Por isso, achamos que é preciso desmistificar o processo em toda a complexidade de sua implementação e compreender a particular situação que se construiu (não se deu espontaneamente...) para que ele fosse possível. Hoje o orçamento participativo representa bem o que podemos considerar como um avanço substantivo, sem dúvida comparável ao do microcrédito e da moeda social, para buscar novas formas de interação destinadas a construir formas de repartir a riqueza.

7.3 PROPOSTAS GLOBAIS

TAXA TOBIN

Em 1972 o economista americano James Tobin introduziu a idéia de aplicar um imposto nas transações de moeda corrente internacionais no espaço mundial. Um imposto pequeno ou suficiente para reduzir drasticamente a mobilidade de capital. O idéia do Imposto Tobin é de taxar entre 0,25% a 0,1% as transações de moeda corrente internacionais. Ser fosse introduzido, acredita-se que se teria diminuído o fluxo nos mercados financeiros e que geraria bilhões de dólares para desenvolvimento internacional. Calcula-se que cerca de US\$ 3 trilhões de dólares circulam por dia no mundo, sendo 95% destes de capital especulativo (capitais que nada produzem, apenas procuram melhor rentabilidade em juros no mundo). Este valor geraria recursos na ordem de \$350 bilhões, os quais poderiam ser utilizados para erradicar a pobreza no mundo.

Um imposto de 0,5 % e um interesse de 5% significa que a posseção do capital estrangeiro por um ano só vale com um rendimento de 6% (compra e venda). Um investimento a curto prazo de um mês, só é válido se chegar a um rendimento anual acima de 17%. Um negócio a prazo ainda mais curto (dia ou minutos) é reprimido significativamente por este sistema. Assim, a volubilidade dos mercados é reduzida e um país muda menos rapidamente a vítima dos fluxos de capitais em mudança. Os movimentos especulativos controlam pondo grãos da areia nas rodas da engrenagem.

Inversões produtivas não sofrem os danos destas porcentagem tão baixas. Quem necessita dólares para a de compra uma fábrica nos Estados Unidos, só se depara com um aumento de sua compra de 0,5 %, enquanto quem quer comprar e vender os mesmos dólares 100 vezes dentro de uma semana por razões especulativas, deve pagar os impostos 100 vezes, tornando os dólares muito mais caros. Isso cancelaria grande parte do ganho especulativo. A instância que supervisionaria a taxa Tobin seria o FMI, segundo as idéias de Keynes. Os rendimentos da taxa Tobin seriam adicionados às reservas do FMI ou do Banco Mundial e seriam usados para o alívio da dívida externa ou financiamento de projetos de desenvolvimento.

Até agora a taxa Tobin ainda não foi introduzida. Existem estudos que mostram que a eficácia da medida não é segura e há determinadas desvantagens da mesma. Entre outras, um imposto relativamente caro seria carregado também sobre os investidores a curto prazo não especulativos, os quais estão desanimando. Outros argumentam que existem muitas formas de evadir uma taxa destas. Estes argumentos porém não devem dar razão para não se fazer algo. Entrementes, há bastante sustentação para introduzir alguns impostos deste tipo. As desvantagens do mercado especulativo do capital são demasiado grandes para continuar deixando-as sem preocupações.

BANCOR

Uma solução ao problema do débito faria uma mudança muito grande para muitos países. Mas, para evitar que tenhamos novos problemas depois de um tempo, teremos que fazer mais. Entre outras coisas, será necessário uma igualdade no comércio internacional. A desigualdade atual, visível com o excesso da importação permanente e em excedentes e em débitos no balanço de pagamentos, tem como consequência que continuamente o dinheiro de um país desaparece a um outro país, e que as comunidades locais se vêem confrontadas com a retirada dos recursos do intercâmbio da economia local. Então, tanto para países pobres quanto para os ricos, é uma primeira exigência para se chegar a um sistema de comércio mundial que não está permitindo os excedentes permanentes de importação.

Durante a conferência de Bretton-Woods, em 1944, o economista inglês Keynes propôs um sistema que evitasse desigualdades no comércio internacional. Para os pagamentos internacionais tinha desenvolvido um sistema monetário baseado no reciprocidade, ou seja, aquele que está exportando muito para um princípio deve importar mais tarde, e vice versa. A unidade monetária deste sistema chamou-se “Bancor”. O dispositivo que teria que supervisionar este sistema foi chamado de *Clearing Union*. A introdução das propostas de Keynes seria muito importante para os países pobres. O Bancor prega que o comércio entre países seja equilibrado, de modo que não haja transferências dos interesses entre os países e que o aquisitivo caia o mesmo nível. Naquele momento as idéias de Keynes não eram praticáveis politicamente, o que não justifica que não possam ser discutidas novamente. Mas, serão somente praticáveis sob a direção duma organização respeitada por todos os países, como as Nações Unidas ou o FMI. Este não poderia ser o assunto de uma campanha internacional, como Jubileu 2000, de modo que as discussões internacionais de desenvolvimento avancem quanto ao conteúdo?

No que exatamente implica a proposta do Keynes?

Quando de sua elaboração, o comércio internacional era uma luta contínua, onde um país, por meio do comércio, tentava se reforçar mais do que outro país. Haviam os blocos do comércio dentro do quais se estabeleciam os acordos. Fora dos blocos do comercial, o comércio estava totalmente livre e era dirigido somente à competição, em vez da colaboração. Esta competição econômica expressava-se no protecionismo (imposto de importação, subsídios da exportação, etc..) e adaptações monetárias (adaptações dos interesses, da valorização ou da desvalorização da moeda corrente). Se lutava principalmente por um balanço de pagamentos positivo. Um país com uma balança de pagamentos positiva está atraindo fundos de fora, bom para a economia interna. Mas Keynes indicou que quando existe um país com um balanço de pagamentos positivo, por

definição deverá existir um ou mais países com um balanço de pagamentos negativo. Desta maneira, a salvação de um pode implicar a ruína de outro e, pela interdependência crescente, na extremidade também a ruína deste. "O fato de que o benefício que nosso próprio país está ganhando de uma balança favorável é responsável por envolver uma desvantagem igual para algum outro país implica... que uma política não moderada pode causar uma competição internacional absurda para uma balança favorável que danifique a todos igualmente."³ As desigualdades entre balanças de pagamentos podem ter como resultado que os países devam adotar o valor de sua moeda corrente. Por ocasião de uma balança de pagamentos negativa um país pode decidir desvalorizar a moeda corrente.

Este foi o marco dentro do qual Keynes emitiu seu plano para uma *Clearing Union* (sistema de transações) Internacional. Dentro deste plano, cada país pode ter uma determinada quantidade de débito, sem ser punido. Cada país recebe facilidades de débito. O volume destas facilidades paga a atenção à base das exportações com relação à produção e ao consumo nacional. Keynes sugeriu um ajuste, sob o qual os países com um déficit, recebem automaticamente um crédito, livre de interesses, em forma de um meio de pagamento internacional, criado pela Clearing Union, o Bancor. Os países com superávit na sua balança de pagamentos estavam indo receber uma conta de crédito da *Clearing Union*. O banco de Clearing Internacional estava indo administrar à Clearing Union. Este banco estava indo criar o dinheiro da operação bancária, Bancor, que serviria para estabelecer as contas entre os países participantes. Cada banco central dos países participantes arranjará uma conta neste banco de transações. Esse banco teria o monopólio para as operações da mudança internacional.

O valor do Bancor teria que ser garantido (mas com possibilidade da variação) com relação ao valor do ouro e teria que ser reconhecido por todos os países participantes da Clearing Union como moeda igual ao ouro, para restabelecer as balanças de pagamentos diferentes. O volume do Bancor, criado pelo banco de clearing, teria que depender do crescimento real do comércio internacional. O volume e a duração do déficit ou do excesso teriam que estar sujeitos a determinadas regras. Keynes pensou que tanto os países com déficits em seus balanços de pagamentos, como países com superávits, teriam que ser considerados responsáveis pelo desequilíbrio. Ele queria multar os déficits ou os superávits muito grandes com 1% por ao mês nos superávits ou nos déficits maiores que 25% de uma determinada cota que um país tivesse no FMI. Por essa razão, o Bancor não serve para a acumulação, o que significa que o Bancor segue em circulação, o que estimula a economia mundial. De acordo com os planos de Keynes com a *Clearing Union*, nenhum país teria um déficit ou um superávit frente a um outro país, somente ao sistema em sua totalidade.

³ John Maynard Keynes. The general theory of employment

Assim, a Clearing Union não é uma instituição bilateral. Seu sentido deve ser estimular o comércio internacional livre e evitar os obstáculos ao comércio entre os países membros da Clearing Union. O plano de Keynes aspirava explicitamente dar a possibilidade a todos os países de manter seus balanço e cultura característica.

CAMPANHA JUBILEU SUL / AMÉRICAS

A campanha Jubileu SUL/Américas é a vertente do Hemisfério Sul, Américas, da Campanha Jubileu Internacional que luta pelo cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. No Brasil ela organizou o Tribunal da Dívida Externa em 1999 e o Plebiscito da Dívida Externa em 2000. Participam igrejas, sindicatos, movimentos comunitários, estudantes e cidadãos que se opõem ao neoliberalismo.

O Plebiscito da Dívida Externa fez parte do calendário de mobilizações da Campanha Internacional Jubileu 2000, iniciada pelo Vaticano. Ela prega o cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. Esta iniciativa reúne hoje em todos os cantos do mundo igrejas cristãs, muçulmanas, afro-brasileiras e organizações não governamentais que acreditam que o desenvolvimento da humanidade exige o des-endividamento dos países. No Brasil, mais de 6 milhões (5,7% do eleitorado brasileiro) de pessoas votaram no Plebiscito, o qual contou com 130 mil pessoas envolvidas na organização, respondendo a três perguntas. Uma delas sobre a continuidade do Acordo com o FMI; a segunda, sobre a manutenção do pagamento da dívida externa sem uma auditoria da mesma, como previsto na Constituição de 1988; e a terceira, sobre se os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores. As três perguntas tiveram uma média de respostas negativas de 94%.

Fonte: www.jubileu2000.org.br

8. Lançar a moeda: os projetos do MoMoMo

O Movimento Monetário Mosaico está propondo diferentes iniciativas para criar maior profundidade e amplitude na moeda social. Estas propostas criam dinâmicas onde uma totalidade de empreendedores e trabalhadores, produtores e consumidores, comunidades e indivíduos, podem intercambiar, investir e poupar. Os diferentes métodos são aplicáveis em diferentes circunstâncias. Os diferentes métodos são desenhados para poderem ser interligados, o que implica em que seus lastros são comparáveis.

8.1 FOMENTO

No Método “FOMENTO”, o *microcrédito* é acompanhado pelo desenvolvimento de um *instrumento de intercâmbio* (moeda social) no qual se expressa o poder aquisitivo local.

Assim, o microcrédito fortalece e dá mais oportunidades ao comércio local e, portanto, à economia local.

Microcrédito: vantagens e desvantagens

O microcrédito propicia às pequenas empresas locais a possibilidade de investir no seu futuro. Aqui, é preciso colocar uma questão crítica: o microcrédito é concedido em dinheiro capitalista, com juros, e uma vez que a demanda aquisitiva local é limitada, as capacidades empresariais vão se dirigir, direta ou indiretamente, para fora do mercado local. Assim, como efeito do microcrédito, uma parte da energia empreendedora é desligada da construção de uma estrutura sócio-econômica local.

As possibilidades para novos empresários locais estão muito limitadas em virtude da quantidade limitada de dinheiro circulando localmente. O poder aquisitivo local tende a fugir facilmente do povoado ou do bairro, quando as compras são feitas fora da comunidade. O dinheiro desaparece da circulação local e não pode facilitar trocas locais (ver cap. 2 e 3).

São justamente as trocas, junto com a cooperação e especialização locais, importantíssimas para fortalecer a estrutura social local. Além disso, é prejudicial para o empresário que pediu crédito emprestado: quanto menor o poder aquisitivo local, mais difícil será ganhar dinheiro para reembolsar o crédito (mais os juros).

A questão é como implementar o valioso instrumento do microcrédito e, ao mesmo tempo, desenvolver a estrutura financeira e social e um poder aquisitivo dirigido para um mercado local.

Esta pergunta constitui o foco de atenção da metodologia FOMENTO.

Objetivo

O objetivo do FOMENTO é o de deter a fuga do dinheiro, prover as empresas locais com crédito e com uma demanda aquisitiva, e realizar um aumento equilibrado entre a economia formal, a estrutura local e a economia local.

No FOMENTO a estrutura social, o microcrédito e o comércio local mutuamente se fomentam.

O método FOMENTO parte de um fundo disponível. Um fundo dirigido a um projeto ou a uma atividade e que irá fortalecer a estrutura social. Isto pode ser a construção de uma escola, um centro comunitário ou outro projeto social. Normalmente, o dinheiro usado para tais projetos mudaria uma ou duas vezes de dono localmente para depois sair do povoado ou bairro pobre.

Com o método FOMENTO se retém o poder aquisitivo do dinheiro dentro da comunidade durante mais tempo.

Como realizar isso?

Em vez de investir no fundo diretamente, o dinheiro é substituído por um circulante local. A forma para substituí-lo é pô-lo em circulação em forma de cheque ou trocá-lo por dinheiro impresso localmente (sob algumas condições). A moeda social que foi criada desta forma será usada para realizar o projeto social. O fundo agora é emprestado aos pequenos produtores locais, sob a condição que eles podem devolver o crédito usando a moeda social.

Os empresários locais que usam a moeda social, usam-na para amortizar o seu microcrédito e podem fazê-lo por 100% do valor original.

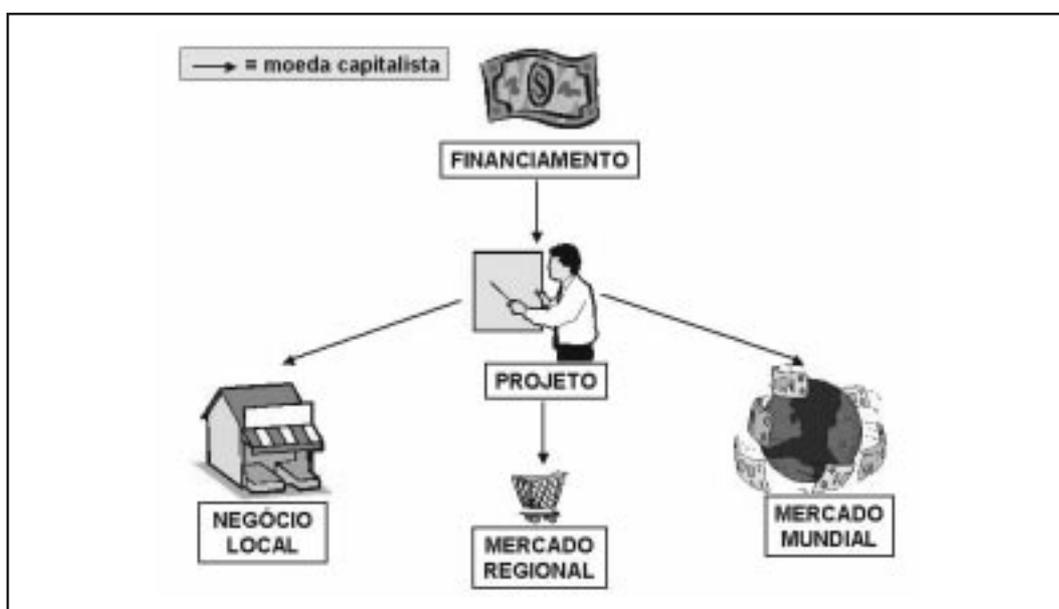
O projeto social recebe seu dinheiro impresso localmente e com ele são pagos os custos locais. Assim, o fundo fica disponível e é emprestado como microcrédito aos empresários locais. Uma vez que estes têm a permissão de reembolsar o crédito em moeda local, aceitarão estas unidades

locais para seus produtos pelo mesmo valor que a moeda nacional. É este respaldo, o das empresas locais aceitá-la, que faz que a moeda social seja aceita pelos produtores do projeto social.

A esta altura, o efeito do fundo será ao menos o dobro. A atividade local terá recebido um impulso, através do crédito de investimento e de um poder aquisitivo local fortalecido, e um projeto local terá sido realizado utilizando pleno emprego.

Descrição detalhada

Nas práticas convencionais, o dinheiro gasto num projeto social (por exemplo, a construção de uma escola, um programa educativo, a construção de um sistema de esgoto, um programa de emprego) desaparece rapidamente do circuito local.

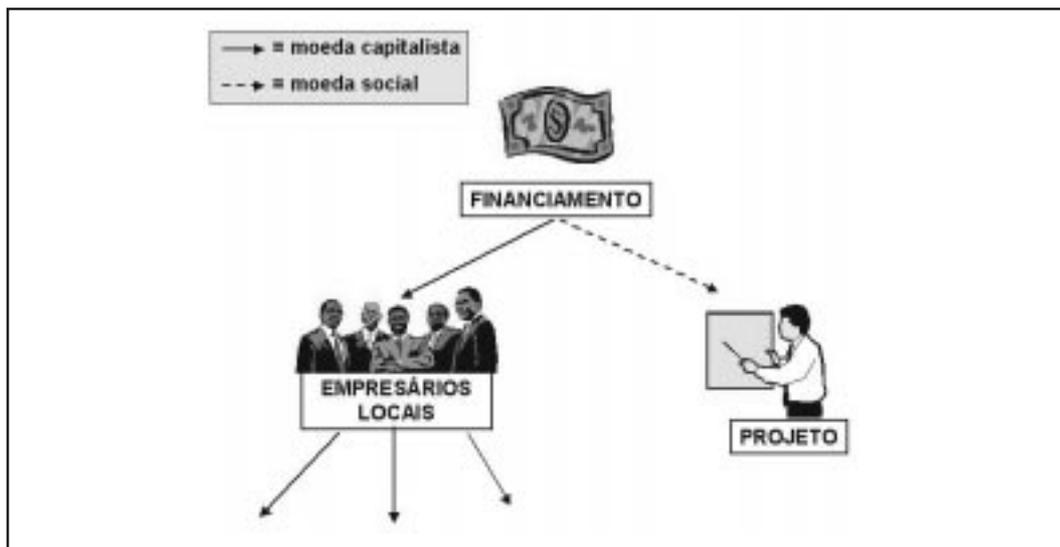


Se o projeto se realiza principalmente com ingredientes locais (trabalho, materiais, empresas), o poder aquisitivo que se gera tende a desaparecer do circuito local dentro de um ou dois ciclos, especificamente no momento em que as pessoas compram serviços e bens que foram produzidos em outro lugar.

Mas, um objetivo foi cumprido: realizar o projeto.

O método FOMENTO tenta pagar a maioria dos custos do projeto em moeda social, a que se cria especificamente para este propósito. O mais provável é que isto funcionará só para uma parte dos custos e que insumos externos terão que ser pagos em dinheiro nacional. Neste exemplo, porém, nos centramos na moeda local e trabalhamos na situação hipotética que 100% dos custos do projeto são pagos em moeda FOMENTO.

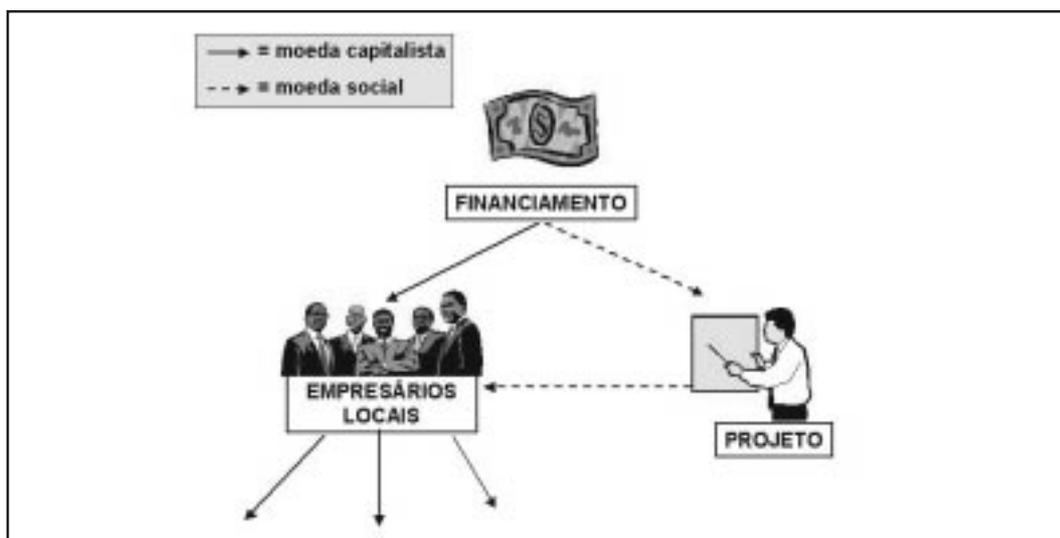
Aqui o projeto é financiado em moeda local, enquanto o dinheiro disponível para este fim é emprestado aos empresários locais (na forma de microcrédito).



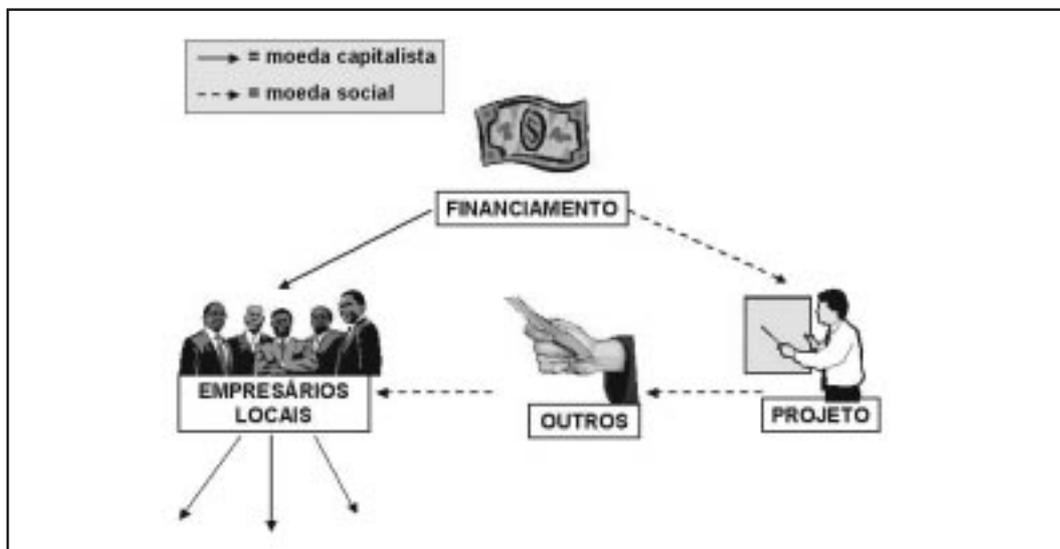
Dois movimentos foram desencadeados: por um lado, os empreendedores locais foram estimulados com capital, por outro, o projeto tem metas sociais e cria empregos.

Já que os empresários locais podem pagar suas dívidas (microcréditos) em moeda local, estarão dispostos a aceitar esta moeda. O dinheiro emprestado aos empresários não foi marcado e, em consequência, vai desaparecer da circulação local com a mesma velocidade que o dinheiro na figura 1.

As unidades locais utilizadas para pagar a realização do projeto encontrarão seu caminho em direção aos empresários locais.



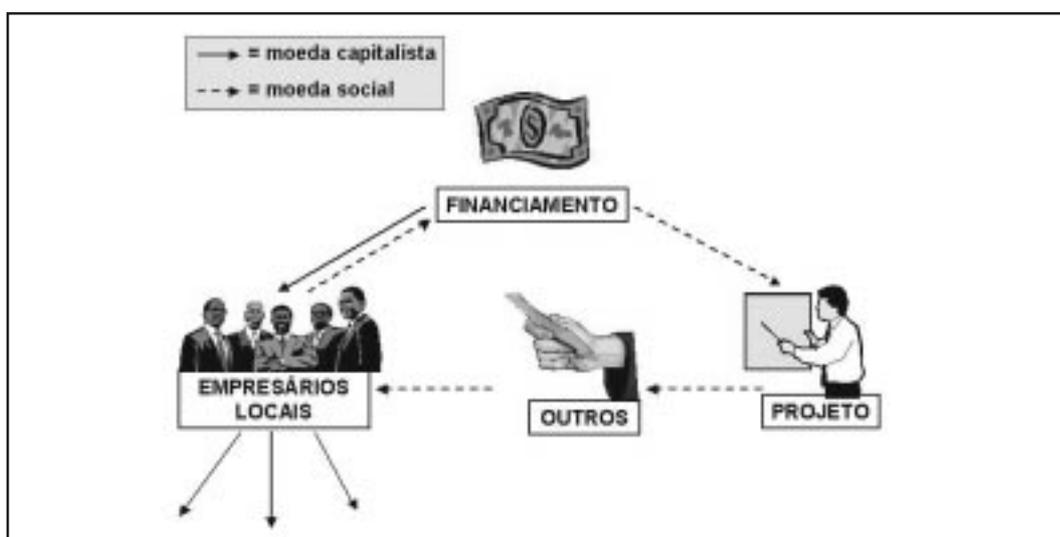
Já que existe a segurança de que os empresários locais vão aceitar estas unidades locais, outros irão aceitá-las também, porque sabem que será possível gastar as unidades que recebem.



Os empresários locais não só adquiriram o crédito que precisavam, mas também asseguraram as vendas, já que o poder aquisitivo local foi reforçado e está dirigido diretamente até eles. Isto torna mais atrativo produzir para o mercado local. A moeda local encontra seu caminho de volta em direção à organização do FOMENTO em forma de cancelamento dos microcréditos. Este microcrédito bem sucedido é o primeiro fomento.

O segundo fomento consiste em que, ao mesmo tempo, a moeda local tem facilitado as atividades econômicas no circuito local.

É claro: o projeto original também foi realizado.



Finalmente a moeda social retorna à organização que financiou o projeto, como pagamentos dos microcréditos dos pequenos empreendedores locais. Esta moeda agora não tem mais respaldo, os papéis porém não tem mais valor comercial.

Como e quando aplicar o método FOMENTO?

Um fluxo contínuo de dinheiro que utilize o método FOMENTO seria muito bem vindo para fortalecer, da maneira mais efetiva possível, a estrutura social ao nível local, a troca local e a disponibilidade de bens de capital e de matérias primas.

A primeira fonte de dinheiro mais óbvia é o governo local, que deveria usar seu orçamento tanto quanto lhe fosse possível, pela intermediação do FOMENTO, para diminuir a saída de dinheiro da cidade.

Em certas ocasiões, financiamentos de organizações de ajuda estrangeiras estão disponíveis. Se doadores têm cedido dinheiro para microcrédito e não esperam, ou só em parte, receber o dinheiro de volta, o método FOMENTO pode usar este dinheiro muito efetivamente, tanto para realizar projetos sociais quanto para respaldar a moeda local como liquidez extra junto com o microcrédito.

Para realizar um FOMENTO de forma responsável é absolutamente necessário que as organizações que o financiam tenham uma trajetória profissional de trabalho com fundos perdidos e microcréditos. A sociedade de Financiamentos de Mini-Projetos (Curitiba e Porto Alegre, por exemplo) pode fortalecer o efeito social e econômico de seus financiamentos. Outras organizações estão também interessadas em reforçar o vínculo entre microcrédito e moeda local. Também os fundos perdidos da Caritas, ou de outras organizações que trabalhem com a mistura de microcréditos e fundos perdidos, podem trabalhar com este método, fomentando não somente as empresas ou os projetos sociais, mas ambos em uma dinâmica sinérgica.

O projeto para realizar com o método FOMENTO deve ser, preferivelmente, um projeto social executado na maior parte possível por agentes locais. Os microcréditos devem beneficiar os produtores locais que estejam direta ou indiretamente ligados aos executores do projeto social.

Coerência com outras iniciativas

Além dos gastos do governo local e do dinheiro de ONG's, existe outra fonte potencial para financiar os projetos FOMENTO. A cooperação dentro de uma economia solidária pode trazer um fluxo monetário independente (ver cap. 6). Este dinheiro poderá ser liberado na condição de que as cooperativas consigam utilizar efetivamente o poder aquisitivo dos consumidores locais.

A contribuição do método FOMENTO na cooperação é principalmente o fortalecimento da estrutura econômica e social local. Isto é um elemento necessário para realizar os objetivos da economia solidária. Redes de trocas inter-empresariais podem fundar sistemas de FOMENTO.

O método FOMENTO utiliza uma certa quantidade controlada de moeda local. Este montante será geralmente inferior às necessidades reais da moeda local (mais moeda local é necessitada que o montante inserido pelo sistema FOMENTO). Esta brecha pode encher-se de moeda que circule pelo método dos clubes de troca. O essencial é que este montante seja monitorado em forma contínua e interrompido se surgir inflação.

Poderíamos colocar, às unidades emitidas, o mesmo nome que às unidades dos clubes de troca, ou aceitar e entregar qualquer unidade de troca, mas isto significaria dar muitíssima atenção à regulação da moeda local em circulação.

Em situações onde o método de FOMENTO se combina com uma rede de troca, os participantes da troca têm maior acesso aos bens e serviços que são pagos geralmente em moeda local. Se os empresários vêem que estão tendo moeda local demais, vão inevitavelmente trocar e cobrar porcentagem na moeda local.

Se não há sistema local de troca, uma experiência piloto de FOMENTO poderia ser uma excelente introdução a este tipo de iniciativa e, portanto, promover a existência de moeda local.

O FOMENTO está respaldado 1 contra 1: cada unidade local emitida está respaldada por uma unidade em moeda nacional. Outras experiências do MoMoMo também têm este lastro, ou usam um respaldo em capacidade produtiva. Se os lastros são comparáveis, as diferentes moedas podem circular em diferentes sistemas ao mesmo tempo.

Conclusão

FOMENTO é um enfoque que coloca a dinâmica da comunidade muito enfaticamente no centro, já que tem como princípio de partida a construção equilibrada da especialização e da cooperação das estruturas sociais, a troca local e os investimentos em empresas locais.

O FOMENTO fortifica o efeito do microcrédito, gerando poder aquisitivo local e, ao mesmo tempo, fortifica o efeito de projetos sociais, gerando atividade econômica local. Desta forma o microcrédito respalda o projeto social e a circulação local respalda o microcrédito.

O FOMENTO tem uma posição estratégica e tática no desenvolvimento do Movimento Monetário Mosaico, porque cria uma circulação local baseada em moeda social. Investimentos do MoMoMo podem ser realizados usando o método FOMENTO e assim fortificar as moedas locais.

UM EXEMPLO: O SISTEMA M.I.D.A.\$.

(Moeda Indutora do Desenvolvimento Auto-\$ustentável)

A M.I.D.A.\$., é uma *Moeda Social Virtual* que hoje é desenvolvida em Porto Alegre. Ela terá o seu lastro depositado em uma Cooperativa de Crédito e seu valor inicial será equivalente ao do Real. É a medida que for agregando valor e capitalizando fundos através da prestação de serviços para seus clientes, colaboradores e fornecedores, irá financiar o consumo em M.I.D.A.\$ e a produção em Reais, no estilo FOMENTO.

O fundo será usado para investir em novos empreendimentos que gerem trabalho e renda. O dinheiro será emprestado em Reais (sem juros), e poderá ser devolvido em M.I.D.A.\$., (que será um comprovante de que o empreendimento beneficiou usuários do M.I.D.A.\$.). No momento que as M.I.D.A.\$ devolvidas forem reabsorvidas, serão eliminadas, pois já cumpriram sua função social. Desta forma, manterão o valor social e monetário da M.I.D.A.\$., simultaneamente.

As trocas em M.I.D.A.\$., inicialmente, ao invés de serem equivalentes ao valor total do produto, serviço ou saber, serão apenas do valor equivalente à diferença entre o valor de mercado e o preço de custo. O que a pessoa gastou em Reais na produção, será cobrado em Reais, e o valor agregado, a “mão de obra” e o lucro, serão trocados por M.I.D.A.\$.. Procurando sempre informar ao sistema quais são as necessidades que ainda estão faltando serem supridas internamente. Para que se possa atrair cada vez mais parcerias que preenchem as lacunas existentes, e eliminem progressiva e gradativamente a falta de produtos, serviços e saberes exógenos.

Para ser operacional, os usuários do M.I.D.A.\$ deverão ter um aparelho telefônico celular do tipo “i” (permite enviar e receber mensagens), com serviço WAP (acesso a Internet).

No C.P.H.D. (Centro de Processamento Holístico de Dados) será mantido um Banco de Dados on-line, gerenciado com Software Livre, o cadastro de todos os usuários, com seus respectivos créditos e débitos. Além de tudo o que tem para oferecer e de suas necessidades a serem satisfeitas, que serão possíveis de serem acessadas por meio do celular, da Internet ou de uma Central Telefônica 24h do tipo “0300” e protegidos por senha.

Extratos da movimentação das contas individuais, poderão ser obtidos através de fax, automaticamente.

Como a M.I.D.A.\$ está disponível através da Internet, permite o intercâmbio dos Clubes de Trocas através do comércio eletrônico, evitando o problema das distâncias entre fornecedor e consumidor.

O ingresso de novos usuários se dará na forma de Marketing de Rede (Multi-Nível), sendo que quem mais trabalhar e beneficiar a coletividade, também será justamente recompensado pelos seus esforços. Ao ingressar no sistema, o novo parceiro, após preencher os seus dados cadastrais, e se comprometer com as regras da M.I.D.A.\$, fará um depósito em Reais, em Trabalho ou em Produto, que será convertido, em créditos de M.I.D.A.\$, (na proporção de 10 M.I.D.A.\$ p/ cada 9 Reais - visando incentivar o investimento no Sistema) sendo que um percentual deste crédito, será automaticamente transferido para a linha ascendente de afiliação na rede.

Como o Sistema da M.I.D.A.\$, trabalhará incessantemente para ser o mais justo possível, também incentivará o constante equilíbrio proporcional entre direitos e deveres, e portanto quando seus usuários depositarem produtos e/ ou serviços, retirando em troca créditos em M.I.D.A.\$, assumirão o risco e a responsabilidade de resgatarem seus bens “penhorados”, no caso de não haver interesse por nenhum membro da comunidade em adquirí-los.

Se o indivíduo precisar de dinheiro em Reais, poderá retirá-lo na Cooperativa de Crédito (na proporção de 9 Reais p/ cada 10 M.I.D.A.\$, tendo por objetivo desmotivar a evasão do poder aquisitivo do Sistema), onde poderá escolher no ato em que tipo de investimento quer que seja aplicada parte da taxa que lhe será cobrada, para que o sistema possa se tornar cada vez mais auto-suficiente, contando com a intercooperação de outros Sistemas de Sócio - Economia Solidária, espalhados pelo planeta.

Como o sucesso da M.I.D.A.\$, está baseado no sucesso individual e coletivo de seus colaboradores, investimentos contínuos em processos de aperfeiçoamento, orientação vocacional, crescimento pessoal e profissional e conscientização, serão permanentemente mantidos, tanto quanto aplicações em Pesquisa e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologias Ecológicas, Holísticas, Éticas, Naturais e Sócio-Economicamente Solidárias e auto-sustentáveis, rumo ao encontro de soluções eficientes, eficazes e efetivas, ao invés de apenas paliativas.

As transações entre os usuários do M.I.D.A.\$, se darão através de ligação do celular (do comprador) para a Central, identificação através de senha, digitação do número do fornecedor e quantidade de M.I.D.A.\$, à serem transferidas, e verificação do saldo resultante, tanto do comprador quanto do fornecedor.

As Empresas que trabalharem com a M.I.D.A.\$, poderão dar um aumento de rendimento aos seus colaboradores, sem a equivalente carga tributária correspondente, dando bonificações em M.I.D.A.\$, que permitira tanto o incremento motivacional de seus parceiros, quanto o aumento gradativo de sua Qualidade de Vida.

Atualmente, os maiores patrimônios de uma empresa, são sua marca, o know-how adquirido e sua carteira de clientes fiéis, por isto a M.I.D.A.\$, será além de uma garantia de qualidade e preços justos, também uma aliança de fidelidade entre produtores, consumidores e prosumidores.

Pela facilidade de operacionalização e pela infra-estrutura alicerçada nas tecnologias da informação e das telecomunicações, a M.I.D.A.\$, será um ferramenta muito útil para interconectar, dentro de um *Circuito de Capital Líquido* os diversos componentes do *Movimento Monetário Mosaico*.

As diferentes etapas do processo de implantação da M.I.D.A.\$, podem ser acompanhadas em <http://maha-lila.vila.bol.com.br>.

Outros exemplos de FOMENTO podem ser projetos das prefeituras para a construção de um centro comunal, ou outro projeto para a comunidade. Ao invés de investir seu dinheiro diretamente, eles podem, usando-o para respaldar uma moeda social, fazer que toda comunidade seja não só no projeto mesmo, para também na criação dele.

8.2 REDES DE TROCAS INTER-EMPRESARIAIS

No capítulo 4 foram introduzidas as redes de trocas entre empresas, como as redes Barter e o sistema suíço *WIR*. Aqui o que procuramos é inovar estas redes, visando aplicar um modelo mais dinâmico na economia solidária.

Introdução

Uma rede de empresas solidárias pode liberar capital de giro e aplicá-lo para investimento na própria rede. As circunstâncias para realizar uma rede destas são:

1. Cooperativas existem no mundo todo. Nos países ricos existem muitas cooperativas, mas a distinção entre elas e as empresas registradas na bolsa de valores é cada vez menor. Na América Latina, o movimento das cooperativas se une a um movimento mais amplo que busca articular as relações sociais da produção em uma nova forma: a economia solidária. Como podemos fomentar estas empresas com uma dinâmica monetária?
2. Na economia capitalista hoje em dia se percebem muitas megafusões. Uma das razões econômicas para esta tendência é a economia de capital de giro: dentro destas corporações as transações são contabilizadas sem uso de dinheiro. Ao realizar, internamente, transações e outras funções bancárias, as empresas economizam muito

dinheiro: todo o capital de giro que normalmente flui entre os diferentes níveis da cadeia produtiva é liberado quando a cadeia é internalizada numa corporação.

Mas as fusões também têm desvantagens, porque as diferentes entidades dentro das megacorporações perdem sua identidade e sua iniciativa dentro da cadeia produtiva. O nível de decisões é centralizado e burocratizado. A liberdade de iniciativa dos integrantes é perdida.

3. Na economia mundial, mais e mais funções monetárias são feitas independentes do dinheiro bancário. Isto é assim nas grandes transações de matérias-primas e também nas redes de trocas inter-empresariais
4. Na América Latina há dezenas de milhares de grandes e pequenas empresas solidárias. Muitas cooperativas independentes (e também outras empresas independentes) têm problemas com a captação de recursos para investimentos. Isto porque as taxas de juros dos créditos bancários são muito pesadas.

Estes dados nos levam a pensar se existem soluções que podem liberar o fluxo de capitais como é feito pelas megafusões, sem os diferentes agentes da economia solidária perder sua autonomia e identidade.

Objetivo

Implantar uma rede de transações entre empresas solidárias que lhes ofereça as vantagens de uma fusão, como possibilidades comerciais adicionais e financiamento mais barato e, ao mesmo tempo, preserve as vantagens, a identidade e a independência de cada empresa individual.

Funcionamento

Empresas solidárias podem *economizar* muito capital de giro, administrando suas transações por meio de um sistema interno, no qual cada empresa associada permanece *independente*.

Um modelo muito freqüente nos Estados Unidos nesta área são os chamados “círculos de Barter” (redes de trocas multirecíprocas inter-empresariais), onde, em geral, empresas comerciais oferecem o serviço de administrar as transações a seus clientes, geralmente empresas independentes de médio porte. Por este serviço cobram uma taxa, normalmente 10% a 15% do valor da transação.

Na economia solidária o exemplo mais expressivo é o *WIR* na Suíça. Esta rede existe desde os anos 30 e tem mais de 70.000 empresas associadas que utilizam, entre si, uma moeda chamada de *unidade WIR*. Dentro do *WIR* os créditos são livres de juros, baseados na capacidade de produção do devedor (ver cap. 4).

Este modo de fazer transações libera o dinheiro previamente circulando entre as empresas e realiza novas transações onde o dinheiro bancário não facilitava, por não estar presente.

Ademais, o sistema mesmo é livre de juros, o que implica na dinâmica entre as empresas associadas e uma puramente produtiva não dirigida por razões financeiras.

A grande deficiência deste tipo de redes Barter é que as unidades adquiridas somente podem ser gastas internamente. Empresas têm necessidades muito específicas para seus insumos, o que torna difícil realizar uma circulação contínua.

Por isso as redes Barter só se viabilizam se forem grandes, de forma que se possa adquirir uma grande variedade de produtos. Pois, qual empresa iria querer vender seus produtos por unidades WIR se não pode receber por elas produtos úteis para si. Por este motivo, muitas empresas usam o Barter para vender seu excedente, onde qualquer retorno é lucro. Os sistemas Barter comerciais somente funcionam com um grande esforço de intermediação, cobrando comissões e procurando as maiores transações possíveis.

Mas a restrição do meio de intercâmbio à circulação interna também tem sua vantagem: a rede fechada aumenta o chance de que o gasto retorne como demanda aquisitiva de parte de outra empresa.

Portanto, é de bom senso econômico optar por um equilíbrio entre um preço baixo e uma maior porcentagem de retorno. Um circuito de compensação interna aumenta a chance deste último.

As redes Barter têm vantagens e desvantagens; se forem implementadas dinâmicas desse estilo na economia solidária, é um bom momento de inovar esse conceito.

Como pode ser criado uma rede com amplitude suficiente onde a dinâmica não é limitada aos produtos oferecidos pelos participantes?

Imaginemos as empresas A e B. Elas realizam uma transação em que a empresa A compra da empresa B. No Barter isto seria feito em *unidades-Barter*. A empresa A pagaria à B em *unidades-Barter* que seriam descontadas de sua conta interna. A empresa B passaria a ter *unidades-Barter* que poderão ser gastas dentro da rede. Numa rede pequena isto às vezes é difícil, porque B passaria a possuir um crédito com o qual não pode fazer muita coisa.

Este problema da reduzida amplitude inicial pode ser, em grande parte, evitado trabalhando-se com unidades com lastro em dinheiro, de forma que, se necessário, possam ser gastos também fora do sistema.

Neste caso, a empresa A paga em *moeda nacional* pela sua compra da empresa B, mas o dinheiro não é transferido diretamente para B, mas à rede. O dinheiro é depositado numa conta bancária

e a empresa B recebe o valor correspondente em *unidades-Barter*. A empresa B tenta fazer suas compras dentro da rede e pode pagar com as unidades recebidas. Se B não conseguir encontrar um vendedor dentro da rede, a rede utilizará o dinheiro depositado no banco para fazer a compra, descontando o valor da conta interna em *unidades-Barter* da empresa B.

Desta forma é possível usar as unidades para fazer compras tanto dentro (diretamente) quanto fora (indiretamente) da rede.

Quanto mais compras são feitas dentro da rede, tanto mais a moeda bancária permanecerá na conta da rede. Nem todo o dinheiro precisa estar disponível para aquisições fora da rede e, portanto, em parte pode ser utilizado em benefício dos associados, para investimentos, saldar dívidas sobre as quais incidem juros, etc.

Estes benefícios, obviamente, não estão disponíveis àquelas empresas para as quais foram feitas compras fora da rede. Elas têm, portanto, um bom motivo para dar preferência a compras dentro da rede.

Até um certo ponto, pode ser concedido crédito dentro da rede, da mesma forma que nas redes *Barter* tradicionais. Isto implica: um crédito em unidades internas, criadas especialmente para este crédito

Assim a quantidade de meio de intercâmbio em circulação é ampliada, mas esses créditos não têm lastro em dinheiro. O crédito deve ser baseado na “capacidade de venda” da empresa que o recebe, porque somente uma empresa pode recuperar esse crédito (aquela que vende seus produtos internamente).

Somente podem ser admitidas em circulação essas unidades por agentes que as possam absorver. Quanto maior a rede, tanto mais capacidade de recuperação se torna viável dentro dela.

Pode associar-se à rede qualquer empresa solidária, independentemente de seu desejo em fortalecer a economia solidária. Quanto maior o círculo, tanto maiores serão as vantagens para a rede como um todo. Verifique você mesmo: se todas as empresas a partir de agora passassem a trabalhar em conjunto neste sistema de compensação interna, seria liberado todo o capital que hoje está parado em conta corrente esperando para fazer pagamentos, bem como aquele que está sendo transferido de um banco para outro.

Esse é um dos pontos fortes das redes de transferências internas: liberam o capital de giro e o aplicam em inversões estratégicas para benefício da rede, que concede créditos a juros bem mais baixos que os comerciais a seus integrantes.

Relação (integração) com outras iniciativas:

Uma rede Barter de compensação para empresas solidárias pode trabalhar em conjunto com outros métodos nos quais o circulante interno é respaldado por dinheiro nacional.

O verdadeiro impulso para uma economia solidária, que repele o dinheiro capitalista, ocorre no momento em que a rede passa a *colaborar com grupos locais de consumidores*.

Estratégia:

Para implantar uma rede de compensação solidária é bom que haja alguma forma de organização entre as empresas. No Brasil há organizações “guarda-chuva” de empresas solidárias que podem tomar a iniciativa. É importante que se crie uma administração transparente e enxuta que esteja a qualquer tempo disponível, por exemplo, na Internet.

8.3 CADEIA PRODUTIVA QUE INTERNAMENTE USA MOEDA SOCIAL

Na Economia Solidária existem cada vez mais cadeias produtivas nas quais vários níveis são executados por produtores solidários. O MST no Brasil tem assentamentos independentes que entre eles formam cadeias produtivas quase fechadas. Um exemplo é a produção de lingüiça: o fabrico da ração, a criação dos porcos, a manutenção dos frigoríficos e a produção da lingüiça são tarefas executadas internamente nos assentamentos.

Introdução

As cadeias produtivas de produtores solidários são uma grande necessidade para a economia solidária manter o excedente econômico nas próprias mãos. Uma ironia histórica é que essas cadeias produtivas ainda usam dinheiro capitalista para administrar as transações entre os diferentes níveis da cadeia. Desta forma, as cadeias, em sua totalidade, ficam atreladas aos centros financeiros e contribuem para a acumulação capitalista.

Na situação econômica atual as mesmas cadeias enfrentam problemas, como a falta de capital de giro, cheques pré-datados sem respaldo, falta de capital para inversões, pesado ônus com juros por créditos prévios e necessidade de comercialização mais efetiva.

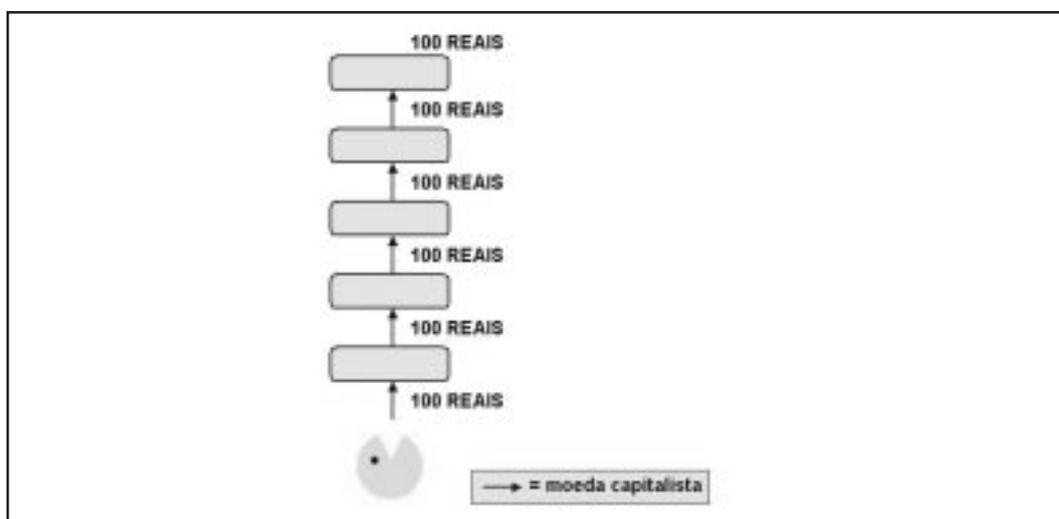
Objetivos

Liberar o capital de giro da cadeia produtiva. Realizar ações visando um maior compromisso do consumidor. Evitar os limites da moeda tradicional. Desligar a cadeia das taxas dos juros.

Funcionamento

O dinheiro do consumidor é retirado da circulação e trocado por moeda solidária. Na prática isto ocorre através da compra de “vales” ou “tickets”. O dinheiro do consumidor é administrado por uma “Caixa de Financiamento Solidário”. O consumidor consome produtos da cadeia produtiva, sabendo que a cadeia sempre aceitará a moeda solidária como pagamento por seus produtos. A cadeia produtiva pode aceitar a moeda solidária porque sabe que o valor correspondente está na Caixa Solidária, e, se for necessário, a Caixa poderá realizar qualquer compra fora da cadeia, para os parceiros.

Cadeia produtiva convencional



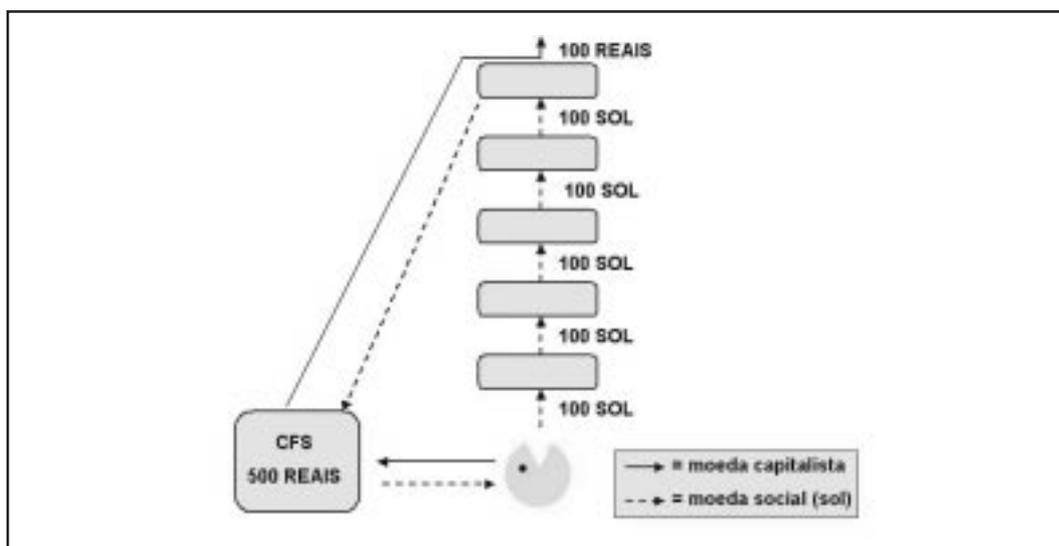
O total de capital de giro interno é de 500 reais.

Agora visualizaremos a cadeia fechada de produção solidária. O consumidor compra moeda solidária (SOL) da Caixa de Financiamento Solidário (CFS). Dentro da cadeia produtiva circula a moeda solidária. Seu lastro em dinheiro nacional está depositado na conta da CFS. Quando um dos produtores necessita fazer uma compra fora da cadeia e a compra não pode ser feita em moeda solidária, a Caixa realiza a compra com moeda nacional e recebe em troca a moeda solidária.

O capital da Caixa pode ser emprestado aos diferentes parceiros para que realizem inversões necessárias à produção. Não é necessário taxar com juros esses créditos; sempre que a quantidade é devolvida e emprestada, garante os “SOLs” em circulação.

O que provavelmente tenha que ser cobrado é uma taxa de segurança para compensar os créditos que não forem pagos e, também, uma taxa para compensar os gastos administrativos do CFS. Mas isto não é o mesmo que um juro cumulativo e, na prática, será um custo bem menor que os juros de hoje.

Cadeia produtiva onde internamente circula moeda solidária



Mas os juros podem ser cobrados, mediante aplicação de taxa módica daqueles que usam o crédito. O dinheiro pode ser usado para oferecer descontos ao consumidor. Isto fortalecerá a rede em sua totalidade. Desta forma se assegura que as vantagens da Cadeia Produtiva sem juros internos são transmitidas aos consumidores e não são guardadas pelos produtores.

Nota- se que nenhuma dessas taxas é cumulativa ou usurária.

Outra forma de conseguir descontos para o consumidor é vender a moeda solidária por um preço rebaixado (10 por 9). Isto só é possível se os produtores que querem trocar a moeda interna para compra fora da rede recebem o inverso: 9 por 10 (Se não compensar desta forma, o sistema fica com uma falta de lastro). O produtor então paga um custo em quanto quiser comprar fora da Cadeia. Isto pode ser um estímulo para ele fazer a Cadeia interna crescer, procurando comprar dentro da rede ou convencendo seus provedores aceitar a moeda solidária.

Relação (integração) com outras iniciativas

Este sistema pode ser facilmente integrado com o sistema de trocas inter-empresariais, realizando uma integração horizontal e vertical na área produtiva. Diferentes cadeias produtivas podem ser representadas. A combinação de ambos os modelos, incluindo o consumidor, é um modelo potente que pode crescer dentro de e ao custo do capitalismo. Um desenvolvimento destes modelos pode resultar na criação de Circuitos de Capital Líquido (CCL).

8.4 CIRCUITOS DE CAPITAL LÍQUIDO (CCL)

Circuitos de Capital Líquido: redes solidárias de empresas e consumidores

O sistema monetário encontra-se em crise. Os fluxos de dinheiro especulativo têm o mundo nas suas mãos, e bancos, países e grandes conglomeradas de empresas, atrás das cortinas, estão numa guerra tentando vencer o comércio lucrativo de dinheiro. O dinheiro, enfaticamente, sempre penetra em todo lugar. Tudo se torna comercializável.

Tal período ético não tem somente um aspecto negativo: surgem também novas possibilidades (ver item 5.2). É desta maneira que queremos encarar a crise no sistema monetário: ela traz muita miséria, mas também oferece oportunidades para mudanças. A economia solidária pode tirar proveito dessas oportunidades.

Nos últimos anos, o intercâmbio comercial, de forma cada vez mais inteligente, começou a reorganizar uma grande parte do comércio mundial. Dessa forma, nos Estados Unidos, uma parte considerável do comércio entre empresas médias é realizado através dos chamados circuitos de *Barter*, ou seja, círculos de comércio onde as empresas fazem os acertos entre si através de uma estrutura própria de prestação de contas (ver cap. 4).

Esses desenvolvimentos acontecem principalmente porque as empresas estão tentando evitar os custos pelo uso do dinheiro. Atrair dinheiro significa pagar juros (quando se pede um crédito) ou a remessa de rendimentos (quando se emitem ações). As empresas estão se conscientizando cada vez mais que nem sempre é preciso ter dinheiro e que as transações podem ser acertadas muito bem através de um programa de contabilidade, num computador apropriado. Graças ao desenvolvimento das técnicas de informação, o uso do dinheiro (caro), que de fato somente é usado para fins administrativos, pode ser evitado. É difícil ou raro que o cidadão comum possa observar esse fato, mas as grandes empresas já estão tirando proveito dessas possibilidades. As transações internas nas grandes corporações transnacionais, descritas no capítulo 4, são um exemplo.

A economia solidária não passa por esta realidade, mas utiliza as mesmas técnicas para ser menos dependente de um dinheiro que custa juros altos, como fazem as grandes empresas. Neste capítulo lê-se sobre o modelo CCL, um exemplo muito moderno de uma rede solidária de comércio e prestação de contas.

Através de sistemas locais de trocas e as redes entre empresas, cresce solidamente o MoMoMo. Com isto, o seguinte passo torna-se viável, que deve colocar um ponto final no vazamento de energia da economia solidária: o CCL (Circuito de Capital Líquido).

O CCL é uma rede de empresas e consumidores que, dentro do MoMoMo, oferece às diferentes redes de empresas e grupos de consumidores uma estrutura onde os mesmos possam se fortalecer:

- ▶ oferece às empresas participantes nas redes solidárias de trocas a possibilidade de realizar maiores despesas;
- ▶ forma uma ponte da economia solidária para os produtos e serviços externos necessários;
- ▶ O CCL provoca o movimento de um fluxo de dinheiro para as comunidades locais, ajudando a compensar o vazamento do dinheiro para o mercado mundial;
- ▶ O CCL pode interligar os fluxos de valores de outras experiências do MoMoMo, como as de um sistema FOMENTO (item 8.1) com os de uma cadeia produtiva que internamente usa moeda social (item 8.3).

Como funciona?

A rede CCL é uma rede de transações, onde cada membro, seja consumidor ou empresa, tem um voto. Ao CCL entra dinheiro, por exemplo, quando um consumidor paga com dinheiro, e dela sai dinheiro, por exemplo, para comprar matérias-primas. Mas ao ser vantajoso vender dentro do CCL, os produtores destas matérias-primas podem ser convencidos de também se afiliar.

As unidades que circulam dentro do CCL são totalmente respaldadas, seja pelo dinheiro que entrou, ou pelos valores “capitalizados” dos membros. Capitalizar um bem significa que o membro (seja um indivíduo ou uma empresa) recebe o valor do bem em capital interno, ou seja: em unidades do CCL. Para poder fazer isto, a propriedade jurídica do bem passa do membro ao CCL. O membro mantém a obrigação de comprar o bem novamente quando for necessário, ou depois de um período acertado. Porém, o usufruto do bem sempre fica com o membro. Desta forma, a economia solidária respalda com seus próprios valores seu próprio circulante.

O CCL internamente não conhece os juros, mas uma *taxa à liquidez*, que funciona como um juro invertido (ver item 8.6). Quem possui circulante e não o faz circular, paga uma taxa bi-semanal. Também se conhece uma taxa às transações, que se usa para liberar recursos e manter a operacionalidade do sistema.

Já que o CCL é totalmente democrático, ele não conhece acumulação. O capital liberado com as taxas (à liquidez e às transações) é usado para investir na própria rede, ou para oferecer melhores preços aos consumidores. Como exatamente é dividida, se decide numa forma de orçamento participativo.

O CCL é competitivo

É de suma importância que o Movimento social de dinheiro continua rolando e que o MoMoMo também inicie a operação de redes ofensivas, porque são essas que estão em condições de funcionar através dos sistemas monetários dominantes, para poder tornar disponíveis qualquer produto ou produtos semi-fabricados.

A estrutura interna do CCL faz que ele libere rapidamente dinheiro capitalista e que ele também internamente libere rapidamente circulante ou capital interno, para oferecer melhores preços aos consumidores e para investir na própria rede.

A rede CCL protege a economia solidária contra o desperdício de energia e convida ativamente empresas convencionais para passar para um ambiente livre de juros exorbitantes.

A CCL oferece a eles um instrumento para a sua emancipação e liberação.

Quanto aos jovens de grande iniciativa dentro de macro-empresas, a CCL também terá um efeito de sucção em direção à economia solidária. Com isso, eles podem agora encontrar no mundo solidário o capital para desenvolver as suas iniciativas.

O CCL funcionará em diversos países a partir de 2002

No capítulo 4 descreveu-se a trajetória de Hank Monrobey, mentor do sistema de Capital Líquido. Começou com a descoberta das possibilidades da economia das redes. Em 1962, isto ainda era extraordinário, agora tornou-se praticamente comum a todos. Depois, seguiu-se o sistema suíço Sys, uma tentativa para melhorar a solidária rede WIR.

A seguir temos o primeiro CCL na Holanda, baseado na televisão interativa e no saneamento de dívidas de empresas que tiveram seus pescoços quase torcidos pelos bancos.

E assim chegamos ao período da Internet. Tem-se trabalhado muito para tornar possível uma operação administrativa boa e segura na Internet para as redes de empresas e consumidores do CCL. Finalmente, existem todas as técnicas disponíveis a esse respeito e o CCL poderá novamente iniciar as suas atividades no ano 2002. Em diversos países trabalha-se para isso. Nos Estados Unidos, na Holanda e na Alemanha estão sendo tomadas providências a esse respeito. Em outros países, como na África do Sul e no Uruguai, há muito interesse.

O CCL é uma rede dirigida pelas bases.

Na base das redes integradas desta forma, encontram-se os CCLs locais, que escolhem conselhos nacionais, baseados nos quais são selecionados administrações internacionais. Por ser uma rede

internacional, os consumidores e as empresas recebem muito mais espaço para se desenvolver, enquanto a força de compra que é colocada em andamento devido à CCL continua sempre aumentando para os membros locais.

A CCL pode ser constituída baseada em cooperativas de compras coletivas ou em redes locais de trocas, ou podem se originar de redes de transações entre empresas. A administração ultramoderna é construída de tal maneira que os interesses locais e a cooperação e os intercâmbios entre diferentes comunidades continuarão em equilíbrio.

Dessa maneira, a economia solidária também consegue acesso aos produtos que em certas fases ainda não vêm de empresas solidárias.

A capacidade de investimento sem juros, sobre a qual as seções locais do CCL podem decidir, pode ser planejado a favor de todos os participantes na rede. Através de projetos de FOMENTO uma parte pode ir para projetos sociais e educativos que fortalecerão a estrutura social, já que uma situação local saudável é a base de uma economia saudável e solidária. Ao mesmo tempo, micro-créditos para investimentos de pequenos empreendedores locais tornar-se-ão disponíveis.

Através do CCL, as empresas vinculadas terão as mesmas possibilidades de uma grande multinacional: podem disponibilizar da sua rede dinheiro para investimentos. No CCL, os seus membros podem optar para investir em empresas solidárias na vizinhança e a rede também pode verificar a batalha dos preços com as multinacionais. Não se esqueça que as mesmas sempre devem pagar aos seus acionistas, enquanto o CCL pode se dirigir totalmente às empresas locais e consumidores e que não precisa pagar um centavo sequer a proprietários distantes.

Vantagens para os consumidores e empresas

A CCL torna possível que produtos solidários para consumidores não custem mais caro que os produtos de grandes empresas. Para tanto, as empresas locais têm muito mais chances de uma boa participação no mercado. De onde vem o dinheiro? Muito simples, atualmente entre 20% a 50% do preço de cada produto é calculado levando-se em consideração o custo de juros. Devido ao fato de que a CCL é uma rede sem juros, muitas vantagens são obtidas. Mas o CCL não dá nada de graça a empresas individuais. As vantagens de um financiamento sem juros é em grande parte repassado ao cliente. Uma parte disso é repassado através de sistemas de descontos ao consumidor. Dessa forma, os membros-consumidores da rede podem comprar produtos ecológicos e solidários dos participantes por um preço 20% mais barato. Isso também não causará constrangimento às lojas participantes independentes, onde os produtos são vendidos. Graças a esta vantagem de mercado, uma economia saudável e solidária pode se tornar um fator significativo de mercado.

Para cada empresa que se juntar à corrente e para cada Real que o consumidor trazer para a rede, mais dinheiro é liberado. Este dinheiro será usado para a amortização das dívidas com juros das empresas participantes e para o investimento sem juros em outros melhoramentos da própria estrutura de produção (no entanto, as empresas que utilizam esse sistema, devem pagar um seguro de risco).

A praça do mercado na Internet

A rede internacional de cooperação CCL tem à sua disposição uma rede de transação na Internet. Também foi adquirido o programa de uma das maiores empresas de segurança da Internet. O mesmo encontra-se à disposição da rede para facilitar o contato e comércio entre os membros em qualquer lugar do mundo.

Por exemplo, dessa forma, as cooperativas dos moradores da região de Puna, nos Andes, que trabalham na "RedPuna", podem oferecer de uma única vez os seus cachecóis às lojas solidárias brasileiras, sem a necessidade de serem explorados pelos intermediários. Os haveres podem ser acertados diretamente através da rede CCL.

No capítulo 4, vimos como a rede WIR teve grandes problemas de *inflação interna*, causada porque os seus membros tinham a necessidade de aplicar os seus saldos em produtos que não estavam disponíveis na WIR. Isto causou que a unidade interna da WIR perdeu o seu valor em respeito aos francos suíços oficiais. No CCL isto não será possível. A rede *garante* que um membro com um saldo positivo poderá comprar qualquer estoque que necessitar. Dessa forma, ninguém com haveres precisa ter preocupações com a economia solidária.

Como se faz isto? Primeiro, se tentará comprar na própria rede. Se isto não for possível, uma empresa fora da rede será procurada e se perguntará se a mesma quer participar da rede. Se isto também não tiver êxito, o CCL comprará as mercadorias com dinheiro comum fora da rede, entregando as mesmas ao membro. Para tornar isso possível, é necessário receber um fluxo contínuo de dinheiro comum. No CCL isto é possível, porque existe um relacionamento de trabalho em cooperação entre as empresas e consumidores. Os consumidores trarão continuamente o dinheiro para dentro do CCL, onde o mesmo continuará circulando dentro do CCL como unidades internas. No CCL todas as unidades circulantes portanto terão um respaldo completo.

Juros invertidos

Dentro do CCL o dinheiro deve se movimentar, caso contrário as possibilidades dos membros participantes serão bloqueadas. É uma rede para empreendedores e não para

especuladores. Por isso existe o regulamento que estabelece que o membro que não utilizar os seus haveres dentro de duas semanas deverá pagar juros negativos, ou deverá colocar o dinheiro numa conta de poupança sem juros e sem custos, da qual outros podem ser financiados.

Concorrência e trabalho em conjunto

Para entender muito bem as possibilidades da economia solidária MoMoMo, damos o seguinte exemplo: na rede CCL existem dois padeiros. Os dois tratam a respeito da variação e concorrência. Agora, supõe-se que outro membro da CCL quer iniciar a sua atividade como padeiro e solicita um crédito sem juros. No CCL, poderá ser encontrada a melhor solução. Por exemplo, o padeiro mais adequado receberá assistência para se especializar em banquetes. Dessa forma, evita-se que os três façam a mesma coisa e que por isso ganhem menos e, ao mesmo tempo, com isso, o CCL ainda enriquece o mercado com um novo produtor de confeitaria e banquetes.

Conclusão

Os Circuitos de Capital Líquido são uma rede econômica que unem as cadeias produtivas solidárias aos consumidores. Os CCLs são localmente baseados, e possuem uma estrutura de decisão totalmente democrática. Dentro deles, dinheiro dos consumidores é liberado e usado para melhorar a produção e eliminar os juros. Desta forma se conseguem as mesmas vantagens que hoje tem as empresas multinacionais, mantendo as empresas do CCL totalmente independentes. Os preços aos consumidores podem ser bem menores que na economia capitalista, já que não precisam ser pagos juros nem acionistas.

Dentro de um CCL, uma capacidade produtiva, ou um bem, pode ser capitalizado. A propriedade jurídica deste bem passa para o CCL, ou seja, para a comunidade. Desta forma a CCL pode tornar os meios produtivos uma propriedade comum.

O CCL é um modelo novo. Tem sua trajetória histórica, mas em sua forma atual está nascendo agora. Os CCL estão se desenvolvendo na América do Norte, América do Sul, Europa e África. Em 2002, vários CCLs serão operacionais.

8.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE GARANTA O DINHEIRO LOCAL

Muitas iniciativas do Movimento Monetário Mosaico são baseadas nas capacidades produtivas de produtores independentes. Mas não devemos esquecer que um dos agentes econômicos mais fortes de nossa sociedade é o Estado. Governos, sejam locais, regionais

ou nacionais, são responsáveis por grandes partes do PIB. Eles empregam e produzem e eles têm um forte respaldo econômico: os impostos. É hora que os governos locais aprendam como aplicar técnicas monetárias para estimular a economia local.

O poder público *local* pode estimular ativamente a economia *local* introduzindo um meio de troca local. Uma das formas seria, por exemplo, realizar seus gastos por meio de um método de FOMENTO. Outra forma foi introduzida pela prefeitura do município *Wörgl*, na Áustria, onde o prefeito, com uma estratégia inovadora, nos anos 30 do século passado, reduziu rapidamente o desemprego e realizou muitos projetos comunitários (ver cap. 4).

Objetivo

Aplicar os recursos públicos de tal forma que gere um rápido crescimento das oportunidades de trabalho locais e mais espaço para as despesas da comunidade: uma atividade econômica local elevada que leva maior bem-estar local.

Funcionamento

Durante a crise dos anos 30, o município austríaco de *Wörgl* deu início a um programa de emergência, depositando 30.000 *schilling* (moeda nacional austríaca) numa conta bancária, imprimindo em seu lugar 30.000 '*Wörgl-schilling*'. Esta moeda, impressa localmente, foi gasta em obras públicas. A prefeitura garantia os *Wörgl-schilling* aceitando ela mesma, em todos os pagamentos, os *Wörgl-schilling* e também podiam ser trocados pelo *schilling* nacional no banco, para o que era cobrado uma taxa percentual. Isto era um desincentivo que estimulava a moeda local a se manter em circulação. Esta moeda não era facilmente aceita fora do município, fato que estimulava sua circulação localmente.

O *Wörgl-schilling* perdia seu valor após uma semana, exceto se seu proprietário colasse, no seu verso, *um selo*, que podia ser adquirido por 1% do valor nominal. Isto representava, portanto, *um imposto sobre a posse do dinheiro*. Como ninguém queria pagar o imposto as pessoas preferiam gastar os *schillings*. Isto fazia o dinheiro circular rapidamente, o que incentivou a economia local e fez com que as atividades comerciais revivessem. Cada vez que a prefeitura recebia *Wörgl-schilling* como pagamento de impostos locais, eles eram novamente postos em circulação por meio da realização de obras públicas e pagamento com *Wörgl-schilling*. O resultado foi a redução do desemprego e a realização de obras públicas e rápido crescimento do bem-estar. Tudo isto no meio de uma crise nacional. Infelizmente, o banco central austríaco proibiu esta experiência.

Desta maneira as autoridades públicas podem, também hoje, fortalecer a dinâmica local. Um governo progressista pode realizar obras públicas e ao mesmo tempo fortalecer a

economia local ao criar um circulante que circule localmente. Se este circulante utilizar o método dos juros invertidos a circulação local não é só fortificada mas, ao mesmo tempo, acelerada. Isto pode gerar efeitos comparáveis com os de Wörgl.

Uma forma mais específica para realizar esta proposta é inovando os já existentes vales e tickets que os governos usam para pagar seus empregados. Os vales-refeição que hoje são pagos como ingresso podem ser alterados levemente para criar uma moeda local. Falta um governo que tenha a criatividade e a coragem para inovar.

Relação com outras iniciativas

Além da garantia da cobertura por meio de moeda nacional, a promessa de aceitar a moeda local como meio de pagamento dos impostos e taxas municipais é uma forte garantia. Esta iniciativa proporciona uma grande contribuição na ampliação da economia solidária em diferentes níveis: o suporte político para iniciativas de moeda solidária é importante. Desde que a autoridade municipal ou regional providencie dinheiro suficiente no banco como garantia, este modelo pode ser interligado com outros, se estes garantirem a moeda solidária da mesma forma.

A aplicação do imposto sobre a posse de dinheiro ou juros invertidos é um mecanismo baseado nas idéias do economista argentino/alemão Silvio Gesell que resulta em uma dinâmica monetária onde a circulação é preferida sobre a acumulação.

Este mecanismo pode também ser aplicado em outros métodos.

8.6 JUROS NEGATIVOS: SILVIO GESELL

Neste livro, texto após texto, tentou-se mostrar que os juros são instrumentos de acumulação de riquezas, com efeitos perversos no mercado, na medida em que provocam a aceleração, competição e perda de dinheiro nos lugares onde ele é mais necessário. Ao mesmo tempo, *como instrumento econômico, eles são um fator dinamizante da economia.*

Os juros na circulação econômica obrigam a aplicação do dinheiro de forma produtiva. A perda de dinheiro do setor produtivo ao setor financeiro implica em um freio das tendências inflacionárias. Os juros levam a uma circulação monetária dinâmica e *freiam a inflação*. Um elogio dos juros? Não, mas na busca de novos métodos monetários é absolutamente necessário entender as forças dinâmicas da realidade existente. Se podemos aprender delas, e inovar para aplicar nas nossa própria redes, realizamos o Jiu-Jitsu econômico, como foi discutido no item 5.2.

Se vamos promover novas moedas, temos que estar seguros que estas não sejam *estáticas ou inflacionárias*.

Como realizar isto?

Muitas soluções são possíveis. Na Red Global del Trueque, uma das características essenciais é que a quantidade da moeda circulante é limitada a 50 *créditos* por participante. Isto impede inflação, mas ao mesmo tempo limita o volume da economia. Para realizar um investimento de 10.000 créditos um participante teria que se apropriar do circulante de 200 participantes. Então, como ampliar a quantidade de circulante sem criar inflação no sistema? Na economia capitalista, os juros são uma solução. Só quem sabe gerar excedente pode ter um crédito, e a geração de excedente aumenta a economia, impedindo a inflação. Como garantir isto de outra forma?

Uma solução foi desenvolvida pelo economista/negociante argentino-alemão Silvio Gesell, a dos *juros invertidos*. Aqui não é o crédito que é taxado com juros, mas a própria moeda tem um *imposto*. A moeda é conceitualizada como um bem comum, que circulando pode realizar seus funções como meio de troca, mas enquanto é acumulada não pode gerar comércio. Nesta metodologia quem tem moeda (dinheiro) na sua disponibilidade paga um percentagem cada período. Isto dinamiza a moeda (porque é preferível a gastar que a acumular) e, ao mesmo tempo, limita a quantidade de moeda (porque os pagamentos de imposto tiram dinheiro da circulação). Isto é um exemplo exato de como realizar uma *dinâmica não inflacionária* sem juros! E, ao mesmo tempo, esta dinâmica muda o poder de *quem tem dinheiro para quem produz*.

Hoje em dia a *Red Global del Trueque* tem várias experiências com juros invertidos/negativos. Historicamente, a cidade de *Wörgl* na Áustria implementou com êxito durante dois anos um sistema com juros invertidos (ver cap. 8). Um exemplo histórico é o dos *bancos de trigo* no Egito. Também os *Circuitos de Capital Líquido* usam este método.

8.7 APLICAÇÃO DOS MÉTODOS

Os métodos descritos neste capítulo mostram como se realizam as diferentes dinâmicas monetárias inovadoras para criar moedas sociais. O Movimento Monetário Mosaico está já implementando vários destes métodos. Agora, o desafio é trabalhar e inovar. Qualquer iniciativa que aplique algum destes métodos, seguramente vai adaptar o método a sua realidade específica. É assim que o MoMoMo cria uma “biodiversidade” de métodos interligados numa estrutura de transações monetárias.

Se estes métodos usarem lastros ou respaldes comparáveis, eles podem ser interligados, criando uma ampla estrutura de transações monetárias, que inclua todos níveis na cadeia produtiva! Isto resultará num verdadeiro mosaico de iniciativas monetárias (Para uma descrição mais detalhada destas possíveis interligações, ver cap. 6).

Quem quiser aplicar estes métodos, deve ter cautela: um mau exemplo pode comprometer todo o movimento.

9. Escritores e organizações que apoiaram o processo.

Este livro foi realizado com um grupo de escritores e colaboradores. Juntos decidimos a estrutura do discurso, junto discutimos sobre os diferentes aspectos e juntos escrevemos o resultado final. A maioria dos textos foi trabalhada por todos nós. Por isso, e porque além de nosso trabalho direto, tem um monte de trabalho indireto, o livro não conta com nomes de autores na capa.

Achamos que o que é importante são as novas dinâmicas que queremos criar, e que estas transcendem os interesses pessoais. Mas isto não implica ficar anônimos. Trabalhamos com muito empenho, e o resultado é um logro de cada um de nós.

Em ordem alfabética, nós somos:

9.1 Autores

Paulo Peixoto de Albuquerque

Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Bélgica, é professor pesquisador do Instituto Humanitas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)/RS, Brasil. e-mail: albuq@poa.unisinos.br

Henk van Arkel

Nascido em La Haia, Holanda, em 1951, Van Arkel estudou diferentes disciplinas: de Ciências Sociais até Geografia. É diretor de Strohalm, trabalhando na criação de dinâmicas monetárias inovadoras, como clubes de trocas (LETS), bancos sem juros (JAK) e cooperações entre produtores e consumidores. Além disso, ele organiza cursos, oficinas e seminários sobre o tema das iniciativas monetárias, tendo publicado vários livros na área.

Van Arkel foi ativo na criação de um movimento global de iniciativas monetárias, que hoje pode ser incluído no Movimento Monetário Mosaico.

Ana Paula Barcellos

Nascida em Porto Alegre (RS), reside há vários anos em Florianópolis (SC). Atua em consultorias e treinamentos junto a pequenos empreendimentos desde 1997. Economista, atualmente faz parte do quadro de professores do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Há dois anos vem pesquisando a Economia Popular e Solidária, bem como as Redes de Colaboração, por acreditar que é possível e viável a solidificação de formas alternativas ao sistema econômico vigente que possam gerar não só emprego e renda, mas também gerar melhora no bem-estar social.

Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes

Economista do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), é diretora do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ), com atuação voltada para democratização do Orçamento Público, membro do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, Ex-Conselheira do Orçamento Participativo do Estado do RJ, membro da Rede Brasileira de Cultura e SocioEconomia Solidária, membro do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

Adriane Vieira Ferrarini

Assistente social, funcionária pública estadual atuando no Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAI). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), especialista em terapia familiar, docente e supervisora do curso de graduação de Serviço Social e de Especialização em Intervenção Sócio-familiar da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

João Joaquim

É teólogo e líder comunitário do Conjunto Palmeira. Chegou na comunidade logo no início da ocupação do bairro. Foi presidente da Associação dos Moradores e fez parte de todos os processos de construção do Palmeira. Foi um dos idealizadores do Banco Palmas, sendo coordenador do mesmo até hoje.

Sandra Magalhães

Assistente social com especialização em administração de empresas. Trabalhou no conjunto Palmeira de 1990 a 97 como técnica de um programa de urbanização de favelas. Nesse período entrou em contato com as lutas dos moradores. Comprometeu-se com o trabalho da Associação e integrou-se à caminhada da comunidade. Em 1998 fez parte da criação do Banco Palmas, onde hoje anima o clube de trocas com moeda social.

Euclides André Mance

É filósofo, pós-graduado em Antropologia Filosófica e em Educação pela Universidade Federal do Paraná, entidade na qual lecionou as disciplinas de Lógica, Filosofia da Ciência e Filosofia na América Latina, nos anos de 1989-1990 e 1994-1995. Em 1995 contribuiu na fundação do Instituto de Filosofia da Libertação (IfiL), permanecendo em sua presidência até 1998. Atualmente trabalha como professor de filosofia em faculdades de Curitiba. É colaborador da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, fazendo parte de sua equipe de animação nacional, sendo responsável pelo portal www.redesolidária.com.br.

Nos últimos anos tem contribuído na organização de redes solidárias em diversas regiões do Brasil e colaborado internacionalmente na reflexão sobre o tema. Entre seus trabalhos publicados incluem-se *A Revolução das Redes* (Petrópolis: Vozes, 2000) e "Die solidarische Zusammenarbeit als eine Alternative zur kapitalistischen Globalisierung" (in: Raúl FORNET-BETANCOURT [org]. *Kapitalistische Globalisierung und Befreiung*, Frankfurt, IKO-Verlag, 2000). Trabalhos do autor encontram-se disponíveis na Internet em www.milenio.com.br/mance. Contatos podem ser feitos através do e-mail mance@milenio.com.br

Heloisa Primavera

Bióloga e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Docente e Coordenadora da Área de Gerência Social no Programa de Mestrado em Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, e doutoranda nessa mesma unidade acadêmica, dirigindo o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Moedas Complementares e Economia Social. Impulsora das redes de troca na América Latina e co-fundadora e animadora da Rede Latino-americana de Sócio-Economia Solidária, que a partir de 1999 difunde o Programa de Alfabetização Econômica em 11 países da região.

Camilo Ramada Rochkovski

Meu estudo de ciências políticas na Universidade de Amsterdam, foi concluído com vários trabalhos na área do materialismo histórico, reformando, junto com outros cientistas neo-gramscianos, as bases deste marco teórico, substituindo determinismo por dialética. Aí também aprendi o que significa ser um intelectual orgânico, deixando para trás o academismo e me voltando à ação social. Hoje sou encarregado de realizar os projetos da Strohalm na América Latina.

No meu trabalho em Strohalm tenho o agrado de trabalhar na transformação do dinheiro. Na minha percepção, este é o mecanismo mais forte das forças obscuras para se apropriar da energia do homem e a mãe terra, mas também a fonte estratégica mais forte para a liberação humana. Contatos pelo e-mail: c.ramada@strohalm.nl

Luís Oscar Ramos Corrêa

Integra o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social e o Núcleo de Economia Popular e Solidária da Pró-Reitoria de Extensão - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

9.2 Organizações

O processo de trabalho do livro foi um processo difícil e complexo. Várias organizações respaldaram este processo, seja liberando força humana, seja de outra forma. Foram parcerias indispensáveis para a criação deste livro.

Estas organizações incluem:

ALIANÇA PARA UM MUNDO RESPONSÁVEL, PLURAL E SOLIDÁRIO

Em pouco mais de dois anos reuniu a mais de 4.000 aliados, pessoais e institucionais, nos diferentes campos do saber e da ação, para terminar com a publicação de várias dezenas de Cadernos de Propostas, onde encontramos os 15 grupos temáticos do Pólo de Sócio-Economia Solidária, que abarcam desde temas mais vinculados a finanças (Finanças Solidárias, Finanças Sustentáveis, Organizações Multilaterais, Moeda Social de Dívida Externa), como outros de discussão da natureza do trabalho, o envolvimento da mulher, o comércio justo, o consumo ético e as políticas econômicas e fiscais. Não há dúvida de que ai estão muitos aliados esperando para o debate (no mínimo) ou a articulação produtiva (melhor ainda!).

Fonte: www.echo.org

ECOPOPSOL/SEDAI

Programa de Economia Popular e Solidária (ECOPOPSOL) da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAI)

A economia brasileira dos anos 90 foi marcada pelas políticas neoliberais, pela reestruturação produtiva e pelo forte aumento do desemprego. Este período também observou o surgimento significativo de organizações de trabalhadores que, de forma autônoma, passaram a constituir práticas coletivas de produção como forma de acessar a renda que lhes foi negada pela economia, fugindo da condição de exclusão. Estas práticas, assentadas essencialmente no trabalho, sem recursos para investimentos, tiveram como objetivo a sobrevivência e não a valorização de capitais e passaram a ser conhecidas como formas de economia popular e de Economia Solidária.



Ao assumir o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1999, o Governo Democrático Popular, na constituição de sua política de desenvolvimento, inicia um diálogo com os trabalhadores e entidades envolvidas nas práticas da economia popular solidária. Valoriza as iniciativas e identifica a demanda social através da constatação das suas dificuldades dos empreendimentos solidários diante do mercado na comercialização de seus produtos, na capacitação de seus trabalhadores para a autogestão, na assimilação de novas tecnologias e na obtenção de financiamentos.

Como resposta a esta demanda, a SEDAI constitui uma política pública, pioneira e portanto desafiadora, de fomento à Economia Solidária, através da criação do Programa ECOPOPSOL. O Programa passa a criar instrumentos para incidir justamente nas dificuldades concretas vividas por estes trabalhadores, através de seus cinco eixos de atuação:

- 1) Formação e Capacitação para a Autogestão: Atividades de formação, assessoria, acompanhamento e sensibilização para a ação coletiva assentada na autogestão;
- 2) Capacitação do Processo Produtivo: Assessoria, através de ação extensionista, para gestão dos empreendimentos, com projetos de viabilidade econômica, de financiamento e acompanhamento para introdução de inovações e soluções de problemas;
- 3) Financiamento: O programa disponibiliza linhas de financiamento com condições e exigências diferenciadas. O projeto é elaborado pelos TEAG's (Técnicos de Extensão em Autogestão) e encaminhado ao Banrisul e/ou BNDES;
- 4) Comercialização: Desenvolve ações para constituir novos mercados e capacitar os produtores através da participação em feiras, a organização dos produtores e consumidores solidários e a construção de locais de comercialização;
- 5) Incubadoras Populares: Organizadas como um ambiente propício para disponibilizar tecnologias, possibilitando a inovação, qualificando produtos, promovendo a integração e a cooperação, a fim de fortalecer coletivamente os empreendimentos.

Na execução e permanente adequação, o Programa coloca o governo como um agente indutor da organização econômica e social. Desta forma, estabeleceu parcerias com ONG'S, universidades e sindicatos que potencializam as ações e fortalecem a organização da sociedade.

A integração entre os empreendimentos de produção e destes com consumidores organizados é um desafio colocado pelo programa Ecopopsol e para a Economia Popular Solidária como um todo. Somente constituindo um circuito entre as diversas fases da produção e o consumo, onde todo o valor do trabalho gerado seja distribuído entre os que o produziram, é que poderá viabilizar a Economia Popular Solidária como forma de organização voltada para a satisfação de todos trabalhadores. Desafio ainda maior, é

viabilizar a produção e formas de circulação dos produtos, portanto do valor produzido, que não sejam limitados pela falta de recursos (especialmente monetários) para iniciar o processo, nem tampouco, que estes recursos monetários sejam apropriados acumulados para outro fim que não o do uso ou consumo daquilo que foi produzido.

Sérgio Kapron

Diretor do Departamento de Economia Popular Solidária.

LABORATÓRIO DE INVESTIGACION SOCIAL (LIS)

Fundado e animado por Heloisa Primavera, Carlos del Valle, Istvan Karl, Horacio Volonteri e Juan Jose Sanchez, difunde o Programa de Capacitação Permanente em Economia Solidária, entre os quais o Programa de Alfabetização Econômica, em vários países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Honduras, México, Peru e Uruguai, entre outros.

PROJETO PRORENDA Rio Grande do Sul

Cooperação Técnica Brasil - Alemanha

Desde o início dos anos noventa, a política do governo alemão tem como uma das suas prioridades o combate à pobreza. Pobreza é entendida não como um simples fato econômico de falta de renda, mas como um conjunto de condições precárias de vida e a falta de oportunidades que levam para a exclusão social e a negação da cidadania de parte da população.

Para combater a pobreza, hoje, os projetos da cooperação compõem linhas de trabalho e elementos estratégicos como participação, adequação de serviços públicos às necessidades da população, a promoção de processos de desenvolvimento local sustentável e o apoio à organização comunitária e sua autogestão. Um exemplo é o Programa PRORENDA, uma das prioridades da cooperação entre Brasil e Alemanha, que está sendo implementado em parceria entre a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e os governos de 6 Estados brasileiros.

No Rio Grande do Sul, as instituições executoras são a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), a Fundação Estadual de Planejamento Regional e Metropolitano (METROPLAN) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). A Secretaria da Coordenação e Planejamento é responsável pela coordenação do Projeto.

Promover processos de desenvolvimento local sustentável exige a articulação dos diversos atores locais e buscar, em conjunto, soluções para os problemas encontrados. Além de



identificar objetivos e interesses em comum, o fortalecimento das relações sociais, a solidariedade e a ajuda mútua que levam para a responsabilização dos atores para o seu próprio desenvolvimento, são fundamentais neste processo.

Neste sentido, a cooperação técnica apoiou iniciativas, que visam buscar alternativas para o problema de falta de trabalho e renda, apostando no potencial existente nas pessoas. A formação de cooperativas e empreendimentos auto-gestionados, a instalação de "bancos comunitários", como o Banco Palmas, ou a formação de clubes de troca, são caminhos que apontam nesta direção.

Este livro é uma contribuição valiosa para o debate sobre alternativas que podem contribuir para a construção de um futuro melhor de uma grande parte da população, hoje sendo excluída do desenvolvimento da sua sociedade.

Jutta Barth

Consultora da GTZ

Projeto PRORENDA Rio Grande do Sul - Promoção de Processos de Desenvolvimento Local Sustentável

PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul.



O PACS nasceu em 1986, no Rio de Janeiro, a partir de uma iniciativa de quatro economistas que voltavam do seu exílio (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) e que tinham preocupação com a transformação social. Desde então, sua proposta maior tem sido a de colaborar para a emancipação do trabalho humano, a desalienação da consciência e o desenvolvimento integral dos potenciais materiais e espirituais individuais e da sociedade, num contexto de uma nova sociedade, de uma Sócio-Economia Solidária. Centrado neste meta, dedica-se à assessoria eco-social e educacional aos movimentos sociais e articula-se em redes com outras instituições e movimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE



Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO POPULAR

Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio

Supervisão de Economia Popular

A SMIC (Secretaria de Indústria e Comércio de Porto Alegre), através da Supervisão da Economia Popular, tendo organizado oficinas sobre a proposta da Moeda Social, considera este tema como parte integrante do processo de construção da Economia Popular e Solidária.

Queremos colaborar para realizar um Movimento Monetário Mosaico através de atividades, estudos e aperfeiçoamento de nossos conhecimentos; discutir propostas; mobilização e articulação da temática. Onde seja possível, queremos ser ativos em realizar dinâmicas de Moeda Social.

STROHALM



Stichting Aktie Strohalm foi fundada em 1970, sendo uma das primeiras ONG's holandesas a ser ativamente dedicada à causa de uma sociedade socialmente, naturalmente, e culturalmente sustentável. Nos promovemos alternativas sociais e econômicas por via de pesquisas, capacitação, projetos e publicações na área de dinâmicas monetárias. Nosso escritório é num prédio característico do século 17 no centro de Utrecht. Nossos ingressos de doadores privados nos habilitam a ser independentes, criativos e inovadores.

Strohalm é uma organização que sempre trabalhou na vanguarda das ações sociais. Estivemos na base da introdução de temas pacifistas e ecológicos na Holanda, sempre combinando a teoria com a prática.

Faz 10 anos nosso análise foi se especializando em temas econômicos, e mais e mais, em temas monetários. A través de nosso trabalho questionamos os mecanismos dos juros, impostos e circulação monetária. Nosso objetivo é de encontrar causas de exploração, pobreza, desemprego, consumismo e abuso do meio ambiente.

Estamos seguros que por desafiar o sistema vigente de forma construtiva, podemos realizar mudanças sociais positivas, harmonia ambiental e melhores possibilidades para o desenvolvimento humano.

Introduzimos os sistemas LETS (clubes de trocas) em Holanda, criamos uma rede de transações entre empresas, e trabalhamos na fundação de um banco sem juros, baseado no modelo sueco dos bancos JAK. Hoje a maioria de nossa energia é devotada à criação de Circuitos de Capital Líquido em Holanda.

Strohalm emprega umas 45 pessoas. A maioria delas trabalha em Utrecht, mas temos pessoal em Amsterdam, Groningen, Porto Alegre e Dili (Timor del Este).

A relação entre Strohalm e Rio Grande do Sul, começou no novembro do 1999 quando nos encontramos com Alberi Petersen da SEDAI em um congresso em Buenos Aires. Achamos que as circunstancias (configuração política, organização civil, possibilidades econômicas) são tão prometedoras que existe um chance histórico de realizar dinâmicas inovadoras.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



A UFRGS, através da Pró-Reitoria de Extensão/Departamento de Educação e Desenvolvimento Social/Núcleo de Economia Popular e Solidária, colaborou na elaboração deste livro, considerando que somente uma nova compreensão coletiva da sociedade como um todo, partindo de uma relação dialógica do eu-nós, poderá garantir um equilíbrio mais saudável de relações humanas, culturais, econômicas e sociais, que estão totalmente vinculadas entre si.

UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS



Porque a UNISINOS é parceira do projecto de moeda social do Movimento Monetário Mosaico.

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos é parceira do Movimento Monetário Mosaico porque a reflexão permanente sobre processos de construção de saberes e partilha deste conhecimento com vistas a eliminação de mecanismos de injustiça social e exclusão social é e sempre foi o que pautou a ação de formação educativa, cultural ao longo de sua existência. A Unisinos crê que o seu compromisso fundamental com a sociedade é o de promover a cultura do homem, que provém do homem e é para o homem.

Este compromisso está baseado em uma proposta de educação para toda vida fundada na consciência que o serviço da fé e no humanismo social cristão são incompatíveis com sociedades geradoras de miséria exclusão social.

Bibliografia e Cyberografia

Nesta bibliografia/cybergrafia figuram todas as fontes que os diferentes autores usaram como base de seus textos, suas idéias ou sua inspiração. As diferentes fontes foram misturadas para ser apresentadas alfabeticamente.

As fontes não foram discutidas entre nós, os autores, já que não está dentro do poder de um aceitar ou negar as inspirações do outro. (Podemos aceitar ou rejeitar as conclusões que o outro tira, mas nunca podemos negar suas bases.) Por isso todas as fontes foram misturadas anonimamente.

Literatura:

- ARKEL, Henk van e Guus Peterse, Voor Hetzelfde Geld, Strohalm, 1999.
(O revés da moeda): Neste livro Strohalm expõe suas idéias sobre economia e meio-ambiente, crescimento econômico, dinheiro, juros, e alternativas. O livro mostra como diferentes pontos de partida econômicos podem levar a uma sociedade diferente.
- ARKEL, Henk van e Camilo Ramada, Arm door Geld, Strohalm, 2001
(Pobreza causada por dinheiro): Neste livro se descrevem novos desenvolvimentos na área de dinheiro, pobreza, meio ambiente e sociedade.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário. Em Artigos & histórias de sócioeconomia solidária. São Paulo, PACS, 1999.
- BARBIER, Jean Marie. Élaboration de Projets d'action et planification. Presses Univesitaires de France. Paris: 1991
- BLANC, J. Monedas paralelas. Evolución y teorías del fenómeno. Venado Tuerto, Santa Fe, Revista Lote, No. 34 : 16-27, 2000. (original Francês em <http://money.socioeco.org> , texto de referencia)
- BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. Reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. Comunicação oral, Unisinos, 1999
- BRAUDEL, F, La dinámica del capitalismo, Madrid, Alianza, 1985.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1º Edição

- CALLON, M. y Latour, B. La science telle qu'elle se fait. Anthologie de la sociologie des sciences de langue anglaise. Paris, La Découverte, 1991
- CASTELLS, Robert, Les métamorphoses de la question sociale. Paris. Fayard, 1995
- CATELLS, Manuel. A sociedade em Rede. Editora Paz e Terra: 1999
- CHESNAIS, François A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996. 335 p.
- CHOSSUDOVSKY, Michel A globalização da pobreza : impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999. 320 p.
- CORAGGIO, J. Luis Desarrollo Humano, Economía Popular y Educación. Buenos Aires, Editorial AIQUE-IDEAS, 1995.
- CORAGGIO, J. Luis Política social y economía del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Buenos Aires, Miño y Dávila, UNGS, 1999.
- DOUTHWAITE, Richard, The Growth Illusion, Lilliput Press, Dublin, 1992.
(A ilusão do crescimento): Uma análise profunda dos problemas causados pela economia do dinheiro. Trata dos perigos de crescimento econômico: o crescimento tem favorecido principalmente os ricos, mas os pobres sofrem e a terra é destruída cada vez mais.
- DOUTHWAITE, Richard, Short Circuit, Lilliput Press, Dublin, 1996.
(Corto circuito): Como fortalecer a economia local numa economia global instável. Um extenso inventário de exemplos práticos.
- DOUTHWAITE, Richard/Dan Wagman, Barataria - a community exchange network for the third system, 1999.
Este livro descreve os passos iniciais de quatro experimentos monetários que usaram fundos da União Européia para sustentar organizações locais que iniciaram sistemas monetários para o comércio local.
- ERNESTO COHEN, Franco, Rolando. Avaliação de Projetos sociais. Editora Vozes, Petrópolis. RJ: 2000
- FISHER, Irving, Stabilised Money - a history of the movement, George Allen & Unwin LTD, London 1935.
O ganhador do prêmio Nobel é um dos economistas que sempre procuraram entender e mudar o dinheiro.
- FLORES, F. Creando organizaciones para el futuro. Santiago, Dolmen, 1993.
- FLORES, F, Dreyfus, H. y Spinosa, C. Abrir nuevos mundos: habilidad empresarial, democracia y solidaridad. Santiago, Taururs, 2001
- FRÖLICH, Egon Roque, Confiança e economia no processo de mundialização. Estudos Leopoldenses, Série Ciências Humanas Vol. 35, n° 157 1999 p. 103/115
- GESELL, Silvio, Het wondereiland Barataria, naar Juan Acratillo (1675), Strohaln, Utrecht.
(Barataria: a ilha das maravilhas): Uma história fictícia sobre uma pequena sociedade. Mostra de forma lúdica como funciona o dinheiro, e como diferentes formas de dinheiro causam diferentes formas de sociedades.
- GESELL, Silvo, Die Natürliche Wirtschaftsordnung durch Freiland und Freigeld /The Natural Economic Order, Berlin 1916 (Edição inglesa: Berlin 1929).
(O ordem econômico natural): Keynes achava que a história teria mais frutos do pensamento de Gesell que do Marx. Neste livro Gesell descreve como o dinheiro deveria ser organizado como todo na natureza: um bem que se não se usa perde valor.
- GESELL, Silvio. El orden económico natural por libretierra y libremoneda, tomo II Buenos Aires, Ed. E. Gesell, 1936, pp 155 -162.
- GREGORI, W. DE Cibernética Social y Proporcionalismo. Bogotá, ASICS, 1998.
- GRECO, T Money and Debt: a solution to the global crisis. Tucson, AZ, THGJ, 1989.
- GRECO, T. New Money for healthy Communities. Tucson, AZ, THGJ, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. Era dos extremos - o breve século XX. São Paulo, Cia das Letras: 1996
- KEEGAN, Warren J. Global marketing management. Upper saddle River, Prentice-Hall, 1999 (capítulo 9 - Global Marketing strategy: Entrey and Expansion)

- KENNEDY, M. Dinero sin inflación ni tasas de interés. Buenos Aires, Nuevo Extremo, 1998
- KELLY, K. Out of Control. The New Biology of Machines, Social Systems and the Economic World. New York, Addison Wesley, 1994.
- KELLY, K Nuevas reglas para la nueva economía. Buenos Aires, Granica, 1999.
- KLIKSBERG, Bernardo. Repensando o estado para o desenvolvimento social - superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998. (Coleção Questões de Nossa Época)
- KUHN, T.S. La estructura de las revoluciones científicas. México, Fondo de Cultura Económica, 1972
- LATOURET, B. La vie de laboratoire. Paris, La Découverte, 1988.
- LATOURET, B. La Science en action. Paris, La Découverte, 1989.
- LIETAER, Bernard, The Future of Money: Creating new wealth, work and a wiser world. London, Century, 2001
(O futuro do dinheiro): O experto monetário Bernard Lietaer, internacionalmente renomado, leva o leitor num viagem pelos sistema monetário atual, e analisa quatro diferentes caminhos para o futuro.
- LISBOA, Armando. A economia Popular no contexto da grande transformação. Texto para discussão Dpto. CNM. Florianópolis, UFSC, 1998
- MANCE, Euclides André. A revolução das redes. Editora Vozes. Petrópolis: RJ. 2000
- MARX, Karl. O capital: crítica a economia política. Livro I Vol. I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. 579p.
- MARX, Karl. O capital: crítica a economia política. Livro II Vol. III. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. 579p.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo. OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP/IE, 1999.
- MATURANA, H y Varela, F. Autopoiesis and Cognition: The Realisation of the Living. Dordrecht, Reidel, 1980.
- MATURANA, H y Varela, F El arbol del conocimiento. Santiago, Universitaria, 1984.
- MERTON, Robert. Sociologia Teoria e Estrutura. Editora Mestre Jou. SP:1970
- MISHAN, Edward Joshua. Desenvolvimento a que preço?. São Paulo, IBRASA, 1976
- MORIZIO, C. ¿Son los clubes de trueque una alternativa al desempleo en Argentina? Buenos Aires, CEMA-ISEG, 1998.
- NÚÑEZ, Orlando. La economía popular asociativa y autogestionaria. 2a. Managua, CIPERS, 1996. 377 p.
- OLIVEIRA, Carlos Aloísio Barbosa de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas, UNICAMP/IE, 1999.
- ONKEN, Werner. Ein vergessenes Kapitel der Wirtschaftsgeschichte: Schwanenkirchen, Wörgl und andere Freigeldexperimente, em: Zeitschrift für Sozialökonomie 57/58, 1983.
- ORTIZ, Renato. Mundialização da Cultura. São Paulo.1994
- PARRET, Herman. Enunciação e pragmática. Campinas: Editora da Unicamp,1998
- POGGIESE, H. Grandes ciudades y gestión participativa. Serie PPGA , Buenos Aires, FLACSO, 1995.
- POGGIESE, H. y Redín, M. E. La Región Oeste de la Ciudad de Buenos Aires: La gestión asociada en la red regional, Serie Documentos e Informes de investigación No 220, Buenos Aires, FLACSO, 1997.
- POGGIESE, H. et alli El papel de las redes en desarrollo local como prácticas asociadas entre estado y sociedad. Em: Los Noventa, D. Filmus (comp.), Buenos Aires, Eudeba/FLACSO, 1999.
- POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações do emprego no Brasil na década de 90. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília, Ministério do trabalho e emprego, 1999.
- PRIMAVERA, H. Unicornios: entre la Utopía y la responsabilidad social. La experiencia del trueque en Argentina, in "Expanding people's spaces in globalising economy", Hanasaari, Finland, 5 - 9.9.1998 (mimeo).

- PRIMAVERA, H. Reshuffling for a new social game: the experience of Global Barter Network in Argentina in Proceedings del Encuentro Diálogo Global: "Expanding people's spaces in globalising economy", Hanasaari, Finland, 5 - 9.9.1998.
- PRIMAVERA, H. La moneda social de la Red Global de Trueque en Argentina: ¿barajar y dar de nuevo en el juego social? Actas del Seminario Internacional sobre "Globalización de los Mercados Financieros y sus efectos en los países emergentes", organizado por el Instituto Internacional Jacques Maritain, la CEPAL y el Gobierno de Chile, Santiago, 29 - 31.3.1999.
- PRIMAVERA, H. Gerencia Social y epistemología: la construcción de herramientas de intervención em Fried Schnitman, D y Schnitman, J. Nuevos paradigmas en la resolución de conflictos, Buenos Aires, Granica, 2000.
- PRIMAVERA, H. Política social, imaginación y coraje: reflexiones sobre la moneda social em Reforma y Democracia, Caracas, CLAD, 17: 161-188, 2000.
- PRIMAVERA, H. Moneda Social: ¿gattopardismo o ruptura de paradigma?
 Texto de Lanzamiento del Foro Electrónico sobre Moneda Social, febreiro 2001
<http://money.socioeco.org>
- PRIMAVERA, H. La moneda social como palanca del nuevo paradigma economico. Texto de sintesis del Taller sobre Moneda Social: <http://money.socioeco.org>
- RAMADA, Camilo (org.), Lokale Economie Wereldwijd, Strohaln 1998.
 (Economía Local Mundial): Descreve diferentes formas de trocas, poupanças e créditos locais em diferentes partes do mundo.
- RAZETO, L. Economía popular de solidaridad: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago, PET, 1990.
- RAZETO, L. Fundamentos de una teoría económica comprensiva. Santiago, PET, 1994.
- RAZETO, L. Desarrollo, transformación y perfeccionamiento de la economía en el tiempo. Santiago, Universidad Bolivariana, 2000.
- REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.
- ROWBOTHAM Michael, The Grip of Death : A Study of Modern Money, Debt Slavery and Destructive Economics, Jon Carpenter, August 1998
 (Atalhados ate a morte: um estudo do dinheiro moderno, escravos da dívida e economia destrutiva): Neste livro o pesquisador Michael Rowbotham mostra como o sistema monetário contemporâneo esta endividando a população humana.
- RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Implicaciones políticas de una deuda inmoral, Seminario interno do PPG- Filosofia - Unisinos
- SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. São Paulo, Best Seller, 1994. 335p.
- SANZO, C. de, Covas, H. y Primavera, H. Reinventando el Mercado: la experiencia de la Red Global de Trueque en Argentina. Bernal, Programa de Autosuficiencia Regional, 1998.
- SCHULDIT, J. Dineros alternativos para el desarrollo local Lima, Universidad del Pacífico, 1997
- SILVA, Jacqueline Oliveira. Moeda Social: a experiência de Strohaln/Holanda. Revista Ciências Sociais Unisinos, numero temático economia solidaria. Nro. 159 vol. 37 jul-dez 2001. P. 259-282.
- SINGER, P. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas, São Paulo, Contexto, 1998.
- SINGER, P. Clubes de trueque y economía solidaria. Buenos Aires, Revista TRUEQUE N° 3, pp39 - 40, 1999.
- SOTO, Hernando de. The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else.
 (O mistério do capital: porque o capitalismo sucede no Oeste e fracassa no resto do mundo.) Neste livro, o renomado economista, e ex-conselheiro do governo peruano, demonstra como a falta de capitalizar seus próprios valores faz que os países pobres sejam dependentes dos países ricos.

- SOUZA, Herbert de. Globalização. *Jornal O Estado de São Paulo*, 06/07/1996
- THORNBURG, Apud Passarelli, Brasilina. *Hipermídia e a educação: algumas considerações e experiências*. Contexto & Educação, Ijuí (RS), n 34, v. 8, out/dez. 1993. 66p.
- WATZLAWICK, P. *La realidad inventada*. Buenos Aires, Gedisa, 1989.
- WATZLAWICK, P. y Krieg, P. (org) *El ojo del observador. Contribuciones al constructivismo*. Barcelona, Gedisa, 1994.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. 4. Ed. São Paulo : Pioneira , 1985. 233p.
- WINOGRAD, T. e Flores, F. *Understanding Computers and Cognition. A New Foundation for Design*. New York, Addison Wesley, 1986.

Sites:

- www.momomo.org
O nosso site!
- www.strohalm.nl
Site da fundacao Strohalm.
- <http://money.socioeco.org>
Site da Aliança Para Um Mundo Responsável, Plural E Solidario
- <http://socioeco.org>
- www.lets.net
Site sobre os sistemas LETS
- www.forumsocialmundial.org.br
Site do Fórum Social Mundial
- www.groups.yahoo.com/group/s-m-a
Grupo de discusao on-line, onde temas de Sistemas Monetários Alternativos são tratados, em Portugues.
- www.inaise.org
International association of Investors in the Social Economy. Grupo europeu ativo é bem vinculado na área da Economia Social.
- www.echo.org
- www.grdc.org/icm
- www.ffes.org
- www.attac.org
A sede internacional da organização ATTAC.
- www.gdrc.org/icm
Biblioteca virtual dos microcréditos. Espanhol, inglês, francês.
- www.redlases.org.ar
- www.systemfehler.de
Site especializada em Silvio Gesell. Inglês, espanhol, alemão.
- <http://ccdev.lets.net>
Site com exemplos de sistemas de intercâmbio comunitários em África, Ásia, América Latina. Espanhol, inglês, francês.
- www.redsolidaria.com.br
Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.
- www.economistas.com.br/forum
Fórum do Orçamento Popular do Rio de Janeiro.
- www.grameen.org
Banco Grameen em Bangladesh, sobre Microcrédito Solidário

www.jubileu2000.org.br

Campanha Nacional Jubileu Sul, Por um Milênio sem Dívidas.

www.bizfizz.org

www.portoalegre.rs.gov.br

www.foncap.com.ar

www.trueque.org.ar

www.neweconomics.org

Site da New Economics Foundation, em Inglaterra. Organização que faz muitas pesquisas e projetos sociais em Inglaterra.

www.transaction.net

Site com muitos recursos sobre dinheiro, e modelos alternativos/inovadores.

www.lift.ltd

www.sane.org.sa

Organização da África do Sul que pode se comparar com o PACS do Brasil.

www.monrobey.com

Site do Hank Monrobey, desenhador dos Circuitos de Capital Líquido.

www.economiasolidaria.net